

TOMO

Revista do Núcleo de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais
Universidade Federal de Sergipe

TOMO	São Cristóvão-SE	Nº 16	jan./jun. 2010
------	------------------	-------	----------------

TOMO

CONSELHO EDITORIAL

Adriano Nervo Codato (UFPR)	Maria Helena Santana Cruz (UFS)
Ana Maria F. Almeida (UNICAMP)	Miguel Pablo Serna Forcheri (UDELAR - Uruguai)
Antônio Sérgio Guimarães (USP)	Miguel Vale de Almeida (ISCTE - Portugal)
Benjamin Junge (State University of New York)	Nádyá Araújo Guimarães (USP)
Carlos Fortuna (Universidade de Coimbra)	Paulo Sérgio da Costa Neves (UFS)
Claudino Ferreira (Universidade de Coimbra)	Renato Monseff Perissinotto (UFPR)
Frank Marcon (UFS)	Rogério Proença Leite (UFS)
Franz Josef Brüseke (UFS)	Sadi Dal Rosso (UnB)
Hippolyte Brice Sogbossi (UFS)	Sílvia Helena Borelli (PUC-SP)
Joanildo Burity (Fundação Joaquim Nabuco)	Tânia Elias Magno da Silva (UFS)
Jonatas Silva Meneses (UFS)	Ulisses Neves Rafael (UFS)
José Ricardo Ramalho (UFRJ)	

COORDENADOR DO NPPCS
Ernesto Seidl

EDITORES
Ernesto Seidl
Péricles Andrade

EDITORIAÇÃO ELETRÔNICA
Lucílio Freitas - CESAD

REVISÃO
Claudia Regina
Ernesto Seidl

Catálogo na fontes. Ficha catalográfica elaborada pela BICEN/UFS

TOMO, Revista do Núcleo de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais/Universidade Federal de Sergipe Nº 1 (1998). São Cristóvão-SE, NPPCS/UFS, n. 16 jan./jun., 2010.

INSS 1517-4549

Semestral

1. Ciências Sociais - Periódicos I. Universidade Federal de Sergipe. Núcleo de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais

As informações e análises contidas nos artigos são de inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, portanto, o endosso do Conselho Editorial do NPPCS.

Esta revista integra a Plataforma dos Periódicos Eletrônicos da UFS (www.posgrap.ufs.br/periodicos) e conta com apoio institucional da Pró-Reitoria de Pós-graduação e Pesquisa da Universidade Federal de Sergipe.

Dossiê Cidades

**ORGANIZAÇÃO:
Rogerio Proença Leite**

SUMÁRIO

Dossiê

Apresentação

7

SOBRE O USO ESTRATÉGICO DA IMAGEM CENTENÁRIA DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

Carlos Fortuna e Carina Gomes

11

CULTURA E REGENERAÇÃO URBANA: NOVAS E VELHAS AGENDAS DA POLÍTICA CULTURAL PARA AS CIDADES

Claudino Ferreira

29

CIDADE VIVIDA E CIDADE PLANEJADA: ENCONTRO DA TEORIA COM A PESQUISA

Brasilmar Ferreira Nunes

57

ESPAÇO E LEMBRANÇAS NA ECONOMIA SIMBÓLICA URBANA: O “RETORNO” DA ÁFRICA CARIOCA

Edson Farias

79

O “CORRE-CORRE” COTIDIANO NO MODO DE VIDA URBANO

José Machado Pais

131

ENOBRECIMENTO URBANO DO BAIRRO TREZE DE JULHO EM ARACAJU

Josevânia Nunes Rabelo

157

ESPELHOS PATRIMONIAIS EM OURO PRETO: MUSEUS E PASSADO
AFRO-BRASILEIRO

Manuel Ferreira Lima Filho

197

PETER SLOTERDIJK: A NOVELA DOS ESPAÇOS

Edilene Leal

221

ANTINOMIAS DE UMA COMPARAÇÃO: NOTAS SOBRE VIDA UR-
BANA E CENA TEATRAL

Rogério Proença Leite

243

APRESENTAÇÃO

Rogério Proença Leite¹

A organização de um número temático de uma revista acadêmica é sempre uma boa oportunidade para reunir contributos de pesquisadores distantes que estão a trabalhar temas convergentes, em diferentes lugares e instituições. Esse *Dossiê* não é diferente nesse sentido. Mas é importante sublinhar a notável abertura editorial que a *Tomo* tem demonstrado nos últimos anos, congregando contribuições heterodoxas sobre temas diversos.

Esse *Dossiê* reúne importantes nomes da sociologia e antropologia urbana do Brasil e de Portugal. Os artigos aqui agrupados abordam aspectos diversos sobre os processos de patrimonialização das cidades, sobre as políticas urbanas e culturais e sobre a vida cotidiana das cidades.

Não gostaria de me antecipar ao leitor, comentando aspectos dos textos ora publicados. É bem verdade que comentários introdutórios às vezes ajudam a situar o leitor, mas – noutras vezes – nada mais fazem do que replicar o dito, numa síntese dispensável para o leitor culto: ainda mais quando se trata de textos de alto nível, como os aqui reunidos.

Deixo aqui, portanto, apenas o registro do meu profundo agradecimento aos colegas que contribuíram para esse *Dossiê*, assim como aos editores da revista, pela oportunidade de organizar este número especial sobre cidades.

¹ Laboratório de Estudos Urbanos e Culturais (LABEURC), Universidade Federal de Sergipe. Pesquisador do CNPq.

TOMO
- 8 -

Artigos

TOMO
- 9 -
TOMO

SOBRE O USO
ESTRATÉGICO DA
IMAGEM DA CENTENÁRIA
UNIVERSIDADE DE
COIMBRA

Carlos Fortuna*
Carina Gomes**

RESUMO

Partindo de um projecto de investigação recente sobre a Universidade de Coimbra como pólo de atração turística, argumentamos que o processo de re-criação das imagens turísticas da cidade só poderá ter êxito se conseguir adaptar-se às novas tendências do turismo participativo e criativo. Coimbra é uma pequena cidade portuguesa e o centro universitário do país por excelência. A sua universidade centenária constitui o principal recurso patrimonial e o ingrediente fundamental da estratégia turística da cidade. Para lograr resultados turísticos mais consistentes, Coimbra deve não só promover a diversificação e a integração de outras atrações turísticas regionais, mas também abrir-se às novas formas de turismo participativo e de experiências.

Palavras-chave: Turismo urbano; Turismo criativo; Atratividade local; Universidade de Coimbra.

* Professor catedrático da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra e investigador do Centro de Estudos Sociais. Coordenador científico do programa de Mestrado e Doutoramento em "Cidades e Culturas Urbanas" e coordenador português da Rede Brasil-Portugal de Estudos Urbanos. Email: cjfortuna@gmail.com.

** Investigadora do Centro de Estudos Sociais, Doutoranda do Programa de Cidades e Culturas Urbanas da Universidade de Coimbra. Integra o Núcleo de Estudos sobre Cidades e Culturas Urbanas e a Rede Brasil-Portugal de Estudos Urbanos Email: carina@ces.uc.pt.

ON THE STRATEGIC USE OF THE UNIVERSITY OF COIMBRA'S CENTURIES OLD-IMAGE

ABSTRACT

Drawing largely on a recent research project on the University of Coimbra as a motor of urban tourism, we argue that the ongoing process of re-creation of Coimbra's tourist imagery will succeed insofar as it will be able to adapt to the new trends of participatory and creative tourism. Coimbra is a small Portuguese city and the country's university center par excellence. Its centuries-old university is the city's premier heritage site. However, we sustain, the city needs to go beyond its current strategy for tourism promotion based solely on the virtues of such historical resource. To achieve more consistent tourism outcomes Coimbra must not only diversify and integrate other regional attractions but also open itself to the new forms of participatory tourism

Keywords: Urban tourism; Creative Tourism; Place attractiveness; University of Coimbra

INTRODUÇÃO

O passado e o turismo do presente

Este texto centra-se na forma como as cidades reconstroem os seus significados e o seu património, transformando-os em instrumentos activos de estratégias turísticas urbanas, de forma a encontrarem um lugar no atual processo de competição intercidades que ocorre a nível global.

O artigo tem o seu foco empírico na cidade de Coimbra, centrando-se na re-atualização dos significados da sua universidade, fundada no século XIII, como uma força impulsionadora do turismo e da economia locais. O nosso objetivo consiste em explorar a actual tentativa de recriação do imaginário turístico da cidade, baseada na sua história intelectual – relacionada, por essa via, com a centenária instituição universitária.

Para além da sua importância na formação dos estilos de vida de indivíduos e grupos, o lazer e o turismo tornaram-se recentemente factores decisivos da reorganização dos territórios. A segmentação do setor, que ocorreu no período do pós-II Guerra Mundial, desencadeou uma nova forma de turismo, urbano e cultural, no seio do qual os fatores arquitectónicos, histórico-arqueológicos e monumentais ganharam uma importância significativa (Fortuna, 1997). Se é verdade que as cidades, enquanto centros de arte, cultura e património, sempre constituíram lugares de destaque nos circuitos turísticos, é igualmente verdade que o moderno turismo urbano e cultural tem conhecido, no contexto europeu, um renovado impulso (Ashworth & Tunbridge, 1990; Richards, 2001).

Esta ascensão das atividades turísticas tem-se traduzido, frequentemente, numa tendência para transformar o passado num produto vendável no presente. Disso são testemunhas as tendências culturais modernas de revalorização da história e da memória dos lugares. Sem dúvida, como assevera Andreas Huyssen, o passado e a celebração da memória têm sido valiosos recursos de promoção turística das cidades, pelo menos no contexto europeu (Huyssen, 2003: 20). Contudo, tem todo o sentido questionar até quando continuará a ser assim.

Sem dúvida que a mercadorização da cultura e da história das décadas de 1960 e 1970 contribuiu para a formatação de um dado projeto de turismo cultural e a correspondente criação de um perfil específico de turista. Trata-se de uma figura desligada e desconectada da realidade, um *voyeur* que se relaciona apenas à distância e de forma desprendida com os ambientes sócio-culturais visitados e a sua história.

Este tipo de turista encontra-se hoje sujeito à revisão da sua natureza, na medida em que se torna mais e mais consensual que a experiência turística do novo milénio pode constituir uma oportunidade educativa única que proporciona o enriquecimento pessoal através da interação com o outro. O turismo que envolve contato direto e experiências participativas começa agora a dar atenção à subjectividade dos visitantes. Na linha do que vários autores têm defendido recentemente, o turismo criativo é capaz de contribuir para o crescimento pessoal e a auto-reflexão (Florida, 2005; Landry, 2010; Orbasli, 2000; Richards, 2001). O enriquecimento pessoal através do turismo está a ser encarado como uma dimensão criativa que deve ser cultivada na situação de proximidade – e não de distância – com as outras pessoas, o seu trabalho e as suas experiências e modos de vida. As cidades como um todo, e os lugares singulares dentro delas – lugares recônditos onde decorre a vida cotidiana real – são transformados em espaços de aprendizagem e enriquecimento cultural para quem os visita.

Neste sentido, defendemos que a representação dos lugares já não constitui o ingrediente básico do turismo. Em sua vez surgem agora a participação direta e a interação entre autótones e visitantes. Isto não significa que estejamos a negar o importante trabalho de uma série de autores que mostraram as transformações provocadas pelo turismo no património sócio-cultural, artístico, linguístico e humano das cidades contemporâneas (Lash & Urry, 1994; MacCannell, 1999; Shields, 1992; Sturken, 2008; Ward, 1998; Zukin, 1991). Pelo contrário, esta nova leitura do turismo – o desafio trazido pelo turismo criativo – ajuda a compreender que a narrativa histórica local nem sempre é suficiente para promover uma agenda turística urbana eficaz para as cidades.

Por outras palavras, não há dúvidas de que o património, tanto material como imaterial, está profundamente enraizado nos conjuntos urbanos contemporâneos e continua a ser responsável pela atração de

muitos turistas. Mas esse património pode ser acrescentado e enriquecido de forma inovadora à experiência de quem visita as cidades. Se assim não for, se não se reatualizarem, as estratégias turísticas correm o risco de se esgotarem e perderem a sua eficácia.

Do nosso ponto de vista, a opção turística que é seguida hoje em Coimbra representa um destes casos de previsível esgotamento, na justa medida em que a promoção turística da cidade continua centrada exclusivamente na marca da sua história, sendo muito tímidos os sinais de renovação do seu marketing urbano. Como mostramos de seguida, a oferta e a procura turísticas em Coimbra encontram-se fundamentalmente estruturadas em torno de um único atrativo – a Universidade centenária – não incluindo mais do que um referente nostálgico de um passado supostamente esplendoroso, resgatado para o presente turístico. Para uma promoção turística sustentada, a cidade tem que mudar o seu rumo e incorporar novos desafios e novos recursos na sua agenda promocional. Um desses desafios, o mais importante do nosso ponto de vista, consiste numa abertura a práticas experimentais interativas que são crescentemente procuradas por segmentos específicos do mercado turístico como meio de enriquecimento cultural, intelectual e político.

A UniverCidade de Coimbra

O registo histórico mostra Coimbra como cidade com mais de 2000 anos, sendo uma das cidades mais antigas de Portugal e o centro universitário urbano do país, por excelência. Depois da Reconquista Cristã, em 1064, a população começou gradualmente a ocupar o espaço em torno da muralha que dividia a cidade em duas áreas urbanas distintas: de um lado, a zona da Alta, dentro da muralha, ocupada pelo clero, a nobreza e alguns comerciantes ricos; do outro lado, a Baixa, fora da muralha e junto ao rio Mondego, marcada por intenso comércio popular e ocupada por oficinas e mestres.

Como primeira capital do país, entre 1139 e 1256, o perfil de Coimbra desenrolou-se em estreita relação com a fundação da Universidade, por decreto real assinado em 1290 por D. Dinis, sendo assim uma das universidades mais antigas da Europa.

A Universidade foi instalada no Paço da Alcáçova, no cimo da colina sobre o rio, como um sinal algo emblemático do seu poder sobre a cidade. Considerada desde os inícios como uma instituição de prestígio, a Universidade foi o centro de educação humanística das elites portuguesas e viu-se desde cedo envolvida na construção da aventura colonial. Não é exagero afirmar que a Universidade de Coimbra desempenhou um papel crucial na constituição e afirmação da nação portuguesa, contribuiu de modo decisivo para a consolidação da língua portuguesa e foi considerada um importante centro europeu para a inovação e a produção de conhecimento, estatuto que conserva hoje de acordo com diversos rankings internacionais. Durante muitos séculos, a Universidade de Coimbra foi a única universidade em todo o território sob administração portuguesa e, como é bem sabido, a *alma mater* de várias gerações de elites brasileiras e africanas.

No século XVIII, em resultado da reforma iluminista do Marquês de Pombal, Coimbra viu a sua vocação académica reforçada e ampliada a sua imagem como metáfora da Universidade. De tal modo que, ainda hoje, as autoridades políticas e académicas partilham a convicção de que a Universidade e a cidade estão de tal forma interligadas que enunciar uma delas equivale a enunciar a outra (Gomes, 2008).

Apesar disso, em termos políticos e culturais, a cidade e a universidade delinearão, ao longo dos tempos, uma trajectória diferenciada, feita de separações e repetidos conflitos e disputas. As permanentes rivalidades opunham, de um lado, os grupos mais ricos e as elites culturais da parte alta da cidade, para quem a universidade representava uma imagem da ilustração e do poder e um prestigioso símbolo de auto-identificação local e, de outro lado, as classes sociais mais baixas com residência na Baixa de Coimbra sem qualquer identificação simbólica com todo o imaginário e as práticas do mundo social da universidade.

Numa visão panorâmica pode-se dizer que esta fratura sócio-cultural da cidade só foi, de algum modo, amortecida com o desenrolar do processo de democratização do país, ocorrido nos meados dos anos 1970. Tal processo criou as condições para que sobre o pano de fundo das antigas rivalidades sócio-políticas e culturais se forjasse uma atmosfera de diálogo e coesão institucional. Com efeito, sob o ambiente político entusiástico da democracia, nas décadas de 1980 e 1990, num momento

sem precedentes históricos, a Universidade e o poder político local foram capazes de se aliar na tentativa de definir uma estratégia comum para o desenvolvimento local. A ideia de um novo projeto para a cidade, mais democrático e participado foi resultado da dinâmica associativa da sociedade civil local que logrou gerar uma conferência de consensos na cidade a ponto de suavizar as antigas rivalidades. Algumas visões mais entusiásticas não deixaram de chamar a este entendimento um projeto de UniverCidade.

Embora frágil, o projecto da UniverCidade pode ser interpretado como uma plataforma comum, liderada pela Universidade e pela Câmara Municipal, com o apoio de outros atores económicos e políticos locais. Foi mesmo possível dotar Coimbra de uma Constituição da Cidade, uma espécie de ampla carta de direitos de cidadania e de salvaguarda das condições de vida e sustentabilidade urbana. O interesse deste projeto de cidade consistia numa ação social democrática e participada na qual os diferentes atores – nomeadamente as elites culturais e as classes sociais mais desfavorecidas – fossem participantes diretos no seu desenho e, por esta via, atores comprometidos com a renovação económica e social da cidade e o espaço público.

Neste contexto de desanuiamento político e cultural, o turismo surgiu, como em muitas outras cidades em Portugal e noutras regiões do mundo, como um dos meios mais capazes de desencadear uma estratégia de renovação e desenvolvimento da cidade.

Coimbra como destino turístico

Coimbra é hoje uma cidade com cerca de 148.000 habitantes. Trata-se de uma cidade média, à escala nacional, localizada na Região Centro de Portugal, 120Km a sul do Porto e 200Km à Norte de Lisboa, situada nas margens do Rio Mondego e próxima da cidade litoral de Figueira da Foz (45Km). Além da proximidade da praia, Coimbra está também rodeada por várias localidades de montanha (Lousã e Penacova) e estâncias termais (Luso, e Cúria), um Parque natural (Buçaco) e do conhecido Santuário de Fátima (60 KM).

Seu tecido económico é composto por cerca de 23.000 empresas e

sociedades. Mais de 75% dessas laboram no sector terciário, com uma pequena percentagem de hotéis e restaurantes (9%) e uma capacidade de alojamento limitada a apenas 2.200 camas, dados que parecem escassos para uma cidade que pretende afirmar o seu perfil turístico.

O número de visitantes e de noites passadas nestes estabelecimentos hoteleiros tem vindo a aumentar gradualmente, embora registem uma quebra ligeira em 2008. Os dados mais recentes fixam em 230.409 o número de visitantes em 2008. A estada média nesses estabelecimentos é de 1,5 noites, para desânimo dos empresários locais que lamentam a ausência de uma estratégia mais agressiva para cativar mais visitantes e prolongar suas estadias. Os visitantes-tipo de Coimbra são maioritariamente de origem portuguesa (50,5%), seguidos dos residentes em Espanha (12,4%) e em Itália (8,1%) (ver Tabela 1).

Como já afirmámos, o turismo em Coimbra está fundamentalmente estruturado em torno de um único ponto de atração – a Universidade – promovida e apreciada, essencialmente, como celebração do passado, recheada de uma história cultural rica¹. Num momento em que algumas formas de turismo criativo estão sendo experimentadas, julgamos que, em Coimbra, aquilo que existe não é suficiente para uma promoção turística de sucesso. Neste particular, podemos seguir Charles Landry quando argumenta, a propósito dos novos desafios do turismo cultural, que para uma política de turismo urbano bem sucedida “[a existência de] uma infraestrutura cultural sólida, formal e informal, e a tradicional marca imperial dos edifícios universitários, que na verdade se assemelham a instalações fabris, nem sempre ajudam” (Landry, 2006).

No caso de Coimbra, parece-nos que a trajetória cultural da histórica universidade, embora rica, deve ser combinada com outras expressões turísticas mais atuais, nomeadamente aquelas em que os turistas procuram cada vez mais oportunidades para se deixarem envolver em ações e experiências culturais locais num ato de aprendizado e enriquecimento de seu potencial criativo, alcançado através da participação ativa em

¹ De fato, o património político e intelectual da Universidade é o atributo dominante na sua atual candidatura para inclusão na Lista de Património Mundial da UNESCO. O passado histórico da Universidade permeia todas as outras dimensões (cultural, social, arquitectónica e artística) do dossier apresentado para candidatura.

actividades locais (Richards & Wilson, 2007) que funcionam como um lugar para o crescimento pessoal e a auto-reflexão (Landry, 2010).

Tabela 1: Indicadores de Turismo para Coimbra

Indicadores de turismo		2005	2006	2007	2008	
N	Hotéis	9	9	9	9	
	Pensões	14	14	14	13	
	Outro tipo	1	1	1	1	
	Total	24	24	24	23	
	Capacidade de alojamento	2 282	2 260	2 261	2272	
	Dormidas	336 349	347 644	355 730	346160	
	Hóspedes	219 542	232 629	234 748	230409	
	Estada média nos estabelecimentos hoteleiros	1,5	1,4	1,5	1,5	
	Hóspedes segundo o país de residência habitual					
	Portugal	110 881	109 660	110 408	116258	
	Alemanha	7 232	8 311	7 887	7759	
	Espanha	29 222	32 441	31 831	28604	
	França	9 394	9 576	10 867	9938	
	Itália	16 153	23 143	21 854	18555	
	Países Baixos	3 844	4 563	3 845	3372	
Reino Unido	4 163	4 174	3 039	3253		
Total UE15	186 940	197 634	195 772	194221		
Total UE25	189 561	200 275	199 665	197080		
Total UE27	X	X	X	198056		
E.U.A	5 925	7 040	6 536	3287		
Total Geral	219 542	232 629	234 748	230409		
%	Proporção de hóspedes estrangeiros	49,5	52,9	53	49,5%	
	Proporção de dormidas entre Julho e Setembro	29,9	32	32,7	32,6	
	Taxa líquida de ocupação das camas	X	42	43,1	41,8	

Fonte: Instituto Nacional de Estatística (2008a, 2008b, 2007a, 2007b).

Neste sentido, queremos sustentar que a atmosfera cultural e social desta cidade universitária está sendo subaproveitada pela estratégia turística urbana quando pode ser reativada e tornada mais desafiadora para o tipo de turistas que procura esse engajamento na cultura local. Evidentemente que o desenho de renovação das oportunidades turísticas de Coimbra, na linha do que estamos considerando ser o turismo criativo, requer um plano de ação que envolve os residentes locais e a sua disponibilidade para a partilha com outros das suas competências

e modos de fazer. Dos universitários aos artesãos, ou dos artistas aos guardadores de memórias locais, o nosso convencimento é que estamos aqui a falar de um terreno fértil onde atores turísticos e decisores políticos poderão encontrar a receptividade necessária para construir e manter o que por falta de melhor designação chamaríamos “safari cultural de Coimbra”.

Fluxos turísticos na cidade de Coimbra

Posto isto, é interessante revelar alguns dos dados obtidos a partir no nosso inquérito por questionário aplicado em seis idiomas diferentes. O objectivo do inquérito era, essencialmente, o de compreender de forma mais ampla o modo como as tendências dominantes do turismo urbano e histórico contemporâneo se manifestam em Coimbra. O inquérito foi aplicado, sob a forma de administração directa, entre os meses de Agosto e Outubro de 2008.

A sua aplicação foi realizada em locais seleccionados em função da sua centralidade nos circuitos turísticos da cidade: em primeiro lugar, junto à Universidade e seus lugares com maior circulação de turistas (Paço das Escolas, Biblioteca Geral, Rua Larga), onde se obteve a maior parte dos inquéritos; e, complementarmente, junto ao Portugal dos Pequenitos, ao Memorial da Irmã Lúcia e nas recepções dos Hotéis da cidade, do Parque Municipal de Campismo e da Pousada da Juventude. Neste últimos locais (Hotéis, Parque de campismo e Pousada de juventude), os inquéritos foram distribuídos nas respectivas recepções aos visitantes que aí procuraram alojamento. Nos outros lugares (junto à Universidade, no Portugal dos Pequenitos e no Memorial da Irmã Lúcia), os inquéritos foram distribuídos directamente aos visitantes, em dias e momentos seleccionados, de maneira a garantir uma distribuição equitativa entre dias da semana e fins-de-semana, por um lado, e manhãs, tardes e fins de dia, por outro.

Esta estratégia de aplicação visou captar fluxos diferenciados de turistas, com motivações e perfis culturais distintos, de modo a permitir analisar o universo de referência do estudo (os visitantes do centro histórico) em conjunto com os outros tipos de turistas que também

procuram a cidade. Obtiveram-se 1.300 inquéritos respondidos, dos quais foram considerados válidos 951, uma amostra que as análises preliminares feitas durante a aplicação, mostraram esgotar a informação nova passível de ser obtida.

Muito sinteticamente, os dados recolhidos revelam um perfil de turista maioritariamente jovem (33,5% dos turistas tinham entre 21 e 30 anos, 22,4% entre 31 e anos, e 20,7% tinham entre 41 e 50 anos) e com elevados níveis de escolaridade (75% dos respondentes tinham completado um grau superior de educação). De resto, apenas 5,4% possuíam um nível baixo ou muito baixo de escolaridade. Por outro lado, a maior parte dos inquiridos (48,8%) eram Profissionais Intelectuais, Científicos e Técnicos ou ainda estudantes (13,4%). Uma proporção considerável (31,5%) viajava com amigos ou em família sem crianças (29,1%), sendo bastante baixa a percentagem dos que estavam integrados num circuito turístico organizado (7,9%).

Os residentes nos países da Europa Mediterrânica e Central representam a maioria dos visitantes inquiridos na cidade. Para além de Portugal, onde declaram residir 17,5% dos respondentes, merecem destaque os residentes em Itália (24,1%), França (17,9%) e Espanha (17%). Se considerarmos que “a tradicional visita de cidadãos espanhóis a Portugal e, nomeadamente a algumas das suas cidades históricas [ocorre] [...] geralmente na época da Páscoa” (Fortuna, 1995: 43), encontramos uma possível explicação para a baixa presença de turistas espanhóis no conjunto da amostra inquirida. O período de aplicação deste inquérito corresponde, grosso modo, às férias de Verão, altura em que os visitantes espanhóis parecem preferir as estâncias costeiras na sua visita a Portugal.

Estes dados significam, de resto, que os visitantes não-europeus representam apenas uma pequena parcela da amostra inquirida (7,7%), o que, em si, revela uma limitada capacidade de atração de Coimbra enquanto um destino turístico.

Do conjunto dos 951 respondentes, 75,3% estavam pela primeira vez na cidade. Entre os 233 que já tinham visitado Coimbra antes, 49,5% declararam regressar pelo prazer de visitar a cidade e 45,5% para mostrar a cidade a amigos ou familiares. Uma proporção diminuta (3%) estava em Coimbra por motivos profissionais.

Pouco mais de metade (51%) dos respondentes pernitoou em Coimbra durante a visita à cidade, sendo sobretudo os italianos e espanhóis e os de mais elevados níveis de escolaridade os que declararam tê-lo feito. No entanto, o problema da estadia curta é visível de outro ângulo: em 57,4% dos casos a estadia foi de apenas uma noite; na verdade, 10,2% dos turistas permaneceram somente até 3 horas na cidade, 25,7% ficaram na cidade entre 3 e 6 horas e 39,7% ficaram entre 6 horas e um dia, percentagens que, somadas, revelam que três quartos dos visitantes permanecem menos de um dia em Coimbra.

Trata-se, julgamos, de um efeito direto da excessiva concentração da experiência turística numa única atração, fato que nos faz admitir a hipótese já enunciada de que o modelo de atração unicentralizada na Universidade dá sinais de saturação e que, ao mesmo tempo, uma adaptação à lógica do turismo criativo – com a correspondente imersão dos turistas na vida quotidiana da cidade – poderia transformar o turismo na cidade, ampliando a estadia dos visitantes.

Os dados do nosso inquérito mostram ainda que, para 72,7% dos respondentes, Coimbra constitui um destino igual a outros e, para 18,6% é um apenas lugar de passagem a caminho do principal destino da sua viagem. Neste contexto, é relevante entender quais as origens geográficas e os destinos dos turistas que passam pela cidade de Coimbra.

Do cruzamento entre estas duas informações, ressalta um circuito turístico triangular no sentido Lisboa-Coimbra-Porto e vice-versa. Os turistas oriundos de Lisboa deslocam-se na sua maioria para o Grande Porto (68,3%) e, inversamente, os que vêm do Grande Porto dirigem-se, na sua maioria, para Lisboa (54%).

Por sua vez, a relação entre os fluxos turísticos de Coimbra e o seu entorno regional é pouco significativa: 27,9% dos respondentes declararam ter visitado ou ter intenção de visitar a zona costeira de Figueira da Foz; 23,2% referiram as ruínas romanas de Conímbriga e 18,1% indicaram a parque florestal de Luso/Buçaco. É de referir, ainda, as percentagens reduzidas de turistas que visitaram ou iriam visitar Bairrada e tomar partido de sua gastronomia (7,3%), o conjunto termal da Curia (3,9%) e a serra da Lousã (5,8%). Em si, estas informações parecem remeter para a conveniência de gestão integrada dos diversos pontos turísticos da Região Centro e de suas distintas ofertas.

Na cidade, a Universidade e o parque temático Portugal dos Pequenitos destacaram-se como as atrações turísticas mais conhecidas entre aqueles que já tinham visitado Coimbra, logo seguidos da Sé Velha e do Jardim Botânico. Por outro lado, entre os monumentos mais visitados durante a estada atual na cidade, a Universidade (66,5%) continua a ser o principal ponto de atração, aliada à Biblioteca Joanina (57,4%), também na área da Universidade, e à Sé Velha (53,6%). Se a estes dados associarmos o período da estada dos respondentes na cidade, percebemos facilmente a existência de uma fortíssima concentração da experiência turística na área da Universidade, com o efeito derivado da desvalorização de tudo o resto na cidade.

Curiosamente, no entanto, esta concentração surge também assumida abertamente pelos operadores turísticos profissionais que promovem a “cidade universitária” nos mercados do turismo e medeiam a forma como ela é lida e interpretada (Urry, 1990).

Frequentemente, os materiais de promoção usados pelos profissionais enaltecem unicamente a cidade histórica e universitária e mitificam-na:

Coimbra, a charming university town, where we breathe in the atmosphere a mixture of students and the University itself.

(Excerto de Guia turístico)

Coimbra, a lively city on the banks of the Mondego River [...] houses the oldest university (founded in 1290), from which have graduated the most illustrious names in the country's history.

(*idem*)

Como analisado noutra lugar (Gomes, 2008), outros materiais promocionais concentram-se em breves mensagens publicitárias e restringem a cidade a:

“The charming university town of Coimbra.”

“Coimbra, the historic university town.”

“Coimbra, celebrated for its beauty and ancient university.”

(Textos extraídos de circuitos turísticos organizados)

Uma opção dessa forma tão unidireccional, centrada exclusivamente num elemento histórico apenas e no seu valor intangível, é não só limitada como, além disso, está sendo ultrapassada no quadro das atuais tendências do marketing urbano. Deixada à mão dos profissionais do marketing turístico, essa mensagem não só ignora ofertas de natureza turística diversificada na região como deixa de fora o potencial de renovação próprio de tantos outros aspetos da vida da cidade, passíveis de serem incorporados numa estratégia turística que assente em mais intensa interação entre “hosts and guests”.

Além disso, poderíamos dizer, tal opção promocional, direcionada somente à Universidade, surge alinhada com a histórica fratura sócio-cultural de Coimbra de outrora, entre a instituição universitária e a cidade real, não contribuindo para o potencial democrático inerente ao projeto da UniverCidade.

Conclusão

Para contrariar esta opção unidireccional, parece-nos necessária uma nova abordagem para o turismo na cidade, baseada num conjunto de políticas renovadas aos níveis técnico e sociopolítico.

No domínio técnico, consideramos, em primeiro lugar, que as infra-estruturas de hospitalidade devem ser multiplicadas e renovadas. Tal medida deveria incluir uma aposta nas unidades hoteleiras, mas também na diversificação das rotas turísticas dentro da cidade (rotas histórica, literária, política, musical, gastronómica, entre outras possíveis), de forma a elevar a qualidade e a quantidade da oferta turística.

Em segundo lugar, a cidade precisa de melhorias nas estruturas e equipamentos culturais existentes – nomeadamente no domínio da música, teatro, dança e desporto – para, serem incluídas em pacotes turísticos mais abrangentes.

Em terceiro lugar, a cidade deverá transformar globalmente a sua estratégia de informação e comunicação, negociando diretamente com operadores turísticos os conteúdos da sua promoção, e desenvolvendo políticas publicitárias multidirecionais mais agressivas, dirigidas aos mercados internacionais.

Em quarto lugar, é preciso que se desenvolva e aperfeiçoe a política turística regional, de forma a estabelecer relações entre a oferta existente em Coimbra e na Região Centro envolvente – por exemplo, incluindo turismo de sol e praia, de montanha, de saúde e estâncias termais, de cariz religioso, de pendor monumental, medieval e arqueológico – diversificando, assim, a oferta turística convencional.

A implementação destas medidas técnicas pressupõe uma agenda política distinta da que existe. Uma agenda renovada envolveria a aposta em políticas e projetos social e culturalmente mais participados, dando à comunidade local a oportunidade de participação no desenho de uma nova *Coimbra turística*, como projecto de cidade.

Esta estratégia participativa é tanto mais importante quanto o turismo urbano sustentável, para ser efetivamente sustentável, tem que respeitar os interesses gerais da comunidade local. O projeto atual para uma Coimbra turística falha nesse aspecto, porque se apresenta demasiado hierárquico, muito à semelhança da imagem simbólica da Universidade no cimo da colina, olhando presunçosamente a cidade a seus pés.

Sintetizando, a experiência turística recente oferecida em Coimbra tem sido estruturada em torno de uma única atração – a universidade centenária. Até certo ponto, esta tem sido uma história de relativo sucesso nas últimas três ou quatro décadas. No entanto, tal estratégia parece estar a esgotar-se. Primeiro, porque dificilmente pode assegurar que o turismo se torne um meio efetivo de renovação urbana, já para não falar da sua capacidade para reforçar a coesão social na cidade. Segundo, porque o novo milénio exige a re-conceitualização da noção de turista: da figura consagrada do turista desligado e desprendido, o novo turista assumirá uma relação comprometida com os locais visitados e com o cotidiano dos que habitam e trabalham nesses lugares. A nova figura do turista implica uma nova visão do turismo: a partir de agora, as cidades devem expor-se à participação de *estranhos*, de *estrangeiros*, partilhando com eles o seu passado e o seu presente numa atitude política renovada que promova a aproximação cultural e, por essa via, desencadeie uma experiência de mútuo enriquecimento cultural.

Referências Bibliográficas

ASHWORTH, G. J. & TUNBRIDGE, J. E. **The Tourist-Historic City**. London: Belhaven Press, 1990.

FLORIDA, R. **Cities and the Creative Class**. New York: Routledge, 2005.

FORTUNA, C. The Show Must Go On: Why Are Old Cities Becoming Fashionable?. In: BOVONE, L. (org.). **Produrre Cultura, Creare Comunicazione**. Milano: Franco Angeli, 73 -81, 1997.

FORTUNA, C. **Évora e Coimbra: Turismo, Cultura e Centros Históricos**. In **Turismo e Cultura em Portugal: quatro estudos sobre mentalidades, práticas e impactes sociais**. Fortuna, C. Mendes, A. G., Ferreira, C., Estanque, E. e Abreu, P., Coimbra: Centro de Estudos Sociais, 15-175, 1995.

GOMES, C. Imagens e Narrativas da Coimbra Turística: Entre a cidade real e a cidade (re)imaginada. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n.º 83, p: 55-78.

HUYSEN, A. **Present Pasts: Urban Palimpsests and the Politics of Memory**. Stanford: Stanford University Press, 2003.

Instituto Nacional de Estatística. **Inquérito à Permanência de Hóspedes e Outros Dados na Hotelaria**. Lisboa, 2008a.

Instituto Nacional de Estatística. **Anuário Estatístico da Região Centro 2007**. Lisboa, 2008b.

Instituto Nacional de Estatística. **Anuário Estatístico da Região Centro 2006**. Lisboa, 2007a.

Instituto Nacional de Estatística. **Anuário Estatístico da Região Centro 2005**. Lisboa, 2006b.

LANDRY, C. Experiencing imagination: Travel as a creative trigger. In **Creative Tourism: A Global Conversation**. WURZBURGER, R.; AAGESON, T.; PATTAKOS, A.; PRATT, S. (eds.). Santa Fe, Sunstone Press, 2010.

LANDRY, C. **Lineages of the Creative City**. 2006. Disponível em www.charleslandry.com (consultado a 25 de Junho de 2009).

LASCH, S. and URRY, J. **Economies of Signs & Space**. London: Sage Publications, 1994.

MACCANNELL, D. **The Tourist: A New Theory of the Leisure Class.** London: Macmillan, 1999.

ORBASLI, A. **Tourists in Historic Towns: Urban Conservation and Heritage Management.** London: E & FN Spon, 2000.

RICHARDS, G. "The experience industry and the creation of attractions". In **Cultural attractions and European Tourism**, Richards, G. (Ed.), New York, NY: CABI Publishing, 55-69, 2001.

RICHARD, G. & WILSON, J. (eds.), **Tourism, Creativity and Development.** London and New York: Routledge, 2007.

SHIEDLS, R. **Places on the Margin – Alternative Geographies of Modernity.** London and New York: Routledge, 1992.

STURKEN, M. **Tourists in History. Memory, Kitsch, and Consumerism form Oklahoma City to Groud Zero.** Durham: Duke University Press, 2008.

URRY, J. **The Tourist Gaze: Leisure and Travel in Contemporary Societies.** London: Sage Publications, 1990.

WARDS, S. **Selling Places. The Marketing and Promotion of Towns and Cities.** London: Routledge, 1998.

ZUKIN, S. **Landscapes of Power: From Detroit to Disney World.** Berkeley: University of California Press, 1991.

Recebido em 05 de março de 2010.

Aprovado em 01 de junho de 2010.

CULTURA E
REGENERAÇÃO URBANA:
NOVAS E VELHAS
AGENDAS DA POLÍTICA
CULTURAL PARA AS
CIDADES

Claudino Ferreira*

RESUMO

Nas últimas décadas, temos vindo a assistir à proliferação de políticas culturais para as cidades que visam produzir efeitos de regeneração urbana com base no investimento estratégico nas artes, na cultura e na economia criativa. Reportando-se à experiência europeia e portuguesa, o artigo procura traçar a genealogia destas políticas, discutir as retóricas que as justificam e questionar os seus efeitos sobre a modelação dos ambientes sócio-culturais das cidades.

Palavras-chave: Cidades, Política Cultural, Arte

* Professor pesquisador da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra e do Centro de Estudos Sociais. Email: claudef@fe.uc.pt.

URBAN REGENERATION AND CULTURE: NEW AND OLD POLICY AGENDAS FOR THE CITIES

ABSTRACT

Culture and urban regeneration: new and old agendas of the cultural policies for cities

In the last decades we have been witnessing a trend towards the growth of culture-led urban regeneration policies in western capitalist countries. Those policies aim at producing economic and social regenerating effects at the local level on the basis of strategic investments on culture, the arts and the so-called creative economy. Referring to the European and Portuguese experiences, this article reviews the recent history of culture-led urban regeneration policies, debates the rhetorics underlying their political enunciation and questions their social and cultural impacts on the urban fabric.

Keywords: Cities, Cultural Policy, Arts

INTRODUÇÃO

Ao longo das últimas décadas, o investimento público no sector cultural com objectivos de regeneração urbana ou de promoção de imagens atractivas das cidades adquiriu uma expressão significativa no mundo ocidental. Esta aposta cultural tem assumido especial relevo nalgumas cidades em processo de desindustrialização, onde tem sido encarada como uma solução para a crise económica e social e a perda de competitividade no contexto pós-industrial. Mas tem também ganho expressão noutros contextos urbanos, reflectindo a importância económica e simbólica que, no quadro das políticas para as cidades, vem sendo reconhecida à cultura, como instrumento de regeneração, modernização e desenvolvimento socioeconómico das comunidades e dos territórios.

Como referem A. Markuden e A. Gadwa (2010: 379), “desde que o fragor da cidade criativa e da economia cultural emergiu na Europa em meados dos anos 1980, os Estados e as cidades viraram-se para o planeamento e a programação cultural como uma estratégia ampla para o desenvolvimento da economia e da comunidade”. Um pouco por todo o mundo capitalista, foram-se multiplicando programas de política urbana orientados para o reforço da notoriedade ou dos recursos culturais das cidades, o que se traduz na profusão de investimentos em projectos, equipamentos e eventos culturais, lúdicos e turísticos (McGuigan, 1996: Cap. 5).

A proliferação deste género de políticas justifica um questionamento sobre o que vale a actividade cultural para as cidades contemporâneas e sobre o modo como a cultura, associada ao turismo, ao consumo e às políticas de planeamento urbano, tem vindo a concorrer para a reordenação do espaço e da vida económica e social das cidades. Que argumentos, metas e expectativas alimentam esta aposta cultural das autoridades e dos planeadores urbanos? De onde vem esta linha de intervenção que associa políticas culturais e urbanas? Em que variantes se desdobra e que retóricas a sustentam e legitimam? Que efeitos daí resultam para a modelação dos ambientes socioculturais das cidades e para a própria esfera da cultura?

A ideia de que a cultura é um ingrediente fundamental da formação

dos ambientes urbanos e da matriz morfológica, económica e funcional das cidades não tem nada de novo. As cidades modernas foram sempre espaços privilegiados para o desenvolvimento da arte e da cultura (Evans, 2001). O que há talvez de novo nas décadas mais recentes é a descoberta do papel instrumental que, num contexto de forte competitividade interurbana, a cultura pode desempenhar no âmbito de políticas de revitalização socioeconómica das cidades e de estratégias de *marketing* urbano. Essa descoberta, que se reflecte no que muitos autores designam por “viragem cultural” no planeamento urbano, vem suscitando alterações relevantes nos modos de conceber e planear estratégias de desenvolvimento, assim como nos modos de produção material e simbólica do espaço urbano, trazendo consigo novos arranjos, novos protagonistas e novos imaginários sobre as cidades e o papel que nelas desempenha a actividade cultural.

Tendo por referência principal os contextos português e europeu, procuro neste texto discutir essas transformações, traçando a genealogia recente desta linha de políticas para as cidades baseada na aposta cultural, questionando as retóricas que sustentam as suas diversas formulações e ponderando as suas implicações sobre a modelação dos ambientes culturais urbanos.

As políticas culturais e a descoberta do valor económico e social da cultura

Desde o início da década de 1980 que, na Europa, a percepção do potencial económica e socialmente regenerador da cultura tem marcado uma parte das retóricas e das filosofias políticas sobre o desenvolvimento e a modernização das cidades no contexto da globalização e da competitividade interurbana. Essa percepção acompanha uma tendência que, de forma mais ampla, vem redefinindo a retórica subjacente à formulação e legitimação das políticas culturais.

Na verdade, foi-se desenvolvendo por essa altura uma nova sensibilidade em torno do valor económico e social das artes e da cultura. Embora o debate sobre os benefícios sociais das artes e os seus contributos para o desenvolvimento individual e comunitário remonte à década de 1960, é nas duas décadas seguintes que essa sensibilidade

ganha consistência e popularidade tanto no campo das políticas culturais, como nos campos do planeamento cultural, territorial e urbano (Reeves, 2002; Landry, 2005).

Para isso muito concorreu a emergência e o desenvolvimento de um novo campo de pesquisa e consultoria dedicado à aferição dos impactos económicos e sociais das actividades culturais, que alimentou a crescente apetência de planeadores e decisores políticos por investimentos estratégicos na cultura. O já clássico trabalho de John Myerscough (1988) sobre a importância económica das artes na Grã-Bretanha abriu caminho para uma enorme profusão de estudos de avaliação e prospecção dos impactos económicos das actividades culturais, a diversas escalas – local, regional, nacional, internacional. Apresentando argumentos técnicos e demonstrações empíricas em torno dos efeitos económicos, directos e indirectos, da actividade cultural (criação de emprego e riqueza, arrastamento de outros sectores económicos, promoção turística), esses trabalhos proporcionaram bases para a continuação do investimento público em cultura e, sobretudo, para os investimentos orientados para programas de regeneração urbana e desenvolvimento territorial de base cultural (Reeves, 2002; Landry 2005).¹

Ao mesmo tempo, o desenvolvimento das indústrias culturais e do chamado sector criativo veio reforçar essa tendência e associar-lhe novos contornos. O reconhecimento do potencial económico destes sectores, tanto por parte de analistas e consultores, como de autoridades políticas e organizações internacionais (como a UNESCO ou o Conselho da Europa), abriu novas agendas políticas e programáticas em torno do papel da cultura (Landry, 2005; Garnham, 2005; Reeves, 2002; Pratt, 2005). Partindo da constatação da dinâmica de crescimento dos sectores cultural e criativo, documentos referenciais de política à escala internacional foram enunciando o seu potencial como geradores de valor acrescentado e catalisadores de desenvolvimento económico e social mais amplo, alimentando expectativas optimistas sobre o papel que a cultura, assim entendida em sentido muito abrangente, pode

¹ Esta tendência na Europa, iniciada sobretudo na Grã-Bretanha, acompanhou movimentos semelhantes nos EUA e na Austrália. Vejam-se, a este respeito, os trabalhos referenciais de Port Authority of NY&NJ (1983) e Throsby e Glenn (1979).

desempenhar numa sociedade de mercado fortemente competitiva.²

Como refere Michelle Reeves (2002: 9), “o sector das indústrias criativas foi sendo reconhecido por organizações supranacionais como a Comissão Europeia ou o Banco Mundial e os governos nacionais e locais como uma força muito relevante na economia global em rápida transformação”. As indústrias culturais e criativas tornaram-se assim sectores estratégicos para as políticas de desenvolvimento económico e reforço da competitividade dos territórios. Com isso, os entendimentos políticos do que é a cultura e de qual o seu papel no mundo contemporâneo foram-se alterando, apontando para uma visão da cultura cada vez mais ampla e ambígua, e em certo sentido inclusiva, mas também de teor mais marcadamente instrumental, economicista e neoliberal (McGuigan, 2005; Hesmondhagh e Pratt, 2005; Henriques, 2002).

Essa mudança de entendimento é bem expressa pela ênfase crescente que, um pouco por toda a Europa, as políticas culturais, principalmente as de carácter local, foram colocando na importância estratégica das indústrias culturais, primeiro, e das indústrias criativas depois. Ao traçarem o percurso da relação entre as indústrias culturais e as políticas culturais ao longo dos anos 1980 e 1990, D. Hesmondhagh e A. Pratt (2005) assinalam as dificuldades que estas políticas sempre tiveram em lidar com as indústrias culturais. O carácter mais eminentemente mercantil e industrial destas actividades e os preconceitos das elites intelectuais em relação à cultura de massas dificultaram a incorporação do sector pelas políticas culturais, marcadas por uma tradição que as vocacionou privilegiadamente para o apoio público às artes mais eruditas e consagradas academicamente e a preservação do património cultural, entendido como representativo da identidade nacional. Essa tradição justifica que as políticas culturais, sobretudo as definidas à escala nacional, se tenham mantido longamente incapazes de integrar

² Destacam-se em particular dois documentos elaborados sob a égide da UNESCO e da Comissão Europeia, respectivamente: *Cultural Industries: A challenge for the future of culture* (UNESCO, 1982), relatório que consagra as indústrias culturais como área de desenvolvimento estratégico à escala internacional; *The Economy of Culture in Europe* (KEA, 2006), estudo referencial para as políticas culturais europeias na entrada do século XXI. Em Portugal, o estudo recentemente encomendado pelo Ministério da Cultura sobre o peso económico do sector cultural e criativo (Augusto Mateus & Associados, 2010) insere-se nesta mesma linha.

preocupações e medidas consistentes para as indústrias culturais e a cultura de massas, não obstante o crescimento e os impactos – económicos e culturais – que estas revelavam já desde meados do século XX.

No entanto, nas duas últimas décadas, com o reconhecimento generalizado da importância que o conhecimento e a informação desempenham nas economias pós-industriais, as indústrias culturais foram-se impondo na Europa como objectos incontornáveis das políticas públicas. Conquistaram atenção num espaço de actuação política ambivalente, entre as políticas económicas e as políticas especificamente culturais (Pratt, 2005; Hesmondhagh e Pratt, 2005). Nesse processo, a retórica política foi mudando a ênfase da expressão “indústrias culturais” para “indústrias criativas”, num movimento que assinala uma orientação mais preocupada com a promoção do potencial económico de um sector muito amplo e heterogéneo que, como argumenta N. Garnham (2005), assenta em larga medida na exploração dos direitos de propriedade intelectual.

É certo que, no domínio específico das políticas culturais, e especialmente das definidas à escala nacional, a incorporação das preocupações estratégicas com as indústrias culturais e criativas mantém-se ainda mais retórica do que prática. No plano prático, e na generalidade dos países europeus, as medidas de política cultural continuam a traduzir-se fundamentalmente em programas direccionados para o património e o apoio às actividades culturais e artísticas mais eruditas e consagradas. Para os sectores culturais mais industrializados (os *media* em especial), as medidas políticas dirigem-se sobretudo para a regulação da concorrência nos mercados e do serviço público, a garantia do pluralismo e da liberdade de expressão, a defesa das produções nacionais.

Há no entanto sinais de mudança, que são consistentes com a tendência mais geral para a revisão, ou o recuo generalizado, do intervencionismo estatal nas esferas económica, social e cultural. O discurso que enforma actualmente as políticas culturais, tanto no quadro das instituições europeias, como no quadro dos governos nacionais, atribui uma importância estratégica central às indústrias culturais e criativas, redefinindo a esfera e os objectivos de intervenção das políticas a partir dessa centralidade.

Nos documentos de referência das políticas europeias para a cul-

tura, essa esfera é identificada com o “sector cultural e criativo”, que integra 4 círculos de actividades: 1) o *campo nuclear das artes* (artes visuais e performativas e património); 2) as *indústrias culturais* (filme e vídeo, televisão e rádio, jogos de vídeo, música, livros e imprensa); 3) as *indústrias e actividades criativas* (design, arquitectura e publicidade); 4) as *indústrias relacionadas* (fabricação de hardware: computadores, leitores de MP3, telemóveis, etc.).³ A cultura em sentido mais restrito e tradicional (as artes) representa portanto apenas uma pequena parte do sector. Não deixa de ser uma parte à qual é atribuída uma importância decisiva, até porque é em boa medida por referência à sua lógica criativa que a retórica política em torno do valor estratégico da criatividade e da inovação na sociedade da informação e do conhecimento se organiza. Mas, claramente, a ênfase dessa retórica é também colocada nos efeitos económicos esperados do amplo sector cultural e criativo (geração de valor acrescentado, criação de emprego, rentabilização dos direitos de *copyright* e de propriedade intelectual, dinamização generalizada da economia), ou seja, fundamentalmente, no potencial das indústrias culturais e criativas. Ao campo nuclear das artes é atribuído sobretudo um papel funcional e instrumental: alimentar o espírito criativo e inovador dos empreendedores económicos; criar atmosferas propícias à atracção de investidores, talentos das chamadas classes criativas, consumidores, turistas; promover a integração e a coesão cultural. Nos termos do relatório *The Economy of Culture in Europe*:

o campo das artes é uma poderosa ferramenta para o desenvolvimento local, (...) um catalisador para o dinamismo das cidades criativas. Actua como um elemento *soft* de localização numa política eco-

³ Reporto-me aqui à definição e delimitação do “sector cultural e criativo” proposta pelo estudo *The Economy of Culture in Europe* (KEA, 2006: 56 e ss.), que é hoje uma referência para a abordagem política do sector no quadro da União Europeia. São várias as definições que têm sido propostas por analistas, consultores e organizações, aspecto que dá conta não apenas da imprecisão e ambivalência da noção “sector criativo”, mas também dos interesses políticos e económicos que entram em jogo na sua delimitação (cf. Garham, 2005; Pratt, 2005). Entre os aspectos que mais divergências suscitam conta-se a inclusão ou não, no terceiro e quarto círculos referidos, de sectores como o turismo, a moda, a produção industrial de diversos tipos de hardware e software que suportam directa ou indirectamente a produção e o consumo de cultura.

nómica local que vise incentivar o estabelecimento de empresas e pessoas talentosas. Ajuda a reforçar a integração social e assegura coesão territorial. É um atractor turístico de sucesso (Kea, 2006: 35).

Neste discurso, portanto, a ideia de teor neoliberal de que os sectores cultural e criativo devem não apenas ser geradores de valor acrescentado e incorporar uma racionalidade empresarial, mas também servir de base a processos de inovação e desenvolvimento territorial, vem-se sobrepondo ao entendimento clássico do papel das políticas para as artes e a cultura. Por esta via, e em conjugação com o conjunto dos desenvolvimentos referidos atrás, as políticas culturais vêm apontando para uma abordagem mais instrumental e economicista da cultura que, reconcebendo-a com base na noção ambivalente de “sector criativo”, a perspectiva crescentemente não tanto como um fim em si mesma, mas mais como um instrumento ao serviço da promoção do desenvolvimento socioeconómico e do reforço da competitividade das economias nacionais e locais.

A cultura como recurso para a regeneração urbana: a cidade cultural e criativa

Foi sob este pano de fundo, suportado pela descoberta do potencial económico e social do sector cultural e criativo, que se gerou, no campo das políticas urbanas, uma apetência crescente pela aposta na cultura como forma de estimular processos de regeneração socioeconómica e urbanística, de promover imagens apelativas das cidades e de atrair investimentos, profissionais, consumidores e turistas. Como refere Graeme Evans (2001: 213):

a celebrada cidade cultural não é um fenómeno novo (...). A era pós-industrial, porém, está a testemunhar uma recriação mais auto-consciente e estilizada da cidade renascentista, por muito superficial e questionável que isso possa parecer a residentes e estrangeiros. (...) As cidades que usaram a cultura (...) são celebradas e vistas não apenas como modelos bem sucedidos de regeneração de base cultural, mas também de regeneração urbana em geral.

Nos últimos 30 anos, foi assim ganhando expressão uma geração de políticas para a regeneração das cidades baseadas na associação entre planeamento urbano e planeamento cultural (Gibson e Stevenson, 2004), que toma como modelares casos como os de Barcelona, Glasgow ou o bairro de Temple Bar em Dublin e que se vem desdobrando em múltiplos matizes um pouco por toda a Europa.⁴

Nas formulações mais recentes da retórica que sustenta estas políticas ganha especial relevo, sobretudo a partir de finais da década de 1980, a chamada agenda criativa. O ideal da cidade criativa, popularizado em especial pelos trabalhos de Charles Landry (2000) e Richard Florida (2002 e 2005), invadiu o discurso de planeadores, políticos e decisores urbanos e suscitou uma vaga de estratégias para as cidades que ora retraduzem em novos termos a ideia da aposta cultural, ora a prolongam para novos horizontes.

Em termos globais, o discurso programático em torno da cidade criativa aponta para três planos distintos, embora associados, relativamente aos objectivos estratégicos, modos de conceber a intervenção política de teor regenerante sobre os territórios e as comunidades urbanas e o papel atribuído às artes e à cultura nesses processos.

Num primeiro plano, a cidade criativa é perspectivada como uma cidade capaz de potenciar o uso das capacidades criativas dos seus habitantes, trabalhadores, organizações e autoridades, tendo em vista resolver problemas individuais e colectivos, melhorar a qualidade de vida da comunidade e dinamizar económica, social e culturalmente o território urbano. Esta versão da cidade criativa tem nos trabalhos de Charles Landry e do grupo de consultores Comedia uma das suas principais fontes de inspiração. Landry (2000 e 2006) apela a um novo e heterodoxo modelo de planeamento e governação urbana que,

⁴ A literatura que dá conta desta tendência, que aponta para a associação entre planeamento cultural e planeamento urbano, é extensa e muito diversa, repartindo-se entre balanços gerais e inúmeros estudos de caso. Para uma abordagem global do fenómeno, vejam-se em especial os trabalhos referenciais de Bianchini e Parkinson (1993), Evans (2001) e o número do *International Journal of Cultural Policy* (2004) dedicado à regeneração urbana de base cultural. O estudo de García (2004) sobre os casos de Barcelona, Sydney e Glasgow oferece também uma interessante perspectiva sobre o modo como se formam casos exemplares, que servem de modelos de referência para muitas outras iniciativas de regeneração urbana, sobretudo aquelas que apostam no investimento em grandes eventos e infraestruturas culturais e lúdicas.

“pensando imaginativamente fora da caixa”, mobilize a criatividade individual e colectiva para aproveitar oportunidades e resolver problemas, não apenas económicos, mas também sociais. Nas suas palavras, “a ideia da cidade criativa postula que é preciso criar condições para que as pessoas pensem, planeiem e ajam com imaginação para agarrar as oportunidades e resolver problemas urbanos aparentemente complicados” (Landry, 2005: 2). Esta visão da cidade criativa é fortemente devedora do extenso trabalho desenvolvido no quadro do grupo Comedia, em particular por F. Matarasso, F. Bianchini e o próprio C. Landry.⁵ Nesta óptica, as artes e a cultura são entendidas como recursos fundamentais para a regeneração socioeconómica e sociocultural das cidades e a associação entre planeamento urbano e cultural deve ser canalizada para estimular a mobilização das pessoas e dos grupos em torno de projectos de desenvolvimento comunitário.

Num segundo plano, o programa da cidade criativa aponta para o reforço das condições de atracção dos empresários e profissionais que Richard Florida (2002 e 2005) associa à “classe criativa” – pessoas que fazem da criatividade a sua principal ferramenta de trabalho, entendida como a “habilidade para criar novas formas significantes” (Florida, 2002: 9).⁶ Nos seus trabalhos, que contribuíram decisivamente para popularizar a ideia da cidade criativa entre planeadores urbanos e decisores políticos, Florida argumenta que a forte presença de membros da classe criativa está associada a um maior dinamismo económico das cidades, sendo portanto um factor decisivo para o desenvolvimento económico dos territórios urbanos e o reforço da sua competitividade. Essa presença incentiva e fortalece os três recursos que Florida considera decisivos para a competitividade económica: a tecnologia (presença de indústrias de alta tecnologia e de capacidades de inovação tecnológica); o talento (capacidades criativas e de inovação associadas ao perfil das classes

⁵ Especialmente referenciais, neste plano, são os trabalhos de F. Matarasso (1997), F. Matarasso e C. Landry (1999), Landry *et al.* (1996) e F. Bianchini (1999).

⁶ Entre os profissionais incluídos por R. Florida (2002) no núcleo central da classe criativa (o que designa por “classe super-criativa”), contam-se programadores informáticos, matemáticos, arquitectos, engenheiros, cientistas, professores, artistas, escritores, músicos, realizadores de cinema. Ao lado deste núcleo central, que identifica as ocupações directamente envolvidas na identificação e solução de problemas, Florida considera ainda os “profissionais criativos”, aqueles que usam e aplicam as soluções e produtos criados pelos anteriores.

criativas, e em particular dos artistas e das populações mais qualificadas); e a tolerância (diversidade social, cultural e étnica, que promove a confronto e a contaminação de ideias, favorecendo a criatividade e a inovação). Nas visões programáticas inspiradas nesta concepção de cidade criativa, as artes e a cultura constituem um recurso fundamental na disputa entre cidades e territórios pela atracção da classe criativa, cujos estilos de vida valorizam fortemente ambientes culturalmente dinâmicos e fervilhantes, boémios e plurais. A importância estratégica das artes e da cultura é portanto dupla: são entendidas ao mesmo tempo como factores de sedução de profissionais empreendedores, capazes de dar competitividade às economias locais, e fontes de contaminação criativa do tecido social no seu todo.

Finalmente, num terceiro plano, a cidade criativa é a cidade das indústrias culturais e criativas, isto é, que alberga ou polariza *clusters* de actividades destas indústrias. Como argumentei atrás, o reconhecimento do potencial de desenvolvimento destas indústrias e da sua capacidade de regeneração mais ampla das economias locais foi suscitando, desde o início da década de 1980, uma série de medidas e estratégias políticas, sobretudo por parte dos poderes locais, para a atracção e fixação deste tipo de actividades. Essas estratégias procedem quer através de políticas vocacionadas para a formação e desenvolvimento de bairros culturais, quer através de medidas de incentivo (por exemplo fiscal ou financeiro) à formação de *clusters* de indústrias culturais e criativas, que beneficiem das vantagens competitivas associadas aos efeitos de escala e aglomeração.⁷ Neste plano, as actividades culturais e artísticas e a presença de comunidades extensas e plurais de agentes culturais (artistas, criadores, intermediários) e, de forma mais geral, de membros da classe criativa são entendidas como factores decisivos para a formação de massa crítica e de competências que sustentem iniciativas locais de empreendedorismo cultural de teor empresarial e mercantil. Além disso, o investimento

⁷ A este respeito, ver em especial Mommas (2004), Scott (2000) e Costa (2000). Um exemplo recente desta estratégia em Portugal, dinamizada pelos poderes locais e regionais, é o plano para o desenvolvimento de um *cluster* de indústrias criativas na região norte do país, patrocinado pela Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte em articulação com outros parceiros locais (cf. Fundação de Serralves, 2008).

público em projectos culturais emblemáticos, como grandes eventos e festivais ou equipamentos-âncora, é perspectivado como estratégia para o robustecimento dos tecidos culturais locais e, portanto, como elemento catalisador de iniciativas no âmbito das indústrias criativas.

A apelativa agenda da cidade criativa tem-se desdobrado em diversos tipos de projectos e intenções de política urbana, que combinam de formas variadas os três planos programáticos que sintetizei – do simples investimento em infraestruturas e eventos culturais, ao incentivo à formação de bairros culturais, ao envolvimento das comunidades locais em projectos de participação económica e social por via da cultura, à publicitação de imagens de vitalidade cultural para efeitos de *marketing* urbano. Nessa pluralidade programática emergem concepções diversas sobre o concurso das artes e da cultura para a regeneração urbana. As artes e a cultura, juntamente com as formas de entretenimento e lazer, ora são chamadas a título de protagonistas centrais e pró-activos, ora na mera condição de ingredientes de um ambiente urbano estilizado, festivo e boémio, capaz de seduzir novos empreendedores, investidores, profissionais, consumidores e turistas. Os efeitos de regeneração para que se espera que elas concorram são também múltiplos: regeneração das economias locais (dos sistemas produtivos e dos mercados para consumidores e turistas), das competências e capacidades criativas da população, do espaço físico das cidades e do seu património monumental, da imagem externa das cidades, da coesão e identidade da comunidade local, da qualidade da vida e da cidadania.

Esta pluralidade de concepções não é em si mesma problemática, porquanto atesta a heterogeneidade de soluções e de fórmulas programáticas que o ideal da cidade criativa parece ser capaz de alimentar. Mas torna-se problemática a partir do momento em que esse ideal se transforma mais numa bandeira do que num projecto concertado e consequente, isto é, numa fórmula retórica que legitima intenções e projectos de política cultural e urbana formulados por mimetismo, cujos contornos e objectivos carecem de sustentação numa efectiva ponderação acerca do que se entende por criatividade e cultura e do que se pretende que seja o real contributo das artes, da cultura e do sector criativo para o desenvolvimento das cidades. No limite, como adverte o próprio Charles Landry (2005), a inflação a que se vem as-

sistindo no uso do termo “cidade criativa”, sobretudo quando esse uso se reduz a efeitos de propaganda e *marketing*, arrisca-se a esvaziar de sentido a própria noção e o potencial de intervenção transformadora que ela pode encerrar no plano prático, transformando-a num mero slogan, descartável e substituível a qualquer momento por um outro mais apelativo. O mesmo, de resto, poderá dizer-se relativamente à fórmula mais geral da utilização instrumental da cultura como motor da regeneração urbana, de que a retórica da cidade criativa parece ser apenas uma nova, e ampliada, versão.

A verdade é que essa retórica tem legitimado o investimento público num conjunto extenso e diversificado de equipamentos, projectos e eventos culturais, lúdicos e turísticos (McGuigan, 1996: Cap. 5). Em Portugal, a tendência fez-se sentir sobretudo a partir da década de 1990. Grandes eventos como a Expo’98 e a Porto 2001 - Capital Europeia da Cultura foram exemplos de referência de uma nova linha de políticas para as cidades que se prolonga em muitas outras iniciativas (Ferreira, 2002 e 2005). Contam-se entre essas iniciativas a aposta dos municípios em equipamentos e eventos culturais (de museus e centros culturais, a festivais e Capitais Nacionais da Cultura); a corrida à valorização do património histórico e monumental dos centros históricos (Fortuna, 1997a e 1997b; Peixoto, 2003); o apoio ao desenvolvimento de bairros culturais ou à criação de *clusters* de indústrias criativas (Costa, 2000; Fundação de Serralves, 2008); os projectos de reconstrução de frentes ribeirinhas para efeitos lúdicos (o paradigma da cultura das docas, como o designa V. M. Ferreira, 1999); a inflação, enfim, do *marketing* e do *branding* urbano, pelo recurso à publicitação de imagens das cidades como lugares criativos e de cultura (Peixoto, 2000).

Os balanços que, no plano internacional, as análises sociológicas e económicas têm vindo a fazer sobre estas experiências mostram resultados muito diferenciados, quer do ponto de vista dos efeitos económicos alcançados, quer do ponto de vista sociocultural, quer ainda do ponto de vista promocional e simbólico. A constatação de que, com frequência, os resultados, sobretudo no médio e longo prazo, ficam aquém das expectativas, sugere que o sucesso deste género de políticas depende em larga medida da maneira como elas lidam com um extenso conjunto de dilemas que os programas de intervenção

suscitam (Bianchini e Parkinson, 1993; Matarasso e Landry, 1999; Markuden e Gadwa, 2010).⁸ Ou, mais do que isso, do grau em que tais dilemas são efectivamente ponderados por planeadores, decisores e parceiros envolvidos, ou seja, pela forma mais ou menos sustentada e consequente como as estratégias de desenvolvimento urbano baseadas na aposta cultural são implementadas.

No caso português, está por fazer a avaliação extensiva dos resultados da inflação a que temos assistido nos últimos anos no que respeita a projectos e a intenções de desenvolvimento territorial deste género. Essa inflação será talvez mais discursiva do que prática, reduzindo-se em muitas situações a meras declarações de intenções ou a simples programas de propaganda e *marketing* urbano, que procuram colar às cidades rótulos que, com variantes diversas, as identifiquem como cidades criativas ou culturalmente dinâmicas. Mas em muitas outras situações traduz-se efectivamente em medidas de intervenção que, em função da sua ambição e do seu alcance variável, vão operando mudanças na realidade urbana e reorientando estratégias de desenvolvimento local, que urge portanto avaliar.

Os casos mais ilustrativos são os que remetem para o recurso à organização de eventos prestigiantes e mobilizados como catalisadores de regeneração urbana, como a Expo'98 ou as Capitais da Cultura (as europeias e as nacionais). O balanço que é possível fazer acerca destes projectos mostra que eles se afiguram como oportunidades relevantes para requalificar zonas das cidades, injectar maior dinamismo cultural nos territórios urbanos ou melhorar as imagens das cidades, tanto interna como externamente. Mas mostram também que o seu potencial regenerador tem sido muito limitado pela falta de continuidade das dinâmicas geradas no contexto efémero da duração dos eventos ou pela ausência de programas de acção mais amplos e participados que

⁸ F. Matarasso e C. Landry (1999) enunciam cinco grandes questões dilemáticas que a política cultural enfrenta: dilemas de enquadramento geral e estratégico; dilemas de implementação; dilemas de desenvolvimento económico; dilemas de desenvolvimento social; e dilemas de gestão. Na sua argumentação, procuram mostrar como as condições de sucesso das políticas culturais, sobretudo à escala local, dependem das opções feitas nestas cinco áreas dilemáticas e do grau de consciência e consistência com que tais questões são abordadas por planeadores, decisores e empreendedores.

asseguem a sua sustentabilidade.⁹ Na origem destas limitações está em larga medida a forma como estes projectos são concebidos e implementados, aplicando de forma mais ou menos mimética fórmulas importadas de casos tidos como paradigmáticos, que alimentam expectativas ambiciosas e pouco ajustadas quer às reais condições locais, quer à capacidade de envolvimento das comunidades revelada pelos planeadores – sobretudo no que ao efectivo desenvolvimento cultural diz respeito (Ferreira, 2005).

A questão essencial parece na verdade residir nos equívocos e nos efeitos de ilusão gerados pela generalização do reconhecimento de que a cultura é hoje um ingrediente fundamental da competitividade e do desenvolvimento económico e social dos territórios. Retomando a advertência de Charles Landry, o risco é que, no quadro destas políticas, a cultura se torne mais num slogan do que num objectivo a promover efectivamente, pervertendo-se com isso quer o desenvolvimento cultural dos territórios e das comunidades, quer o desenvolvimento mais amplo de que estes carecem, seja por via da cultura ou por outra via qualquer.

O capital cultural dos lugares e a economia política da *imagibilidade*

Que transformações vem suscitando esta geração de políticas nas paisagens e nos ambientes urbanos? Um dos aspectos mais relevantes que os estudos sociológicos têm evidenciado a este respeito refere-se às suas implicações sociais e simbólicas. Como têm mostrado vários trabalhos, uma das dimensões em que os projectos de regeneração têm sido menos bem sucedidos é a do envolvimento das camadas sociais e dos territórios económica e culturalmente menos qualificados ou mais marginais, falhando assim no seu desígnio de promover uma qualificação cultural generalizada (Bianchini e Parkison, 1993; García, 2004). Não é surpreendente. A ênfase maior que estas políticas vão colocando nos efeitos económicos, por comparação com os resultados sociais, assim o

⁹ Vejam-se, a este respeito, balanços da Expo'98, da Porto 2001 e das Capitais Nacionais da Cultura de Coimbra e Faro em Ferreira (2005 e 2006), Fortuna *et al.* (2003), Fortuna (2004) e Silva (2006).

justifica. Os novos sectores da economia criativa, como de resto a cultura em geral, abrem sobretudo oportunidades, quer do ponto de vista do emprego, quer da iniciativa empresarial, para as camadas sociais mais qualificadas.¹⁰ Mas, para além disso, os estudos mostram também que esses processos promovem reordenamentos simbólicos que, ao mesmo tempo que renovam as imagens das cidades e os seus modos de auto e hetero-identificação, são passíveis de gerar novos efeitos de segmentação social.

No quadro deste tipo de projectos, o investimento na cultura é em boa medida canalizado para a promoção e o reforço daquilo que Greg Richards designa de “capital cultural dos lugares”¹¹: os recursos e os atributos culturais dos lugares que são passíveis de lhes conferir singularidade e de servirem como factores de atracção de investidores, consumidores, turistas e residentes. O forte pendor economicista que caracteriza grande parte das políticas de regeneração incentiva formas de reorganização do espaço público urbano que concorrem para a sua privatização, mercantilização e turistificação. Além disso, privilegiam sobretudo os interesses e as expectativas dos investidores, dos segmentos mais abastados e mais qualificados das populações urbanas e dos turistas e consumidores. Desse ponto de vista, reforçam também a polarização e a exclusão espacial e social dos segmentos mais desfavorecidos, pouco contemplados pela filosofia programática das políticas (Bianchini e Parkinson, 1993; Balibrea, 2003; Fortuna, 2002).

Esse mesmo efeito é reforçado pelo recente desenvolvimento de estratégias de *marketing* e promoção de imagens das cidades, que em regra desempenham um papel importante nas políticas de regeneração

¹⁰ Este é de resto um aspecto frequentemente iludido pela retórica que sustenta o investimento no sector cultural e criativo em nome da criação de emprego. Se é verdade que os dados mostram que, na Europa, esse sector vem revelando uma capacidade de criação de emprego superior à média dos outros sectores (cf. Kea, 2006), é verdade também que estamos a falar de um sector muito limitado quantitativamente, com poucos efeitos portanto sobre o emprego global. Além disso, em grande parte dos territórios afectados por crises de desemprego, este afecta sobretudo os trabalhadores menos qualificados, que dificilmente obtêm novas oportunidades com o desenvolvimento da economia criativa.

¹¹ G. Richards (2000), recupera a noção “capital cultural dos lugares” de D. Harvey (1989) e S. Zukin (1991). A noção reporta-se a um conjunto heterogéneo de recursos culturais valorizáveis económica e simbolicamente: as actividades especializadas de produção artística e simbólica; a oferta e as instituições culturais e artísticas; o património edificado; as qualidades estéticas dos lugares e das paisagens; os modos de vida e as culturas locais.

urbana de base cultural, sobretudo quando estas assentam na promoção de eventos ou equipamentos prestigiantes e mediáticos (Bianchini e Schwengel, 1991; García, 2005; Ferreira, 2006). Embora, como mostra Christine Boyer (2000), as origens das estratégias de publicitação e *marketing* das cidades remontem pelo menos ao início do século XX, elas ganharam nas últimas décadas enorme expressão. A autora fala numa “economia política da *imagibilidade*”,¹² para se referir ao modo como as estratégias e as campanhas de promoção das cidades produzem e difundem imagens dos lugares. Essas imagens assentam numa economia de singularidades e semelhanças, que equipara as cidades a produtos em concorrência no mercado.

A economia das imagens das cidades é também uma economia diferenciadora, hierarquizante e segregadora. C. Boyer argumenta que, na sua selectividade mercantilista e publicitária, as imagens, assim como as práticas de produção do espaço urbano, criam uma segmentação material e simbólica entre “espaços figurados” e “espaços desfigurados” da cidade. Os primeiros são espaços de desenvolvimento urbano, cujo planeamento, desenho e arquitectura lhes atribui uma identidade visual forte. Isso torna-os figuráveis, quer pelas imagens publicitárias, quer pela percepção dos sujeitos em geral. Os segundos são espaços abandonados, urbanisticamente decadentes. Albergando os grupos, as actividades e os modos de vida marginais ou destoantes com as lógicas do desenvolvimento socioeconómico dominante, são esquecidos e escondidos pelos processos que ordenam a formação das imagens das cidades.

Importa, no entanto, não olhar estes modos de reimaginação da cidade, e os seus efeitos práticos sobre a produção do espaço e dos modos de vida urbanos, de uma forma excessivamente linear e uniforme. Como argumenta Carlos Fortuna (1997a: 232), esses processos “não são uniformes nem consensuais”. Envolvem sempre uma forte ambivalência, que decorre quer da descoincidência entre aquilo que a cidade é material e sociologicamente e as imagens que dela se constroem, quer da diversidade de actores e de lógicas que intervêm nos processos de formação das imagens e dos modos de representar a cidade.

¹² Tradução da expressão original em inglês: “imageability”.

O autor reconhece o protagonismo e o poder simbólico de alguns actores nesses processos: decisores políticos, técnicos, arquitectos, designers e especialistas da comunicação e da publicidade, agentes turísticos, instituições várias. Mas argumenta que os interesses e os critérios de actuação destes actores são diversos e se combinam de formas heterogéneas. Além disso, para a formação das imagens das cidades concorrem igualmente as percepções e as interpretações dos receptores do trabalho simbólico dos especialistas, sejam esses receptores residentes, consumidores ou turistas. O que resulta são imagens dinâmicas e abertas à autonomia interpretativa, que “não permite[m] leituras semióticas globais e uniformes” (Fortuna, 1997a: 238). A cidade que resulta é assim uma cidade culturalmente mais diversa, plural e polissémica, mas também mais segmentada e desigual, tanto no plano material como simbólico.

Rumo à cidade do espectáculo?

Nas formulações teóricas mais abrangentes, as recentes modalidades de associação entre políticas culturais e regeneração urbana têm sido interpretadas por referência a dois aspectos principais. Por um lado, às transformações geradas pelos processos de globalização e de transição das economias capitalistas contemporâneas de um regime de produção fordista para um regime de acumulação flexível. Como argumenta David Harvey (1989), esses processos promovem um elevado grau de circulação do capital e do investimento, gerando dinâmicas de competição urbana pela sua captação e retenção. A cultura e o lazer são, neste contexto, utilizados como recursos economicamente competitivos, para compensar ou combater a deslocação de capitais e investimentos. Funcionam como motores daquilo que Sharon Zukin (1991) designa de processos de “destruição criativa” das paisagens urbanas – processos de reestruturação espacial das economias das cidades e de redefinição das funções e do ambiente social e estético do seu território.

Casos exemplares dessa destruição criativa são os processos de enobrecimento urbano que convertem áreas das cidades em declínio funcional e económico (como os centros históricos) em bairros com forte componente de produção e oferta cultural, artística e lúdica.

Igualmente exemplares, embora obedecendo a uma lógica distinta, são as diversas formas de tematização cultural e lúdica de zonas das cidades – da efectiva construção de parques temáticos (o Parque das Nações será o mais paradigmático caso em Portugal) à conversão funcional e simbólica de ruas e bairros em museus a céu aberto, isto é, áreas evocativas de imaginários que apelam a uma apropriação cultural e lúdica do espaço público (docas, lugares da memória e da história cultural e política local, zonas de armazéns industriais convertidos, antigos mercados requalificados, etc.). Sharon Zukin (2000) identifica precisamente estes dois tipos de exemplos como característicos dos dois paradigmas dominantes na transformação pós-moderna das paisagens urbanas: o paradigma do enobrecimento e o paradigma da *disneyficação*. Em ambos os processos o que está em causa é o concurso da cultura para uma crescente ludificação (Baptista e Pujadas, 2000) dos territórios urbanos, ou seja, para a conversão do espaço da cidade e dos seus recursos culturais em objectos que apelam a uma fruição lúdica capaz de seduzir consumidores e turistas, assim como investidores e profissionais da economia criativa.

Por outro lado, a aposta das políticas urbanas na cultura e no lazer reflecte também a modelação dos processos de reconversão funcional e estética do espaço das cidades à imagem dos estilos de vida e dos padrões de consumo das classes médias urbanas mais escolarizadas e qualificadas. Traduz ainda, além disso, o protagonismo e a influência que vai exercendo, em muitos dos processos de regeneração e enobrecimento cultural e lúdico, um conjunto heterogéneo de novos e velhos intermediários culturais,¹³ que vão rivalizando com os clássicos planeadores da cidade (arquitectos, urbanistas, engenheiros, políticos e decisores) na modelação das paisagens e dos ambientes urbanos.

Estes intermediários culturais (publicitários, *marketeers*, “criativos”, designers, programadores e planeadores culturais, promotores turísticos) têm vindo a conquistar protagonismo quer por via do seu papel

¹³ Refiro-me a novos e velhos intermediários culturais para identificar um conjunto de profissionais em que se incluem tanto especialistas da programação e difusão de actividades artísticas, como especialistas do trabalho simbólico de articulação entre produção e consumo, que a literatura tem vindo a qualificar como “novos intermediários culturais”. Veja-se, para uma clarificação destas noções, Ferreira (2009).

no planeamento cultural, quer do seu trabalho simbólico de criação e difusão de imagens das cidades, quer ainda da sua influência junto dos responsáveis pela definição das políticas culturais e urbanísticas. A interpretação de Greg Richards (2000) sobre o surto das políticas de valorização económica e simbólica do “capital cultural dos lugares” na Europa aponta precisamente neste sentido. O autor argumenta que na base desse surto está a crescente influência sobre a concepção, o planeamento e a produção do espaço público urbano de um conjunto de actores que têm especial interesse económico, social ou simbólico na valorização da cultura, da economia criativa e do lazer: as elites culturais, os novos intermediários culturais, os profissionais da produção simbólica e os agentes económicos dos sectores turístico e criativo.

A tendência de reconfiguração territorial, paisagística e funcional das cidades do mundo ocidental em espaços profundamente marcados pelas lógicas do consumo, e pelas componentes lúdica, hedonística e expressiva que ele assume contemporaneamente (Featherstone, 1991), parece ser generalizada e inelutável. Conjuntamente com as dinâmicas de transformação da economia capitalista e os rearranjos das estruturas e das hierarquias sociais urbanas, algumas políticas e práticas de planeamento e de promoção das cidades têm concorrido activamente para essa reconfiguração. Vão gerando, assim, novos (des)equilíbrios entre as figuras estruturantes da ordem espacial e social da vida urbana: o público e o privado; o centro e as margens; a produção, o consumo e a participação; o cívico e o lúdico; o político, o económico e o cultural; o cidadão e o consumidor; o nativo e o estrangeiro; o transeunte e o turista; o paroquialismo e o cosmopolitismo culturais; a conservação e a renovação; a materialidade e o imaginário urbanos.

Christine Boyer (1996: Cap. 2) capta esta tendência de reconfiguração ao reflectir precisamente sobre a mudança das formas representacionais subjacentes aos modelos de planeamento e à concepção arquitectónica das cidades. Na sua proposta interpretativa da história da produção do espaço e das materializações da memória das cidades do mundo capitalista, a autora sugere a sucessão de três formas representacionais dominantes: as formas da “cidade como obra de arte” (até finais do século XIX), da “cidade como panorama” (ao longo do primeira metade do século XX) e da “cidade do espectáculo” (segunda metade do século

XX e em plena afirmação a partir da década de 1980, acompanhando a “viragem cultural” das políticas urbanas).

Nesta última forma de representação, cuja materialização exemplar será Los Angeles, a cidade é perspectivada, projectada e planeada como uma colagem, uma justaposição de fragmentos em permanente transformação, de ambientes simulados, encenados e estilizados. Ou seja, um espectáculo de imagens sobrepostas e em contínuo movimento, para deleite visual e lúdico dos cidadãos e transeuntes, assim convertidos em espectadores e consumidores da cidade. A “cidade do espectáculo”, conceptualizada por Boyer a partir da metáfora da televisão e do cinema, é a cidade do consumo e dos consumidores, organizada pela lógica do mercado e da mercadoria e pela conversão do espaço, da arquitectura e da decoração em cenários ou em imagens consumíveis para puro entretenimento.

A tipificação de C. Boyer poderá ser excessiva, demasiado centrada nos aspectos das cidades contemporâneas que melhor reflectem contrastes paradigmáticos nos modos de as conceber, planear e imaginar. Sobrevaloriza também os efeitos da expansão da cultura do consumo sobre o ordenamento e a experiência do espaço urbano. Mas capta traços que colonizam hoje muitas das filosofias de intervenção e planeamento urbano, nomeadamente das que são sustentadas na aposta cultural e criativa: a hiper-valorização da estilização dos espaços e dos ambientes; a fragmentação do espaço urbano e o reforço das suas discontinuidades materiais e simbólicas; a reorganização do espaço público como espaço de consumo e entretenimento; a conversão do património, dos lugares da memória e dos recursos culturais em elementos de um espectáculo visual total, para consumo de transeuntes e turistas (Balibrea, 2003; Fortuna, 2002; Sorkin, 2000; Zukin, 1991).

Conclusão

Pode a cultura ser um instrumento de sucesso para a regeneração económica e social de cidades em risco de declínio económico e social ou em busca de novas oportunidades de desenvolvimento? Esta pergunta paira insistentemente sob toda a discussão que as políticas e as estratégias orientadas para o reforço do potencial cultural e criativo

das cidades contemporâneas têm suscitado. No entanto, talvez nos devamos antes interrogar sobre o que valem, ou podem valer, as artes e a cultura para todos aqueles que vivem e usam as cidades, como residentes, trabalhadores ou visitantes.

As artes, a cultura, o património, a actividade criativa, o lazer e o turismo são ingredientes essenciais da vida urbana, a cuja influência as cidades não podem, nem devem, escapar. As tendências que marcam contemporaneamente a transformação destes domínios reflectem-se por isso nelas de forma inelutável, gerando novas dinâmicas, mas também novos desequilíbrios. Neste quadro, as cidades vão-se tornando lugares mais marcados pelas lógicas do mercado e do consumo, combinando no seu interior, simultaneamente, traços que as igualizam com outros que as singularizam e que assinalam originalidades que emergem da pluralidade e diversidade cultural que também albergam. Com isso, abrem-se novas oportunidades para alguns grupos e sectores, enquanto outros são marginalizados. Redesenham-se desigualdades e renovam-se segmentações espaciais, sociais e simbólicas.

Neste contexto, a vocação das políticas urbanas deve ser também a de dar atenção a estes diversos efeitos e procurar promover equilíbrios e condições para que a cidade seja efectivamente um lugar de qualidade de vida e cidadania generalizada. A obsessão que políticos, decisores e planeadores vêm mostrando em utilizar a cultura como instrumento ao serviço de programas de regeneração urbana e reposicionamento competitivo das cidades secundariza com frequência dois outros aspectos essenciais: que o real envolvimento das pessoas, nas suas várias condições (criadores, mediadores, utilizadores, consumidores, ...), é essencial para que o desenvolvimento cultural seja consistente e consequente; e que, para ser realmente desenvolvimento, se deve fazer à medida dos recursos, dos interesses, das necessidades e das expectativas das pessoas.

Além disso, na ânsia de acompanhar o “espírito do tempo” e não falhar os caminhos para o futuro que a economia pós-industrial e a sociedade da informação e do conhecimento parecem sinalizar, mimetizam-se fórmulas programáticas sem ponderar consistentemente os destinos a atingir ou os meios e condições para lá chegar. A inflação da retórica sobre a cidade criativa, linguagem em que recentemente se foi reenunciando o ideal mais genérico da cidade cultural, é disso bem exemplar. Em muitos

programas de política urbana inspirados nesse ideal é impreciso e ambivalente o sentido atribuído à criatividade, que ora é atributo específico da atitude artística, ora é característica inerente à condição humana; ora é imaginação para resolver problemas sociais, ora é equivalente a inovação empresarial geradora de valor acrescentado na nova economia criativa. Imprecisos e ambivalentes são também com frequência os objectivos e resultados projectados em outros tantos programas, por efeito de uma retórica preocupada acima de tudo em legitimar, em nome do interesse colectivo, opções que servem afinal interesses particulares.

Daqui resultam com frequência equívocos e ilusões, projectos e intenções condenados pela sua débil sustentabilidade, que nem cuidam do efectivo desenvolvimento cultural, nem da regeneração urbana, nem tão pouco de uma competitividade sustentável. Por isso, talvez valha mais a pena pensar o desenvolvimento da cultura e da criatividade não tanto como instrumentos, mas antes como objectivos para uma cidade melhor.

Referências bibliográficas

AUGUSTO Mateus & Associados. *O sector cultural e criativo em Portugal. Estudo para o Ministério da Cultura*. Lisboa: Augusto Mateus & Associados, 2010 (versão electrónica, <http://www.portaldacultura.gov.pt/SiteCollectionDocuments/Imprensa/SCC.pdf>; consultado em Março de 2010).

BALIBREA, Mari Paz. “Memória e espaço público na Barcelona pós-industrial”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 67., 2003, p. 31-54.

BAPTISTA, Luís Vicente; PUJADAS, Joan J. “Confronto e entreposição: os efeitos da metropolização na vida das cidades”, *Fórum Sociológico*, 3/4 (IIª série), 2000, p. 293-308.

BIANCHINI, Franco. “Urban Renaissance? The Arts and the Urban Regeneration Process”, in S Macgregor, Susanne; Pimlott, Ben (eds.), *Tackling the Inner Cities: The 1980s Reviewed, Prospects for the 1990s*. Oxford: Clarendon Press, 1990, p. 215-250.

_____ ; PARKINSON, Michael (orgs.). *Cultural Policy and Urban Regeneration. The West European Experience*. Manchester & New York: Manchester University Press, 1993.

_____ ; SCHWENDEL, H. “Re-imagining the City”, in John Corner, and Sylvia Harvey (eds.), *Enterprise and Heritage: Crosscurrents of National Culture*. London & New York: Routledge, 1991, p. 212-234.

Boyer, M. Christine (1996), *The City of Collective Memory. Its Historical Imagery and Architectural Entertainments*. Cambridge, Mass. & London: The MIT Press.

_____. “Cities for Sale: Merchandising History at South Street Seaport”, in Sorkin, Michael (ed.), *Variations on a Theme Park. The New American City and the End of Public Space*. New York: Hill and Wang, 2000, p. 181-204.

Costa, Pedro. “Centros e margens: produção e práticas culturais na Área Metropolitana de Lisboa”, *Análise Social*, XXXIV (154), 2000, p. 957-983.

EVANS, Graeme. *Cultural Planning: An Urban Renaissance?* London: Routledge, 2001.

FEATHERSTONE, Mike. *Consumer Culture and Postmodernism*. London: Sage, 1991.

FERREIRA, Claudino. “Intermediação cultural e grandes eventos. Notas para um programa de investigação sobre a difusão das culturas urbanas”, *Oficina do CES*, 167, 2002.

_____. “Grandes eventos e revitalização cultural das cidades. Um ensaio problematizante a propósito das experiências da Expo’98 e da Porto 2001”, *Territórios do Turismo*, 2, 2005.

_____. *A Expo’98 e os imaginários do Portugal contemporâneo. Cultura, celebração e políticas de representação*. Tese de Doutoramento. Coimbra: Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, 2006.

_____. Intermediários culturais e cidade, in Carlos Fortuna e Rogério Proença Leite (org.), *Plural de cidade: novos léxicos urbanos*. Coimbra: Almedina, 2009.

FERREIRA, Vítor Matias. “E depois da Expo’98, a cidade à beira-mar plantada?”, in Vítor Matias Ferreira e Francesco Indovina (org.), *A cidade da Expo’98. Uma reconversão na frente ribeirinha de Lisboa?* Lisboa: Bizâncio, 1999, p. 312-327.

FLORIDA, Richard. *The Rise of The Creative Class: And How It’s Transforming Work, Leisure, Community and Everyday Life*. New York: Basic Books, 2002.

_____. *Cities and the Creative Class*. New York: Routledge, 2005.

FORTUNA, Carlos. “Destradicionalização e imagem da cidade: o caso de Évora”, in Fortuna, Carlos (org.), *Cidade, cultura e globalização. Ensaio de sociologia*. Oeiras: Celta, 1997a, p. 231-257.

_____. “The show must go on: why are old cities becoming fashionable?”, in Laura Bovone (a cura di), *Mode: produrre cultura, creare comunicazione*. Milano: Franco Angeli, 1997b, p. 73-8.

_____. “Culturas urbanas e espaços públicos: sobre as cidades e a emergência de um novo paradigma sociológico”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 63, 2002, p. 123-148.

_____. ‘E depois da festa?’ Ou Coimbra, a cidade e a cultura, in Conselho da Cidade (org.), *Coimbra 2003: E depois da festa?* Coimbra: Almedina, 2004, p. 84-98.

_____.; FERREIRA, Claudino; SANTOS, Helena et al. *Intermediários culturais, espaço público e cultura urbana. Um estudo sobre a influência dos circuitos culturais globais em algumas cidades portuguesas*. Relatório de investigação. Coimbra: CES, 2003.

FUNDAÇÃO de Serralves *Estudo macroeconómico – Desenvolvimento de um cluster de indústrias criativas na Região do Norte*. Porto: Fundação de Serralves, 2008, (versão electrónica: <http://www.serralves.pt/fotos/editor2/PDFs/N%20Criativo%20Relatorio%20Final.pdf>; consultada em Fevereiro de 2010).

GARCÍA, Beatriz. “Urban Regeneration, Arts Programming and Major Events. Glasgow 1990, Sydney 2000 and Barcelona 2004”, *International Journal of Cultural Policy*, 10 (1), 2004, p. 103-118.

_____. “Deconstructing the City of Culture: The Long-term Cultural Legacies of Glasgow 1990”, *Urban Studies*, 42 (5/6), 2005, p. 841-868.

GARNHAM, Nicholas. “From Cultural to Creative Industries. An Analysis of the Implications of the ‘Creative Industries’ Approach to Arts and Media Policy Making in the United Kingdom”, *International Journal of Cultural Policy*, 11, (1), 2005, p. 15-29.

GIBSON, Lisanne; STEVENSON, Deborah. “Urban Space and the Uses of Culture”, *International Journal of Cultural Policy*, 10 (1), 2004, p. 1-4.

HARVEY, David. *The Condition of Postmodernity: an Inquiry into the Origins of Cultural Change*. Oxford: Basil Blackwell, 1989.

HENRIQUES, Eduardo Brito. “Novos desafios e orientações das políticas culturais: tendências nas democracias desenvolvidas e especificidades do caso português”, *Finisterra*, XXXVII (73), 2002, p. 61-80.

HESMONDHAGH, David; PRATT, Andy. “Cultural Industries and Cultural Policy”, *International Journal of Cultural Policy*, 11, (1), 2005, p. 1-13.

INTERNATIONAL Journal of Cultural Policy, 2004, 10 (1).

KEA European Affairs. *The Economy of Culture in Europe*. Study prepared for the European Commission, 2006), (versão electrónica: <http://www.keanet.eu/Ecoculture/Study%20new.pdf>; consultada em Janeiro de 2010).

LANDRY, Charles. *The Creative City. A Toolkit for Urban Innovators*. London: Earthscan Publicacions, 2000.

_____. *Lineages of the Creative City*. Stroud: Comedia, 2005, (versão electrónica: http://www.comedia.org.uk/pages/pdf/downloads/Lineages_of_the_Creative_City.pdf; consultada em Outubro de 2009)

_____.; GREENE, Lesley; MATARASSO, François; BIANCHINI, Franco. *The Art of Regeneration. Urban Renewal through Cultural Activity*. Stroud: Comedia, 1996.

MARKUDEN, Ann; GADWA, Anne. “Arts and Culture in Urban or Regional Planning: A Review and Research Agenda”, *Journal of Planning Education and Research*, 29(3), 2010, p. 379-391.

MATARASSO, François. *Use or Ornament? The Social Impact of Participation in the Arts*. Stroud: Comedia, 1997.

_____.; LANDRY, Charles. *Balancing Act: Twenty-one Strategic Dilemmas in Cultural Policy*. Strasbourg: Council of Europe, 1999.

McGUIGAN, Jim. *Culture and the Public Sphere*. London & New York: Routledge, 1996.

MOMMAAS, Hans “Cultural Clusters and the Post-industrial City: Towards the Remapping of Urban Cultural Policy”, *Urban Studies*, 41, 2004, p. 507-532.

MYERSCOUGH, John. *The Economic Importance of the Arts in Great Britain*. London: Policy Studies Institute, 1988.

PEIXOTO, Paulo. “Gestão estratégica das imagens das cidades: análise

de mensagens promocionais e de estratégias de marketing urbano”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 56, 2000, p. 99-122.

_____. “Centros históricos e sustentabilidade cultural das cidades”, *Sociologia*, 13, 211-226, 2003.

PORT Authority of NY&NJ. *The Arts as an Industry: Their Economic Importance to the New York - New Jersey Metropolitan Region*. The Port Authority of NY&NJ, 1993.

PRATT, Andy. “Cultural Industries and Public Policy. An Oxymoron?”, *International Journal of Cultural Policy*, 11 (1), 2005, p. 31-44.

REEVES, Michelle. *Measuring the Economic and Social Impact of the Arts: A Review*. London: The Arts Council of England, 2002 (versão electrónica: <http://www.artscouncil.org.uk/media/uploads/documents/publications/340.pdf>; consultada em Fevereiro de 2010).

RICHARDS, Greg. “The European Cultural Capital Event: Strategic Weapon in the Cultural Arms Race?”, *International Journal of Cultural Policy*, 6 (2), 2000, p. 159-181.

SCOTT, Allen. *The Cultural Economy of Cities. Essays on the Geography of Image-Producing Industries*. London, Thousand Oaks & New Delhi: Sage, 2000.

SILVA, João Albino (coord.). *Faro 2005 Capital Nacional da Cultura: avaliação integrada do evento*. Faro: Faculdade de Economia da Universidade do Algarve, 2006.

SORKIN, Michael. “See You in Disneyland”, in *idem* (ed.), *Variations of a Theme Park. The New American City and the End of Public Space*. New York: Hill and Wang, 2000, p. 205-232.

THROSBY, David; GLENN, Withers. *The Economics of the Performing Arts*. London: Edward Arnold, 1979.

UNESCO. *Cultural Industries: A Challenge for the Future of Culture*. Paris: UNESCO, 1982.

ZUKIN, Sharon. *Landscapes of Power: From Detroit to Disney World*. Berkeley: University of California Press, 1991.

Recebido em 05 de março de 2010.

Aprovado em 01 de junho de 2010.

Brasilmar Ferreira Nunes*

RESUMO

O tema tratado no presente artigo é um desafio intelectual que se adéqua às minhas preocupações de pesquisa nesses últimos anos em que estive envolvido com o estudo da lógica urbana de Brasília e do Distrito Federal. Brasília, um verdadeiro laboratório urbano, coloca a relação entre a “cidade ideal” e a “cidade real” como pano de fundo e obriga o pesquisador a procurar entender as bases paradigmáticas do planejamento urbano e do urbanismo que levam a determinadas concepções de espaço urbano. A discussão que aqui se apresenta procura recuperar um debate que ocorre no campo urbanístico desde o século XIX, expõe seus impactos dentro da prática do planejamento urbano no Brasil e procura elaborar sinteticamente reflexões sobre os efeitos que essa prática produz em sociedades desiguais como a nossa. Na essência tentamos nos inserir num debate discursivo sobre as influências de paradigmas urbanísticos numa sociedade heterogênea e desigual como a nossa, procurando mostrar a dificuldade

* Professor Titular da Universidade Federal Fluminense - UFF e Professor Colaborador do Programa de Pós Graduação em Sociologia/UnB. Pesquisador bolsista do CNPq. Email: bnunes.uff@gmail.com.

que é adaptar paradigmas racionais de planejamento na explicação de nosso processo de urbanização.

Palavras-chave: Planejamento urbano, cidade, modelos urbanísticos, modernismo, sociologia urbana

CITY LIVED AND PLANNED CITY: A MEETING OF THEORY AND RESEARCH

ABSTRACT

The topic covered in this article is an intellectual challenge that fits to my worries of research in this last years that I had evolved with the study of Urban Logic of Brasilia and Federal District. Brasília, a real urban laboratory, puts the relation between the “ideal city” and the “real city” as backdrop and requires the researcher to seek understanding the paradigmatic foundations of urban planning and urbanism that lead to certain conceptions of urban space. The discussion presented here seeks to recover a debate that occurs in the urban field since the nineteenth century, exposes their impacts inside the practice of urban planning in Brazil and seeks to prepare synthetically reflections about the effects that this practice produces in unequal societies like ours. In essence we try to insert ourselves in a discursive debate about the influences of urban paradigms in a heterogeneous and unequal society like ours, looking to show the difficulty that is to adapt rational paradigms of planning in the explanation of our process of urbanization.

Keywords: Urban planning, city, urban models, modernism, urban sociology

APRESENTAÇÃO

Por um bom período de mais ou menos dez anos, me envolvi com a tarefa de compreender a lógica urbana de Brasília e do Distrito Federal o que me permitiu constante cruzamento entre a cidade real e a cidade ideal, tal qual planejada pelos arquitetos e urbanistas. O tema a ser tratado aqui – “Cidade vivida e cidade planejada: encontro da teoria com a pesquisa” – é um desafio intelectual que se adéqua às minhas preocupações de pesquisa nesses últimos anos.

Temos a ideia pré-concebida de que o planejamento da cidade, seu planejamento urbano deveria nos fornecer os caminhos presentes e futuros que o espaço da cidade segue e seguiria, na medida em que a sua racionalidade idealizada não prevê a possibilidade de mudanças nos rumos pensados e desenhados na prancheta. Ao mesmo tempo, a importância de inserir reflexões do pensamento sociológico na cidade e no planejamento urbano decorre do próprio fenômeno urbano em si, entendido na sua complexidade como um fato social total. Vista como síntese da sociedade contemporânea, a metrópole é simultaneamente a experiência mais acabada da modernidade e também o lugar de onde surgem os mais atuais dilemas da vida social. É nessa perspectiva que a sociologia pode contribuir para a compreensão do fenômeno. A centralidade física e social das metrópoles atuais, com a elevada densidade de seu espaço construído e suas funções terciárias vitais, fica assim no centro dos possíveis desdobramentos analíticos que o tema coloca. Suas diferentes dimensões fazem da cidade ao mesmo tempo um objeto de reflexão crítica e um projeto de sociedade.

1 – Introdução: os modelos urbanísticos ao longo do século XX

Especialistas em história urbana distinguem a cidade histórica antiga, daquelas que caracterizam a modernidade. A cidade antiga é aquela facilmente identificada pelas construções feitas dentro de muros históri-

cos e que segue regras de formação do tecido morfológico que podemos remeter, em termos muito sintéticos, às regras de cidades européias na Alta Idade Média. Foram construídas ao longo da história, segundo modelos de formação urbana e de edificação transmitidos com lentidão de uma geração a outra e corresponderam a um saber técnico e científico constante e homogêneo. Esta cidade antiga é pouco representativa para os padrões que regem o aparecimento e a evolução dos sítios urbanos que, com a evolução das técnicas de produção e a mudança qualitativa nas funções da cidade, a partir da industrialização, foram alteradas. A partir da metade do século XIX, estas áreas “antigas” ficaram restritas a pequenos espaços dentro de grandes cidades, confundindo-se com o centro histórico, diferenciando-se da cidade nova, moderna, que apresenta grandes dimensões e que gozam também de grande dinamismo.

Da mesma forma que a cidade antiga, também as cidades na modernidade tradicionalmente crescem de maneira voluntária, a partir de um somatório de decisões individuais que sem umnexo comum aparente, terminam por adquirir uma intrínseca coerência. Desta forma, tudo que superficialmente parece um caos, mas que na verdade é produto de uma certa lógica de relação entre os agentes sociais, significa simplesmente que existe um processo permanente de produção da cidade que faz do seu espaço físico um elemento em constante mutação.

Portanto, a premissa que considera o planejamento urbano um instrumento de racionalização do espaço físico e do espaço das relações sociais não deixa de conter uma elevada dose de utopia. De um lado, procura intervir em processos sociais e decisões individuais autônomos de uso e ocupação do solo, o que por si só, já traz uma série de questões. Por outro lado, sabemos ao mesmo tempo em que, dentro das possibilidades de planejar uma cidade, não há um único modelo ou paradigma e que muitos aspectos de uma determinada perspectiva sobre o urbanismo e o planejamento urbano são claramente em contradição com as de outros modelos.

Em outras palavras, não há uma perspectiva única e definitiva que nos colocasse diante de um fato - “o planejamento” - e a partir daí fizéssemos as críticas e/ou considerações. As cidades planejadas, em oposição àquelas de crescimento autônomo, colocam-se como casos especiais no conjunto de fenômenos que caracterizam o fato urbano

e não são de forma alguma uma exceção na história ocidental¹. Além do mais, a diversidade de experiências de uso e ocupação do território urbano que as diferentes sociedades em vários momentos históricos utilizam, gerando cidades com características peculiares, exige uma abordagem mais ampla da questão de maneira a captar as diferentes possibilidades do fato urbano, sua forma e conteúdo.

Choay (1988), por exemplo, nos apresenta três possibilidades de se planejar uma cidade que ilustra bem tais considerações: o modelo *progressista*, o modelo *culturalista* e o *naturalista*. Como veremos, são perspectivas de tratamento da cidade da era industrial, sobretudo a partir do século XX – etapa subsequente a um *pré-urbanismo* – momento em que a cidade deixa de ser um tema de generalistas (historiadores, economistas, filósofos, políticos, etc.) e passa a ser apanágio de especialistas, mais particularmente arquitetos. Comparativamente à politização da cidade industrial com a emergência da classe operária na Europa, sobretudo no século XIX, observa-se ao longo do século XX um processo de despolitização da cidade e seu tratamento.

Entretanto, mesmo sendo um século caracterizado na sua primeira metade por duas guerras mundiais e pela grande crise econômica de 1929, é possível argumentar que o contexto político que permitiu aflorar perspectivas urbanísticas diferenciadas ao longo daquele século guarda proximidade com a emergência de um Estado liberal no Ocidente (Europa) que culmina no pós-guerra dos anos 1950 no que iria ser conhecido como “Estado do Bem-Estar”. Assim, a despolitização da cidade naquele momento se relaciona com a apropriação pelos grupos dirigentes das teses socialistas de distribuição da riqueza social, agora responsabilidade de um Estado providência. Como argumenta Choay (op.cit, 30) “Ao invés de se situar na utopia, o urbanismo vai transmitir aos seus técnicos uma tarefa *prática*” (grifo da autora). Em outras palavras, tratava-se de encontrar soluções técnicas para o ordenamento das cidades, levando-se em conta que a questão social estaria equacionada com as políticas do *welfare state*. Nesse contexto, mesmo com esta premissa pragmática a possibilidade de colocar na prancheta

¹ Ver a este respeito, por exemplo, P. Merlin “Les villes nouvelles en France”, ou ainda Maurice Beresford: “New Towns of the middle-age: town plantation in England, Wales and Gascony”, cf. bibliografia.

certas imaginações utópicas é inevitável: não há como resistir diante de uma prancheta vazia, onde sonhar é possível, basta sonhar, daí o esforço dos arquitetos e urbanistas em propor soluções às cidades e aos seus problemas. Vejamos rapidamente algumas das características dos modelos urbanísticos apresentados.

O *progressista*, num misto de soluções utilitárias e soluções práticas terá em Le Corbusier seu principal nome de referência. A idéia subjacente aqui é a de modernidade, movimento que estaria se manifestando em diferentes domínios (ciência, técnica, política, arte, etc.) movimento este ao qual os urbanistas deveriam se incorporar ativamente. Há entre os adeptos desta corrente a consideração da cidade industrial como a síntese das sociedades contemporâneas, o que fortalecia o princípio da racionalidade, do predomínio de técnicas ou de tecnologias novas na construção, numa perspectiva futurista onde a cidade deveria expressar no seu espaço construído os movimentos de avant-garde então em curso, assim como a racionalização do trabalho e de sua divisão técnica e social.

Em outras palavras, o interesse dos urbanistas se desloca das estruturas econômicas e sociais para as estruturas técnicas e estéticas, entendidas essas como os efeitos produzidos por certas realidades sobre nossa sensibilidade. A cidade como uma “máquina de morar”, um instrumento de trabalho, deve se adaptar às novas tecnologias de mobilidade (o automóvel) e de habitar (aço, concreto, vidros); os arquitetos progressistas procuram ainda diminuir os níveis de densidade ocupacional do solo, espalhando edifícios semi-isolados entre parques e jardins: a consequência é o fim da rua, signo de épocas ultrapassadas. Sob tais premissas é inevitável que o foco privilegiado é o indivíduo ao invés da comunidade. Entre seus expoentes estão além de Le Corbusier, Gropius, e no Brasil, Lucio Costa, muitos deles atuando no CIAM de onde em um de seus congressos é lançada a “Carta de Atenas”, um verdadeiro manifesto do modelo progressista².

O modelo *culturalista* encontra suas origens no fim do século XIX numa Europa em franco processo de industrialização, sobretudo na

² CIAM: Congresso Internacional de Arquitetura Moderna realizado em 1933 é que estabelece os princípios da “Carta de Atenas” documento que se transforma em verdadeiro manual doutrinário do planejamento urbano modernista.

Áustria e na Alemanha, de onde parte o movimento que origina o modelo. Cabe lembrar que a Alemanha está nesse período em processo de consolidação de um Estado nacional e de uma economia que se encaminha para ser a mais importante da Europa. Os urbanistas culturalistas adotam uma perspectiva em certo sentido similar ao modelo progressista na medida em que encaram a cidade como uma totalidade, porém a grande cidade industrial é criticada colocando-se como alternativa a cidade-jardim. Esta tem seus limites claramente definidos, rodeada por um cinturão verde, portanto uma cidade-jardim que não poderia se expandir segundo um movimento celular vivo; a cidade teria seus limites bem claros, rodeada por um cinturão verde e qualquer excesso de população engendraria um novo centro, situado a certa distância e também rodeado por outro cinturão verde. Os habitantes da cidade deveriam obedecer a alguns critérios sociológicos: equilíbrio entre as diferentes faixas etárias, e entre diferentes setores de trabalho, com cuidados para que a cidade consiga garantir a variedade de seu espaço interior. As ruas (e as praças) são para os culturalistas um elemento fundamental, definindo lugares de passagem e de reencontros, favorável, portanto à intensidade e à multiplicação das relações interpessoais.

Choay (op.cit) argumenta que esse modelo é *nostálgico*, com primazia para questões estéticas e formas do passado, desconhecendo a evolução das condições de trabalho, e mesmo dos problemas de circulação nas cidades industriais. Como nos sugere a autora (op.cit.;45) se referindo ao debate no interior dos adeptos deste modelo:

apesar das divergências e suas posições e de suas preocupações (nas quais a filosofia, história da cultura, e a economia política têm papel respectivamente principal) espíritos tão diversos como Max Weber, Sombart ou Spengler nos apresentam uma imagem bastante similar da cidade europeia pré-industrial. Ela é para os três um lugar e um momento excepcional onde graças a um clima particular da comunidade urbana, o indivíduo humano pode se realizar e a cultura se desenvolver.

O inglês Ebenezer Howard e o austríaco Camillo Sitte são os grandes influenciadores dessa corrente do culturalismo no urbanismo no século XX.

Por último o modelo *naturalista* que surge e marca o pensamento

tanto de sociólogos como dos planejadores urbanos (*town-planners*) americanos, foi elaborado sob o nome de *Broadacre-City* pelo grande arquiteto americano F.L.Wright. Este modelo se funda no pressuposto segundo o qual a grande cidade industrial é acusada de alienar o indivíduo no artificialismo e somente o contato com a natureza pode trazer o homem para si mesmo e permitir um desenvolvimento harmônico da pessoa como totalidade. O princípio da democracia, onde cada um tivesse a liberdade de agir segundo sua vontade – designando, portanto um individualismo intransigente, ligado a uma despolitização da sociedade, em benefício da técnica – é a base ideológica dos adeptos desse movimento. A proposta de Wright (para a *City*) contraditoriamente elimina a cidade, onde a natureza se torna um ambiente contínuo no qual todas as funções urbanas são *dispersadas* e isoladas sob a forma de *unidades reduzidas*; não se pensa em apartamentos, a habitação é individual com um terreno de no mínimo quatro acres para que os ocupantes se dediquem à agricultura e atividades de lazer. As unidades industriais e comerciais são de porte reduzido destinados a um pequeno número de pessoas. Todas as células (individuais e sociais) se interligam por uma ampla rede de rotas terrestres e aéreas: o isolamento só faz sentido desde que possa ser facilmente rompido. Cada um estaria ligado à totalidade do espaço, todas as direções estariam disponíveis para sua investigação. A idéia de um tecido uniforme foi pensada de forma a abranger todo o planeta, a partir de um pequeno ensaio numa região limitada dos EUA.

Esta síntese – como tal, sempre limitada – de três modelos urbanísticos para as metrópoles contemporâneas que prevaleceram ao longo do século XX continuam ainda a ser referências para as propostas no século XXI, quando se generaliza as grandes cidades a nível universal. Não esqueçamos que no Ocidente, durante longos períodos da história, as cidades simbolizavam modernização, desenvolvimento cultural e outros elementos que as qualificavam como padrão típico das sociedades avançadas³. Hoje o modelo expande-se para todas as sociedades, independente do nível de desenvolvimento ou de modernização, concorrendo para transformar a cidade num padrão universal de vida social. Isso, mesmo se a localização industrial ganha autonomia do território

³ O estudo referência para essa discussão é L. Mumford: “A cidade na História”, cf. bibliografia.

e as economias metropolitanas atuais tenham um forte componente de emprego e renda no setor terciário, o que muda qualitativamente as questões que se colocam aos planejadores. Não significa, entretanto, que esse padrão universal manifeste-se segundo lógicas semelhantes, independente do estágio de desenvolvimento de cada sociedade; ao contrário, mesmo com a globalização de práticas econômicas, o que nos poderia fazer pensar, por exemplo, que pelo menos as metrópoles mundiais estariam submetidas à mesma lógica, estudos vêm demonstrando que processos socioeconômicos endógenos persistem e marcam o perfil destas metrópoles, distinguindo-as fortemente uma das outras⁴. Mesmo em assim sendo, a cidade hoje não é mais apenas, ou sobretudo, a sede da indústria, porém continua sendo o lócus prioritário dos processos sociais e suas mudanças, portanto, áreas estratégicas tanto quanto no auge da industrialização.

2 – As repercussões da prática urbanística no Brasil

Claro que não temos no Brasil, entre nossos urbanistas, nenhuma proposta abrangente que visasse um modelo de cidade que guardasse as características sócio-culturais do país no seu conjunto, e muito menos ainda, uma proposta universal de cidade. Se aventurar em tais empreitadas não é característica de intelectuais no Brasil e no continente, sendo próprio daqueles oriundos de antigas sociedades coloniais. Estamos, portanto longe de possuímos modelos urbanos para as cidades brasileiras, ou mesmo continentais, nos moldes propostos pelos urbanistas do século XX. Isto mesmo se o Brasil receba influências dispersas desse pensamento urbanístico, sobretudo em obras pontuais que se realizam em suas grandes cidades, culminando com o caso exemplar de Brasília onde se aplicam integralmente princípios rígidos do modelo progressista.

Leme (1999) recupera algumas das experiências brasileiras no período de 1895-1965, cobrindo, portanto, setenta anos de planejamento

⁴ Ver, por exemplo, Hélène Rivière D´Arc: "Territoires urbains et société dans la globalisation: une mise en perspective Brasil-France", cf. bibliografia.

urbano no país. É um trabalho de referência para os estudiosos da questão entre nós e merece alguns comentários. Conforme a autora a trajetória desta área do conhecimento no Brasil tem sua origem nos cursos de engenharia civil e engenharia-arquitetura, se mantêm nas novas escolas de arquitetura criadas na década de 1940 e atraem a partir dos anos 1960 outras disciplinas como, por exemplo, as ciências sociais, a geografia e a economia.

Cabe lembrar que, o *campo* do urbanismo no Brasil veio sendo construído passo a passo, em sua afirmação seja como campo intelectual, seja como expressão de um modelo de cidade, portanto um campo político. Marques (1983) defende o argumento de que no Brasil a profissão de arquiteto só começa a fazer sentido a partir do momento em que Lúcio Costa assume a direção da Escola de Belas Artes no Rio de Janeiro na década de 1920, pois inicia-se então, a sua independência daquela do engenheiro-arquiteto⁵.

A periodização que é utilizada por Leme considera duas linhas de urbanismo: uma que se iniciou nos planos de melhoramentos que, em seguida, se ampliaram para o conjunto da área urbana, para a aglomeração e receberam como denominação, já na década de 70, de planos diretores de desenvolvimento integrado; outra linhagem é a que tem origem no movimento modernista e se difunde com os Congressos do CIAM, da qual a construção de Brasília será o principal exemplo. Entre nós, essas duas linhagens, diferentes em seus princípios e objetivos, se difundem nas instituições universitárias, especialmente nas escolas de arquitetura de onde expandem suas influências para as diferentes experiências de planejamento urbano no país.

O período que vai de 1895 a 1930 é importante política e economicamente pois consolida-se no país o regime republicano e inicia-se o período em que a industrialização dá seus primeiros sinais de que seria o novo eixo da acumulação de capital na economia. Dois processos que na esfera política e na esfera econômica vão impactar o processo de urbanização de maneira irreversível. Tínhamos no país uma rede urbana ainda em consolidação, exigindo intervenções pontuais numa

⁵ A primeira escola de arquitetura autônoma só aparece na década de 1940, em Belo Horizonte, cf. Sônia Marques "Maestro sem orquestra: Um estudo ideológico do arquiteto no Brasil (1820-1950), cf. bibliog.

política de resolver os problemas na medida em que se tornavam evidentes. Assim, tivemos em algumas de nossas cidades capitais ações de planejamento urbano priorizando a melhoria da infra-estrutura urbana (ferrovias, saneamento, sistema viário urbano). As intervenções eram sempre voltadas para as áreas centrais das cidades, ou bairros ocupados por segmentos de elite, apontando o que seria a tônica da política e do planejamento urbano no país ao longo do século XX. O exemplo digno de nota e que foge desta perspectiva setorializada da intervenção no espaço da cidade é a construção de Belo Horizonte inaugurada em 1897 cujo plano urbanístico foi coordenado por Aarão Reis (1853-1936), engenheiro politécnico que tinha contatos com experiências urbanísticas estrangeiras o que resultou num plano que “expressava boa parte da cultura técnica e das preocupações estéticas de seu tempo, relativas à cidade” (Gomes e Lima, in Leme, op.cit.: 121).

Não temos, portanto aqui questões similares às colocadas aos urbanistas europeus e estadunidenses. Nossas cidades ainda de porte relativamente pequeno não tinham no industrialismo a origem de seus problemas; ao contrário, as metrópoles européias se apresentavam aos olhos das elites locais como centros da modernidade e da civilização, portanto, verdadeiros paradigmas urbanos. Talvez esteja aí a razão pela qual pouco avançamos na imaginação de uma cidade que correspondesse a uma cultura autóctone, ainda naquele momento um híbrido entre um mundo rural dominante e um mundo urbano pouco expressivo no conjunto da sociedade.

O segundo período definido por Leme considera os anos de 1930 a 1950, vinte anos onde o país entra definitivamente na sua vocação industrial que iria ao logo das décadas seguintes se consolidando cada vez com mais consistência. O governo de Getulio Vargas talvez seja o grande responsável por nossa mudança no eixo da economia, com a implantação de segmentos da indústria de base (Siderúrgica de Volta Redonda) e a valorização do trabalho urbano através da fixação do salário mínimo para os trabalhadores na indústria. Observa-se nesse período uma mudança de enfoque no planejamento urbano, onde a cidade passa a ser pensada como uma totalidade, procurando racionalizar seu crescimento, articulando os vínculos entre os bairros e o centro, priorizando o sistema de vias e de transportes. A intervenção no espaço das cidades se faz agora

através de planos que têm por objeto o conjunto da área urbana na época (Leme, op. cit.: 25). Cabe destaque a adoção de legislação urbanística controlando o uso e a ocupação do solo que será proposta a partir desta data. O marco urbanístico do período é a construção de Goiânia cujo projeto é de 1933. A documentação existente sobre o plano proposto mostra que seus mentores – Atílio Corrêa Lima e Armando de Godoy - que exerciam suas atividades profissionais no Rio de Janeiro, “dominavam os conhecimentos teóricos e técnicos indispensáveis para a concepção de uma cidade moderna naquele período (Leme, op. cit.: 226).

Interessante é destacar que o planejamento nas cidades brasileiras contou desde os inícios do século XX com a participação de urbanistas estrangeiros (Joseph-Antoine Bouvard, Donat Alfred Agache, Gastón Bardet, Le Corbusier e mais à frente Joseph Lebet). Agache propõe um plano para o Rio de Janeiro no final dos anos 20,; Le Corbusier também formula uma proposta futurista para o Rio de Janeiro não implementada. Ambos pertenciam a escolas urbanísticas distintas e não restam dúvidas de que naquele momento a influência de Agache é maior do que a de Le Corbusier. Lebet chega ao país em 1946 e introduz entre nós o Movimento Economia e Humanismo numa perspectiva mais engajada, introduz os estudos sócio-econômicos no planejamento urbano. Os demais estrangeiros contribuem com propostas pontuais de avenidas, parques, praças e jardins ou sistemas de racionalização da circulação urbana com uso de teses urbanísticas correntes na Europa. Destes citados, a exceção é Agache cuja influência é destacada, pois o seu projeto para o Rio de Janeiro guarda proximidade com a perspectiva dos urbanistas europeus da época que viam a cidade como uma totalidade; seu plano é publicado posteriormente na França como uma proposta de planejamento urbano, sem fazer referência à cidade para a qual foi pensado⁶.

A forte presença daqueles urbanistas originários da França tem relação com o lugar que a cultura francesa ocupava entre as elites brasileiras da época, aparecendo como verdadeiro paradigma civilizatório; do lado francês, a América Latina e o Brasil em particular se apresentavam como

⁶ São duas as publicações do plano de Agache para o Rio de Janeiro: “A cidade do Rio de Janeiro-remodelação, extensão e embelezamento 1926-1930” e “La rémodélation d’ une capitale: aménagement, extension, embellissement”. Ver bibliografia.

ambientes propícios a novas experimentações urbanísticas, tendo em vista a frouxidão de legislação urbanística, ainda pouco consolidadas. Através de planos, pareceres técnicos, participação em congressos e seminários acadêmicos, a contratação de especialistas estrangeiros para exercerem suas atividades no país – um novo mercado de trabalho que se apresentava - foi um canal de difusão entre nós de idéias em curso na Europa e mesmo nos EUA⁷.

Com o Estado Novo em 1937 um novo momento, agora mais radical, transforma as estruturas urbanas no país, principalmente no que se refere ao sistema viário. São Paulo, Rio de Janeiro, Porto Alegre e Recife com suas obras viárias demonstram a forte influência que Agache exerce sobre os urbanistas de diferentes regiões do país.

Leme classifica o s anos 1950-1964 como o terceiro período, agora com planos regionais, um novo momento caracterizado pelas fortes correntes migratórias campo-cidade, o crescimento da área urbana e o fenômeno que será comum posteriormente, a conseqüente conurbação. A partir dos anos 50 se complexifica entre nós o exercício dos estudos urbanos, com novos temas e métodos que apelam para outras disciplinas do conhecimento científico. Além do mais, influenciado pelo modelo norte-americano, a questão regional começa a se consolidar como uma das vertentes do planejamento territorial entre nós.

O governo de Juscelino Kubitschek (1956-1960) implementa a proposta de mudança da capital do país do Rio de Janeiro para Brasília proposta esta já presente na Constituição de 1891. Essa talvez possa ser considerada a mais radical experiência de planejamento urbano realizada no país, que vai buscar inspiração na Carta de Atenas do CIAM (1933). De um apêndice de um amplo programa desenvolvimentista do governo federal, a nova capital se transforma no seu projeto síntese, onde pela primeira vez uma cidade é tratada como motor de um desenvolvimento

⁷ Leme identifica três momentos de penetração das idéias de urbanistas franceses: no início do século XX quando o modelo de cidade difundida é Paris das Exposições Universais, nos anos 20 e 30, através dos planos dos arquitetos ligados à Société Française d'Urbanisme e após a Segunda Guerra Mundial, quando forma-se uma nova geração de arquitetos sociólogos, economistas e geógrafos que vão atuar no campo profissional do planejamento urbano e regional. Ver Leme op. cit.: 33.

regional/nacional⁸. O concurso público para escolha do projeto urbanístico da futura capital contou com a participação de 26 equipes de arquitetos brasileiros todos eles, sem exceção, apresentando propostas influenciadas pelo urbanismo modernista, como o plano de Griffin para Camberra (1911), alguns projetos de Le Corbusier (Plan Voisin, 1925; Ville Radieuse, 1935 e Chandigarh 1950), as *new towns* inglesas, os planos de desenvolvimento urbano americanos, etc. (Leme, op.cit.: 231; Carpinteiro, 1998).

A proposta vencedora de Lucio Costa se no início foi motivo de polêmicas terminou sendo aceita e transformou-se em modelo para outras realizações urbanísticas importantes a nível mundial como o bairro La Défense em Paris e o centro administrativo do estado de Nova York em Albany, numa clara inversão de papéis até então existentes: agora era a proposta brasileira que influenciava outras experiências no exterior. Valorizada, portanto, quanto ao seu caráter urbanístico inovador, ela é também criticada sobretudo pelos efeitos sociais que produz: desaparecimento da rua, barreiras simbólicas nas super quadras gerando indefinições entre o espaço público e o espaço privado, um desenho urbanístico que mais afasta do que aproxima as pessoas, um padrão de cidade-jardim com altíssimos custos de manutenção, elevando sobremaneira o custo também dos imóveis. Assim, se por um lado, cria-se um museu vivo tombado pelos organismos internacionais e nacionais (UNESCO e IPHAN), por outro, uma perda qualitativa nos processos cotidianos de interação social urbana, consolidando uma cidade elitista e exclusiva. Talvez sejam essas as razões pelas quais o “modelo Brasília” termina sendo uma espécie de “tipo ideal” de cidade, de difícil generalização.

3 – Aspectos sociológicos da cidade vivida e da cidade planejada

Conforme pudemos perceber nas páginas anteriores, o planejamento urbano no Brasil é uma prática recorrente, mesmo se possa ser vista através de diferentes matizes: planos diretores, planejamento de cidades

⁸ Para detalhes sobre o lugar ocupado por Brasília no Governo Juscelino Kubitschek, sugiro meu texto “Brasília: a fantasia corporificada”, cf bibliografia.

novas, ações setorializadas, legislação de uso e ocupação do solo, etc. Em outras palavras, a intervenção racional do setor público na gestão das nossas cidades é algo inserido na nossa cultura no nível local, o que de forma nenhuma nos isenta de críticas e/ou falhas nessa prática. O recrudescimento da insegurança e da violência urbana vem apontando por outro lado que os espaços coletivos da cidade estão sendo cada vez mais monitorados por interesses privados, numa clara indicação de tensões entre a esfera pública (violência legítima) e a esfera privada, numa mistura entre legitimidade e ilegitimidade.

Interessa-nos, portanto, refletir agora sobre os efeitos sociológicos dessa cultura do planejamento nas interações sociais que se reproduzem nas áreas urbanas. Para tanto, lançamos algumas questões sobre a relação entre a cidade vivida e a cidade planejada.

Inicialmente cabe considerar o fato de que a rápida urbanização da sociedade brasileira vem se fazendo à custa de um desigual processo sócio-urbano. Temos entre a cidade planejada e a cidade “espontânea” dinâmicas de uso e ocupação do solo, e, portanto, de práticas de interação distintas e às vezes simultâneas⁹. Há nas nossas cidades uma clara distinção entre áreas privilegiadas pelo setor público – em geral onde habitam e trabalham grupos de renda acima da média – e áreas onde a presença do setor governamental é mais de repressão do que propriamente de controle e gestão – áreas onde habitam grupos de renda abaixo da média.

Mesmo não havendo uma divisão rígida entre uma e outra no território, essa distinção produz um espaço urbano com velocidades variadas onde em algumas inovações se implantam rapidamente, enquanto em outras persistem formas de viver, habitar e trabalhar arcaizantes ou precárias. A metrópole entre nós reflete, portanto o nosso heterogêneo processo de modernização. Esse fenômeno pode ser constatado através das condições de vida ou da oferta de equipamentos coletivos urbanos nas áreas das metrópoles, assim como a permanência de vínculos so-

⁹ Apesar de não ser rara a existência de bairros ricos isolados de bairros pobres não se pode ignorar a existência simultânea de ambos, em razão de condições históricas ou mesmo físicas dos sítios urbanos. O exemplo de favelas na Zona Sul do Rio de Janeiro ou mesmo no bairro do Morumbi em São Paulo exemplificam esse fenômeno. Nessas áreas a proximidade física entre alta e baixa rendas geram uma tensão permanente, caracterizando uma cultura do medo, segregando ao invés de ligando indivíduos e grupos nas suas relações cotidianas.

ciais onde a moeda não é ainda o elemento estruturante dos vínculos sociais. Chamemos isso de periferização ou de exclusão sócio-espacial, ou outros termos, o fato é que nossas cidades expressam nas suas formas urbanas a enorme desigualdade sócio-econômica e cultural que caracteriza secularmente a sociedade brasileira.

Entretanto, mesmo se a desigualdade entre as áreas da cidade sejam evidentes, não se pode abstrair o fato de que as cidades continuam atraindo novos habitantes, num sutil processo de esvaziamento populacional do campo, à medida que a modernização produtiva ali se consolida. Portanto, ao invés de mais uma vez insistirmos sobre as precárias condições de habitabilidade de parcelas expressivas da população urbana no país devêssemos recolocar a questão e procurar entender o que há nas cidades que faz com que mesmo assim elas continuam atraindo novos moradores, num processo irreversível.

Podemos considerar que nossas cidades não se encaixam na tipologia ideal weberiana (Weber, 1974), pois, mesmo se se formam com funções precisas (comércio, governo, exportação, etc.) a evolução que apresentam ao longo da nossa história transforma-as em núcleos complexos com múltiplas funções¹⁰. Ao mesmo tempo, com exceção do planejamento do sistema viário e alguns dos chamados serviços coletivos (energia elétrica, por exemplo), que por razões peculiares (em geral sua indivisibilidade) cruzam o território das metrópoles em toda sua extensão, o planejamento urbano no geral segue priorizando certas áreas da cidade, segmentando-a e reproduzindo a desigualdade socioespacial.

Brasília é um caso interessante, pois, além de centro administrativo, é um dos poucos casos no país onde se planeja a área de habitação de pessoas com nível educacional e de renda elevados. O que significou isso? Será que tem aí a explicação do porque deu certo o Plano Piloto? O controle do uso e ocupação do solo ali é tão rigoroso, que experiências que fogem a este modelo se vêm obrigadas a ocuparem espaços fora de seu sítio, em cidades satélites ou mesmo na região do entorno do DF. Belo Horizonte e Goiânia, também cidades novas onde se flexi-

¹⁰ Sem contar inclusive com o fato de que Weber não analisa cidades industriais ou as da modernidade. O que à primeira vista poderia invalidar o uso de suas reflexões. Porém, a análise feita se presta claramente às nossas reflexões, como tentaremos mostrar.

bilizou o plano original se nota a entrada da lógica do mercado no uso e ocupação da terra e a cidade termina perdendo aquela característica original de cidade planejada. Mesmo o Rio de Janeiro de Agache vivenciou tamanha expansão desde então que a área planejada terminou sendo um segmento restrito da cidade, na qual inclusive a lógica do mercado supera a lógica do planejamento¹¹. Estamos, portanto longe de um cenário lidos por Simmel para Roma ou Florença (Simmel, 2007), ou até mesmo Paris onde a harmonia estética termina por predominar, ou conviver, com a lógica mercantil.

Essas experiências, além do caos aparente que predomina nas metrópoles brasileiras (e latino-americanas), nos fazem pensar se a cidade é ainda o núcleo de nossa modernidade ou a expressão de sua incoerência. Tal e qual na Europa dos séculos pré-modernidade, no Brasil a cidade é ao longo do século XX o território do “homem livre”, que paulatinamente rompe os fios do clientelismo rural e vai aos poucos ganhando uma autonomia relativa para construir suas trajetórias. Temos que nos lembrar que foi no contexto das áreas urbanas do país que cresceram as chances de consolidação de um projeto diferente daquele que regia a sociedade agrária de então. Podemos até questionar o perfil desse nosso cidadão urbano, preso nas amarras de uma lógica desigual, submetido a um cotidiano de precariedades generalizadas, mas que mesmo assim se insere pouco a pouco na lógica monetária que predomina nas áreas urbanas/metropolitanas. Para nossa cultura podemos sim adotar a perspectiva weberiana, para quem a cidade seria o lugar onde se elaboram as novas legitimidades ou se autonomizam progressivamente os campos de atividades (Nunes, 2000).

Retomando nosso eixo de análise temos então duas possibilidades analíticas para pensarmos nossas metrópoles. Ou através da prática de planejamento urbano ou através do ritmo desconexo pelo qual elas se consolidam. Não são possibilidades excludentes; pelo contrário, elas terminam por se complementar. Num certo sentido, fazendo do conhecimento uma tensão permanente entre esses dois pólos, estamos procurando recuperar a pertinência do pensamento weberiano

¹¹ Fenômeno que aos poucos vem também se observando em Brasília e que ocorreu da mesma forma em Belo Horizonte e Goiânia.

(Hirschhorn, 1985) que empreende um esforço constante para não eliminar a complexidade do real em nome das exigências da razão, não sacrificando nem à supremacia do racional nem àquela do irracional.

Em outros termos, podemos colocar a questão: como entender o crescimento ininterrupto de nossas metrópoles se nelas a expansão física se faz fora dos parâmetros legais de um urbanismo racional, onde boa parte de seus habitantes vivem no limite da pobreza? Como entender o apego das populações em favelas e áreas de ocupação ilegal aos seus barracos, se numa ótica de classe esses aparecem como sinônimos de uma irracionalidade total dada a precariedade material quase absoluta que apresentam? Isso considerando ainda que os estratos inferiores sejam violentamente impactados pela desestruturação social (violência, criminalidade, etc.) e pela desestruturação das instituições públicas que deveriam atendê-los, tornando-os ainda mais vulneráveis¹².

Vejamos mais de perto a situação nas áreas de favela ou habitações precárias. No Brasil, as favelas, e suas variações regionais são as mais conhecidas formas de moradia dos grupos pobres ou desfavorecidos socialmente. A situação chegou a um ponto que já se naturalizou o modelo, havendo gerações familiares que nasceram e cresceram e vivem em favelas. Olhadas de seu exterior parecem completamente desorganizadas e sem critério nenhum que possa justificar o seu desenho (barracos, ruas tortuosas e estreitas, vielas, acesso a infra-estrutura, etc.). Entretanto, pesquisas em diferentes favelas do país apontam que a proximidade do trabalho, da escola, do comércio, do posto de saúde, do transporte, e mesmo relações de vizinhança, termina por trazer vantagens substanciais, mesmo se as condições habitacionais sejam precárias. Além disso, a própria característica física do lugar obriga a que se criem formas de organização e uso de espaços peculiares às condições do grupo que aí habita¹³. Além do mais, não são raras experiências de remoção de favelas que redundaram em fracassos fenomenais, com a população retornando às áreas originárias das quais foram removidas,

¹² Basta atentar rapidamente para o que se passa na Justiça, Segurança, Saúde, Educação, Previdência e nas próprias condições habitacionais.

¹³ O tema das favelas é largamente estudado pelas ciências sociais brasileiras. Citamos dois livros que tratam do assunto e que ajudam a compreender a sua importância: Lícia Valladares (A invenção da favela) e Paola Berestein-Jacques (A estética da ginga), cf. bibliografia.

dadas as vantagens locais que apresentam.

Isso é que nos leva a considerar que a diferença entre os territórios urbanos das cidades convencionais e as ocupações “selvagens” dos terrenos como nas favelas está indicando uma lógica de múltiplas faces na criação do território das cidades brasileiras, originando comunidades urbanas com elevado grau de diferenciação não só econômica, mas social e cultural. O resultado é que o território de nossas cidades é caracterizado por uma elevada dose de heterogeneidade multidimensional. Tudo indica, portanto que subjetivamente e culturalmente as favelas em áreas urbanas têm um princípio de racionalidade inquestionável, inclusive locacional. Por outro lado, é consenso entre estudiosos da questão habitacional no Brasil de que o poder público apesar de ambíguo tolera o crescimento de favelas porque não tem legitimidade para impedir a expansão; ou seja, por não tem criado possibilidades de habitação para as classes de baixa renda, não oferecendo qualquer alternativa para as famílias que ocupam ilegalmente uma área da cidade.

4 – Concluindo: apontando questões para o debate

A breve recuperação das influências externas no planejamento urbano que se faz no Brasil ao longo do século XX é um aspecto interessante para se discutir o processo mesmo de autonomia da influência dos padrões coloniais de arquitetura e de cidade entre nós. Nesse sentido, a presença dos arquitetos franceses, por exemplo, pode também ser lida como uma estratégia desse processo de autonomia, que se ligava de forma ampla a distintos campos intelectuais e estéticos no país. Não podemos, por exemplo, deixar de referirmos à Semana de Arte Moderna de 1922 em São Paulo, ao movimento antropofágico que daí se desdobra e que vai ao longo do século consolidando um modelo nacional de pensar a cidade. Se esse processo não resulta em alguma proposta universal, ou se não consegue racionalizar a lógica de criação de nossas cidades, isso pode ser atribuído a inúmeros outros fatores que não cabe discutir aqui e agora. De qualquer maneira, a construção de Brasília é um marco na concepção de uma arquitetura e de uma cidade que não encontra paralelo em modelos exteriores, representando um

ponto de inflexão nesse processo de autonomização do planejamento urbano no país.

Portanto, o fenômeno urbano e as modalidades de intervenção no território da cidade na América Latina e no Brasil é complexo, e o que nos faltam são modelos conceituais e uma visão global mediante as quais possamos tornar compreensíveis no pensamento aquilo que vivemos diariamente, ou seja, como explicar o fato de que a produção de nossas cidades vem se dando em grande medida de forma espontânea, envolvendo milhares de famílias, em um ambiente complexo e variado? Em outras palavras, como explicar o fato de que parcelas importantes de nossas cidades se constituem em verdadeiras “cidades clandestinas” onde o Estado ou é ausente ou age, sobretudo como repressor? Ou ainda, como explicar a persistência do problema habitacional mesmo sendo uma questão recorrente das políticas públicas já algumas décadas no país, em paralelo ao planejamento urbano seguindo os modelos já apresentados anteriormente?

Se nos ativermos às propostas dos urbanistas no último século percebemos que as nossas cidades têm uma dinâmica de crescimento que escapa às regras formais do planejamento urbano estatal. Elas continuam sendo, sobretudo, resultado de forças de mercado, de fatores de expulsão de populações de regiões deprimidas, ou mesmo de dinâmicas intra-urbanas específicas. O planejamento urbano tem cada vez mais se mostrado como uma prática de controle de um amplo processo, cuja dinâmica lhe escapa. De fato, as cidades latinoamericanas de hoje se afastam cada vez mais da utopia arquitetônica de Le Corbusier, que negava a confusão e o caos da desordem do espontâneo. Desafiando a razão arquitetônica, a estética do caos e a lógica da desordem se instauraram como expressão do urbano no continente.

Resta saber se nossos paradigmas, calcados no pressuposto de um equilíbrio instável é suficiente para dar conta desse fenômeno ou, ao contrário, teríamos que partir do caos como proposta. Numa sociedade onde a globalização financeira dá sinais de fragilidade, onde a crise se instala na própria estrutura societal, o contexto aponta para uma sociedade que se caracteriza pela dissociação da autoridade e da propriedade, e a pluralidade de conflitos. Em outros termos, estamos vivendo uma mudança estrutural, onde desequilíbrio e desordem são

os traços estruturais da sociedade e as metrópoles são as expressões mais evidentes de tal mudança.

Referências Bibliográficas

AGACHE, A. Donat. **Cidade do Rio de Janeiro: remodelação, extensão e embelezamento – 1926-1930**. Paris: Foyer Brésilien, s/d.

AGACHE, A. Donat. **La rémodélation d´une capitale: aménagement, extension, embellissement**. “Collection Urbaniste”, Paris: Société Coopérative d´Architectes Edit., 1932.

BERESFORD, Maurice. **New towns of the Middle-Age: town plantation in England, Wales and Gascony**. Londres: Lutherworth, 1967.

BERESTEIN-Jacques, Paola. **A estética da ginga: a arquitetura das favelas através da obra de Hélio Oiticica**. Rio de Janeiro: Edit. Casa da Palavra, 2003.

CHOAY, Françoise. **L´urbanisme, utopies et réalités: une anthologie**. Paris: Éditions du Seuil, 1965.

D´ARC, Hélène Rivière. **Territoires urbains et société dans la globalisation: une mise en perspective Brasil-Francde – Cahiers du Brésil Contemporain**, n. 41-41, Paris: EHESS, 1998.

GOMES, M. Aurélio de Filgueiras & LIMA, Fábio J. Martins. **Pensamento e prática urbanística em Belo Horizonte**. In: LEMO, M .C. *Urbanismo no Brasil 1985-1965*. São Paulo: Studio Nobel, FAU/USP, 1999.

HIRSCHHORN, Monique e outros. **Figures de la ville: autour de Max Weber**. Paris, Editions Aubier Montaigne, 1985.

LEME, M. C. da Silva (org.): **Urbanismo no Brasil. 1985-1965**. São Paulo: Studio Nobel; FAU/USP, 1999.

MARQUES, Sônia. **Maestro sem orquestra: um estudo da ideologia do arquiteto no Brasil – 1820-1950”**. Recife: UFPE, 1983.

MERLIN, Pierre. **Les villes nouvelles en France**. Paris: PUF, 1991.

MUNFORD, Louis. **A cidade na história**. Belo Horizonte: Edit. Itatiaia, 1965.

NUNES, Brasilmar F. **Weber, Simmel e Wirth: A cidade e o cidadão na sociedade de mercado.** In: *Política, ciência e cultura em Max Weber*. Coelho, M. F. et all (org.). Brasília: EdUnB, 2000.

NUNES, Brasilmar F. **Brasília: a fantasia corporificada.** Brasília, Edit. Paralelo 15, 2004.

SIMMEL, Georg. **Les grandes villes et la vie de l'ésprit.** Paris: Éditions de L'Herne, 2007.

VALLADARES, Lícia do Prado. **A invenção da favela: do mito de origem à favela.** Rio de Janeiro: Edit. FGV, 2004.

Recebido em 05 de março de 2010.

Aprovado em 01 de junho de 2010.

ESPAÇO E LEMBRANÇAS
NA ECONOMIA
SIMBÓLICA URBANA:
O “RETORNO” DA
PEQUENA ÁFRICA
CARIOCA *

Edson Farias**

RESUMO

A proposta deste artigo é abordar configuracionalmente os usos das lembranças africanas no que toca a tematização de faixas da região portuária do Rio de Janeiro atualmente. Deste modo, as metas analíticas se dividem nas duas seguintes instâncias. A primeira corresponde ao olhar sobre a textura mesma do espaço figurado seja como propriedade estruturante das relações sociais seja como objeto de usos diversos, mas sociohistoricamente tecido na particularidade de lugares geograficamente delimitados. Assim, recorreremos à importância gozada pelas reminiscências africanas na tematização de determinada faixa do território carioca e suas vinculações com o entretenimento-turismo. Já na segunda parte do texto o interesse está dirigido às condições sociais subjacentes às estratégias expres-

* Comunicação apresentada durante a Mesa de Análises “Reflexiones teóricas, metodológicas y empíricas en torno al estudio de las dinámicas espaciales, culturas políticas y urbanas”, no *Colóquio Internacional sobre Espaço Público y Conflicto Urbano em las Metrópolis*, Ciudad de México, Universidade Autónoma do México, de 11 a 13 de novembro de 2009.

** Professor do Depto. Sociologia e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia – UnB; pesquisador do grupo Cultura, Memória e Desenvolvimento e do Laboratório de Pesquisa Social em Trabalho, Afeto e Cultura (TAC).

sivas no escopo das ambiências montadas no escopo da malha de interdependências sócio-funcionais figuradas nesse delineamento com repercussões diretas sobre a convergência entre economias e culturas urbanas em sintonia com os ditames sistêmicos da tematização dos lugares para fins de consumo cultural, lazer e turismo. Por consequência, não se tem por fim analítico e interpretativo a discussão sobre os discursos identitários propriamente ditos; o que se quer é compreender como biografias e itinerários institucionais estão igualmente inscritos na tessitura das mesmas ambiências.

Palavras-chave: Identidade, África, Rio de Janeiro

SPACE AND MEMORY IN URBAN SYMBOLIC ECONOMY: THE “RETURN” OF RIO’S LITTLE AFRICA

ABSTRACT

The aim of this paper is to address configurationality uses of memories when it comes to African thematization tracks from the port area of Rio de Janeiro today. Thus, the analytical goals are divided in the following two instances. The first corresponds to the look on the same texture space is figured as property structuring of social relations is the object of various uses, but socio-historical particularity of tissue in places geographically defined. Thus, we turn to the importance enjoyed by the African reminiscences sidering a certain portion of territory in Rio and its ties with the entertainment-tourism. In the second part of the text's interest is directed to the social conditions underlying the expressive strategies in the scope of ambiences scope mounted on the mesh of interdependencies figured that socio-functional design with direct implications on the convergence between economies and urban cultures in line with the dictates systemic thematization of places to meet consumers' cultural, leisure and tourism. Consequently, there is no end to analytical and interpretive discussion of the discourses of identity itself; what you want to understand how institutional biographies and itineraries are also included in the fabric of the same environments.

Keywords: Identity, Africa, Rio de Janeiro

Nas duas últimas décadas se acentuou o interesse pelo tema do espaço na teoria social¹. Em lugar de encará-lo apenas à maneira de um ingrediente há mais dos fenômenos sócio-histórico, a tendência metodológica tem sido apreendê-lo enquanto um fator inalienável e, logo, de modo algum subordinado a qualquer outro na composição das experiências sócio-humanas².

Não deixa de ser irônico o fato de que a mesma ênfase teórico-analítica, a partir da reconsideração da antecedência ontológica do espaço, ocorra em um momento no qual são recorrentes as menções à dissolução dos lugares, em razão do incremento dos fluxos planetários ativados pelas dinâmicas sistêmicas vinculadas ao dueto composto por mercado e tecnologias de informação-comunicação. Na contrapartida do emprego de denominações como “não-lugares” e “trans-lugares” (Augé, 1995; Appadurai, 1997), propagaram-se interpretações sobre o desencaixe das localidades ou mesmo se apontou à desterritorialização dos símbolos, culturas, tradições, hábitos, enfim, da experiência (Santos, 1998). A respeito desse recorte objetual, Manuel Castells propôs a idéia de “lugares-fluxos” (Castells, 1999). Por sua vez, Soja sugere um novo domínio epistemológico transdisciplinar, o da pós-geografia, justamente voltado a tais novas espacialidades (Soja, 1993).

¹ Embora não desenvolva em termos analíticos no tratamento de um domínio empírico, já Durkheim sublinhou o espaço como uma categoria do entendimento que informa representações coletivas, mas as simbolizações estão subordinadas às divisões relativas à maneira como um grupo se distribui sobre um território (Durkheim, 1989: 40-41).

² Tomamos de empréstimo aqui a idéia de Giddens sobre os elementos recursivos na constituição da sociedade, entre os quais inclui o espaço. Ver o autor que o problema em torno da constituição da sociedade é re-inserido na duplicidade em que os agentes da sociedade a constitui na dinâmica da produção deles pelas condições coletivas. Posto deste modo, ele rejeita a premissa de tratar o tema da ação e dos ideais motivadores sem que se considerem, também, as assimetrias de poder e divisões de interesse. Isto é, para acessar à concreitude da ação, três aspectos da interação deveriam ser observados: a constituição do significado, a moralidade e as relações de poder. Assim, o autor chama atenção ao fato de que as escolhas e as objetivações dos posicionamentos humanos não ocorrem em um vácuo. O que, exatamente, torna viável que a atitude de alguém se faça singular àquela pessoa é que o gesto seja reconhecível pelo repertório de saberes de outros. Repertório que, logo, é intrínseco à ação do primeiro e baseia a sua significação, mas que também é transcendente àquela pessoa em específico, ou a todas envolvidas na interação, equivalendo uma instituição de cujo acesso depende as possibilidades, ou melhor, do modo como estão distribuídos os recursos da sociedade. Por isto, Giddens emprega o conceito de “dualidade estrutural” para sintetizar a idéia de que “as estruturas aparecem tanto como condição e como consequência da produção da interação.” (Giddens, 1989: 166).

Nos rastros dessas reavaliações e a luz da ênfase depositada na questão dos usos no que toca às relações sociais, o contexto e as paisagens urbanas – principalmente, os das metrópoles – se converteram em lócus e também laboratório privilegiados às pesquisas e as reflexões, devido tanto a sua secular afinidade com as nuances históricas e simbólico-morfológicas da modernidade quanto por concentrar os meios, artefatos, objetos, instituições e agentes que protagonizam a cena social contemporânea. Paulatinamente, em vez do acento posto nos efeitos da modernização industrial sobre a cidade, em conexão com projetos nacionais de desenvolvimento econômico, no contexto sócio-antropológico atual se observa a proliferação de pesquisas priorizando a diversidade dos usos na cidade. São discutidos os perfis dos grupos com os seus respectivos estilos de vida, os tipos de moralidades vigentes, as fórmulas de solidariedade, mas também o caráter das desigualdades e dos conflitos deflagrados. Igualmente se atenta às reivindicações em nome da afirmação identitária em meio às lutas por reconhecimento. Como um desdobramento analítico motivado pelos efeitos destas próprias excursões empíricas, os olhares retêm o consumo mesmo das territorialidades urbanas (Certeau, 1994; Zukin, 1995; Arantes, 1997; Fortuna, 1997; Leite, 2004).

Paralelamente, desde o início dos últimos anos noventa, com o advento das discussões de Saskia Sassen (2001) sobre as cidades globais, o maior engajamento entre sociologia do trabalho e urbana esteve em resposta à percepção do enlace entre a pulverização dos fatores de produção com a maior concentração espacial do capital em alguns poucos centros metropolitanos. Assim, Nova York, Tóquio, Londres, Paris e Roma teriam sido privilegiadas para sediar os núcleos dos conglomerados transnacionais, abrigando uma variada rede composta por igualmente vasta gama de serviços remunerados, com efeitos evidenciados no plano estritamente econômico, em meio ao processo que ressignifica tanto a dinâmica capitalista como o papel das metrópoles em países industrializados, dando-se ênfase cada vez mais ao setor terciário. Algo que redundou em remanejamentos internos à divisão e aos processos de trabalho em escala planetária, simultaneamente, com rebatimentos sensíveis na re-funcionalização do âmbito sócio-geográfico manifestos em processos de requalificação e/ou de renovação das áreas

centrais e portuárias citadinas, a princípio, organizadas em prol das unidades industriais. Evadindo-se nesse remanejamento uma dinâmica de pós-modernização cujas facetas dizem respeito à ligação estabelecida entre a lucratividade e reprodução do capital com os ramos do lazer, da gastronomia e da cultura, na medida em que haveria espécie de otimização generalizada do espaço e das atividades nessas respectivas cidades para atender as demandas incrementadas. No mesmo caudal, ainda de acordo com os deslocamentos nos marcos de orientação da economia-mundo capitalista, dar-se-ia a articulação de um conjunto outro de cidades que, em um patamar inferior, ainda assim deteria relevância regional na globalidade: Cidade do México, Buenos Aires, São Paulo, Xangai, Bangkok, entre outras.

Ainda segundo Sassen, a teia urbana global constituída teria impactos indelévels nos processos de trabalho, nos eixos das carreiras e mesmo nas movimentações populacionais mundo afora. Na esteira dessa mesma dinâmica teria havido a ampliação na receita financeira e no coeficiente demográfico dos setores de altas e médias rendas envolvidos diretamente com a globalização. Fator este que pressionaria a favor do capital imobiliário, pois exigiu investimentos maiores nos empreendimentos de moradia dirigidos aos usuários de maiores rendimentos. Capital imobiliário também beneficiado tanto pela competição entre localidades visando atrair o interesse de investidores quanto pelo crescente empenho de preservação de memórias arquitetônicas (Harvey, 1992). Com ou sem a participação decisiva do Estado, no saldo de tal combinação evoluiriam processos, justamente, de intervenção como requalificação, revitalização, renovação, requalificação ou reabilitação urbana, sobretudo no que toca suas regiões centrais (Smith, 1996).

No núcleo de um e de outro eixo de formulações sobre as cidades contemporâneas consta a prioridade temática e analítica conferida à economia informacional. Os intérpretes ressaltam como a saturação de larga extensão dos locais pelos signos seria o sintoma da aliança entre infra-estrutura tecnológica de informação digitalizada e o estágio financeiro do capital. Categorias como as de “capitalismo informacional” (Castells, 1999a) e “economia de signos e espaços” (Lash & Lury, 1987, 1994) se adiantam no sentido estenografar o que seria a determinação histórica por excelência do presente; época em que a

dimensão imaterial da produção seria o fator de coordenação tanto das relações estritamente econômicas quanto das cada vez mais variadas interfaces destas com a diversidade de fazeres e saberes humanos. Um conjunto de intérpretes (Bradley & Fentom, 1999; Kent, 1999; Sayer, 1999; Denton & Morris, 2004; Hochschild, 2004, 2008) tem debruçado sobre as correlações cada vez mais densas entre economia da cultura, cidades e práticas simbólico-afetivas. Para isto são priorizados eventos, relações, processos e estruturas em trânsitos e cruzamentos globais nos quais contracenam dinheiro, trabalhos, símbolos, estimas e aparatos tecnológicos inscritos em sistemas sociotécnicos envolvendo comunicação, informação e transportes em relações de saber e poder. Trânsitos e conexões em escalas planetárias que também chamam a atenção à continuada exibição midiática do autóctone e do íntimo.

Deste modo, no plano teórico do pensamento social, vêm emergindo modelos em resposta à finalidade de apreender a questão da exteriorização das intenções, estando essa exteriorização sintonizada tanto com os parâmetros normativos quanto com as possibilidades comunicativas vinculadas ao dispositivo da economia informacional. O objetivo posto é traduzir analítica e conceitualmente uma tendência sócio-histórica em que se percebe o mútuo engendramento da intensificação de trânsitos de pessoas, idéias, tecnologias, símbolos, etc. com as interseções entre heterogêneos meios de sobrevivência inscritos em também diversos modos sócio-simbólicos de vida. Aposta-se na premissa de que, na esteira desta dinâmica de rentabilidade definida pela flexibilidade em compor com as diversidades étnico-históricas, dá-se a difusão de estratégias e táticas de inserção e diferenciação. Sob inspiração foucaultiana, Michael Hardt e Antônio Negri, por exemplo, enxergam em tal confluência a natureza biopolítica do trabalho imaterial, o qual se enraizaria na condução dos planos macro e micro-políticos. Segundo eles, A produção imaterial, em contrapartida, inclusive a produção de idéias, imagens, conhecimentos, comunicação, cooperação e relações afetivas, tende a criar não os meios da vida social, mas a própria vida social (Hardt & Negri, 2005 – em itálico no original).

Não há dúvidas de que a dinâmica da economia informacional contracena com o destaque dado ao trabalho da cultura, ao estendermos esta última como a síntese simbólico-normativa da vida societária com

injunções diretas sobre as afetividades. Correspondendo a economia informacional uma faceta da divisão complexa de funções em que saber e mercadoria, quando sintetizados em unidades numéricas de informação passíveis de serem veiculadas em suportes digitais, compõem tanto um insumo como ativo precioso na rentabilidade contemporânea do capital. Também nos parece um fato estar na contrapartida da mesma dinâmica a existência da estrutura de sentimentos afável à antecedência das imagens na efetivação das intenções. Por isso mesmo, ao contrário dos dois autores, nos parece equivocado acolher o esquema binário que informa a cosmologia burguesa de organizar o real em disjunções como material e imaterial ou entre mercadoria e símbolo, ócio e negócio, trabalho e lazer. Suspeitamos que a trajetória de formatação desses circuitos de produção, prestação de serviços e de consumo, sob a ótica do entrecruzamento de modalidades de aprendizado, educação dos afetos, dependências e interpenetrações funcionais, dispõe-se não restrita, para falar como Habermas (Habermas, 1992: 110), à ação de sistemas obedientes à razão instrumental colonizadores do mundo-da-vida dos lugares, tão-somente desterritorializando práticas e símbolos. Nem tampouco nos parece adequado conceber esta tradução de valores redutível à “escravização” – como prescreve Sahlins – do capitalismo mundial pelos “conceitos locais de status, meios locais de controle da mão-de-obra e preferências locais de consumo, que ele não tem nenhuma vontade de obliterar, na medida em que isso não seria lucrativo.” (Sahlins, 2004: 452). A nosso ver, tais processos estão em convergência com os elos forjados nas interseções das singularidades históricas e afetivo-simbólicas com o movimento mesmo no qual a constituição das faces múltiplas da modernidade encerra os dispositivos sistêmicos na condução rotineira da vida dos tantos e diversos lugares. Ou seja, parece-nos decisivo ao exercício sociológico contemporâneo abordar e conceituar como a antecedência cognitiva dos espaços em orientar condutas nas texturas das interações e dos ambientes vários do planeta porta ela mesma as agências dos sistemas de peritos inerentes à produção desses bens e serviços aptos a trânsitos cosmopolitas. O fato crucial a ser aprofundado nas pesquisas é a produção e propagação de subjetividades em tramas intersubjetivas capazes de acionar tais disposições, definindo linhas de condutas regulares em sintonia com

a economia simbólica. O que sugere, igualmente, um encaixe de dimensões territoriais alargadas.

Iremos denominar de economia simbólica o regime de práticas que parece estar na base de coordenação e regulação própria a esta dinâmica histórica contemporânea, na qual economia e cultura compõem como matizes em uma mesma dinâmica de uma esfera pública apta a fazer visível, os valores, tornar tático o invisível – emoções, afetos, saberes e afins. Entendemos que a economia simbólica se instaura um regime composto, na sua variedade institucional e limites às estratégias de encaminhamento de iniciativas, de repertórios lógico-conceituais deliberando possibilidades de codificações das manifestações sócio-culturais na dinâmica de uma esfera pública voltada para as imagens de si (indivíduos, grupos e espaços) no comércio de informações tecnologicamente disponibilizadas. Tendo em conta, ainda, o quanto, neste intercâmbio, unidade monetária e expressão cada vez mais se tornam recíprocos. Tal regime é, também, oriundo de arquiteturas normativas e tramas jurídicas decidindo o estatuto de propriedades e de possibilidades de alienação e acesso, na medida em que são ativadas outras modalidades de mercados e, também, de instâncias de visibilidade e transmissão legítimas de bens simbólicos.

De acordo com este horizonte interpretativo, ressaltamos o propósito de mobilizar a noção de espaço em um duplo registro conceitual e analítico para nos voltar ao tema da paisagem urbana. Ou seja, tomamos o espaço enquanto o fator lógico necessário, caracterizado pela sua extensão plana, favorecendo a evocação de unidades, homogeneidades, logo, de abstrações de natureza cognitiva. Já o lugar corresponde ao fator rugoso ambiental e retórico e por isto mesmo empírico, envolvido com as circunstâncias, com os móveis históricos, geográficos e efetivos relativo a biografias e itinerários, embutidos na composição da sua narrativa. Ao se constituir em um ponto instaurador de uma maneira de contar, de relatar a vivência, o lugar prescreve determinada singularidade fenomenológica (Holzer, 1997: 82-83), correspondendo à dimensão de certezas primeiras, primordiais, conferindo coerência a desejos potencializados em atos, coisas e fatos enquanto pertencentes a um mesmo território onde estão mutuamente engendrados o eu, o outro e as coisas, mas também a possibilidades represadas ou interdidas,

todas igualmente comundo e decomundo específico texto identitário (Arantes, 2000: 162-163). Algo esse que torna indispensável à intervenção discursiva seja ela poética, historiográfica e antropológica; intervenção sobre o movimento no qual o lugar encerra o conjunto de usos, de práticas e de disputas amalgamadas pelos sentidos de proximidade e distância, de dentro e de fora, os quais são entretidos aos instantâneos dos sentimentos de empatia, antipatia e indiferença.

A proposta de abordar configuracionalmente determinado traço da experiência do Rio de Janeiro atual obedece, justamente, à finalidade de realizar uma observação multidimensional a partir da interseção no plano dos usos do contexto urbano, da produção de subjetividades e da exteriorização das intenções, sem abrir mão dos modos de regulação e coordenação das condutas mediante aparatos sistêmicos normativos embutidos na trama urbana e que ora jogam papel fundamental nos modos de delineamento espacial e dos fazeres e usos dos lugares na globalidade. Nesse sentido, o objetivo é perseguir qual a possibilidade de traduzir para os termos da dinâmica própria à economia simbólica os tipos de usos e re-significação relativos às lembranças africanas em áreas do centro da cidade, no que toca o ajuste aos circuitos de produção e consumo cultural regulado pela lógica sistêmica do entretenimento-turismo. Deste modo, nossas metas analíticas se dividem nas duas seguintes instâncias. A primeira corresponde ao olhar sobre a textura mesma do espaço figurado seja como propriedade estruturante das relações sociais seja como objeto de usos diversos, mas socio-historicamente tecido na particularidade de lugares geograficamente delimitados. Assim, recorreremos à importância gozada pelas reminiscências africanas na tematização de determinada faixa do território carioca e suas vinculações com o entretenimento-turismo. Já na segunda parte do texto o interesse está dirigido às condições sociais subjacentes às estratégias expressivas no escopo das ambiências montadas no escopo da malha de interdependências sócio-funcionais figuradas nesse delineamento com repercussões diretas sobre a convergência entre economias e culturas urbanas em sintonia com os ditames sistêmicos da tematização dos lugares para fins de consumo cultural, lazer e turismo. Por consequência, não se tem por fim analítico e interpretativo a discussão sobre os discursos identitários propriamente ditos; o que se quer é compreender

como biografias e itinerários institucionais estão igualmente inscritos na tessitura das mesmas ambiências.

“Pequena África Carioca”: o mito como moeda-mercadoria e reconhecimento

Vitorioso no pleito entre as principais escolas de samba cariocas, no carnaval de 2007, o desfile da escola de samba Beija-Flor de Nilópolis reverenciou a África como o berço de uma majestade cuja diáspora promovida pelos séculos de tráfico humano e escravidão, ironicamente, teria contribuído para disseminar pela América, e daí alcançado o mundo tal como hoje o conhecemos. Por conter as linhas-gerais do espetáculo apresentado no desfile de carnaval, recorremos ao texto da sinopse do enredo desenvolvida pela comissão de carnaval da escola. De acordo com a proposta, a escola de samba oniricamente voltaria ao início primordial, instaurador dos tempos, nos rastros da mitologia nagô-iorubá:

Voa Beija-Flor em seu sonho alado, a cintilar na imensidão do universo de Olorum e faz rufar tambores ancestrais, explodindo em luz como sopro divino da mágica da criação. E no espaço disperso, abrindo caminhos de Legbará, no vento, nos leva na viagem do tempo ao berço real da humanidade, Baobá da vida no esplendor de seu despertar. Resplandece qual visão aos olhos do imenso infinito e traz Oduduá, iluminado mito, unindo quatro elementos para dar forma e movimento a obra de Obatalá. Da vida em transformação, faz surgir o mundo, a África, a majestade viva, fervilhante dádiva, diva sob o sol dourado coroada de poder e nobreza, soberana mítica e mística altiva alteza, coberta pelo manto ébano da noite, na pele negra de seus filhos e com a cabeça erguida, unguida do axé dos orixás.

De acordo com a narrativa do enredo, sendo um efeito não programado da mesma disseminação, fundado nas bases rítmico-musicais percussivas e dramático-coreográficas afro-brasileiras, o evento cultural das escolas de samba não apenas resgataria suas origens ancestrais, mas confirmaria a inscrição dessa tradição no cenário das trocas simbólicas

modernas, perfazendo um traço fisionômico do contemporâneo. De volta ao texto da sinopse...

Hoje o samba vem mostrar seu legado e faz do pranto lembranças distantes, das lágrimas, pérolas e diamantes, do sofrimento e da resistência, o seu rico tesouro. Vem transformar o banzo, o sentimento acorrentado num elo forte de ouro, uma aliança com Aruanda, da trajetória dos tumbeiros, criar uma odisséia de bravura de quem venceu o inferno mar, na travessia da Calunga levar uma oferenda como quem se entrega ao destino no doce abraço de Iemanjá e no violento jogo do oceano, uma dança a cada onda, vislumbrando no horizonte a esperança de outra África por encontrar. (...). Abençoado se torne esse novo mundo, o grande reino de todas as Áfricas a desfilar seus cortejos, seus reinados e reisados, sob o céu protegido por Deus em seus diversos nomes. Que em seu solo venha brotar uma árvore vida, de raízes que se entrelacem e unam novamente suas partes, que a sua sombra abrigue a lembrança, como dança, que em sua volta bailem: Afoxés, Jongos, Maculelês e Caxambus, que a sua copa se torne a grande coroa da Congada e que seus ramos formem nações de frutos-reis e de flores-rainhas de livres e lindos Maracatus.

Sobressai como estratégia discursiva e semiótica, inerente ao enredo e à sua realização como performance carnavalesca, a evocação de uma África ancestral que, embora atravessada pelas vicissitudes históricas, recria-se, ao se ambientar nas terras americanas. Estando, sobretudo, manifesta na própria exuberância da cultura afro-brasileira, justamente, tendo um dos seus mais formidáveis e prestigiados ícones nas escolas de samba com o grande espetáculo que protagonizam. O evento festivo de proporções socioeconômicas e culturais exuberantes seria, assim, a apresentação de uma memória viva; igualmente, constituindo o fator por excelência de afirmação da imagem da população negro-mestiça diante do legado da escravidão, ou seja, humilhações, pobreza e sofrimentos de todas as ordens. Enfim, resgatar a majestade africana compreenderia refazer uma odisséia étnico-racial e, deste modo, devolver um passado como inspiração e parâmetro para o presente. A iniciativa prende-se, portanto, ao esforço reflexivo de refazer o traçado histórico, mas subordinando ao projeto de repor a

tradição africana no lugar de farol do cotidiano e hábil a ser atualizada na rotina das lutas e conquistas dos seus descendentes.

Poderíamos, portanto, estabelecer a conexão de sentido entre a proposta do enredo da escola Beija-Flor e as iniciativas hoje visando afirmar imagens identitárias de grupos estigmatizados, na contrapartida de esforços de correções de narrativas³. Atitudes que estão sintonizadas com os remanejamentos ocorridos nos modos de fazer política, sobretudo, deflagrados principalmente durante a década de 1970; nesses movimentos às respectivas tônicas identitárias estão na contrapartida do questionamento de certezas institucionalizadas com repercussões e acesso ao espaço público mediante os estoques de saberes modalizados nos discursos cotidianamente propalados. Assim, as propostas de re-africanização consistem em fenômeno essencialmente discursivo e reflexivo de combate às faces várias do racismo (Almeida, 2008: 08). Ancoradas no âmbito cultural, tais terapias discursivas têm por objeto os condicionantes às disposições para lembrar e esquecer. Em se tratando do continente americano, a re-africanização encontrou uma das suas manifestações nos esforços voltados a re-instaurar laços mnemônicos entre descendentes e as matrizes étnicas da África pré-escravidão, notadamente nos planos religioso e da cultura popular. No Brasil, os discursos da re-africanização adquiriram relevância desde a década de 1970, fazendo-se recorrente no Rio de Janeiro, principalmente, na cidade de Salvador. Sob a mesma atmosfera de forte crescimento econômico do país e da problematização das concepções unicistas de nação e culturas brasileiras, nas duas cidades o universo sociocultural da festa carnavalesca se constituiu como um importante espaço de disputa pelo direito à visibilidade de idéias e posturas. Nos rastros da descolonização em curso desde o fim da Segunda Guerra Mundial, tratavam-se de posicionamentos estético-políticos cujo objetivo seria adicionar outra visão de África não subordinada ao imaginário da ex-

³ Nesse carnaval de 2007, a Beija-Flor não foi a única escola de samba a voltar-se à África. A Porto da Pedra, por conta da homenagem à África do Sul – país-sede da próxima Copa do Mundo de futebol – resgatou o recente passado desse país marcado pelo *apartheid*. Já a Acadêmicos do Salgueiro construiu uma narrativa audiovisual em torno das *Candaces*, isto é, rainhas negro-africanas que teriam imperado na região na fase anterior ao nascimento de Cristo.

pansão imperial européia. Ao mesmo tempo, incorporavam-se modelos tomados de empréstimo às atitudes de negros estadunidenses (como o *black is beautiful*), fortemente situados nas reverberações da cultura pop, à maneira da retórica estilística do *soul black*, da *dance music* e *reggae* jamaicano (Chambers, 1985: 139-174), mas localmente redefinidos (Risério, 1995). Dois exemplos são bem ilustrativos a respeito: a fundação, em 1973, tanto da escola de samba carioca Quilombo dos Palmares quanto do bloco baiano Ylê Aiê; ambos surgiram sob a égide do intuito de tomar a cena pública carnavalesca como formas de afirmação étnico-racial e, assim, de resistência à imposição de valores branco-ocidentais e burgueses (Guimarães, 1998: 78-135).

Em se tratando da Bahia houve maior fôlego da proposta da re-africanização, respaldando-se no aparecimento de outras entidades carnavalescas (Olodoum, Araketu, etc.), mas também na repercussão das alianças entre acadêmicos e elites das babalórixas do *candomblé*. Articulações com forte impacto no interior dos nichos estatais, contribuindo para um conjunto de medidas que farão das lembranças africanas parte da tradição e da moderna imagem da Bahia (Teles, 2005). Os caminhos da re-africanização no Rio de Janeiro também levaram aos cenários e personagens da música popular referenciada nas memórias e nas tramas simbólico-culturais negro-mestiças. Contudo, distinto da Bahia, o apelo à África pré-conquista européia não se fez acompanhar dos signos da cultura pop norte-americana. Enfatizaram-se, sim, as bases negro-africanas da brasilidade. Ou seja, o círculo de elite político-cultural que protagonizou o movimento⁴, naquele momento, se devotou a descortinar e fixar as raízes ancestrais africanas da musicalidade denominada samba; tratar-se-ia de um patrimônio étnico afro-brasileiro, portanto, deveriam estar os seus destinos e os resultados obtidos com

⁴ Entre os nomes que compuseram esse círculo está o de Nei Lopes. Compositor musical, ele tem se destacado como notável das culturas africanas na diáspora, aliando o esforço memorialista e etnográfico no resgate e tratamento das fontes dessas culturas na América, em especial no Brasil. Crítica do que seriam os efeitos eurocêntricos de embaçar as origens de práticas culturais e símbolos africanos, recentemente editou um romance focalizando justamente a região da Pequena África carioca, na virada do século XX. Na trama, o papel de protagonista das negras baianas – as “tias” migradas da Bahia – que estariam no núcleo da formação do samba carioca, seria também revelador a decisiva participação dessa região para o desenho da identidade carioca (Lopes, 2009).

a sua virtual comercialização de posse dos seus verdadeiros herdeiros. Vê-se, portanto, que o combate à dominação racial branca tonifica a marca étnica negra, mas não se abre mão do seu reconhecimento como parte da alma brasileira. Luta-se contra a espoliação e a apropriação indevida por indivíduos e grupos alheios ao seio originário do samba, em especial as escolas de samba que teriam sido seqüestradas pela classe média e pelas burguesias indiferentes aos fundamentos socioculturais daquelas entidades lúdico-carnavalescas, já que estariam interessadas apenas na mera e irresponsável diversão (Cerboncini, 2009: 12-15). Entretanto, mantém-se o empenho de integração à sociedade nacional, inclusive fazendo parte da expansão do mercado de produção e consumo ampliado de bens simbólicos que, àquela altura dos anos de 1970, alcançava marcas relevantes no país (Ortiz, 1988: 113-148).

Em se tratando dessa dinâmica da re-africanização no Rio de Janeiro, portanto, o mesmo sentido de integração socioeconômica compõe a figuração desta “cultura milenar afro-brasileira”, abrigada seja nas favelas espalhadas nos morros ou nas franjas periféricas, mas que teria tomado de assalto a cidade e o país inteiro, isto, com sua criativa expressividade lúdico-artística. O “canto negro” referido a uma mítica Mãe África e às clivagens provocadas pela diáspora impulsionada pela instituição da escravidão se constituem, simultaneamente, em um signo de reconhecimento étnico-identitário e mercadoria. Esta conclusão parcial exige desdobramentos acerca de como encarar sociologicamente o enlace do “mundo do samba” com a dinâmica da industrialização do simbólico.

A esse respeito, é preciso lembrar que as experiências carioca e baiana relatadas não são isoladas. Ao contrário, os fenômenos de re-traditionalização constituem um traço marcante do contemporâneo, em que se destacam os movimentos e estratégias devotadas à correção de narrativas históricas e dos quadros sócio-cognitivos de classificação por grupos cujas identidades e estimas foram maculadas ao serem posicionados como de povos parias na condição moderna. Movimentos que compõem o panorama multicultural da globalidade. Ao mesmo tempo, a atualidades desses fenômenos dizem respeito ao fato de, majoritariamente, integrarem-se à dinâmica daquilo denominado de “cultura” e “indústria” da memória por Andréas Huyssen (Huyssen, 2000: 09-40). Isto, na medida em que aliam mercantificação e evocação

de identidades em contextos notabilizados pelo incremento da visibilidade mediante os aparatos tecnológicos da informação-comunicação (Pereira & Herschmann, 2005). Nesse sentido, não deve causar estranheza a proximidade entre o projeto estético-político de re-africanização do grupo responsável pela escola de samba Quilombo dos Palmares, durante os anos de 1979, e a proposta de enredo da escola de samba Beija-Flor, realizada em 2007. É verdade que os sambistas quilombolas denunciavam, exatamente, o espetáculo dos grandes desfiles carnavalescos no Rio de Janeiro, com toda sorte de expropriação econômica e mutilação cultural que representaria para a cultura afro-brasileira. Negaram mesmo a participação da entidade que comandavam no concurso oficial das escolas samba. Por sua vez, diretamente vinculada aos esquemas mercantis e monetários do entretenimento-turismo e das mídias, a Beija-Flor fez um resgate historicista e romântico da mesma Mãe África, pré-capitalista e pré-tecnológica, a qual é exaltada como berço da humanidade no samba-enredo Ao Povo em Forma de Arte, cantado pela escola Quilombo em 1978. A nosso ver, entretanto, a continuidade estabelecida entre ambos os momentos se deve à presença da mesma narrativa mítica acerca da africanidade que estaria na base dos símbolos e das práticas lúdico-artísticas, apesar de todas as contradições sócio-históricas entre os elementos que seriam seus representantes. Contudo esta fonte mítica não necessariamente remete ao Velho continente, mas sim a região do sítio urbano do Rio de Janeiro referida como o lugar próprio à guarda e recriação da África por suas diversas descendências na cidade. Uma vez mais, recorreremos à sinopse do enredo da escola de samba Beija-Flor:

(...) E pousa enfim de seu vôo, minha escola majestosa, nesta "África Pequena" que a gente do Rio resolveu assim batizar. Terra dos "Zungus", do "Rei das Ruas", do "Príncipe Negro", Dom Obá. Oh! Cidade Maravilhosa, do Samba, da "Rainha Ciata" e dos bambas, de tantas Àfricas a reinar. Receba, assim, Mãe soberana, a reverência de todos os súditos dessa Corte Brasileira e permita que a mais bela entre todas as

Áfricas de Samba, a Princesa Nilopolitana, como Beija-Flor te beijar.⁵

A Pequena África (Moura, 1988) assinalada diria respeito a um território a um só tempo histórico e mítico enraizado na história mesma dos africanos na cidade. Histórico, principalmente, a partir das atividades do tráfico escravagista no antigo porto e mercado do Valongo – entrada principal de escravos para as Minas Gerais, ao longo do ciclo do ouro⁶. Seria mítico na medida em que o enunciado de um torrão africano em solo carioca vai à contramão da existência na mesma área de grupos heterogêneos entre si, do ponto de vista étnico, embora a região tenha abrigado, cada vez mais, africanos e seus descendentes. A chamada Pequena África se estendeu da zona portuária litorânea do Saco da Gamboa e da Saúde até aos entornos da célebre Praça XI de Novembro, no centro da então capital brasileira, incluindo aí os morros do Santo Cristo, Pedra do Sal, Providência, do Pinto, de São Carlos e tantos outros. Os trânsitos vários compuseram uma ecologia urbana tendo por emblema as expressões que encontraram na rítmica e na coreografia do samba um suporte formidável, em especial a partir da passagem do século XIX para o XX. Um panteão de figuras da cultura popular musical brasileira se formou na confluência de moradores famosos como Tia Ciata, João da Baiana, Donga, Ismael Silva e bem mais outros célebres nomes do samba carioca. Próxima da zona industrial têxtil e de bebidas, das gráficas e de espaços de diversão, a Pequena África atraiu e canalizou pessoas de partes variadas do país. Além, ainda, de ser o berço de atitudes e formatos organizacionais de apresentação pública como as próprias escolas de samba, se as entendermos como um meio de ocupação civil da arena de visibilidade urbana constituída pelo carnaval de rua por membros de uma população recém inserida no regime do trabalho livre e da autonomia jurídica.

⁵ Fonte: Sinopse do enredo *AFRICAS: Do Berço Real a Corte Brasileira*, In: Comissão de Carnaval Beija-Flor – 2007 (Alexandre Louzada, Fran Sérgio, Laíla, Shangai & Ubiratan Silva).

⁶ Expoente nas rotas do Atlântico Sul compondo o ultramarino português nos séculos XVIII e XIX, o porto do Rio de Janeiro também se consagrou pela prestação de serviços a um raio bem considerável de regiões internas ao espaço do Brasil colonial, em especial às áreas sudeste e sul. Importante escoadouro de açúcar e ouro, o porto se inseriu nos trânsitos afro-americanos impulsionados pelo tráfico de escravos. Entre 1736 e 1810, ali desembarcaram 578.759 africanos escravizados, perfazendo uma média anual de 7.717 (Santos, 1993: 154-164).

No entanto, disposta na área periférica do centro da cidade, ou seja, fora do núcleo financeiro e comercial, e mais tarde recortada, primeiro, pelos trilhos da linha férrea e depois com a abertura das pistas das respectivas avenidas Rodrigues Alves, Francisco Bicalho e Presidente Vargas, entre as décadas de 1900 e 1940, a Pequena África se viu desmembrada. Daí em diante, algumas entre as suas partes conheceram certo isolamento. Em se tratando da região que consiste hoje na primeira região administrativa – Portuária – do município do Rio de Janeiro⁷, composta pelos bairros da Saúde, Gamboa, Santo Cristo e Caju, a mesma tendência de isolamento se manifesta, principalmente, à medida que a Praça Mauá perdeu prestígio seja pelo encolhimento das empresas de setor de comunicação social, ali, instaladas (Diários Associados e Rádio Nacional) seja pelo decréscimo das atividades portuárias e também devido ao vetor da ocupação urbana rumar cada vez para o Sul e o Oeste da cidade, à medida que se verifica o declínio econômico de muitas das atividades ali realizadas (Duarte, 2005: 05), resumindo-se numa espécie de corredor ao tráfico pesado de mercadorias e pessoas, ladeado por uma zona de obsolescência, no que concerne ao status conferindo às edificações e muitos dos seus ocupantes.

Ainda na década de 1980, contudo, deslocou-se para a região da Cidade Nova a parte majoritária do poder público municipal, por conta do imperativo de re-escalonar a distribuição de recursos e pessoas na cidade. Em 1984, por decisão do então governador Leonel Brizola, a Rua Marquês de Sapucaí passara a sediar a passarela do samba, construção desenhada por Oscar Niemayer. Um pouco depois, as atenções se voltaram para a velha Praça XI, na época, apenas um vazio ocupado sazonalmente por companhias circenses. A transformação em um local de lazer popular, voltado para apresentações de samba – durante o carnaval –, ocorreu em momento contíguo à construção do memorial em homenagem a Zumbi dos Palmares⁸, herói negro do período colonial. Os projetos assinalados não se deram no vácuo, mas acompanharam ten-

⁷ A cidade do Rio de Janeiro se divide em 33 regiões metropolitanas dispostas por 159 bairros, abrigando um total de 5.857.904 habitantes (Fonte: Censo/IBGE-2000).

⁸ Vale lembrar ser o Rio de Janeiro o único estado da federação em que a data comemorativa do dia da consciência negra constitui um feriado; data que é a mesma do nascimento de Zumbi de Palmares.

tativas casadas do ordenamento público estatal e da iniciativa privada com resultados desiguais de redirecionar e re-qualificar áreas do centro da cidade. Projetos de tratamento paisagístico-arquitetônico foram sintonizados ao incremento de atividades de prestação de serviços, entre as quais aquelas inseridas nas cadeias integrando produção e consumo culturais – voltaremos a este aspecto no próximo item.

É na esteira da importância da economia simbólica na receita da cidade e do Estado que, em meio às celeumas envolvendo a construção do Museu Guggenheim, na região do cais do porto, veio à tona igualmente o projeto de, enfim, erguer um espaço fixo onde as principais escolas pudessem fixar os seus barracões⁹. Tal inserção nas prioridades do poder público carioca, a princípio, soa à maneira de uma compensação e também uma estratégia de lidar com as pressões contrárias a vinda do museu. Se houve o malogro dessa última proposta, porém, em setembro de 2005 era inaugurado o complexo da Cidade do Samba, na região da Gamboa. Episódio relatado no site da Liga das Escolas de Samba do Rio de Janeiro (LIESA)¹⁰ como a realização, na construção das “modernas fábricas de carnaval”, dos sonhos dos heróis da epopéia do samba carioca e isso justificaria a mistura entre sagrado e profano no encontro de preces com pagodes para louvar a inauguração:

Os dias **17 e 18 de setembro de 2005** ficarão guardados para sempre no coração do sambista. Um sonho de mais de meio século se transformou em realidade: sob uma chuva fina que caía em toda a Região Metropolitana, as 14 Escolas de Samba do Grupo Especial deixaram seus antigos barracões, espalhados ao longo da Zona Portuária, para ocupar as modernas fábricas de carnaval recém-construídas na Cidade do Samba. Agora, além de co-irmãs, elas são vizinhas e moram todas no mesmo endereço: na rua Rivadávia Correa no 60, Gamboa, Rio de Janeiro – CEP 20.220-290. Este é o espaço definitivo do samba, um sonho sonhado por idealistas como Paulo da Portela, Cartola e Ismael Silva desde a década de 30. No início da tarde do dia

9 Prédios destinados ao fabrico de alegorias e adereços utilizados durante dos desfiles carnavalescos.

10 Entidade civil autorizada a cuidar dos destinos do Desfile das Escolas de Samba, representando as suas filiadas junto ao poder público e às outras instâncias do mercado.

17, quando o chassis do abre-alas da Beija-Flor apontou no início da Avenida Principal, não havia locutor, nem o público participante do Setor 1 para animar a festa. A “cerimônia” aconteceu de improviso. De mãos dadas, os presidentes de todas as agremiações avançaram, formando uma comissão de frente que evoluía silenciosa, emocionada, em direção ao futuro. Uns aplaudiram, outros gritaram, outros choraram. Na outra extremidade da Avenida e da Cidade, no alto do Corcovado, a imagem do Cristo Redentor emergiu por entre as nuvens, de braços abertos, abençoando não uma solenidade, mas uma conquista. No centro da praça – ainda em obras –, explodiu o foguetório. É assim que o mundo do samba aprendeu a festejar. Desde então, um desfile de chassis ultra-equipados e carcaças de antigos carnavais tomou conta das ruas principais da Saúde, Santo Cristo e Gamboa, bairros que se reencontram com a História do Rio. Anunciados por batedores e carros da Polícia, os carros alegóricos deixavam os barracões para o passado e avançavam na direção do mais novo distrito industrial e centro de atração turística da cidade. No topo das ferragens, sambistas anônimos viveram a glória dos destaques, anunciando, lá de cima, que o samba sofreu, cresceu, se organizou e, finalmente, caminhava para ocupar o seu espaço definitivo. À frente do cordão, o presidente da LIESA, Ailton Guimarães Jorge, e o presidente do Conselho Deliberativo da Liga, Aniz Abrahão David, comandavam a cadência: harmônica, uníssona, uniforme – como deve ser o bom desfile. Nas preces, nos pagodes marcados na palma da mão, nas lágrimas silenciosas, no mais inflamado discurso, o mesmo agradecimento: as Escolas de Samba do Rio de Janeiro serão eternamente reconhecidas ao prefeito César Maia e estarão sempre a seu lado. Honrando o jeito carioca de ser e de dizer que o Rio de Janeiro continua lindo. Agora, mais do que nunca. (em negrito no original)¹¹.

De acordo ainda com o site da Liesa, toda a área ocupada pela Cidade do Samba corresponde a um núcleo pulsante da cultura popular bra-

¹¹ Este e os demais trechos e imagens constam da página do site da Liesa – Disponível em www.liesa.com.br, em novembro de 2005.

sileira, em que a “magia” do carnaval pode ser desfrutada no decorrer de todo o ano, durante shows protagonizados por integrantes das escolas de samba. Carisma lúdico-artístico popular igualmente acessível nas visitas aos barracões de cada agremiação (durante o labor anual de preparar o próximo carnaval) e ao espaço dedicado à exposição permanente de carros alegóricos e fantasias utilizadas nos desfiles já realizados. Sublinha a redação: os serviços são obedientes aos critérios do conforto e da segurança no atendimento do seu público-cliente, em sintonia com a vocação de entretenimento-turismo atribuída ao lugar:

Um convite ao “Reino da Fantasia”

O Projeto Cidade do Samba é um espetáculo tipo exportação do que há de melhor na cultura popular brasileira. Começa na improvisação nata do sambista e vai até a tecnologia que transforma os barracões em criativos estúdios. Os shows são realizados sob uma tenda de 2.550 m², oferecendo conforto para o público. O espaço tem capacidade para abrigar até duas mil pessoas, em mesas e cadeiras. Ali também estão instalados bares e banheiros.

Carnaval o ano inteiro!!! Vista a fantasia, caia na folia e desfile num sonho real!

Com ajuda da Prefeitura do Rio de Janeiro, que construiu o maior complexo de arte e entretenimento do país, as Escolas de Samba já podem mostrar o making-of do melhor espetáculo do planeta. Situada na Zona Portuária, a Cidade do Samba reúne os centros de produção de carros alegóricos e fantasias das maiores Escolas de Samba do Brasil. Este complexo de arte popular e entretenimento foi planejado para que o visitante sinta as emoções do Carnaval durante os 365 dias do ano, vivendo a magia da festa que transforma o Rio de Janeiro na capital mundial da alegria. Veja de perto como são construídos os carros alegóricos, a produção das fantasias e saiba como são preparados os instrumentos de percussão que animam o ziriguidum. Assista

a um grande espetáculo de música brasileira, montado com sambas conhecidos internacionalmente. Vibre com a ginga das mulatas, das baianas e a dança de mestres-salas e portas-bandeiras! Após o show, vista uma fantasia e vá atrás da bateria. Participe de um desfile inesquecível, como se estivesse no Sambódromo! Guarde uma lembrança de momentos que ficarão para sempre em seu coração.

A qualificação das imagens e textos do site da LIESA como corpus analítico se justifica ao se tratar de um importante componente na formação da opinião e, por isso mesmo, compreender uma fonte heurística. Heurística porque sintetiza, a nosso ver, elementos discursivos engajados à concatenação de interesses materiais e ideais dos grupos diretamente enlaçados pela mobilização das lembranças africanas na re-configuração daquela área para fins de exploração turística e de diversão. Nesta trilha, anotamos que o tom de celebração é mantido ao longo da página da LIESA e encontra seu epicentro no retorno à localização da Cidade do Samba em uma região da cidade do Rio de Janeiro notória pelos vínculos históricos com os africanos e com a escravidão. Evocado como o “território sagrado do samba”, a sofisticação do espaço-espetáculo transpassado e dinamizado pelos fluxos turísticos e tecnológicos é interseccionada, assim, às fontes da cultura popular musical do samba carioca. Episódios tristes ou pitorescos, trajetos, personagens e edificações como o mercado do Valongo são lembrados e incluídos na narrativa em que algumas das pinturas do pintor francês oitocentista Debret sobre a cena diária dos escravos e fotos do casario do Morro da Pedra do Sal e da antiga Casa de Engorda compõem uma mesma narrativa. Trataria esta da história estendida da África pré-diáspora à reposição da sua gente e recriações possíveis das suas lembranças em solo carioca; reposição inclusive nos desempenhos das escolas de samba:

O Território Sagrado do Samba

Quase a metade dos dez milhões de cativos retirados do continente africano entre 1500 e 1850 veio parar no Brasil. A

descoberta de ouro e diamantes nas Minas Gerais provocou uma demanda sem precedentes de escravos, transformando o porto do Rio de Janeiro num entreposto estratégico. O principal local de desembarque e comércio de negros era na atual Praça Quinze e seus arredores. O crescimento do tráfico e a presença maciça de cativos incomodavam à burguesia lusitana, que pressionou o Marquês do Lavradio a bani-los dali. Por volta de 1770, cansado de ouvir reclamações, o Marquês decidiu transferir o mercado de escravos para a região do Valongo, até então ocupada por chácaras e hortas. A mudança introduziu uma série de novas atividades na região. Foram instalados mercados, trapiches (armazéns de mercadorias importadas, incluindo escravos) e manufaturas (trabalhos feitos à mão). As chácaras foram loteadas, os pântanos aterrados e, em pouco tempo, toda aquela área, hoje compreendida pelos bairros da Saúde, Santo Cristo e Gamboa, foi integrada à malha urbana da cidade. A Cidade do Samba está situada no coração da Gamboa. Por doença ou inanição, muitos escravos morriam na viagem entre a África e o Brasil e seus corpos eram atirados ao mar. Outros, morriam pouco depois do desembarque e eram enterrados nos pátios das igrejas ou, simplesmente, abandonados nas praias e nas ruas. Os que sobreviviam eram banhados, vestidos e conduzidos à Casa de Engorda, onde eram alimentados. Aparentemente refeitos e com outra disposição, eram vendidos no Mercado do Valongo, que ficava nas imediações da atual rua Sacadura Cabral. Nos dias entre a chegada e a partida para o trabalho forçado nas minas e nas lavouras, os negros batucavam e cantavam para matar um pouco da saudade da terra natal – para onde, certamente, nunca mais voltariam. Nas proximidades do Valongo nasceram as primeiras rodas de samba. Recentemente, diversas ossadas de escravos foram encontradas em ruas vizinhas à Cidade do Samba, como é o caso da Rua Pedro Ernesto, onde a Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro tombou o sítio arqueológico do Cemitério dos Pretos Novos, expressão que designava os nativos recém-desembarcados. Com a instalação da Cidade do Samba, os tambores voltaram a rufar. O triângulo formado por Saúde, Santo Cristo e Gamboa concentra grande tradição da cultura popular da Cidade, notadamente de per-

sonagens e entidades ligadas ao Carnaval Carioca. Nas escadarias da Pedra do Sal, proximidades da Praça Mauá, baluartes como Donga e João da Baiana promoviam animadas rodas de samba. Passar por ali era caminho obrigatório daqueles que se destinavam aos batuques na casa da Tia Ciata, na Praça Onze, a antiga Pequena África do Rio. Hilário Jovino Ferreira sedimentou a tradição dos clubes de rancho – que, futuramente, seriam copiados em sua estrutura de desfile pelas Escolas de Samba. Fundada por estivadores, a Vizinha Faladeira é uma das agremiações mais antigas da Cidade e está lá até hoje.

Enfim, ao se colocar em marcha, a atual re-qualificação urbana da região onde se aninha a Pequena África carioca desvela a aliança entre as lembranças do sofrimento e da dor relativas à escravidão dos africanos (durante a era colonial) com a implantação de um núcleo de produção e consumo de sensações de prazer e alegria no do Rio de Janeiro. Ao mesmo tempo, dialoga-se com o fluxo informacional de imagens.

Certamente, tais faces contracenam com os percursos da sociedade-nação do Brasil, ao longo do século XX. Período este em que ocorre a alquimia ideológica entre os discursos comprometidos com o ideário nacional e os movimentos e processos culturais pelos quais se internalizaram práticas e símbolos referidos à descendência africana nos quadros da cultura artística popular e esta, no escopo da cultura brasileira. Podemos dizer, então: fruto das vicissitudes do comércio escravo, o território mítico-geográfico da Pequena África não apenas testemunha; secreta nos seus cenários as tramas intergeracionais daqueles indivíduos e grupos que ali ativaram laços intersubjetivos em que se forjou a metamorfose de modos de fazer e modos de viver na cultura artístico-musical percussiva do samba (Farias, 1999: 177-238). E esta se firmou, com o respaldo da áurea de símbolo nacional, parte da triangulação de industrialização do simbólico no nexos com a indústria fonográfica nascente e, ainda, com o despontar do sistema radiofônico. No encontro, esses mesmos elementos lúdico-artísticos se sedimentaram como parte da materialidade cidadina, compondo a arquitetura gnosiológica e normativa apta a classificar e informar gostos e disposições de fruir e também se impor à maneira de regra a ser observada quando da pretensão em se tornar produtor cultural (Farias, 2003: 200-203).

O desenrolar de gerações, naquela região da cidade, tramou um sentido para as vivências em convivência de agentes em torno dos sentidos obtidos a partir da junção de elementos de percussão, do canto e da dança re-elaborados na experiência colonial e imperial brasileira. A recursividade das práticas realizadas se definiu e difundiu na condição de hábitos mentais de orientação das condutas. Isto, na medida mesma em que, ao se constituírem, eram distribuídas posições interrelacionadas conformando um espaço social movido pela tensão em manter a implicação e o reconhecimento mútuos entre aqueles que engendraram um ponto comum no encontro de interesses e ideários, mas diferenciado e com certa autonomia de outras instâncias da vida cotidiana. Justamente, o mundo do samba. Mundo como algo fenomenologicamente palpável sobre e no qual a coexistência de determinadas certezas permite o prosseguimento das atitudes que, assim, dão continuidade à existência desse palco; igualmente, mundo enquanto um cosmo, um universo simbólico, cujas regras plasmam objetos de natureza lúdico-artística musical percussiva, dotados dos modos de aplicação, uso e de atuação sobre e com eles, no instante mesmo em que os descreve, designando suas funções e prescrevendo os limites das atividades nas quais têm relevância. A transmissão e o aprendizado mimético desses saberes enquanto regras incorporadas são critérios imprescindíveis à continuidade dessa forma de vida que é o mundo do samba, pois estão na base dos acordos tácitos à realização da sucessão de lances pelos quais os diversos reconhecimentos viabilizam o acontecer em sua diferencialidade lúdico-artística. Mas, simultaneamente, enquanto forma de vida normativa e significativa, a seqüência inteligível e afetiva do mundo do samba é possível pela recorrência dos encontros originando espaços precários e passageiros de visibilização, durante as conversações, na coreografia dos gestos, na propagação diluída das opiniões que não simplesmente acionam sentidos; antes, os tecem nas linguagens e atividades que as entrelaçam. O fazer música e os jogos, os meneios corporais e as picardias, as concentrações percussivas e a dispersão em nome do prazer gustativo proporcionado pela bebida e pela comida, mesmo as insinuações sexuais. Oportunidades surgiam em rodas de batucada armadas nos terreiros a princípio devotados aos cultos religiosos ou mesmo nos cômodos das casas, em meio a cele-

brações de aniversários, casamentos e até funerais. Para além do universo doméstico e privado, as ocasiões festivas consagrados aos santos católicos ou à mudanidade do carnaval, realizadas nas ruas, praças e largos, em muito foram apropriadas para fins lúdicos diversionais animados pelas canções e gingas sambísticas. Mais tarde, tomaram-se as dependências de bares e botequins (Tinhorão, 1998: 263-288). Desde aí avançou para além dos limites da Pequena África, indo a outras áreas da cidade, mesmo do país.

Potencializado a cada uma dessas situações, contudo, no andamento histórico em que fomentou as tantas circunstâncias, o estatuto de pertencimento à cultura negro-mestiça brasileira a um só tempo reforçou a divisão entre bens populares de prestígio e vulgares e, assim, estabeleceu os limites do reconhecimento do artista legítimo, ao ser o depositário da tradição afro-brasileira. E será esta narrativa fundamental tanto para se realizar estratégias de ingresso por parte de agentes e entes institucionais no cômputo das prestações mercantis de serviços culturais quanto na eleição daquela faixa da cidade para fins de usos monetários de produção e consumo culturais. Ao mesmo tempo, a mesma marcha de re-qualificação urbana deixa entrever – até mesmo pelo sentido da sua realização – o quanto o prestígio adquirido pelo “canto negro”, incluindo a longevidade da sua ocorrência, esteve em sintonia com outras confluências não restrita ao mundo do samba. Afinal, no mesmo diapasão sócio-histórico, iguais símbolos e práticas passaram a alvos das investidas do poder público e da iniciativa empresarial voltadas para o setor turismo e de diversão, na esteira do modo como o dueto sistêmico mercado e Estado incidiu na formatação do samba como bem cultural (Tinhorão, 1981 e 1997; Vianna, 1997; Sandroni, 2001).

Uma conclusão primeira que podemos tirar neste percurso é sobre a centralidade do mito da Pequena África, pois em torno dele gravitam agências e recursos estruturais decisivos à ocupação das posições de prestígio nessa geometria das relações sociais e espaciais. Mito no que diz respeito a um feixe de narrativas sobre o vivido mas capaz, por sua vez, de engendrá-lo. Isto, mediante representações dispostas em gêneros culturais e suportes comunicativos os mais diversos que constituem o discurso público e, dessa maneira, fazem circular saberes os quais se decalcam nos copos modulando pulsões, dese-

nhando afetos e, logo, dando contornos a estimas. As experiências são, portanto, efeitos das continuadas exteriorizações e interiorizações desenroladas nesse movimento em que se cruzam biografias e trajetões institucionais. Assim, a narrativa mítica da Pequena África em sua condição de discurso auto-referente¹², costura, aproximando o que na realização das experiências está disperso ou mesmo é contraditório, dispare, entre si. Mas as experiências afetivo-simbólicas não apenas executam o texto mítico; o atualizam nas circunstâncias onde outras narrativas e fatores ambientais diversos e concorrentes pressionam sua potencialidade de significar.

Com isso, na seqüência, interessa apreender como a tematização pelas lembranças africanas no zoneamento em curso nesse nicho do contexto urbano carioca se dá em sintonia com os usos para finalidades de consumo cultural de largas faixas do centro da cidade, mas considerando a antecedência aí alcançada por identidade, memória e comodificação. A tônica analítica e interpretativa cairá em observar as interferências diretas ou indiretas nessa redefinição ambiental de mediações afetivas e étnico-políticas.

Espaço-imagem, espaço-paisagem

Frente ao problema relativo à redefinição na ecologia citadina do Rio de Janeiro, em que se dá a tematização para fins de consumo cultural da região conhecida como a Pequena África, da perspectiva estritamente analítica, diríamos que dois eixos de condicionamento se encontram

12 Valemo-nos, aqui, a princípio, do projeto de Roland Barthes (1989) de submeter todos os sistemas significantes ao modelo da linguagem verbal. Investido desta prerrogativa, Barthes retoma os fatos concretos da vida diária com o objetivo teórico de desconstruir as máscaras e atingir o modo de funcionamento do mito na modernidade, isto de acordo com o programa de uma semiologia global, realizado em duas metas, a saber, “de um lado, esboçar uma teoria geral da pesquisa semiológica, de outro elaborar semióticas particulares, aplicadas a objetos, a domínios circunscritos (o vestuário, a alimentação, a cidade, a narrativa)”. O formalismo interno a esse raciocínio ao se destacar a semiologia como uma doutrina geral dos signos e, em detrimento dos conteúdos, apreender e ressaltar a lógica das formas, ao destacar na introdução de *Mitologias* que o “mito é linguagem”. Mas, em sintonia também com o primado de Lévi-Strauss em *Antropologia Estrutural*, o escopo do livro é a assertiva de que o “mito é uma fala”, logo apto ao esvaziamento do real e da história, em suas respectivas contradições, na sua natureza auto-referente.

intrínsecos ao espaço como meio de categorização das relações sociais; espaço conceituado pela ingerência da memória nos sentidos, os quais estariam a princípio dispersos nos estímulos táteis, visuais, sonoros, olfativos e gustativos. De um lado, teríamos o lugar-paisagem, correspondendo às camadas de uma longa duração que trata da genealogia da ocupação de específica área, inclusive delineando-a como palpável e legível. Mas, também, relativo às densidades figuradas nas texturas das edificações e logradouros, enfim, dos patrimônios que catalisam afetos e estimas e, logo, promovem identidades individuais e coletivas. Aí aonde as continuidades e rupturas, os recuos e resíduos se fazem recursivos nos imaginários e em outras representações encerradas nas referências àquela localidade, transformando-o em um nicho denso de sentidos, um mundo na perspectiva fenomenológica. Isto é, no movimento mesmo em que a paisagem urbana secreta e, por outro lado, expressa a trama de envolvimento entre corpos plasmada na face tátil do visível e também nos sons, gostos e cheiros (Ingold, 2000).

De outro, sobressai o lugar-imagem com suas vibrações cromáticas e intensidades perceptivas codificadas em um circuito cosmopolita, o qual está na contrapartida dos trânsitos com os fatores que institucionalizam – para falar como Giddens – a ausência como uma característica da modernidade. Quer dizer, a tipificação ideal desses espaços corresponderia ao andamento do aumento generalizado da condição moderna, em especial à maneira como a última impõe ao juízo a vicissitude inerente ao aumento do conhecimento, isto é, na maneira como o risco se torna fonte de incerteza e ao mesmo tempo meio para manter o futuro sobre controle. Com isto, devido ao exercício do controle mediante a reflexividade sobre a experiência pessoal, estendendo-se sobre os quadros institucionais, configurando uma atmosfera aos experimentos (Giddens, 2001: 47-60), sedimenta-se a condição aberta à intervenção dos sistemas de especialistas calcados nas tecnologias informacionais que operacionalizam a transformação das coisas e fatos em imagens sonoras, visuais e audiovisuais. Isto é, capacitando-as a tornarem-se fatores de comunicação e habilidades em compor os processamentos globais de mensagens. Assim, o lugar-imagem é uma das manifestações da ausência institucional. Afinal, no instante que esta última é igualmente incrementada, sabemos, pelo advento dos transportes mecanizados que nos últimos séculos, na

esteira de estabelecerem rotas e encurtarem distâncias, potencializam a ressemantização de alteridades e a ressignificação dos domínios de memória, segundo um diapasão em que ambos habilitam-se a revolver permanentemente a medula das camadas que compõe a historicidade longa dos lugares. Agora, esta subsidia a composição de imagens visuais, sonoras e audiovisuais percorrendo outras regiões planetárias, por diferentes suportes de mídia e canais institucionais.

No caso da recente experiência de re-qualificação da região portuária do Rio, amalgamada pelo mito da Pequena África carioca, os esforços estiveram de acordo com a tendência de ampliação do montante de recursos financeiros e humanos empregados no setor da economia cultural no Estado do Rio de Janeiro. Nessa unidade da federação, em números, os setores do audiovisual, as indústrias fonográfica, gráfica e editorial, juntamente com os setores de hotelaria e consumo de bebidas e alimentos vinculados com a organização de eventos e turismo, e ainda do setor de comunicação, representam 18,6% do produto interno bruto (Prestes Filho, 2002). Sobretudo no tocante à sua capital, cabe sublinhar que o Rio de Janeiro compõe a malha urbana em que se concentram 42% do produto interno do país, abarcando a parte mais significativa em termos de indústria e serviços na América do Sul. Parte de tal emaranhado, o complexo fabril e a rede de prestação de serviços coaguladas na Cidade do Samba se definem, portanto, um sintoma e também um componente da passagem decisiva à materialização da economia simbólica intrincada às tecnologias de comunicação e aos mecanismos financeiros e imobiliários da economia-mundo capitalista. Sem dúvida se trata de um rebatimento mercantil sobre o lugar-paisagem, deixando suas marcas nas dimensões geográficas e arquitetônicas e igualmente na ressignificação do patrimônio étnico-histórico composto de expressões em que se atualizam memórias coletivas locais. As expressões já dispostas como formas de conhecimento passíveis de se darem à exposição são ali re-processadas em imagens que podem servir a catálogos de distintos suportes (Castells, 1999a), por intermédio da extensa e diferenciada divisão social do trabalho, a qual conjuga o juridicamente formal ao informal nos sistemas de práticas e dos processos de trabalho. Desse modo, constitui-se um amplo circuito composto de shows em casas de espetáculos, CDs, DVs, transmissões televisuais e informáticas, material

publicitário e jornalístico de divulgação turística e, principalmente, a apresentação durante a festa-evento carnavalesco na Passarela do Samba (o Sambódromo)¹³.

A penetração do lugar-paisagem pelo fluir sucessivo dos dispositivos referentes ao lugar-imagem com sua vinculação à ausência estrutural da modernidade torna os sentidos do lugar em obediência aos efeitos de significação dispostos nas conjunturas históricas em que se ajustam ou conflitam interesses materiais e ideários. A referência ao território de uma africanidade carioca, assim, hoje, não se dissocia do fulgor de uma estética da sensação. Sob esse ponto de vista, para essa estética importa menos a alteridade e o exótico; o fator de relevo é a conexão do erótico com o cálculo, casando excesso (dispêndio) próprio às diversidades étnico-históricas com a codificação orientada pela ordem numérica do dinheiro com o seu imperativo de equivalência e a estilização própria aos textos das mídias impressas visuais e das audiovisuais. Na junção de ambos, um problema que se abre aos estudos sócio-antropológicos sobre os usos diz respeito à maneira de como tratar os temas do interesse material-instrumental e do reconhecimento, sobretudo no tocante à produção e consumo de bens simbólicos.

No entanto, diante da mesma trama aqui enfocada em que se realiza seletivamente a reposição de lembranças africanas, talvez, possamos falar do espaço rugoso das experiências como um a priori social às condutas. Isto, no instante em que os usos consumeristas do lugar estão condicionados pela historicidade, constringendo o alcance possível das significações. Em outros termos, a diáspora negra promovida pela escravização e as vicissitudes desta no fomento de uma cultura popular urbana modelam aquela área da cidade, delimitam a extensão hermenêutica dos recursos simbólicos canalizados na sua afirmação como atração turística e, ainda, bem cultural disputado na arena dos negócios do entretenimento. Assim, o lugar-paisagem emoldura e designa em parte os usos possíveis das diversas aspirações de fruição e prazer por parte dos consumidores naquele zoneamento lúdico do domínio da diversão no lugar-imagem. Deste modo, não nos parece oportuno

¹³ Em outro momento propomos uma interpretação analítico-sociológica do mapeamento histórico-empírico desta configuração (Farias, 2006: 315-426).

supor um e outro eixo de determinação como externos entre si, mas reconhecê-los enquanto mutuamente estruturantes das experiências.

Neste sentido, importa olhar à dinâmica sócio-histórica que se desenrola na região portuária do Rio de Janeiro, agora, porém, considerando como as dimensões institucionais e sistêmicas relativas ao dueto Estado e mercado capitalista se cruzam com os planos simbólico-afetivos das identidades pessoais e de grupos no acento conferido à questão da memória urbana.

Deste modo, a princípio, cabe retomar a inserção das graduais alterações a que vem conhecendo à região portuária em processos mais abrangentes ora em curso na área central do Rio de Janeiro, desde a década de 1980 (Maia, 2006: 62-80; Bautés, 2006: 172-170). Processos em que a requalificação de faixas desta parte do contexto urbano carioca obedece a critérios comprometidos com a implantação e/ou o aprofundamento de suas funções de lazer, diversão e consumo cultural. A face manifesta dessas tendências é a tematização dos lugares na contrapartida do desenho de um mapa geocultural em que se destacada a região da Lapa e, no seu caudal, outras áreas – à maneira da “nova” Pequena África; fatias do centro carioca que estão dispostas no entorno da trama de vias e edificações em que se concentram as atividades de negócios. Nota-se nessa tematização a antecedência da tipificação vinculada à semântica festivo-mundana do carnaval e da sintaxe da música popular. Em razão do andamento mais adiantado dessa tematização na região da Lapa, irei tomá-la inicialmente como um caso heurístico.

A região circundante aos arcos construídos no século XVII, com o propósito de servir como aqueduto (Raminelli, 2002), até o final do século XIX abrigou a moradia de segmentos abastados e também do comércio voltado a esses usuários, os quais foram aos poucos se deslocando para outras áreas da cidade com a expansão e complexificação do tecido urbano e da divisão social do trabalho, redefinindo-se toda a estratificação sócio-espacial. Na mesma medida, o conjunto de ruas e prédios ali existentes passara a sediar clubes, bordéis, cabarés e botequins onde irão conviver prostitutas, intelectuais, malandros, travestis e artistas, ao lado de expressivo contingente de moradores de baixa renda, com laços precários de trabalho e muitos se tornarem alvos de estigmatização em razão de portarem determinados traços étnico-racial

(negros, mestiços), e/ou regional (migrantes nordestinos) e/ou sexual (homossexuais) (Siqueia, 2008). Convívio de grupos heterogêneo entre si este que parece ter alcançado seu apogeu nas primeiras décadas do século XX, quando se sagrou a Lapa o reduto boêmio por excelência da noite carioca, recepcionando nomes notáveis da cultura brasileira – o maestro Heitor Villa-Lobos, o poeta Manuel Bandeira, o pintor Di Cavalcanti. Consagração referida em canções de compositores famosos da música popular, entre outros, Noel Rosas (“Dona de Cabaré”) e Wilson Martins (“Largo da Lapa”). Entre as décadas de 1940 e 1980, o esvaziamento econômico e a deteriorização do patrimônio imobiliário do local se alinharam a transformações sócio-simbólicas manifestas, de um lado, na valorização da faixa litorânea sul como moradia das classes mais aquinhoadas e, também, núcleo de fermentação cultural, sintetizada na emergência e consolidação da bossa-nova; de outro, a funcionalização de camadas da zona central do Rio como espaço de negócios, aliada ao emprego cada vez maior de automóveis e transportes públicos favoráveis aos deslocamentos entre grandes distâncias, na contrapartida da construção de viadutos e vias de circulação orientada para as regiões suburbanas, tornou porções majoritárias da mesma zona central espécie de corredor de transporte pesado (Cristino, 2009).

A partir do início dos anos de 1990, contudo, a região da Lapa vem experimentando a renovação do interesse de segmentos melhor posicionados na hierarquia social (empresários e proprietários de bares, restaurantes e antiquários) e igualmente contando com a participação do poder público, em maior escala municipal, na execução de projetos visando re-funcionalizá-la como um pólo cultural-musical e gastronômico de diversão, enquanto saída de desenvolvimento sócio-econômico sustentável. Isto, no compasso do contínuo crescimento do público interessado nas rodas de samba e choro realizadas por lá. Tendo por emblema o movimento mobiliza em favor da luta contra o desmonte do prédio onde se instalara a Fundação Progresso, a tendência adquiriu ritmo em projetos como o da Quadra da Cultura (1990), pelo qual o Estado destinou edificações antes ocupadas para o comércio para o abrigo de instituições culturais – Teatro do Oprimido (do diretor Augusto Boal) e da Federação dos Blocos Afros e Afoxés do Rio de Janeiro. Na seqüência, com o projeto Distrito Cultural (2000) se procurou ampliar a

embocadura daquele que o antecedeu, abarcando para além do entorno dos Arcos do Largo da Lapa, as Ruas do Lavradio (incluindo a Travessa do Mosqueira), dos Arcos, do Riachuelo, Joaquim Silva, do Resende e da Relação, e ainda as Avenidas Mem de Sá e Gomes Freire. A renúncia fiscal por parte do Estado favoreceu as reformas de casarões com a finalidade de implantar casas de espetáculos e/ou de prestação de serviços de alimentação; igualmente incrementou o comércio de antiguidades, sobretudo na Rua do Lavradio. E, ainda, permitiu a implantação do Centro Cultural Carioca e do Espaço Constituição. Deste modo foram surgindo endereços onde se articulam samba, choro e serviços de bar: Rio Scenarium, Bar Empório, Arco da Velha, Biscoito Fino, Carioca da Gema, Bar Brasil, Bar Semente, entre outros. Ao todo, distribuídas entre as “famosas” e aquelas de menor prestígio, existem hoje cerca de 33 casas que oferecem música ao vivo a um universo de consumidores estimado em 40 mil, compostos de brasileiros (cariocas e visitantes) e turistas estrangeiros (Requião, 2009).

Embora tematizada pelo dueto entre samba e choro, o qual se escuda na emergência de uma geração de novos compositores e intérpretes musicais, a efervescência cultural região da Lapa avança para abraçar outros gêneros musicais como funk, forró, hip-hop. Algo assim tanto promove vinculações com a indústria e o mercado fonográfico quanto com as tramas das mídias, em particular as inseridas nas redes cibernético-informacionais, em que se visibilizam bens e atuam dispositivos de legitimação da produção simbólica (Herschmann, 2007; Alemida, 2010: 43-72). Um dos efeitos obtidos a partir dessa correlação é a paisagem de ruas apinhadas de pessoas durante as noites e mesmo nas tardes, a depender do período do ano, como o verão, principalmente em datas como révelion e carnaval.

Se o exemplo da região da Lapa é aquele de maior expressão, mas ele acompanha esforços desenvolvidos desde década de 1980 para reativar o capital, particularmente o imobiliário, estocado no centro do Rio de Janeiro. Reuniram-se energias dos órgãos estatais, mas com decisiva colaboração de entidades representativas de setores empresariais – Associação dos Comerciantes do Centro do Rio Antigo (ACCRA) e de grupos devotados ao resgate da memória urbana. A sucessão de projetos partiu do imperativo posto pelo poder público local, na época,

de que era preciso “encher de vida o centro da cidade”, considerando as quatro regiões administrativas e os seus 10 bairros aí localizados. E isso significativa intensificar os usos para fins comerciais por parte das classes médias, assim, ativando fluxos intra-urbanos. Deste modo, ainda na gestão do Prefeito Israel Klabin se dá a criação da Fundação Rio, posteriormente convertida no Instituto Municipal de Arte e Cultura/Rio Arte. Este é o começo de uma série atitudes com propósitos de requalificação urbana obediente, mas que deveria estar obediente à antecedência histórica, antropológica e artística das ações. Série iniciada pelo projeto dos Corredores Culturais cuja decisão de isenção do Imposto Predial Territorial Urbano tinha por objetivo incentivar reformas das fachadas dos prédios em pontos como as adjacências das Praças da Cinelândia e XV, além dos Largos da Carioca, de São Francisco e da Lapa. Sucede-se o favorecimento à instalação de equipamentos culturais: centros culturais (CCBB, Light, Correios, Hélio Oiticica, Caixa Econômica e outros), teatros, salas de projeção cinematográfica e de exposições (Casa França Brasil). Em outra frente era lançada a campanha “Fim de Semana no Centro” e, ainda, com a postura de renúncia fiscal com o fim de alavancar recursos da Lei Rouanet, foram restaurados prédios e igrejas reconhecidos como detentores de valor histórico e arquitetônico. Nos rastros dos resultados obtidos com esses esforços que permitiram o incremento e fixação de um público para atividades e eventos artístico-culturais no centro carioca, livrarias, bares, restaurantes, casas de dança de shows, campus universitários e outros estabelecimentos afins surgiram, como também centros empresariais e espaços para convenções e negócios¹⁴ (Magalhães, 2008; Brugger, 2007; Martins & Oliveira, 2009).

Mais recentemente, com a elaboração e o início da execução do plano estratégico para região central do Rio de Janeiro, ampliou-se a tônica no objetivo de “identificar as potencialidades da área, a partir de seus aspectos positivos, vocações e manifestações culturais próprias” (Fonte: Plano Estratégico para Região Central do Rio de Janeiro). O diagnóstico

14 O mais notável centro empresarial Torres Almirante, na Avenida Almirante Barroso, construído pela incorporadora inglesa Himes, com 36 andares; já na região da Cidade Nova, como parte da implantação do Teleporto, a Prefeitura inaugurou um centro de convenções para 40 mil participantes.

proposto definiu como prioridades para o desenvolvimento da região, a existência de uma gama vasta de manifestações culturais, indo de escolas e rodas de samba, aos artistas de rua, comportando eventos de artes plásticas, música e teatro, além de feiras de artesanato, de antiguidades e de produtos regionais. O ponto nevrálgico do plano estratégico é consagrar o Centro do Rio como o “centro de referência histórico-cultural do país”, estimulando a vocação de turismo histórico/cultural e para as atividades de lazer e diversão culturais. Enfocam-se, então, tanto definir e estabelecer os alicerces institucionais para a criação do Centro de Referência Histórico-Cultural da Cidade quanto colocar em marcha políticas de recuperação, revitalização e utilização dos espaços públicos e prédios históricos da região, em meio à ativação de circuitos culturais e de entretenimento abrangendo a Cinelândia, Lapa, Rua do Lavradio, Praça Tiradentes, Largo da Carioca e Praça XV, Praça da República, Rua Frei Caneca, Beco da Sardinha, Estácio, Rio Comprido, Catumbi, Cidade Nova, Santa Teresa e a Ilha de Paqueta.

A princípio não inserida nesse mapeamento em que economia e cultura se imbricam, a região portuária do centro do Rio passa a integrar iguais esforços de recuperação e revitalização, principalmente, desde 2001 com os resultados do estudo realizado pelo Instituto Pereira Passos, da Prefeitura municipal. A partir deste ano, a área compreendendo 3.177 Km² quadrados e 22 mil 879 habitantes (Fonte: Censo IBGE – 2000) é vislumbrada por suas potencialidades imobiliárias para fins de moradia de segmentos de classe média e, também, para aportar a prestação de serviços ligados ao setor cultural e de entretenimento. As intervenções propostas no plano estratégico para essa área implicam: na revisão da legislação urbanística; incremento da função residencial; reestruturação da circulação viária; recuperação dos espaços públicos; desenvolvimento de programas de geração de emprego e renda; parcerias públicas e privadas, nacionais e internacionais, mas voltadas para a revitalização urbana. Os efeitos gerados, até agora, por esta programação, embora ainda tímidos, se revelam em algumas melhorias nos equipamentos de drenagem e esgotamento. Os critérios de usos dessa parte do contexto urbano foram definidos com a implantação da Área de Proteção Ambiental (APA) em partes dos bairros da Saúde, Gamboa e Santo Cristo (SAGAS), com a assinatura do Decreto Municipal 7.351/88. Nos galpões

desativados do Cais do Porto, a Prefeitura inaugurou, em 2002, o Armazém do Rio, amplo pavilhão de 3.500 m² com lotação de até cinco mil pessoas, capaz de abrigar shows, exposições e eventos culturais. Foram erguidas as Vilas Olímpicas da Gamboa e do Caju. Por outro lado, já ocorreu a reurbanização de logradouros públicos e recuperação de imóveis antigos, agora dirigidos à moradia de grupos de baixa renda. Inaugurou-se um conjunto residencial de 150 apartamentos no Morro da Saúde. Com o mesmo propósito de favorecer a ocupação da área para fins habitação, em 2004 se concedeu licença para a construção nos terrenos da Rede Ferroviária Federal (RFF) de cinco prédios na Presidente Vargas e mais oito blocos na Avenida Rodrigues Alves e na Rua da Gamboa, perfazendo um conjunto de edifícios entre oito e 12 andares, alocando 1.306 apartamentos. Finalmente, vimos, em 2005, se deu a inauguração da Cidade do Samba (Duarte, 2005).

Portanto, o quadro de determinações na qual se inscreve a retomada de lembranças referidas à Pequena África carioca remete às estratégias de redefinição funcional do espaço urbano da área central da cidade, mas em acordo com o movimento em que se interligam economia e produção simbólica e consumo cultural, dinâmica própria à moldura do espaço-imagem. Como chamamos atenção acima, porém, acreditamos ser fundamental observar a complexidade desse processo, afinal, não consiste em uma direção de mão única indo do dueto sistêmico Estado e mercado em direção aos mundos sociais intrínsecos aos locais; os trajetos e itinerários urbanos de pessoas, grupos e entidades que se moldam e portam, estendendo, a memória dos mesmos lugares são fatores básicos à eficácia ou não dessas determinações. Por isso, tão significativo é descortinar encaminhamentos transversais em que, embora não necessariamente causados ou subordinados a essas mesmas determinações, mostram-se fundamentais quando se trata de entender como a própria re-funcionalização da região portuária adquire vigor enquanto formas e teores das experiências no cotidiano. Considerando as restrições de tamanho deste artigo, iremos, desde agora, priorizar em termos analíticos e interpretativos tão-somente algumas entre uma diversidade de itinerários institucionais, ao lado de posturas e gestos, cujo traço comum é o esforço de fomentar usos urbanos daquela região para fins culturais e diversão. Mas tendo em conta estarem nelas

amalgamas tanto a prerrogativa cognitivo-instrumental quanto a normativa ao envolvimento simbólico-afetivo de agências (individuais ou institucionais) com as paisagens que se torna alvo das suas investidas.

Nesse sentido, é heurística a participação de uma entidade como o Instituto Brasileiro de Administração Municipal – IBAM – na execução de projetos pautados pela articulação da valorização de símbolos e práticas culturais existentes na zona portuária com os circuitos de diversão, turismo e consumo cultural de abrangência cosmopolita. Assim, escudada no Projeto Monumenta do Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional contando com recursos do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID – e apoio da Unesco¹⁵, uma equipe da organização integrada por historiadores, antropólogos e turismólogos se propôs desnaturalizar a paisagem em torno da Estação Ferroviária Central do Brasil, no centro da cidade. A atuação obedecia ao intuito de reforçar e fazer o resgate patrimonial de saberes e lugares da “cidade submersa” e, na seqüência, elaborar “roteiros turísticos culturais”. A idéia era conferir visibilidade, no instante em que, após a identificação dos lugares e monumentos, fossem montados roteiros temáticos dos bens materiais e imateriais ali localizados. A luz desse procedimento, inventariou-se uma diversidade de aspectos: o Cemitério dos Pretos Novos, o Largo de São Francisco da Prainha, a roda de samba semanal da Pedra do Sal no Morro da Conceição¹⁶, o Largo João da Baiana, a Chapelaria Porto (freqüentada pelo sambista Paulinho da Viola), o Trapiche da Gomboa, o Angu do Gomes, o Boteco Caldo Pão, a Orquestra de Pernas de Paus Pedro Ernesto, o shows realizados no auditório da Rádio Nacional recordando o período áureo dessa emissora entre as décadas de 1940 e 1960, a Fundação José Bonifácio, onde o Centro de Estudos de Cultura

¹⁵ A proposta do Projeto Monumenta é integrar, a partir do Fundo Municipal de Preservação, poder público, iniciativa privada, organizações do terceiro setor e pessoas e grupos interessados nas cidades detentoras de patrimônios histórico-artísticos tombados no sentido de dar suatentabilidade à preservação dos respectivos patrimônios. Para isto, promove-se a capacitação de mão-de-obra especializada em restauro, mas também a formação de agentes locais de cultura e turismo, além da promoção de atividades econômicas e programas educativos.

¹⁶ Durante o período de funcionamento do Cais do Valongo, a região em torno da Pedra do Sal abrigava os chamados “zungus”, isto é, casas coletivas ocupadas por negros escravos e forros. Mais tarde, já na República, o local abrigou um botequim freqüentado por nomes como Donga, João da Baiana, Pixinguinha e Heitor dos Prazeres.

Africana promove palestras sobre história e cultura negro-africanas.

Fundada em 1952, o IBAM é uma organização de natureza não-governamental e igualmente sem fins lucrativos e se apresenta como "(...) vocacionada para o fortalecimento do governo municipal, sob a ótica de uma sociedade democrática, cujos objetivos abrangem o estudo, a pesquisa e a busca de solução dos problemas municipais e urbanos, no quadro do desenvolvimento regional e nacional." Investida deste lema, o Instituto obteve reconhecimento por parte dos governos federal e do Estado do Rio Janeiro enquanto instituição de utilidade pública. Ao mesmo tempo, a entidade tem aprovação pelo Conselho Nacional de Serviço Social do status de instituição de fins filantrópicos. De acordo, ainda, com os termos de explicação fornecidos pela organização: "Os compromissos estratégicos do IBAM, traduzidos em ações cotidianas, decorrem de uma atenção permanente às mudanças e tendências sociais, políticas e econômicas, no mundo e no Brasil, bem como da flexibilidade nas formas de atuação e da capacidade de inovar tecnologicamente. O IBAM reafirma sua missão de promover o Município como esfera autônoma de Governo, fortalecendo sua capacidade de formular políticas, prestar serviços e fomentar o desenvolvimento local, objetivando uma sociedade democrática e valorizando a cidadania."¹⁷

Para o que nos interessa, essa missão do IBAM se manifesta em atividades como a consultoria oferecida às administrações municipais visando "colaborar (...) na elaboração, revisão e implementação dos seus Planos Diretores, contemplando a introdução de instrumentos previstos no Estatuto da Cidade, de acordo com as necessidades e o contexto local, bem como a integração das questões urbanas e ambientais, socioeconômicas e institucionais." O foto dessas consultorias é a gestão dos usos do solo urbano, considerando finalidades ambientais e sua correlação com as questões do desenvolvimento sustentado do ponto de vista socioeconômico e cultural. Deste modo a atuação da entidade contracenava em um contexto em que a descentralização no tocante à tomada de algumas das decisões e dos modos de intervenção a elas vinculadas, que, a princípio estariam definidas como exclusivas

¹⁷ As informações arroladas sobre o IBAM foram obtidas no site do instituto – <http://www.ibam.org.br/publique/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm>; acessado em 06/06/2010.

dos órgãos estatais, acompanha aspectos indicados como intrínsecos à globalização, principalmente, certa relativização da soberania do Estado-nação com seus efeitos sobre a correlação de forças com impacto na distribuição do bem-estar social, aguçando problemas como iniquidade entre os segmentos sociais e a diminuição drástica da estabilidade no que concerne à garantia da sobrevivência. Fatores esses adicionados à reverberação de variáveis outras (ecológicas, sanitárias, jurídicas, etc.) cujas manifestações desafiam poderes e saberes oficiais e evidenciam uma atmosfera de insegurança generalizada. Mas, por outro lado, o mesmo contexto da globalidade também parece compor a intensificação dos trânsitos entre povos e culturas distintas, perfazendo um diálogo transcultural embasado nas plataformas tecnológicas digitais informação-comunicação. Movimento em que a profusão de imagens dos lugares se realiza na difusão de saberes e fazeres autóctones, compondo uma rede cosmopolita a qual contribui para agregar valores a essas mesmas localidades, mas repercute também em pressões por reorientações nas concepções de desenvolvimento sócio-econômico em favor da eleição das práticas e símbolos culturais como alavancas decisivas na promoção de recursos habilitados ao ingresso de parcelas maiores da população mundial a condições mais favoráveis de vida (Calderon Gutierrez, 2002; Yudice, 2004).

Sob esse ponto de vista, a intervenção de uma organização como o IBAM faz parte de remanejamentos estruturais sensíveis expressos na alteração da posição central ocupada pelo Estado nacional no sistema mundial, no andamento da tendência em que o exercício soberano do governo dos corpos cada vez mais se realiza nos tensos e pontuais entretimentos das máquinas técnico-burocráticas com as redes institucionais orientadas à contidianeidade capilar das micro-conflitualidades. Para alguns intérpretes o que se evidencia é a emergência de uma governança biopolítica tendo por meta a otimização de aspectos com forte apelo sobre as estimas, desde aí engajando os afetos mediante discursos autorizados a torná-los tanto objeto de saber (por intelectuais) quanto alvos merecedores do cuidado por redes institucionais, como as ONGs. A mobilização de categorias como identidade cultural e diversidade vem sobre esteira da política de população que se insinua associada a essa governança política; afinal tais categorias parecem proporcionar a triangulação entre a

totalização global, a fragmentação por conta da especialização dos órgãos de gestão da vida e as tamanhas e díspares heterogeneidades étnico-históricas (Hart, 2000: 369-370; Farias, 2010).

Quando tornamos a olhar a experiência contemporânea da zona portuária carioca e mesmo de outras áreas da cidade (Freire-Medeiros, 2010), esta conta não parece fechar, contudo, apenas levando em conta os elementos institucionais, normativos e cognitivos, desconsiderando-se a face oculta das afetividades envolvidas na mesma dinâmica. Algo revelado durante o depoimento colhido entre uma das integrantes da mesma equipe de IBAM responsável pelo inventário de lugares e monumentos acima apresentado. Historiadora, natural do interior do Estado de São Paulo, ela sublinhou seu próprio deslumbre pelo centro do Rio de Janeiro, a seu ver ali se conjugam romantismo e catástrofe na história, pois ali se descortina como a promessa do progresso tecnológico (o bonde e a energia elétrica, por exemplo) está casada aos modos de exploração e deturpação ecológica que se seguiram. No entanto, o que chama atenção no relato é percepção da densidade memorial e histórica sobre o lugar das redes de pessoas que acessou no curso da execução do projeto dos “roteiros turísticos culturais”. Com certa comoção, ela sentenciou: “As pessoas sabem contar as histórias. Tem referências do lugar. Vivenciam essas coisas, mesmo que não diretamente. Isso é muito próprio, é verdadeiro. Eles sabem do que estão falando. (...). As pessoas têm muitas histórias, muitas memórias. Estão nelas mesmas.”¹⁸ Se a fala deixa escapar sua insatisfação com os resultados das intervenções institucionais no resgate e no apoio as atitudes que visam garantir a permanência dos bens existentes naquela região da cidade, ainda assim exacerba o teor afetivo-simbólico das posturas que encontrou na realização de atividades interligando identidade e memória, nas quais o manter o traço significativo das práticas e dos locais é contrapartida da gratificação das estimas pessoais.

Parece que obediente a mesma motivação, a partir de 1993, formou-se um grupo dedicado à pesquisa e à divulgação da Praça Mauá com “sua cultura e seus personagens imortais”. A princípio, um grupo de samba denominado “Fabuloso Grupo Eu Canto Samba”, posteriormente

¹⁸ Entrevista realizada no dia 10/02/2010.

denominado “Nós Mesmos”, composto por empregados de empresas e órgãos estatais federais (como Instituto Nacional de Tecnologia) sediados no Centro do Rio de Janeiro, além de “amigos moradores, curiosos, arquitetos, historiadores, músicos, pesquisadores”. O fator de união entre eles seria “(...) o amor pelo samba, pelo carnaval de rua, pela cidade do Rio de Janeiro e, especialmente, por aquele pedaço do Rio.” De acordo com a narrativa elaborada pelos membros do grupo, a sucessão dos encontros gerou práticas lúdico-artísticas e entes institucionais orientados para a cultura e a diversão, repercutindo na adoção de roteiros alternativos de consumo de bens simbólicos e serviços, decisão reconhecida e premiada por órgãos de promoção e avaliação cultural. Procedimento cujo êxito obtido o estendeu na divulgação de outras áreas cariocas e mesmo da própria cidade:

Desses encontros, sempre no Largo de São Francisco da Prainha, surgiram: o bloco ESCRAVOS DA MAUÁ, as RODAS DE SAMBA DA MAUÁ (com o “Fabuloso Grupo Eu Canto Samba”) e o cd-rom CIRCUITO MAUÁ: SAÚDE, GAMBOA E SANTO CRISTO, sobre os bairros portuários cariocas. O conjunto dessas iniciativas recebeu, no ano 2000, o Prêmio URBANIDADE, concedido pelo Instituto dos Arquitetos do Brasil (IAB-RJ) a trabalhos que colaborem para a preservação e a revitalização do patrimônio histórico e cultural e para a ocupação criativa do espaço público da cidade. As RODAS DE SAMBA DA MAUÁ receberam o troféu Elite-2000 oferecido pela Gafieira Elite, um dos mais tradicionais espaços cariocas de samba e dança de salão. E o bloco ESCRAVOS DA MAUÁ foi escolhido, em eleição popular online pelo Jornal do Brasil, como “o melhor bloco do carnaval 2006”. O cd-rom CIRCUITO MAUÁ, lançado em 1998, contou com uma equipe de mais de 20 profissionais, teve direção de Eliane Costa, patrocínio da Multiterminais Alfandegados, empresa da área do porto do Rio de Janeiro e apoio das leis de incentivo à cultura. Com ele conquistamos diversos prêmios, como o PRIX MOBIUS AMÉRICA LATINA (com conseqüente apresentação do cd-rom na etapa mundial do Festival PRIX MOBIUS de Multimídia em Paris, três meses depois), o TOP NEW MEDIA 2000, conferido pela Associação dos Dirigentes de Vendas e Marketing do Brasil, e a DISTINÇÃO-2001 da União Brasileira dos Escritores.

Mais adiante, em 2002, incorporando novos colaboradores, lançamos o cd-rom CIRCUITO COPACABANA, o segundo volume de uma série que passamos a chamar de CIRCUITOS DO RIO. Com o CIRCUITO COPACABANA, fomos indicados novamente como representantes da América Latina para a etapa mundial do PRIX MOBIUS, desta vez na Grécia. E lá estivemos.

A série CIRCUITOS DO RIO tem como objetivo retratar em cd-rom e na internet regiões da cidade do Rio de Janeiro que tenham sido significativas para a história e para a cultura cariocas, enfatizando sua participação na evolução urbana da cidade e registrando seus personagens e manifestações de cultura popular local. Fazem parte dos nossos planos (futuros), os cd-roms: CIRCUITO LAPA E PRAÇA TIRADENTES, CIRCUITO PAÇO IMPERIAL, CIRCUITO QUINTAS IMPERIAIS (S. Cristóvão e Caju) e o CIRCUITO SANTA TERESA.¹⁹

Não podem ser negligenciados no tramado da narrativa os indicadores de que, entre a miríade de adeptos desse movimento de valorização do “Circuito Mauá”, estão pessoas direta ou indiretamente vinculadas a círculos e instâncias com ascendência na formação da opinião pública na cidade e mesmo no país, por intermédio das mídias e das instâncias de celebração erudita da cultura, como a universidade e editoras. Tampouco se deverá fechar os olhos ao trânsito de vários desses integrantes no cerne dos poderes públicos. Menos ainda não considerar a existência de quadros sócio-funcionais habilitados ao emprego de plataformas tecnológicas digitais. Certamente, a conexão de capitais culturais e sociais (os contatos) cumpre importante função à capitalização dos investimentos feitos pelo mesmo grupo e como a tessitura das suas narrativas contribui para invenção de tradições com impactos na seleção do que passa ser digno de patrimonialização por parte dos órgãos estatais especializados no tema (Barreira, 2003). Porém, é sensível também a simultânea gratuidade desses gestos mobilizados pelo desejo de permanência do que se considera singular no tocante à compensação das suas expectativas afetivas, de serem conservado e reconhecido em seu dado único aquele nicho, de onde parecem extrair

¹⁹ Informações obtidas no site <http://www.circuitos-do-rio.com.br/escravos.htm>.

muito do sentido das suas existências. Gratuidade, na medida em que tem por objetivo preservar para celebrar aquele mundo composto das paisagens em que se aninham suas identidades e memórias:

A história dos bairros portuários cariocas é a história do próprio Rio de Janeiro, embora a maioria dos cariocas não a conheça. Além de toda a questão da cultura negra (estão ali as raízes do choro, do samba, dos ranchos e do carnaval popular), há a história da Rádio Nacional nos tempos de ouro do rádio; a fabulosa Praça Mauá e histórias como a da Revolta da Chibata no porto, cujo líder - João Cândido - foi lindamente homenageado por João Bosco e Aldir Blanc como o "Mestre-sala dos Mares". Isso sem falar da arquitetura do início do século XX, que ainda se pode ver de perto no Morro da Conceição, preservada, basicamente, pelo abandono. A arquitetura, aliás, é um capítulo à parte, pois temos na região construções do século XVIII, como a Fortaleza da Conceição, além do Mosteiro de São Bento e das diversas Igrejas, a maioria no topo dos morros - do Livramento, da Providência e do Pinto. Todas essas histórias já foram cantadas nos sambas dos Escravos da Mauá, mas sempre falta falar de muita coisa...

Se a atual narrativa é uma das feições da reposição do mito local, a despeito da intenção da agência, parece que o trançado da música popular com a arquitetura e a história do bairro enraizada nos rumos da escravidão antecipa a singularidade para usos de apreciação cultural e diversão. É como se o relato estabelecesse a cumplicidade entre o mito composto pelas lembranças africanas e a economia simbólica. Talvez, deste modo, assinala como as determinações que ora pautam muito das experiências em extensão planetária se precipitam naturais nas sensibilidades e afetos. No ajustes das práticas com a possibilidade de se fazerem informações, na canalização das lembranças e das expressões em gestos passíveis de ganharem corporeidade midiática. Enfim, a informacionalização da experiência acena à formação subjetiva própria ao contexto da globalidade, consistindo no ato de fazerem imagens visuais e audiovisuais o tramado simbólico e histórico intersubjetivo em que as representações veiculadas no discurso público portam o estoque de saberes no qual a escravidão e suas vicissitudes conformaram aquela parte da cidade, em

que se gerou um território com estreita relação do samba com o carnaval, com a radiofonia e a música popular, com a saga de migrantes e com o vai e vem do cais do porto. Aspectos esses que dão sustentáculos a muitas das convicções e ideários de pessoas que aderem a grupos como o "Nós Mesmos". Ideais e valores guardados nas maneiras como elas percebem e valorizam a si e o que sentem como exterior, nos modos de se projetarem em suas intenções e de continuamente se fazerem em seus desempenhos cotidianos, segundo as circunstâncias.

De acordo com as inferências de Bourdieu, um aspecto premente na interpretação sociológica da dinâmica da produção cultural diz respeito aos limites entre o plano efervescentemente desinteressado do simbólico e aquele das interdições cotidianas onde se processam as lutas pela sobrevivência. Para o autor, no perímetro cultural prevalece um princípio econômico próprio para o qual os...

(...) investimentos só terão retorno se forem operados, de alguma forma, a fundo perdido, à maneira de um dom que só pode ter a certeza de contra-dom mais precioso, ou seja, o reconhecimento, se vier se aceitar como sem retorno; e, como no dom que ele converte em pura generosidade ao ocultar o contra-dom por vir, desvelado pela sincronização do ´toma lá dá cá`, é o tempo interposto que serve de anteparo e dissimula o lucro prometido aos investimentos mais desinteressados." (Bourdieu, 2004: 65).

Tendemos a acreditar estar na novidade empírica do estudo da economia simbólica a decisiva inadequação de recorrer, exatamente, ao modelo analítico-interpretativo cujo princípio é o da segmentação entre o tempo e espaço do dom desinteressado e aquele do interesse instrumental. A hipótese para estudos de característica qualitativa está na idéia de que tal modelo de pesquisa e análise dos sistemas e mercados simbólicos não pode ser aplicado para qualquer contexto etnográfico em estudos de modernização, sob o prejuízo de tanto deixar escapar as articulações sócio-genéticas em que se sincronizam os elementos no estabelecimento de dinâmica histórica própria a tais sistemas de práticas quanto compreender o tecido feito à base de materialidades e sentimentos em que não se opõem dinheiro e emoção, autenticidade e signo.

Nesse sentido o entrelaço do lugar-imagem e do lugar-paisagem como se apresenta no cruzamento da economia simbólica com a memória nas condições metropolitanas de ênfase em um culturalismo como estratégia de revitalização urbana do Rio de Janeiro atual (Sodré & Paiva, 2008: 168-169) incita considerar a sério o tema da ambigüidade nos gestos. Afinal, durante o percurso analítico e interpretativo feito sobre o retorno das lembranças africanas na cidade, em especial na área conhecida como Pequena África carioca a todo o tempo se destaca a propriedade bifronte das atitudes que se inspiram no resgate e na promoção dessas reminiscências. De um plano a outro sobressai o esforço de manter os documentos da cultura, a presença dos ditames do dueto Estado e mercado. Ou – na mão inversa –, em meio à execução de projetos obedientes ao arranjo decidido pelas prerrogativas sistêmicas do poder e do dinheiro, ressaltam-se os limites impostos às valorações dos objetos na observância da história e da memória local. O que permanece como interseção de uma e outra dimensão é o âmago simbólico-afetivo das agências que, no desenrolar das suas práticas, mostram-se dispostas ao cruzamento pela certeza em torno do imperativo da visibilidade cosmopolita como uma solução tanto de preservação como de reconhecimento desses bens que evocam e afaçam suas respectivas estimas.

Referências bibliográficas:

ABREU, Maurício. *Evolução Urbana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: IPLANRIO/Jorge Zahar, 1987.

ALMEIDA, Marco Antônio. “Cultura, informação, tecnologia: novas perspectivas para o consumo e a crítica cultural” In: Edson Farias (org.): *Práticas Culturais nos Fluxos e Redes da Sociedade de Consumidores*. Brasília (DF): Verbis, 2010.

APPADURAI, Arjun. “Soberania sem territorialidade: notas para uma geografia pós-nacional”. *Novos Estudos Cebrap*, n. 49, 1997.

ARANTES, Antônio Augusto. “A guerra dos lugares: fronteiras simbólicas e liminaridade no espaço urbano de São Paulo” In Carlos Fortuna (org.):

Cidade, Cultura e Globalização. Ensaios de Sociologia, Oeiras: Celta, 1997.

ARANTES, Antônio Augusto. Paisagens Paulistas: transformações do espaço público. SP: Edunicamp, 2000.

AUGÉ, Marc. Os Não-Lugares. Antropologia da Super-Modernidade. Campinas (SP): Papyrus, 1995.

BARTHES, Roland. Mitologias. RJ: Bertrand, 1989.

BAUTÈS, Nicolas. "Espaço-Patrimônio e dinâmica de atores na rua do Lavradio (Centro Histórico do Rio de Janeiro): a produção sociopolítica do "Novo Rio Antigo" In: Cidade, Transformações no Mundo do Trabalho e Políticas Públicas: a questão do comércio ambulante em tempos de globalização (org): Maria de Fátima Cabral Marques Gomes. RJ: FAPERJ, DP& A, 2006.

BARREIRA, Irllys de Alencar. "A cidade no fluxo do tempo: invenção do assado e patrimônio". Sociologias, n. 9, Porto Alegre, Jan./June, 2003.

BRADLEY, Harriet, FENTOM, Steve. "Reconciling culture and economy: ways forward in the analysis of ethnicity and gender" In: RAY, Larry & SAYER, Andrew (edts.): Culture and Economy after the Cultural Turn. London, Thousand Oaks, New Delhi: Sage, 1999.

BRAGA, Andrea da Costa. Morfologia, transformação e co-presença em centros urbanos em centro urbanos: o caso do centro do Rio de Janeiro. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2003.

BOURDIEU, Pierre "A produção da crença" In: A Produção da Crença: contribuição para uma economia dos bens simbólicos. SP: Zouk, 2004 (2ª edição).

CALDERON GUTIERREZ, Fernando. Reforma de la Política: deliberación y desarrollo. P. Imprenta, 2002.

CARDOSO, Ricardo José Brugger. "Cidade como palco: o Rio de Janeiro dos anos de 1980". Trabalho apresentado no III Enecult, Salvador, UFBA, 23-25 maio, 2007.

CARVALHO, Mônica de. Cidade Global, anotações críticas sobre um conceito. São Paulo, SP:

Perspectiva. Vol.14, nº.4 São Paulo Oct./Dec. 2000.

CASTELLS, Manuel. A Era da Informação: Economia, Sociedade e

Cultura, Vol. I. SP: Paz e Terra, 1999.

_____. A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura, Vol. II. SP: Paz e Terra, 1999a.

_____. “Tecnologia de informação e capitalismo global” In: HUTTON, Will & GIDDENS, Anthony (orgs.): No Limite da Racionalidade: convivendo com o capitalismo global. RJ: Record, 2004.

CAUFIELD, Swann. “O nascimento do Mangue: raça, nação e o controle da prostituição no Rio de Janeiro, 1850-1942”. Tempo, n.9, RJ.

COLBY, C. Centrifugal and Centripetal Forces in Urban Geography. In: Readings in Urban Geography. Chicago: The University of Chicago Press, 1967. Originally Published in: Annals of the Association of American Geographers, 23(1), 1933.

CERBOCINI, Dimitri. “A Cor do Samba”. Trabalho apresentado no GT 25 – Sociologia da Cultura, XIV Congresso Brasileiro de Sociologia, Rio de Janeiro, 28 a 31 julho, 2009.

CHAMBERS, Iain. Urban Rhythmas: pop music and popular culture. New York: ST. Martin’s Press, 1985.

CORRÊA, Roberto Lobato. O espaço Urbano. São Paulo, SP: Ática, 2003.

COSTA, Rosalina Maria. Em busca do espaço perdido – A reconstrução das identidades espaciais do bairro da Lapa na cidade do Rio de Janeiro. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1993.

CRISTINO, Leandro Nascimento. “A malandragem como emblema nacional.” Soletas, ano IX n. 17, UERJ, 2009.

DE CERTEAU, Michel. A Invenção do Cotidiano: Os Usos da Cultura (vol. I). Petrópolis: Vozes, 1994.

DENTON, S. and MORRIS, R. “A joint’s a joint” In: AMIN, Ash and THRIFT, Nigel (eds.): The Blackwell: cultural economy reader. Oxford: Blackwell, 2004.

DRIVER, Stephen, MARTELL, Luke. “New labour: culture and economy” In: RAY, Larry & SAYER, Andrew (eds.): Culture and Economy after the Cultural Turn. Longon, Thousand Oaks, New Delhi: Sage, 1999.

DUARTE, Aluizio Capdeville. A Área Central da Cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro – RJ: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA

- E ESTATÍSTICA – IBGE – Conselho Nacional de Geografia, 1967.
- DURKHEIM, Emile. *As Formas Elementares da Vida Religiosa*. SP: Paulus, 1989.
- FARIAS, Edson. “Paulo da Portela: um herói civilizador”. *Caderno CRH*, n.30/31, jan../dez, 1999.
- _____. “Carnaval carioca, a matriz do negócio do ócio brasileiro”. *Caderno CRH*, n. 38, jan./jun. 2003.
- _____. “FACES de uma festa-espetáculo: redes e diversidades na montagem do ciclo junino em Caruaru”. *Revista Sociedade e Cultura*, vol. 08 n. 01 (jan./jun.), 2005.
- _____. *O Desfile e a Cidade: o carnaval-espetáculo carioca*. RJ: E-Papers, 2006.
- _____. “Cultura popular na fisionomia da economia simbólica no Brasil”. *Teoria & Pesquisa*, Vol. XVI n. 1, 2007.
- _____. “Culturas na Dinâmica da Economia Simbólica: um estudo sobre a Fazenda Machadinho em Quissamã (RJ)”. Trabalho apresentado no GT – O Mesmo e o Diverso, durante à 26ª. Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 01 e 04 de junho, Porto Seguro, Bahia, Brasil.
- FORTUNA, Carlos. “Destradicionalização e imagem da cidade: o caso de Évora” In: Carlos Fortuna (org.): *Cidade, Cultura e Globalização. Ensaio de Sociologia*. Oeiras: Celta, 1997.
- FREIRE-MEDEIROS, Bianca. “Entre tapas e beijos: a favela turística na perspectiva de seus moradores”. *Sociedade e Estado*, Vol. 25 n. 01, 2010.
- FREITAS, Cristiane Motta. “A reconquista do centro: uma reflexão sobre a gentrificação de áreas urbanas. A cidade global” In: *Reestruturação do espaço urbano e regional no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 1993.
- GIDDENS, Anthony. *A Constituição da Sociedade*. SP: Martins Fontes, 1989.
- _____. *As Conseqüências da modernidade*. RJ: Unesp, 1991.
- GILROY, Paul. *O Atlântico Negro*. SP: Editora 34, 2001.
- GOTTDIENER, M. *A produção social do espaço urbano*. São Paulo: EDUSP, 1993.
- GOULART, R. “Processo de reabilitação e renovação urbana na cidade

do Rio de Janeiro e suas perspectivas”. Scripta Nova. Revista electrónica de geografía y ciencias sociales. Barcelona: niversidad de Barcelona, 1 de agosto de 2005, vol. IX, núm. 194 (44). <http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-194-44.htm>.

GUARANIS, Marcos Benevides & SOUZA, Vicente Custódio Moreira. “A preservação do patrimônio da cidade do Rio de Janeiro relacionada à qualidade de vida e à organização do espaço urbano”. Revista Internacional de Desastres Naturales, Accidentes e Infraestrutura Civil.

GUIMARÃES, Maria Eduarda Araújo. Do Samba ao Rap: a música negra no Brasil. Tese de Doutorado em Ciências Sociais, Unicamp, 1998.

HABERMAS, Jürgen. “Modernidade – um projeto inacabado” In: Otília Arantes e Paulo Arantes (orgs.): Um Ponto Cego no Projeto Moderno de Habermas. SP: Brasiliense, 1992.

HALL, Stuart. A Identidade Cultural na Pós-modernidade. RJ:DP&A, 2003.

HARDT, Michael. “A sociedade mundial de controle” In: ALLEZ, Eric (org.): Giles Deleuze: uma vida filosófica. SP: Editora 34, 2000.

_____. & NEGRI, Antonio. Multidão: Guerra e democracia na era do império. RJ: Record, 2005.

HARVEY, D. Condição Pós-Moderna. São Paulo: Loyola, 1992.

HERSCHMANN, Micael. Lapa, Cidade da Música: desafios e perspectivas para o crescimento do Rio de Janeiro e da indústria da musica independente nacional. RJ: Mauad, 2007.

HOCHSCHILD, Arlie. “Feeling management: from private no commercial uses” In: AMIN, Ash SAYER, Andrew (eds.): Culture and Economy after the Cultural Turn. Longon, Thousand Oaks, New Delhi: Sage, 1999.

and THRIFT, Nigel (eds.): The Blackwell: cultural economy reader. Oxford: Blackwell, 2004.

HOCHSCHILD, Russel. La mercantilización de la vida íntima. Apuntes de la casa y el trabajo. Katz Editores: Buenos Aires, 2008.

HOLZER, Nerther. “Uma discussão fenomenológica sobre os conceitos de paisagem e lugar, território e meio ambiente”. Revista Território, ano 4 n.3, jul./dez., 1997.

HUYSEN, Andreas. Seduzidos pela Memória: arquitetura, monumen-

tos e mídia. RJ: Aeroplano, 2000.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Área Central da Cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: IBGE, 1967.

ILLOUZ, Eva. Intimidades Congeladas. Las emociones en el capitalismo. Katz editores: Buenos Aires, 2007.

INGOLD, Tim. The Perception of the Environment: Essays in Livelihood, Dwelling and Skill. New York: Routledge, 2000

IPP, Instituto Pereira Passos. Morro da Conceição: da memória o futuro. Rio de Janeiro: Sextante/IPP, 2000.

IPP, Instituto Pereira Passos. Porto do Rio. Rio de Janeiro: Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro, 2002.

JACOBS, J. Morte e vida de grandes cidades. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

JAMESON, Frederic. El Posmodernismo o la Lógica do Capitalismo Avanzado. Barcelona, Buenos Aires e Mexico: Paidós, 1991.

LAMARÃO, S. Dos Trapiches ao Porto. Rio de Janeiro: Prefeitura do Rio de Janeiro – Coleção Biblioteca Carioca, 1991.

LASH, Scotth & URRY, John. The End of Organized Capitalism. Cambridge: Polity, 1987.

LEITE, Rogério Proença. Contra-Usos da Cidade: lugares e espaço público na experiência urbana contemporânea. Campinas (SP): Unicamp; Aracaju: Editora UFS, 2004.

LOPES, Nei. Mandigas da Mulata Velha na Cidade Nova. RJ: Língua Geral, 2009.

KENT, Russell. "Market boundaries and the commodification of culture" In: RAY, Larry & SAYER, Andrew (eds.): Culture and Economy after the Cultural Turn. Longon, Thousand Oaks, New Delhi: Sage, 1999.

MAGALHÃES, Roberto Anderson. A Requalificação do Centro do Rio de Janeiro: a construção de um objetivo. RJ: Secretaria Municipal das Culturas, Coordenadoria de Documental e Informação Cultural, Gerência de Informação, 2008.

MAIA, Rosemere. "Políticas urbanas no Rio de Janeiro: requalificação, reordenamento e controle social na busca de competitividade no 'mer-

cado mundial' de cidades” In: Cidade, Transformações no Mundo do Trabalho e Políticas Públicas: a questão do comércio ambulante em tempos de globalização (org): Maria de Fátima Cabral Marques Gomes. RJ: FAPERJ, DP&A, 2006.

MARTINS, Gabriela Rebello & OLIVEIRA, Márcio Pinõn de. “O que está acontecendo com a Lapa? Transformações recentes de um espaço urbano na área central do Rio de Janeiro”, s/d. Consultado em <http://egal2009.easypanners.info/area05/572>.

MOURA, Roberto. Tia Ciata e Pequena África Carioca. RJ: Secretaria Municipal de Cultura, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão Editorial, 1998.

ORTIZ, Renato. A Moderna Tradição Brasileira: cultura brasileira e indústria cultural. SP: Brasiliense, 1988.

PEREIRA, Carlos Alberto Messeder e HERSCHMANN, Micael. “O espetáculo contemporâneo. Entre o dramático e o trágico” In: Carlos Alberto Messeder e Micael Herschmann (orgs): Mídia, Memória e Celebidades: estratégias narrativas em contextos de alta visibilidade. RJ: E-Papers, 2005.

PRESTES FILHO, Luiz Carlos. “Cultura e economia: a articulação necessária entre indústria e poder público” In: Economia da Cultura: a força da indústria cultural no Rio de Janeiro. RJ: E-Papers, FAPERJ – COPPE-UFRJ, 2002.

RABHA, N. Cristalização e Resistência no Centro do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Dissertação de Mestrado apresentada ao PPGG da UFRJ (mimeo), 1984.

RAMINELLI, Ronald. “Vistas e Paisagens: imagens do Rio de Janeiro colonial”. Revista de História 147, 2002.

REQUIÃO, Luciana. “O trabalho produtivo do músico nas casas de show da Lapa: um estudo de caso”. Trabalho Necessário, ano 7 n. 8, 2009.

RIBEIRO, Luiz César de Queiroz e JÚNIOR, Orlando Alves dos Santos (Organizadores). Globalização, fragmentação e reforma urbana: o futuro das cidades brasileiras na crise. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira, 1994.

RISÉRIO, Antônio. “Bahia com H, uma leitura da cultura baiana” In: João Jose Reis (org.): Escravidão e invenção da Liberdade. SP: Brasiliense, 1988.

SAHLINS, Marshall. "Cosmologias do Capitalismo" In: Cultura na Prática. RJ: EdUFRJ, 2004.

SANDRONI, Cícero. Feitiço Decente: transformações do samba no Rio de Janeiro (1917-1930). RJ: Jorge Zahar Editor & Ed. UFRJ, 2001.

SANTOS, Ângela M. S. Penalva. Economia, Espaço e Sociedade no Rio de Janeiro. RJ: FGV, 2003.

SANTOS, Corcino Medeiros dos. O Rio de Janeiro e a Conjuntura Atlântica. RJ: Expressão e Cultura, 1993.

SANTOS, Milton. Técnica, Espaço, Tempo: globalização e meio técnico-científico informacional. SP: HUCITEC, 1998.

SIQUEIRA, Monica S. "Na Lapa tudo é permitido! A Lapa sob olhar e a experiência de travestis antigas". Iluminuras, UFRGS, 2008.

SMITH, N. Desenvolvimento Desigual. Rio de Janeiro: Bertrand, 1988.

SMITH, N. The New Urban Frontier – Gentrification and the revanchist city. New York: Routledge, 1996.

SASSEN, Saskia.. The global city. New York, London, Tokyo. New Jersey: Princeton University, 1991.

SILVEIRA, Carlos Eduardo Ribeiro. "Processos de Gentrificação: a (re) organização espacial nascidas, a construção de territórios e a questão do espaço como um sistema informacional". VIII ENANCIB – Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação, Salvador, BA, 2007.

SILVEIRA, Carmen Beatriz. O entrelaçamento urbano-cultural: centralidade e memória na cidade do Rio de Janeiro. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro: 2004.

SMITH, Neil. A gentrificação generalizada: de uma anomalia local à "regeneração" urbana como estratégia urbana global. In: BIDOU-ZACHARIASEN, Catherine. De volta à cidade; Dos processos de gentrificação as políticas de "revitalização" dos centros urbanos. São Paulo, SP: Annablume, 2006.

SODRÉ, Muniz & PAIVA, Raquel. "A megalópole carioca" In: Alexandre Barbalho (org.): Brasil, Brasis. Fortaleza: 2008.

SOJA, Edward W. Geografias Pós-Modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica. RJ: Jorge Zahar Editor, 1993.

- TELES, Jocélio (2005). O Poder da Cultura. Salvador: Palas, 2005.
- TINHORÃO, José Ramos. Música Popular: do Gramofone ao rádio e TV. SP: Ática, 1981.
- TINHORÃO, José Ramos. Música Popular: um tema em debate. SP: Editora 34, 1997.
- TINHORÃO, José Ramos. História Social da Música Popular Brasileira. SP: Editora 34, 1998.
- VIANNA, Hermano. O Mistério do Samba. RJ: Jorge Zahar Editor & Editora da UFRJ, 1997.
- VILLAÇA, Flávio. Espaço intra-urbano no Brasil. São Paulo, SP: Studio Nobel: FAPESP: Lincoln Institute, 1998.
- YÁZIGI, Eduardo. Funções culturais da metrópole: metodologia sobre a requalificação urbana do centro de São Paulo. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri e CARRERAS, Carles. (orgs.) Urbanização e mundialização: estudos sobre a metrópole. São Paulo, SP: Contexto, 2005.
- ZUKIN, Sharon. The Culture of Cities. Cambridge: Blackwell, 1995.

Recebido em 05 de março de 2010.

Aprovado em 01 de junho de 2010.

O “CORRE-CORRE” COTIDIANO NO MODO DE VIDA URBANO

José Machado Pais*

RESUMO

O artigo aborda a problemática do tempo e da falta dele na chamada *lufa-lufa quotidiana*. Tomando temporalidades de longa duração, explora a passagem do paradigma da *lentidão* para o do *encontrão*, dando também conta de como na vida urbana se vem assistindo à perda de relevância do *ouvido* em relação ao *olhar*. As profundidades ocultas das estruturas urbanas vêm à superfície da vida quotidiana ao analisarem-se contratempos, condutas em filas de trânsito, desempenhos sexuais, dilemas e agruras de vida, expressões linguísticas e comportamentais... enfim, modos de a cidade se fazer e dizer.

Palavras-chave: cotidiano, modos de vida, temporalidades, contratempos, teoria do andar, surdez social

* Investigador Coordenador do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa e Professor Convidado do ISCTE/ Instituto Universitário de Lisboa. Página pessoal: <http://www.jose-machado-pais.net>. Email: machado.pais@ics.ul.pt.

THE “STAMPEDE” IN THE EVERYDAY URBAN LIVING

ABSTRACT

The article discusses the problem of the time and lack thereof in the call *hustle and bustle everyday*. Taking long-term timescales, explores the passage of the paradigm of the *slow* to the *hustle*, also giving consideration of how in the urban life it has seen a loss of relevance of the *ear* in relation to the *eye*. The hidden depths of urban structures come to the surface of everyday life to analyze mishaps, ducts in transit queues, sexual performance, dilemmas and hardships of life, linguistic and behavioral expressions... at all, ways of the city of doing and saying itself.

Keywords: Everyday, ways of life, temporalities, hardships, theory of walking, social deafness.

1. INTRODUÇÃO¹

A cidade pode ser apreendida como um texto social suscitando, por isso mesmo, diferentes leituras. No entanto, desde que começou a ser pesquisada como uma realidade sociológica, uma boa parte das leituras da cidade têm convergido para acentuar as suas marcas de indolência. Simmel (1986 [1903]: 251), por exemplo, sustentava que talvez não exista nenhum outro fenómeno anímico tão incondicionalmente associado à grande cidade quanto a *indolência*. E apontava a «pontualidade» e a «calculabilidade da vida urbana» como factores do «desgaste» e «agitação de nervos» de que inevitavelmente resultaria a *indolência*, isto é, uma incapacidade de reagir frente à grande cidade. A desvalorização do «mundo objectivo», provocada pela indolência, desmoronaria a própria personalidade subjectiva, levando o indolente a assumir uma atitude de indiferença em relação aos demais. Muito antes das reflexões de Simmel sobre as grandes cidades já Engels (1975 [1845]: 44) antecipara uma leitura semelhante: «As multidões cruzam-se como se nada tivessem em comum». É essa desvinculação social que fazia com que Baudelaire (1821-1867, *poeta flâneur*, deambulasse pela cidade de Paris no meio de uma multidão de desenraizados sociais: bêbados, operários, pedintes, prostitutas – desgarrados de formas comunitárias que o capitalismo industrial abalara. Mais recentemente, Henri Lefebvre (1980: 128), a quem devemos reflexões pioneiras sobre a quotidianidade no mundo moderno, afinava pelo mesmo diapasão, ao afirmar que na circulação urbana «os homens e as coisas acumulam-se, misturam-se sem se encontrarem». E acrescentava: «A quotidianidade é hoje em grande medida o ruído dos motores».

¹ Ideias deste artigo foram discutidas, em primeira mão, no XIV Congresso Brasileiro de Sociologia, realizado no Rio de Janeiro (UFRJ), em Julho de 2009, na mesa redonda “A vida cotidiana na metrópole contemporânea como um problema da sociologia”. Agradeço o convite da Professora Fraya Frehse (da USP) e o debate havido com meus colegas de mesa, os Professores José de Souza Martins (USP) e Rogério Proença Leite (Universidade Federal de Sergipe). A temática do artigo é retomada em meu mais recente livro (Pais, 2010).

Não pretendo negar que as grandes cidades tenham sido – e persistam em ser – territórios de *dolências* e *indolências*. Mas também não têm de ficar confinadas a uma *sociologia de condolências*. As cidades são criativas, festeiras, lúdicas, pulsam arte, fomentam cultura, irradiam sociabilidades, são palco de acção política e afirmação da cidadania (Pais, 2007b). Mesmo na *quotidianidade* amorfa de que nos falava Lefebvre a rotina cruza-se frequentemente com a ruptura (Pais, 2002). Não por acaso, ao identificar o espaço público como um «espaço de sonâmbulos», Isaac Joseph (1988: 16-17) toma precisamente o sonâmbulo como alguém cuja vida de relacionamentos persiste não obstante o seu estado de sonolência. O que proponho, tão-somente, é abordar dolências e indolências da *quotidianidade* numa perspectiva metodológica que vá sondando as profundidades ocultas das estruturas sociais à superfície da vida quotidiana. Tomando uma temporalidade de longa duração, tentarei mostrar que a *quotidianidade* urbana tem ganho novas configurações. Em primeiro lugar, o paradigma da *lentidão* deu lugar ao do *encontrão*: são cada vez menos os que têm o tempo que desejam e cada vez mais os escravos do tempo. Em segundo lugar, há novas modulações sensitivas no espaço urbano: o ouvido perdeu relevância em relação ao olhar. Na metrópole o lema é cada vez mais *dar nas vistas* e *não dar ouvidos*. Então, o que proponho é também uma leitura do social contemplando o corporal, ou seja: a sociedade mostra-se como é através das atitudes corporais.

As profundidades ocultas das estruturas urbanas vêm à superfície da vida quotidiana ao analisarem-se contratempos, condutas em filas de trânsito, desempenhos sexuais, dilemas e agruras de vida, expressões linguísticas e comportamentais... enfim, modos de a cidade se fazer e dizer. As mensagens dos autocolantes dos vidros traseiros dos carros, ao constituírem-se em objecto de análise, denunciam uma *neurose colectiva* que, ironicamente, se manifesta através de atitudes de *valorização de si mesmo*, de *agressividade* e de *gabarolice sexual*. O método usado – apoiado na *observação naturalística* – implicou passar do *patológico* ao *pathos* social, tomando-se o cotidiano como alavanca metodológica na análise das indolências urbanas.

2. DO PARADIGMA DA LENTIDÃO AO DO ENCONTRÃO

Em 1833, Balzac publicou um pequeno texto propondo uma *teoria do andar*². Nessa reflexão pioneira – e tão injustamente esquecida –, embora reconhecendo que eminentes cientistas tivessem avançado milhares de teoremas, hipóteses, lemas e corolários sobre o movimento aplicado às coisas acabava por lamentar que ninguém tivesse ousado pensar nas leis do movimento do ser humano, de como ele se desloca no espaço público das cidades. Tantos lamentos e queixumes mais justificavam a reivindicação de uma nova ciência, baseada na *teoria do andar*. Suspeitando que a olhassem como uma ciência prosaica, imaginando já o chinfrim à volta de uma tão ousada teoria da «arte de levantar o pé», antecipava, em auto-defesa: «Não sabeis que a dignidade de todas as coisas se encontra sempre em razão inversa à sua utilidade?» A Balzac se devem, então, atentas observações sobre o acto de andar. No seu bloco de notas esboçava descrições soltas de maneiras de andar, antecipando uma tese sociológica que ancorava o *ser* ao *modo de andar*: «diz-me como andas... dir-te-ei quem és».

Anos mais tarde, no rescaldo da II Guerra Mundial, Ray Birdwhistell (1918-1994), jovem antropólogo formado na Universidade de Chicago, replicou uma versão minguada do método balzaquiano mobilizando os seus alunos – entre os quais se encontrava Erving Goffman (1988: 22-23) – para identificarem o *status social* dos cidadãos a partir da observação do calçado que usavam. Ao que parece confiava mais neste método de observação naturalística do que na famosa escala que o seu professor William Lloyd Warner (1898-1970) usava para analisar a estratificação social – e que ainda hoje é aplicada em inquéritos por sondagem. Mais recentemente, também Certeau (1996: 169-191) nos viria a propor uma sociologia do cotidiano virada para as retóricas das caminhadas e as enunciações dos caminhantes, no pressuposto de que os passos caminhados equivalem a figuras de estilo, a maneiras de falar, pois caminhar é uma forma de falar. Para Certeau o andar não revela apenas o andante, vai mais longe: os jogos dos passos moldam os espaços, tecem os lugares.

² O texto foi publicado pela primeira vez em "*L'Europe Littéraire*", Agosto-Setembro de 1833, vindo a ter sucessivas reedições. Utilizo a que aparece em Balzac (1989: 13-86).

Balzac foi um defensor do *paradigma da lentidão*. Caracterizava o movimento lento como essencialmente majestoso, por contraposição ao movimento brusco, revelador de má educação. Dizia: «Um homem que anda apressadamente revela metade do seu segredo, tem pressa». Daí a harmonia e graciosidade que para um homem de «espírito» da época provocavam as formas arredondadas da mulher de oitocentos e que os espartilhos, anquinhas e saias-balão tão bem acentuavam naquele andar compassado, nobre, garboso, em tempos iguais, como alavancas de uma máquina a vapor – movimentos que outorgavam o ideal de um amor compassado com admirável precisão. Um homem de «espírito» era um homem com ideias, um sábio, um nobre, um pensador, com gestos pouco frequentes e lentos. Um homem público. E um homem público era também reconhecido pela importância que tinha, pelo facto de não estar dominado pelo tempo, pela capacidade de exibir ociosidade (Veblen, 1983 [1899]). Com sarcasmo, Balzac usava uma palavra do Francês arcaico para expressar essa estúpida acção de ir e vir, sem objectivo ou finalidade: *virvoucher*, movimento redundante, típico de um voo de mosca sem pouso certo ou de barata tonta às voltas sobre si mesma. Na verdade, Balzac defendia o que a sociedade burguesa valorizava como código de civilidade: um corpo disciplinado, de movimentos harmoniosamente previsíveis.

O *paradigma da lentidão* podia observar-se nos rituais de interacção dos meios burgueses do século XIX (Pais, 2007a). Era então grande a preocupação em evitar qualquer desprevenido roçar de corpos. Todos os gestos deviam ser contidos, obedecendo a um rigoroso sistema de convenções. O toque em público entre um cavalheiro e uma dama era impensável – ou melhor, pensável, mas não realizável. Uma ténue inclinação da cabeça ou do tronco era o gesto de saudação corrente nas interacções do cotidiano. A cortesia impunha que ao homem coubesse a iniciativa da saudação a que a dama correspondia com um suave sorriso e uma levíssima inclinação da cabeça. No aperto de mão, pela inversa, a iniciativa do cumprimento partia da mulher. Assim acontecia porque o aperto de mão pressupunha contacto físico e, logo, seria uma falta de respeito imperdoável se um homem estendesse a mão à mulher, atrevimento que poderia ser interpretado como tentativa de assédio sexual.

O *paradigma da lentidão* teve importantes suportes filosóficos.

Hume defendia que a lentidão constituía uma mais-valia para qualquer jovem que desejasse abraçar o mundo das artes ou das ciências (Mossner, 1980). Bastantes anos mais tarde, quando a graça cerimoniosa do gesto lento se perdera – tudo ou quase tudo já evoluíra para o ritmo da celeridade – Wittgenstein (1980) ainda observava: «Em filosofia, o vencedor da corrida é aquele que consegue correr mais devagar. Ou seja, o que chega por último». Para preservar a intensidade do trabalho intelectual, Italo Calvino (1990: 60) propunha simplesmente: «apressa-te lentamente». Os tempos mudaram. As saudações outrora tão cheias de vénias simplificaram-se, consumando-se num simples “Oi!” ou “Olá, que tal?” Como se a vida se pudesse resumir a tal. E qual. Há que ser rápido em tudo, até no amor. O paradigma da *lentidão* deu lugar ao do *encontrão* – sagazmente identificado por E. A. Poe (1986 [1840]), quando se deu conta de que, entre a multidão, os transeuntes rasgavam caminho à custa da cotovelada e do inevitável empurrão. *Encontrão* é muito mais e menos do que *encontro*. Na etimologia da palavra *encontro* descobrimos a ideia de encontrar, do latim *incontra* que remete para a descoberta mas também para o choque, *ir contra alguém*. O *encontrão* retrata este sentido do *ir contra* ou *em contra*. Nomeadamente do que se olha com desconfiança. Assim se compreende o comportamento de reserva do transeunte, temendo a invasão do seu espaço de intimidade por intrusos desconhecidos. Daí, também, a cortesia aparecer – quando aparece – como máscara de uma indiferença que Goffman (1974: 80-81) identificava como «desatenção cortês».

Com o decorrer do tempo a cidade tornou-se um território de correrias, sob o domínio de uma temporalidade «policrónica». No seu conhecido livro *A Dança da Vida*, E. Hall (1983) contrapunha as pessoas monocrónicas às policrónicas. As primeiras regidas por uma disciplina de controlo, impedindo-as de começar uma tarefa antes de terminar outra («cada coisa a seu tempo»). As segundas com uma propensão para desenvolverem várias actividades concomitantes. É o que hoje acontece. Por exemplo, fazendo *zapping* podemos acompanhar vários programas de televisão em simultâneo. A própria condução do automóvel não impede a condução de negócios por celular, graças ao *kit* «mãos livres». Se os «não lugares» (Augé, 1994) são a medida real do nosso tempo é porque escasseia o tempo para nos conectarmos aos

lugares. Nas grandes cidades, os trajectos são próprios de transeuntes desterritorializados pois, como bem dizia Certeau (1996: 183), «caminhar é ter falta de lugar».

Experimentamos uma ontologia de permanente distração (Relph, 1976). A instabilidade da atenção (desconcentração) acompanha-nos em muitas latitudes da vida quotidiana. O melhor caminho para desencaimhar o sentido da vida é andar de um lado para o outro – *virvoucher*, como dizia Balzac. Em frente do computador marcamos presença em várias janelas de comunicação ou de trabalho, dando azo a uma «velocidade sedentária» (Tomlinson, 2007: 112-114). Somos permanentemente tentados a saltitar do ficheiro de trabalho para o correio electrónico e deste para os *blogs* de amigos ou conhecidos. Os especialistas falam de uma adição enfermiza a que dão o nome de *CrackBerry* (Poscente, 2008: 19-20). Parece que o sentido da vida persegue uma vida desprovida de sentido. Surgem patologias, frustrações e ansiedades relacionadas com o uso do computador. Há que dar permanente atenção aos vírus, aos ficheiros perdidos, aos *spam*, aos *crashes*.

Vivemos sob a pressão da *imediatividade* (Tomlinson, 2007: 72-93), conceito conotável com o da cultura da instantaneidade, proximidade e comunicabilidade tecnológica. Tudo deve «estar à mão» ou ser «entregue na hora» e a marca do rigor é «chegar em cima da hora». Hoje tudo acontece muito rapidamente. Há bronzeadores solares super-rápidos, lipoaspirações que fazem perder a barriga enquanto «o diabo esfrega um olho», tratamentos capilares que prometem uma rápida reflorestação das mais luzentes calvas, sopas instantâneas que se preparam em 5 minutos, confecções já prontas a vestir. Paralelamente houve uma desestruturação do tempo das refeições, proliferando as cadeias de restaurantes de comida rápida (*fast food*). Outrora, os penteados eram domados com rigidez até à raiz dos cabelos, à custa de cremes oleosos ou ferros de engomar. Hoje, os cabelos querem-se rebeldes e disponíveis para distintos *looks*. As chamadas «permanentes» dos penteados cederam lugar a artificios fugazes: colorações que se mudam de um instante para o outro, extensões de «rapa e põe», caracóis que se fazem e desfazem como a espuma das ondas. O gel deixou de se usar para assentar o cabelo, passando a cumprir o objectivo de o espetar, dando ao portador um rosto de susto. Tudo passa rapidamente de moda e esse

passar de moda instituiu-se como um modo de vida. Tudo é fugaz e em fuga corre. O consumo é antecipado por cartões de crédito («compre agora, paga depois»). Os computadores disputam-se pela velocidade de processamento. O desporto aparece dominado pela paranóia dos recordes às centésimas de segundo. As fotografias *a la minute* passaram à história com o aparecimento das máquinas fotográficas digitais. Enfim, já passou o tempo em que o tempo não contava. Por outras palavras, já quase ninguém ousa dar tempo ao tempo.

3. DAR NAS VISTAS, NÃO DAR OUVIDOS

Se o paradigma da *lentidão* deu lugar ao do *encontrão*, nos relacionamentos sociais o lema é cada vez mais «dar nas vistas» e «não dar ouvidos». As cidades são cada vez mais vistas como «sociedades de miradas» (Delgado, 2007: 70-73): os que as percorrem, na sua superficialidade, tornam-se socialmente presentes porque se dão à observação. Aliás, alguns tudo fazem para dar nas vistas, alimentando uma sociabilidade que naufraga na visualidade que a sustenta. Não por acaso Guy Debord (1979) insistia no facto de os relacionamentos sociais se encontrarem crescentemente mediados por imagens. É essa proeminência voraz do olhar que mais tem caracterizado o que se define como urbano: a evitação, o anonimato, a indiferença, a fuga ao comprometimento denunciado por qualquer olhar mal interpretado (Pais, 2006).

Muito antes, contudo, em sua análise sobre «o espaço e a sociedade», já Simmel (1977 [1908]: 681) identificava, na cidade moderna, a proeminência do *olhar* sobre o *ouvir*, chegando mesmo a falar de uma «surdez social», dela resultando uma «desorientação» ou, se quisermos, uma «sensação de isolamento e de que estamos rodeados por todas as partes de portas cerradas». O fechamento de portas é decorrente das «orelhas moucas», de uma falta de predisposição para ouvir, pois a comunicação oral pressupõe uma «arte de escutar» (Fromm, 2001), uma intersubjectividade que é assegurada pelo som das palavras que vêm de dentro de quem fala e se absorvem na escuta. Não por acaso a palavra «pessoa» (do latim *persona*) é da família de *personare* que significa «soar através de».

A modernidade aparece associada à hegemonia do olhar (Levin, 1993). Na grande cidade, o que se vê prevalece, com efeito, sobre o que se ouve, não contando com os «ruídos de fundo». Por tal razão, muitos escritores românticos e realistas que escreveram sobre as cidades defendiam uma espécie de ciência do olhar, como suporte das suas descrições literárias. Balzac, em *A Comédia Humana*, reivindicou, sem rodeios, uma «gastronomia do olhar» como ciência de apreensão da cidade. A arte do olhar cultivou-se no *romantismo* quando nas cidades se intensificou a vida pública. Os incentivos ao olhar público rivalizaram com o encerramento domiciliário, privado, que até então predominava. A arquitetura urbana rasgou as janelas e as vitrinas dos edifícios. O desenvolvimento da imprensa impôs a disseminação da leitura. Surgiram as teorias ópticas, as lentes, a fotografia, o cinema. No entanto, no mesmo ano (1895) em que os irmãos Lumière colocavam em funcionamento essa máquina de captação de imagens que deu lugar ao cinema, Gustave le Bon (2006 [1895]) publicava *La Psychologie des Foules* salientando a turbulência como uma das principais características das multidões. Ou seja a proeminência do olhar acompanhou a instituição do *paradigma do encontrão*. Nesta mudança radical, embora paulatina, os corpos não deixaram de ser investidos esteticamente, mas passaram a ser arrastados pelas correntes dos trânsitos urbanos. Esta ruptura foi constatada por Richard Sennet (1997) quando nos anunciou uma nova forma de individualismo, de modo nenhum alheia à emergência de um «corpo passivo», isto é, pouco propenso à interacção.

Olhamos à nossa volta e o que vemos é que acabamos por estar sob a mira de esse olho devorador que, através de circuitos de videovigilância, nos espia à socapa. Em qualquer *shopping* ou esquina da rua: «*Sorria está a ser filmado*». Qualquer vulgar celular já vem equipado com máquina fotográfica. Somos alvos fáceis de qualquer disparo fotográfico. O Parlamento Europeu tem debatido, de forma acalorada, o uso de *scanners* corporais de raios X nos aeroportos. O projecto não é pacífico, pois as mais ocultas intimidades dos passageiros ficarão expostas a usos indevidos. Nada nos garante que não venha a surgir um rentável negócio clandestino de fotografias de celebridades apanhadas por essas maquinetas ávidas do nu. Alguns deputados europeus acham que a dignidade humana tem de ser preservada, cabendo aos passagerei-

ros o poder de decisão sobre se pretendem ser submetidos ao registo manual (isto é, literalmente apalpados) ou ao controle dos *scanners*. Não há consenso, apesar da avalanche de pareceres bem-intencionados de peritos, advogados de direitos humanos e especialistas de saúde pública. Parece que ninguém lhes dá ouvidos.

Cada vez mais a experiência urbana é redimensionada através de novos processos comunicacionais. Como sugere Canclini (2005: 87) «há que tomar em conta não apenas uma definição sócio-demográfica e espacial da cidade mas também uma definição sócio-comunicacional». A comunicação verbal *cara a cara* tem vindo a ser ultrapassada pela comunicação à *distância*. Um enorme desafio se coloca à sociologia da interacção, cada vez mais regulada por mediações tecnológicas. Frequentemente, nem sabemos a localização do nosso interlocutor. Quando recebemos uma chamada de celular detenhamo-nos nos intróitos locutórios: *Alô? Sim? Está lá? Estou?* Todas estas interrogativas sugerem um cepticismo em relação à efectiva presença dos interlocutores. Mesmo quando ao telefone balbuceio um esquivo “*estou?*”, a interrogativa puxa a boca para uma verdade oculta: estou sem estar. Quer dizer, a presença comunicacional é, sobretudo, imaginária. A minha voz – ou a do meu interlocutor – criam presenças imaginárias, ao contrário do que acontece nas co-presenças físicas, materiais. Nestas sim, estou onde estou e não noutra sítio qualquer. Então, o que acontece quando o celular toca no *ónibus*, no botequim ou numa sala de conferências é uma comunicação real mas também virtual, onde a conectividade comunicacional é sobretudo feita à distância, com ou sem fios. O sociólogo do cotidiano tem de se assumir como um astuto observador destas novas realidades, actuando à imagem de um *detective* decifrador dos enigmas da cidade e do que nela se passa quando nada se parece passar (Pais, 2002). Vejamos, por exemplo, o que se passa com o automóvel, esse invasor que conquistou todas as cidades do mundo. Em inícios do século XX, os automobilistas eram acusados de «mata-mouros», ouvindo dos pacatos transeuntes um jorro de impropérios, insultos, maldições. À medida que aumenta a velocidade dos automóveis, os insultos reduzem-se pois deixam de chegar aos ouvidos dos condutores velozes. É a confirmação da tese da perda de relevância do ouvido. Surgem então ousadas sinaléticas manuais, que me dispense de caracterizar, cumprindo o objectivo

de *dar nas vistas* perante o ensurdecimento dos ouvidos.

Dar nas vistas é também o móbil de muitos automobilistas, quer pela marca ou potência do carro quer pela forma como o conduzem. Há os *aceleras* que arrancam velozes, logo que o semáforo muda de vermelho para verde; os *boicotadores*, sempre a dificultarem as ultrapassagens; os *competidores*, actuando como lebres disfarçadas de tartarugas, só acelerando quando pressentem a aproximação de um concorrente; os *empatas*, persistentemente circulando nas faixas da esquerda, a passo de caracol; os *caixas de som*, viajando de janelas abertas, com aparelhagem sonora em elevado volume; enfim, os *condutores de fim-de-semana* dando nas vistas por sua manifesta aselhice. O automóvel é, de facto, um veículo de locomoção mas também de comunicação. Ele adquire uma dupla existência, real e imaginária. Podemos ainda olhar para o automóvel como um suporte rolante do individualismo contemporâneo. Alguns aparecem tatuados com variadíssimos símbolos, como lagartinhas, remendos metálicos ou furos de tiros simulados. Existem empresas especializadas em tatuagens para automóveis, como a lusa www.autotatuagem.com/. Frequentemente, também aparecem carros com adesivos ou autocolantes nos vidros traseiros ou pára-choques³ imputando ao proprietário um estatuto real, sonhado ou gozado: “*Surfista a bordo*”, “*Solteiro a bordo*”, “*Génio a bordo*”, “*VIP a bordo*”, “*Sexologista a bordo*”... Em todo o caso, identificações circulantes que flutuam entre o consciente (da razão) e o inconsciente (do desejo). Bem vistas as coisas, o imaginário parece aliviar a cidade do sufoco das coacções.

Se o corre-corre do cotidiano atropela o sujeito (do desejo), os autocolantes libertam o desejo de fuga em relação à realidade do atropelo. Daí os anseios de interacção, embora raramente correspondidos. Há intenções de galanteio (“*Cuidado, estou de olho em ti*”; “*Procura-se namorada/ nenhuma experiência necessária*”); desafios à rotina (“*Anime o meu dia, façamos uma corrida*”) e declarações de ociosidade (“*Não me apresse, estou a caminho do trabalho*”). O aproveitamento do terreno da quotidianidade para fazer circular slogans irónicos e humorísticos cria a ilusão de um apaziguamento na desgastante circulação pela cidade. Ou

³ Os exemplos convocados para este ensaio circulam em cidades de Portugal e Brasil. O entusiasmo pelos autocolantes levou-me a fazer um levantamento tomando por amostra de estudo as cidades de Lisboa, São Paulo, Rio de Janeiro, Recife e Salvador.

seja, os autocolantes possibilitam uma emancipação ilusória em relação à lufa-lufa quotidiana pelo uso alegórico de palavras que remetem para um mundo imaginário – uma contrapartida onírica às vicissitudes de uma vida frequentemente anulada pela repetição.

Muitos dos adesivos ou autocolantes que alguns carros exibem dão conta dos problemas associados ao engarrafamento de trânsito. Uns assumem explicitamente a lentidão (*“Pé de Chumbo”* ou *“Não sou minhoca, mas só ando arrastando!”*). Outros, mais impacientes, tendem a culpabilizar os condutores atravancados de não serem suficientemente despachados: *“Sai da frente”*. A buzina é um sinal de protesto que se emudece quando esbarra em slogans do tipo: *“Tá com pressa? Sai mais cedo!”* ou *“Não buzine, levante mais cedo”*. Porém, as dificuldades do cotidiano nem sempre permitem obedecer à voz de comando do despertador. O melhor é não lhe dar ouvidos, enterrando a cabeça debaixo do travesseiro. Na lufa-lufa quotidiana as tarefas repetitivas fazem desaparecer quem as realiza na insipidez do seu cotidiano. As responsabilidades domésticas pesam sobremaneira sobre as mulheres, como sugere um adesivo de carro feminino que encontrei na cidade de São Paulo: *“Mãe atrasada p/pegar o filho na escola e fazer o supermercado a bordo”*. Não é difícil imaginar que a desgastada mãe acabe por gerar nos filhos que gerou uma socialização de apressamento. A criança entrará precocemente num ritmo de vida veloz, não tardando a que seja etiquetada de «hiperactiva», incapaz de se concentrar, em casa ou na escola. Pudera, a criança é assediada por uma multiplicidade de afazeres, pouco tempo lhe sobrando para brincar, ainda por cima esse tempo é usado em videojogos que sistematicamente testam a sua perícia de execução ou rapidez de reacção. Não são jogos de pensar são «jogos de acção». A criança é educada para tudo fazer ao mesmo tempo, em vez de concentrar a sua atenção numa tarefa contínua e persistente. A hiperactividade das crianças esconde, na verdade, um problema maior: a sua má educação. A hiperactividade é apenas um efeito psicológico de um fenómeno social que decorre do «paradigma do encontrão».

Frequentemente, no torvelinho das ruas da cidade, os condutores apressados são convidados a manobras impossíveis, assim acontecendo quando surge o convite hipócrita de passar por cima: *“Tá com pressa? Passa por cima!”*; *“Passa por cima, palhaço”*; ou *“Passa por cima, ô ba-*

baça!”. Mais, realistas são os apelos para trocar o carro pela bicicleta: *“Tá com pressa? Vai de Bicicleta!”*. Adesivos deste género enchem de orgulho a tribo dos ciclistas que ousam circular na selva dos veículos de quatro rodas: *“Eu transito, você congestionada”*. O congestionamento do trânsito não surge apenas como efeito de imperícias de condução, aparecendo também associado à morfologia do trânsito: *“Velocidade controlada pelos buracos da rua”*. Nada que atemorize os condutores gabarolas: *“Não temo estrada ruim, tudo é canja p’ra mim”*.

Toda esta sinalética nos dá conta da primazia da *imagem* sobre a *fala* ou, melhor, da relevância da imagem que fala, de uma fala muda que comunica através da imagem. Mesmo quando o confronto relacional atinge o patamar da inevitabilidade, é raro ver-se alguém baixar a janela do carro para chamar nomes feios ao opositor. Aliás, o destinatário seria bem capaz de não lhe dar ouvidos. Os insultos por gestos são muito mais espontâneos e eficazes, contando, aliás, com a solidariedade imediata de vários dedos da mão. Em situações limite, os voluntariosos dedos unem-se num punho fechado que se ergue em gesticulação ameaçadora. Frases acopladas a um ponto de exclamação, expressando estados de espírito ou atributos de carácter pessoal, poderão funcionar como ameaças dissuasoras: *“Hoje eu não tô bom!”*

Vários adesivos sinalizam o *desgaste psíquico* a que os automobilistas estão sujeitos e a agressividade que toma conta deles: *“Tá nervoso? Vai pescar!”*; *“Não esquente a cabeça que o chifre amolece”*. A excitação nervosa provocada pelo pára-arranca da circulação urbana tem como consequência as inevitáveis e desagradáveis batidas, já que há sempre quem arrisque manobras perigosas. A atenção permanente a estas ameaças produz ansiedade, desgasta os nervos, imprime movimentos rotativos à cabeça, sempre às voltas como uma ventoinha, levando alguns condutores a baptizarem o carro de *“Máquina de entortar pescoço”*. A ameaça de batidas dá oportunidade de afirmação de códigos de conduta que remetem para padrões de valentia: *“Bater por trás é covardia”*, *“Se é valente, bata pela frente”*. Outros preferem renunciar a tais disputas: *“Batida só de limão”*. Há também apelos moralistas aos mais apressados: *“Não tenha pressa que a vida é curta”*.

A circulação rodoviária é aproveitada para difundir mensagens que se colam não apenas ao carro, mas também a imaginários sociais.

Sobressaem, por exemplo, as representações estereotipadas da masculinidade. Em muitos autocolantes a sexualidade fiscaliza e confisca os segredos do desejo e vice-versa. O desejo aparece reduzido a uma necessidade classificada, estereotipada, provavelmente satisfeita enquanto tal: *“Mulher de minissaia é o mesmo que cerca de arame farpado; cerca a propriedade, mas não tapa a visão”*. Ou seja, a minissaia é apropriada como um significante que produz significado por impulso de uma ironia que arrasta duplos sentidos. São muitos os adesivos com apelos sexuais que rodam dia-a-dia nas ruas da cidade – da mesma forma que as rezas se oram dia-a-dia nas igrejas. Talvez que a sexualidade se esteja a transformar numa espécie de religiosidade, em suas múltiplas formas: explícitas, difusas ou ocultas. Embora surjam ditos de cariz romântico (*“Nas curvas do teu corpo, capotei meu coração”*), o prestígio de um conquistador é avaliado por critérios quantitativos: *“Quantum mais muié, melho!”*; *“Dentre elas... prefiro todas”*. A febre quantitativa sobressai em outros ditos fanfarrões: *“Sexo demais prejudica a memória e outra coisa que não lembro agora”*. Neste contexto, a fidelidade é encarada como raridade: «Deus é fiel. E você?».

Em suma, a circulação rodoviária decorre num terreno de comunicação visual, adornada por retóricas que libertam imaginários, reproduzem estereótipos, reafirmam códigos de conduta. Por exemplo, a agressividade na condução é defendida como padrão de conduta (*“Não basta ser veloz, tem que ser furioso”*) e, mesmo em situação de trânsito emperrado, os atributos da velocidade são valorizados: *“Que se abaxem as bactérias!”* ou *“Sorria, você foi ultrapassado!”* Condutores que circulam em *latas velhas* tudo fazem para evitar a carga social de um estigma: *“Tá espirrando mas tem saúde!”* ou *“Meu outro carro é mais potente”*. Outros, provavelmente para desencorajarem polícias ou ladrões – numa sociedade onde se sabe que a equidade esbarra com o poder de influência – anunciam que o carro é *“Propriedade de Jesus Cristo”*. Todavia, há quem assuma a pobreza, sem rodeios, identificando-a com pneu careca (*“Pobre é como pneu; quanto mais trabalha, mais liso fica”*). Em poucas palavras, as mensagens têm o condão de sintetizar o sufoco que representa viver no limiar da pobreza (*“Não sou parafuso, mas vivo sempre apertado”*) e as dificuldades em sair da condição de penúria: (*“O que levanta a cabeça do pobre é avião”*). Por aqui vemos que a «sociedade de massas» pode

suscitar a «individualização» (Shils, 1985) promovendo uma imaginária abertura comunicacional mesmo entre quem circula em diferentes classes de motorização (Miller, 2001). Mais uma vez, estamos perante uma estética de suposições, de crenças, de juízos de valor a que correspondem formas padronizadas de sensibilidade social.

Todos estes autocolantes cumprem a função de «dar nas vistas». Comunicam pelo visual. Aliás, algumas mensagens rejeitam explicitamente qualquer hipótese de bate-papo: “*Não me dê conselho; sei errar sozinho*”. Apenas em alguns carros vi um contacto telefónico alimentando expectativas de comunicação: “*Quer emagrecer? Pergunte-me como!*” Não custa admitir que de entre os múltiplos factores da obesidade sobressaia o consumo apressado de comidas feitas à pressa. Mas o mais importante é constatar que na cidade o *olhar* se sobrepõe claramente ao *escutar*. A concentração na imagem é paralela a uma descentração da palavra falada. Por isso, a emergência de dois padrões comportamentais. Um deles afirmando-se pela positiva: *dar nas vistas*. Outro pela negativa: *não dar ouvidos*.

Não dar ouvidos não significa que os mesmos não sejam constantemente assediados ou importunados. No entanto, há que saber «fazer ouvidos de mercador». Em alguns espaços públicos surgem avisos solenes: “*Silêncio, não importunar*”. Apesar das manifestas conspirações de silêncio (Dauenhauer, 1980 e Zerubavel, 2006), vivemos rodeados por uma sinfonia de buzinações de automóveis, chiadeira de rodagens e travagens, toques polifónicos de telemóveis, apitos de semáforos para que os transeuntes cruzem rapidamente as passadeiras da rua, sinais agudos de carruagens do metropolitano ameaçando o encerramento das portas. Há que aprender a *não dar ouvidos*. No espaço público das cidades já se torna habitual ver as pessoas com as orelhas coladas a auriculares de leitores de música. Apenas as sonoridades em vias de extinção adquirem o estatuto de património cultural, como o velho ruído das caixas registadoras, dos moinhos de café manuais ou dos silvos de comboios (Lowenthal, 1998: 72-75). Possivelmente, daqui por uns anos, quando os telemóveis funcionarem com sensores especiais, passará a ser valorizado o legado dos toques que hoje tanto nos irritam. Em contrapartida, os psicanalistas são procurados pela sua disponibilidade para a escuta, ainda que quem a eles acorra esteja interessado, sobretudo, em se escutar a si mesmo.

A conversação é cada vez mais «teclada», mediada por computador e outras novas tecnologias.

Em contrapartida, muitos dos nossos comportamentos cotidianos encontram-se subordinados ao poder da vista: actua-se *para inglês ver* ou para *fazer um vistão*; circulamos para dar uma *vista de olhos* ou, aqui e ali, para *encher o olho*; ufanamo-nos de *ter olhinhos* ou *golpe de vista*; aliás, costumamos *ter mais olhos do que barriga*; e, claro, somos volúveis aos *maus-olhados* ou à *inveja*. No imaginário popular, ninguém sofre danos irreversíveis pelo que ouve, pois o que entra por um ouvido sai facilmente pelo outro. O mesmo não se pode dizer do *mal de inveja*, do *mau-olhado* ou do *olho-gordo*, contra os quais se arremessam fluidos, rezas, velas, defumadores, resguardos e vaporizadores (www.mundomistico.pt). Na crença popular, o mau-olhado atrofia a circulação, provocando amarração, tal como acontece nos engarrafamentos de trânsito rodoviário. Muitos produtos de natureza «espiritual» são usados como desentupidores de vidas encravadas. Quer dizer, a vida aparece congestionada, não flui como devia, surgindo então poções e defumações para «desprender» ou «desamarrar» embaraços. Os rótulos das mistelas são bem sugestivos: “*7 encruzilhadas*”, “*Abre caminho*”, “*Quebra barreira*”, “*Tranca rua*”, “*Tomba tudo*”... (www.naturezaespiritual.com.br). Os conflitos da quotidianidade promovem soluções fictícias perante a falta de plausibilidade de soluções reais. A ficção torna-se mais congruente do que o real.

Na intimidade quotidiana dos casais, coexistem os dois padrões comportamentais com que temos vindo a caracterizar a vida urbana: *dar nas vistas* e *não dar ouvidos*. Aliás, sem querer adentrar no domínio da psicopatologia da vida privada, talvez se possa admitir que muitos problemas conjugais resultam de uma persistente atitude em «não dar ouvidos». Muitos cônjuges interpelam-se: «Vistes? Não me destes ouvidos!» Ou seja, o reconhecimento das orelhas moucas é denunciado pela visão. Mesmo na intimidade da alcova é frequente *não dar ouvidos*. Não é difícil imaginar que, numa convulsão de respirações ofegantes ela suplique ao seu mais-que-tudo: «Querido, ainda não, por favor, não te venhas já»⁴. Ele,

⁴ No Brasil, segundo me informaram, a expressão usada para «vir» é «gozar». Não sei como é que a mulher brasileira tentará convencer o parceiro a retardar o orgasmo. Se a lógica for semelhante à de Portugal, dir-lhe-á qualquer coisa a soar a sádico: «por favor, não gozes já, deixa para depois».

simplesmente, não lhe dá ouvidos. Surge o desencontro, o desencanto e mais um caso clínico para engrossar a clientela das consultas de terapia familiar. A medicina dá-lhe um nome técnico: *ejaculação precoce*. A precocidade é isso mesmo, é um vir antes de tempo. Ele é um homem moderno, abandonou o paradigma da lentidão segundo o qual «depressa e bem não há quem».

Assunto sério. Não se fala de outra coisa nas revistas generalistas que inundam as salas de espera de consultórios médicos ou cabeleireiros e, todavia, nunca ou raramente se fala da coisa, em termos sociológicos. Não me vou deter nas razões desta aversão. Apenas reitero que o assunto é sério. Em qualquer jornal diário multiplicam-se lamentos de impotência, bem enquadrados por campanhas publicitárias a jusante das quais de devem realizar chorudos lucros. Ainda recentemente, o escritor António Lobo Antunes (2009: 12-13) retratava, numa de suas *crónicas de amor*, o drama de um casal. Ela, impaciente, aconselhando-o: «há pastilhas na farmácia que ajudam». Ele, teimosamente, procurando tranquilizá-la: «Isto é como um avião, custa a descolar mas depois voa muito alto». Ela, completamente descrente: «Voa alto o tanas, mal deixa de sentir a pista aterra, lá vem a desculpa do costume – preocupações no emprego». E rematando, num desconsolo: «tento ajudar na descolagem e népia, por mais que me esforce, e só falta dar pinos, o avião poisado [...], fechadinho no hangar».

Estamos a falar de males do íntimo que reflectem maleitas do modo de vida urbano. A medicina tem-nos mostrado que, entre outras correlações, a ejaculação precoce pode ser efeito da fadiga mental. Não por acaso, é justamente em finais do século XIX – quando o *paradigma da lentidão* dá lugar ao *paradigma do encontrão* – que surge em força uma neurose que é produto de esgotamento nervoso e fadiga mental: a *neurastenia*. Ela é uma doença da «civilização moderna», do excesso de trabalho, das viagens apressadas, das ambições incessantes, das irritações provocadas por estímulos externos aos quais não conseguimos dar resposta, enfim, é uma doença da cidade (Alvarez, 1992: 144-145). Uma faceta deste mal-estar urbano viria a ser identificada como «histeria traumática masculina», associada ao receio do falhanço, quer no mundo do trabalho quer no das vivências sexuais. Na senda da neurastenia surgiu a *psicastenia*, termo alcunhado, em 1903, por

Janet (*Les Obsesiones et la Psychasthénie*) para designar toda a sorte de obsessões, fobias e ataques de ansiedade – maleitas próprias do modo de vida urbano (Alvarez, 1992: 146). Tanto F. Engels (1975 [1845]) (*A situação da Classe Trabalhadora em Inglaterra*), quanto Simmel (1986 [1903]) (*As Grandes Urbes*) ou Tocqueville (1995 [1835]) (*A Democracia na América*) fizeram bastas referências a este nervosismo urbano.

No campo da sexualidade, o rendimento masculino começava então a ser posto à prova, gerando inquietações e lamentos. Corbin e Perrot (1997: 413-611) mostraram como o burguês da época vivia numa ansiedade permanente entre a proeza e o fracasso. Flaubert contabilizava façanhas; Stendhal escorregava em fracassos na sua relação com a prostituta Alexandrina; Edmond de Goncourt temia não conseguir hastear a bandeira da sua pátria virilidade. Estes problemas agravaram-se ao longo do século XX, gerando pânicos privados com visibilidade pública. As inquietações decorrentes aparecem sinalizadas em paredes da cidade de Lisboa e subúrbios, com anúncios artesanais escarrapachados em folhas A3, promovendo a venda de produtos para melhorar o desejo e as performances sexuais, como o famoso chá *Pau de Cabinda*, proveniente da casca de uma árvore com o mesmo nome, existente na floresta de Cabinda, em Angola. A publicidade procura adubar o desejo como se aduba uma leira de batatas, embora esteja por demonstrar que as técnicas de fertilização tenham igual sucesso num e noutro campo. Como quer que seja, se nenhum problema existisse não haveria tanta gente a queixar-se. A *Sociedade Portuguesa de Andrologia* anuncia em vários jornais que «a ejaculação prematura afecta 1 em cada 4 homens», denunciando um novo e incontestável género de prematuridade: «há homens prematuros apesar de terem nascido aos nove meses». Pois é, foram educados numa sociedade competitiva onde o lema é chegar em primeiro lugar. Noutro anúncio da prestigiada Sociedade identifica-se uma desastrosa propensão à antecipação da acção: «Para alguns homens o filme ainda vai no início e já estão a ver o fim». Num jornal desportivo, a metáfora do prolongamento dos jogos de futebol serve de mote para mais um anúncio publicitário: «Para muitos homens um prolongamento seria bem-vindo». Muitos outros anúncios que se captam em *outdoors* da cidade de Lisboa poderiam ser lidos como imagens do paradoxo que resulta do choque entre uma

realidade temida e a pressa em a alcançar: «Vai ser tão bom, não foi?»; «Nem sempre é bom chegar ao destino depressa»; «1...2...3... pronto, acabou!»; «Nem sempre a velocidade é performance»; «Como 'já está'?!» Mais recentemente, autocarros da cidade de Lisboa circulam com um anúncio escarrapachado na traseira: «*Vais muito depressa. É o que alguns homens mais ouvem*». Explorando o mesmo sintoma da pressa de vida, uma marca de cerveja promove a sua «mini» com uma humorada provocação: «Vai uma rapidinha?» Embora vivamos numa cultura regida por imperativos do gozo, este gera medos, anseios e frustrações. Com efeito, o gozo encontra-se subordinado a uma tensão temporal entre o desfrute imediato e a incapacidade de o prolongar. Num sítio da Internet que conta com o apoio da Associação Portuguesa de Andrologia (www.maistempoparamar.com) enfileiram-se múltiplas abordagens à ejaculação precoce como a *terapia comportamental* e os *tratamentos tópicos* à custa (já que não são assim tão baratos) de vários produtos como preservativos, cremes ou *sprays* com efeito anestésico. Todas estas engenhocas buscam efeitos de retardamento, na tentativa de compatibilizar uma *ética* (da ordem do racional) subjacente ao emprego do tempo e uma *estética* (da ordem do erótico) associada ao desfrute desse mesmo tempo. Ou seja, numa sociedade de correrias, onde não há tempo para amar e tudo é feito à pressa ou depressa, poderia supor-se uma reabilitação da velha sabedoria popular: *devagar se vai ao longe...* O problema é que o erotismo procura aportar o amor numa quotidianidade que não é o melhor dos terrenos para amar.

Hoje em dia o coração não sofre apenas de amor, sofre de ameaças cardiovasculares que resultam de uma competitividade agressiva, de ambições desmedidas, de um corre-corre imparável. Com tanta correria há o risco de cada um se perder de si mesmo. A publicidade aproveita o ritmo apressado de vida para espevitatar a venda de alguns produtos, como acontece com as máquinas de filmar Toshiba: «A vida passa a correr. Não a deixe escapar». Na sabedoria popular surgem também aconselhamentos apaziguadores relativamente a alguns efeitos nefastos da competição desenfreada em que assenta o paradigma do «encontrão»: «Nesta vida de competição, se te derem um pontapé no traseiro não te preocupes, é sinal de que vais à frente». O problema é quando a pressa vira doença. Ainda recentemente o *Jornal do Brasil* alertava: «Tensão,

impaciência, irritação, sono agitado, passos exageradamente rápidos – se você exhibe tais sintomas, cuidado. Pode estar sofrendo da síndrome da pressa»⁵. Com efeito, a lufa-lufa quotidiana contribui para a um desequilíbrio psíquico das pessoas, sem tempo subjectivo para encontrarem um tempo achado que compense as perdas de um tempo perdido.

4. Conclusões

Se, como dizia Calvino (2009: 14), «a cidade não conta o seu passado, contém-no como as linhas da mão», teremos de desenvolver uma espécie de quiromancia que a saiba ler ou adivinhar. A sociologia da vida quotidiana, pela sua capacidade de ler nas entrelinhas do social, encontra-se numa posição privilegiada para explorar essa leitura da cidade, tomando o presente em relação de vinculação com o passado e o futuro. Alguns contributos da sociologia clássica continuam válidos. Aponte-se, como exemplo, o posicionamento de Simmel (1977 [1908]: 64), posteriormente subscrito por Certeau, de que «o espaço é uma forma que em si mesmo não produz efeito algum». É a «acção recíproca» entre os indivíduos que é capaz de transformar um espaço «vazio» num espaço «cheio» de vida social. As imagens de «vazio» e «cheio» são usadas por Simmel e ecoam na definição que Certeau (1996) nos dá de espaço social como «lugar praticado». O próprio caos rodoviário das grandes cidades exemplifica uma rotina que, todavia, não impede uma comunicação criativa, como vimos ao analisar os adesivos dos carros. Eles constituem uma forma de fuga – com recurso à ironia – a uma neurose colectiva provocada por esse mesmo caos.

Entretanto, a passagem do paradigma da *lentidão* para o do *encontrão* pode interpretar-se como um redobrado acréscimo da «vida nervosa», a que Simmel (1986 [1903]: 248) aludia quando comparava o ritmo lento da vida do campo ou das pequenas cidades com o ritmo desenfreado das grande urbes. Também nesse caso se deu um salto *ritmológico*: da

⁵ Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 26 de Julho de 2009. Na reportagem do jornal calcula-se que 30% dos brasileiros sofram da síndrome da pressa.

vinda lenta, habitual e regular para a vida da «rápida aglomeração de imagens cambiantes». Foi esta mudança que levou Simmel a falar da *racionalidade* como um «preservativo da vida subjectiva frente à violência da grande cidade». O problema é que, devido a essa mesma violência, o preservativo nem sempre é eficaz, correndo risco de rompimento. A racionalidade nem sempre é capaz de contrariar a força do imprevisto. A calculabilidade busca erradicar o fortuito mas este foge-lhe cada vez mais. Simmel intuía essa tensão entre racionalidade e risco. Apesar da difusão generalizada dos relógios de bolso na época em que viveu, adiantava: «Se todos os relógios de Berlim começassem repentinamente a funcionar mal em distintas direcções, ainda que apenas pelo espaço de uma hora, todo seu tráfico económico e de outro tipo se perturbava por largo tempo» (Simmel, 1986: 250). As grandes cidades têm vindo a experimentar uma crescente tensão entre racionalidade e risco. Cada vez mais as cidades são um terreno de jogo de gato e de rato, de previstos e imprevistos. O fenómeno da massificação, por outro lado, sugere-nos que a vida pública deixou de se expressar como estilo de vida; a cidade passou a ter muitos modos de vida sem estilo. O modo de vida, outrora entendido em sua rigidez de modelo pré-construído, passou a dar aos indivíduos oportunidades crescentes de intervenção que oscilam entre o deixar-se ir na corrente e a inovação (desacorrentamento). Aqui e além o desnorte e o sentimento de uma desfiliação social.

Todas estas ambivalências estão na base de uma neurose cultural colectiva que se manifesta quotidianamente. Aliás, a indolência associada à vida urbana decorre de uma *demissão subjectiva*, como Lacan gostava de retratar as depressões. Por isso mesmo, inicialmente hesitei em levantar o véu das manifestações neuróticas da lufa-lufa quotidiana. Cheguei a pensar que melhor seria deixar o assunto para os psicanalistas. No entanto, pensando melhor, a sociologia tem uma palavra a dizer sobre as maleitas da vida urbana. Não há dúvida de que a neurose é assunto da psicologia e áreas afins. Porém, há factores culturais que a podem suscitar. Os fenómenos psíquicos não se explicam necessariamente a si mesmos. E, muito menos, explicarão os fenómenos sociais, como aconteceria caso se sustentasse que as guerras são causadas por um instinto da morte ou que o sistema económico se baseia em tendências sexuais sadomasoquistas. A cultura não é um simples produto

de tendências biológicas reprimidas ou sublimadas. A neurose urbana existe porque vivemos algemados a relógios, havendo uma tendência para subjugar a vida ao poder da *cronometria*.

É na lufa-lufa quotidiana que radica a «personalidade urbana» que Louis Wirth (1938: 1-24) associou a um «modo de vida» determinado por relações sociais anónimas, superficiais e efémeras – o que não significa que na cidade não existam múltiplas malhas de coagulação sociabilística. A competitividade desenfreada e de atropelos que caracteriza o *paradigma do encontrão* – onde não se olha a meios para atingir os fins – origina uma tensão hostil entre indivíduos em competição. Como vimos, os autocolantes dos carros colocam em evidência essas lutas competitivas em que o êxito próprio depende do insucesso dos demais. As mensagens analisadas denunciam essa *neurose colectiva* (Horney, 1993) que se manifesta através de três principais atitudes básicas: a) atitudes de *valorização de si mesmo* que se traduzem numa propensão compulsiva a alardear atributos de prestígio (“Génio a bordo”, “Não temo estrada ruim, tudo é canja para mim”); b) atitudes de *agressividade* que expressam uma conduta de ofensiva deliberadamente hostil (“Sai da frente”, “Passa por cima palhaço”, “Se é valente bata pela frente”); c) atitudes de *gabarolice perante a sexualidade* que desmascaram um desejo compulsivo de aventuras sexuais (“Sexologista a bordo”, “Quantum mais muié melhor!”, “Sou velho mas não renuncio”). Há uma necessidade compulsiva e indiscriminada de diminuir os demais. Como cada automobilista é um competidor real ou potencial de todos os demais, os autocolantes dos carros destinam-se a todos e a cada um de todos. A hostilidade originada por uma sociedade individualista e competitiva está na base do comportamento neurótico de alguns condutores de que os adesivos apenas ironicamente dão conta. Na condução rodoviária como na vida, há que ser agressivo para afastar os concorrentes do caminho. Em contrapartida, as frustrações emocionais acabam por ser um corolário inevitável de perdas competitivas. A estas conclusões cheguei deitando mão de um método que foi na alçada de alguns dos factores sociais que poderão produzir as patologias da vida urbana, o que implicou passar do *patológico* ao *pathos* social, isto é, à «qualidade dramática dos comportamentos sociais» (Joseph, 1988: 19).

Referências Bibliográficas

ALVAREZ, Marino Pérez. **Ciudad, Individuo y Psicología**. Madrid: Siglo XXI, 1992.

ANTUNES, António Lobo. “**Crónicas de Amor**”. Revista *Visão* de 23 de Julho de 2009.

AUGÉ, Marc. **Não-Lugares: Introdução a uma Antropologia da Super-modernidade**. Campinas: Papirus, 1994.

BALZAC, Honoré de. **Dime como Andas, te Drogas, Viestes y Comes y te Diré Quién Eres**. Barcelona: Tusquets Editores, 1989 [1833].

BON, Gustave Le. **La Psychologie des Foules**. Paris: Presses Universitaires de France, 2006 [1895].

CALVINO, Ítalo. **Seis Propostas para o Próximo Milénio**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CALVINO, Ítalo. **As Cidades Invisíveis**. Sicidea, Sant Vicenç dels Horts (Espanha). 2009 [1972].

CALVO, Gil. **Nacidos para Cambiar**. Madrid: Taurus, 2001.

CANCLINI, Néstor García. **Imaginários Urbanos**. Buenos Aires: Editorial Universitária de Buenos Aires, 2005.

CERTEAU, Michel de. **A Invenção do Cotidiano**. Petrópolis: Vozes, 1996 [1990].

CORBIN, A. e M. Perrot. «Bastidores». In Ph. Ariès e G. Duby (Eds), **História da Vida Privada. Da Revolução Francesa à Primeira Guerra**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

DAUENHAUER, Bernard P. **Silence. The Phenomenon and its Ontological Significance**. Bloomington: Indian University Press, 1980.

DEBORD, Guy. **La Société du Spectacle**. Paris: Editions Champ Libre, 1979 [1969].

DELGADO, Manuel. **Sociedades Movidizas: Pasos Hacia una Antropologia de las Calles**. Barcelona: Editorial Anagrama, 2007.

ENGELS, Friedrich. **A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra**. Lisboa: Editorial Presença, 1975 [1845].

- FROMM, Erich. **El Arte de Escuchar**. Barcelona: Ediciones Paidós, 2001 [1994].
- GOFFMAN, Erving. **Relaciones en Público. Microestudios de Orden Público**. Madrid: Alianza, 1974.
- GOFFMAN, Erving. **Les Moments et leurs Hommes. Textes recueillis et présentés par Yves Winkin**. Paris: Seuil/Minuit, 1988.
- HALL, Edward. **The Dance of Life**. New York: Doubleday, 1983.
- HORNEY, Karen. **La Personalidad Neurótica de Nuestro Tiempo**. Barcelona: Ediciones Paidós, 1993.
- JOSEPH, Isaac. **El Transeúnte y el Espacio Urbano. Ensayo sobre Dispersión del Espacio Público**. Barcelona: Editorial Gedisa, 1988 [1984].
- LEFEBVRE, Henri. **La Vida Cotidiana en el Mundo Moderno**. Madrid: Alianza Editorial, 1980 [1968].
- LEVIN, David Michael. **Modernity and the Hegemony of Vision**. Berkeley (California): University California Press, 1993.
- LOWENTHAL, D. **El Pasado es un País Estraño**. Madrid: Akal, 1998.
- MILLER, Daniel (Ed.). **Car Cultures**. Oxford: Berg, 2001.
- MOSSNER, E. C. **The Life of David Hume**. Oxford: Oxford University Press, 1980.
- PAIS, José Machado. **Vida Cotidiana: Enigmas e Revelações**. 2003. São Paulo: Cortez, 2002.
- PAIS, José Machado. **Artes de Amar da Burguesia. A Imagem da Mulher e os Rituais de Galantaria nos meios Burgueses do século XIX em Portugal**. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2007a [1986].
- PAIS, José Machado. «Cotidiano e Reflexividade». In **Educação & Sociedade**, vol. 28, nº 98, Janeiro/Abril, 2007b.
- PAIS, José Machado. **Nos Rastos da Solidão: Deambulações Sociológicas**. Porto: Âmbar, 2008.
- PAIS, José Machado. **Lufa-lufa Quotidiana. Ensaio sobre Cidade, Cultura e Vida Urbana**. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2010.
- POE, Edgar Allan. **"O Homem na Multidão"**. In **Contos de Edgar Allan Poe**. São Paulo: Cultrix, 1986 [1840].

POSCENTE Vince. **La Era de la Velocidad**. Barcelona: Ediciones Urano, 2008.

RELPH, E. **Place and Placelessness**. London: Pion, 1976.

SENNET, Richard. **Carne e Pedra. O Corpo e a Cidade ma Civilização Ocidental**. Rio de Janeiro: Record, 1997.

SHILS, Edward. «La sociedad de masas y su cultura». In: **D. Bell et al. Industria Cultural y Sociedad de Masas**. Caracas: Monte Avila, 1985.

SIMMEL, Georg. **Sociología 2. Estudios Sobre las Formas de Socialización**. Madrid: Biblioteca de la Revista de Occidente, 1977 [1908].

SIMMEL, Georg. «Las grandes urbes y la vida del Espíritu». In **El Individuo y la Libertad. Ensayos de Crítica de la Cultura**. Barcelona: Península, 1986 [1903].

TOCQUEVILLE, Alexis de. **La Democracia en América**. Madrid: Alianza, 1995 [1835].

TOMLINSON, John. **The Culture of Speed. The Coming of Immediacy**. London: Sage Publications, 2007.

VEBLEN, Thorstein. **A Teoria da Classe Ociosa**. São Paulo: Abril Cultural, 1983 [1899].

WIRTH, Louis. Urbanism As a Way of Life, *American Journal of Sociology*, 44, 1938.

WITTGENSTEIN, Ludwig. **Culture and Value**. Oxford: Blackwell, 1980.

ZERUBAVEL, Eviatar. **The Elephant in the Room. Silence and Denial in Everyday Life**. New York: Oxford University Press, 2006.

Recebido em 05 de março de 2010.

Aprovado em 01 de junho de 2010.

ENOBRECIMENTO URBANO
DO BAIRRO TREZE DE
JULHO EM ARACAJU:
1990 - 2000*

Josevânia Nunes Rabelo**

RESUMO

Este artigo discorre sobre as transformações urbanísticas contemporâneas definidas como estratégias de *gentrification*. E, tem a peculiaridade de evidenciar que o Bairro Treze de Julho demonstra ser um espaço urbano singular de *gentrification* residencial no Brasil. Geralmente, essas remodelações urbanísticas tentam homogeneizar o espaço urbano no sentido de modificá-lo em cenário de categorias específicas de indivíduos. Contudo, a aparente ordem se desfaz mediante usos inusitados que são construídos no espaço ímpar de lugares, onde as referências transbordam a perspectiva do consumo.

Palavras-chave: espaço urbano, *gentrification*, bairro

* Este artigo é uma parte do segundo capítulo de minha Dissertação de Mestrado, defendida no Núcleo de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais da Universidade Federal de Sergipe em 2010, sob orientação do Prof. Dr. Rogério Proença Leite.

** Mestre em Sociologia pelo NPPCS-UFS. Pesquisadora do Grupo de Pesquisa do Laboratório de Estudos Urbanos e Culturais LABEURC/UFS. Email: josevaniarabelo@ig.com.br.

THE GENTRIFICATION PROCESS OF ARACAJU'S TREZE DE JULHO DISTRICT: 1990-2000

ABSTRACT

This article discusses about the contemporary urban transformations defined as strategies for gentrification. And has the peculiarity of evidence that Thirteen of July District proved to be a unique urban residential gentrification in Brazil. Generally, these renovations try to mix urban space in order to change it on stage for specific categories of individuals. However, the apparent order breaks down by unusual uses that are built in the space of odd places, where the references overflow the perspective of consumption.

Keywords: urban space, gentrification, neighborhood.

Iremos, nesta periodização, fazer uma discussão exploratória entre a teoria sobre enobrecimento urbano e os aspectos do Bairro Treze de Julho que possibilitam colocá-lo como expoente das configurações urbanas apreendidas por este conceito. O objetivo é poder delinear possíveis inconsistências e aproximações com as políticas de *gentrification*, elaborando um recorte mediante um olhar global e local, sobre as novas configurações do espaço urbano. Com a atenção de estabelecer interfaces, sem o objetivo de reduzir as peculiaridades de alcance reflexivo de cada referência, pois se não ponderarmos sobre as limitações dos conceitos, engessamos a teoria para nossas hipóteses, as quais aproveitam o caráter explicativo da mesma. Diríamos, também, que são os próprios usuários do espaço urbano que sedimentam uma diversidade de considerações sobre o mesmo tema. Portanto, a adequação com as definições propostas pelos autores possui restrições para qualquer objeto, contudo, sem os mesmos, não saberíamos como trilhar as impressões sobre o assunto a ser abordado. E, o artigo proposto tem como base conceitual da pesquisa, as reflexões de Harvey (2007), Featherstone (1995), Leite (2007), Smith (1996), Zukin (2000), com ênfase também em teorias sobre o consumo elaboradas por Baudrillard (1973), Debord (2007), Lipovetsky (2008).

As políticas de *gentrification* têm como característica principal a revitalização e organização de um espaço urbano para o consumo cultural, e compreender as interligações entre um e outro esclarece o contexto pós-industrial das cidades contemporâneas. Por isso, procuraremos estabelecer elos entre essas perspectivas com o intuito de elucidar a relação de conformação socioespacial do Bairro com a imagem pressuposta pela arquitetura dos prédios e galerias do mesmo. Ali, vemos um exagero na ostentação das fachadas, as quais constroem uma espécie de isolamento, só quebrada pela abertura do calçadão Viana de Assis, o qual está paralelamente situado a Avenida Beira Mar – podemos considerá-lo como uma zona de comunicabilidade entre o Bairro e a cidade, uma vez que a maioria dos usuários reside em pontos distintos da cidade. Nesse sentido, diremos que o Bairro possui uma zona de fechamento e outra de caráter híbrido.

Segundo Leite, as práticas de *gentrification* “referem-se sobretudo à afirmação simbólica do poder, mediante inscrições arquitetônicas e urbanísticas que representam visualmente valores e visões de mundo de uma nova camada social que busca apropriar-se de certos espaços da cidade.” (2007: 63). Logo, a Treze de Julho possui características condizentes com uma valorização do espaço urbano mediante a troca de seus residentes antigos. Por exemplo, uma reportagem informa, na década de 90, a existência de apenas um pescador¹, em um local que era preponderantemente constituído de choupanas dos homens do mar. Além disso, como apreensão inicial, podemos supor que o Bairro passou por duas transformações distintas: a primeira, motivada pelo deslocamento das camadas ricas do centro para o sul, que construíram as residências grandes e modernas das tradicionais famílias sergipanas; a segunda, os prédios altos e suntuosos da elite sergipana, sustentando uma centralidade de poder por uma classe menos homogênea, em relação à origem dos rendimentos. Foi primordialmente a preferência de isolamento e ao mesmo tempo o valor de distinção da nova classe média alta a engrenagem para a construção de condomínios verticais. Ali, eles estão seguros e podem ostentar as fachadas exuberantes, sinalizando pela arquitetura o antigo meio de exteriorizar a riqueza.

¹ Soares, Conceição. Praia Formosa, setenta anos de história. Ano XX, nº 6604, Local, p. 06, 17 de julho de 1994.

É necessário enfatizarmos que as políticas de reformas, revitalizações, patrimônio público, turismo, etc., iniciam-se com a atuação do Prefeito Viana de Assis, numa gestão rápida de quatro meses, mas abastecida com recursos de um bilhão e meio (Jornal de Sergipe, 25 e 26 de dezembro de 1988). Em sua gestão, eram comuns as reportagens sobre turismo e destaque para as possíveis qualidades de Aracaju na concorrência entre as Capitais do Nordeste, por exemplo, temos uma informação sobre a preocupação do Prefeito em transformar Aracaju na cidade mais limpa do Nordeste (Jornal de Sergipe, 09 de setembro de 1988). Seu slogan era “Quatro anos em quatro meses”, e, com ele, inicia-se a discussão acerca da revitalização do Mercado Central; entretanto, em sua Gestão, a “menina-dos-olhos” seria o Calçadão da Av. Beira Mar²:

Ainda sobre o calçadão da Beira Mar, merece destaque o fato de que essa obra – a meio caminho do Shopping Rio Mar, a ser inaugurado em abril do ano que vem – está sendo implantado às margens da praia 13 de Julho, no rio Sergipe, sem comprometer o meio ambiente. Ao contrário, a intenção de Viana é replantar vegetações próprias dos mangues nativos, que foram destruídos naturalmente. **“Os mangues também morrem”, diz Viana, “mas estamos cuidando para reincorporá-lo à paisagem do novo calçadão”**³. (Jornal de Sergipe, 08 e 09 de dezembro de 1988).

O Calçadão iria esconder os ruídos de poluição da Praia Treze de Julho, dando uma paisagem menos incômoda para os atuais e futuros moradores do Bairro. Por isso, a necessidade das plantações das árvores de amêndoas, as quais não faziam parte da paisagem da Praia Formosa. O mangue foi o resultado da poluição da Praia, mas para as autoridades públicas “Os mangues também morrem”⁴. Nesse sentido, a destruição da Praia foi o outro lado de uma urbanização sem saneamento básico.

² Apesar de colocarmos o ano de 1988 como referência de uma possível discussão de marketing city (ARANTES, 2000), e acima incluí-lo dentro de um período da década de 1990, significa que os resultados das transformações urbanas ficam nítidas a partir de 1990, quando a cidade constrói novos itinerários e sentidos para as trajetórias do espaço urbano, principalmente no caso do Calçadão, pois o mesmo traria a lembrança da época da Praia Formosa.

³ Grifo meu.

⁴ Jornal de Sergipe, 08 e 09 de dezembro de 1988.

Seria racional se a Prefeitura estivesse preocupada antes em avaliar um local para os despejos dos resíduos domésticos do Bairro ao invés de “reincorporar” o mangue para filtrar os esgotos, os quais na realidade surgiram da poluição. Contudo, sabemos que algumas intervenções urbanísticas maquiavam a realidade com o intuito de agregar valor ao solo urbano: “o urbanismo é a tomada de posse do ambiente natural e humano pelo capitalismo que, ao desenvolver sua lógica de dominação absoluta, pode e deve agora refazer a totalidade do espaço como seu próprio cenário.” (Debord, 2007: 112) Existe limite para a construção de uma cidade-mercadoria, cujos obstáculos são vivenciados por todos os agentes fora do foco da opulência do espaço urbano. Segundo Leite (2007), as demarcações concretas, da apropriação indesejada de um mesmo lugar, pode ser observado pelos diversos “contra-usos” encontrados, por exemplo, nas sinaleiras da Treze de Julho. Nelas, temos a dissonância de um estranho, o despecho de outra utilidade para a disciplina da ordem, ou seja, parar o veículo também significa entrar no jogo do outro num movimento de “*heteroglossia*” (Bakhtin, 1986 *apud* Babha, 2007), pois sem querer encontramos a interferência alusiva de uma diferença que se preferia apagar.

Logo, os processos de *gentrification* têm singularidades que só um mapeamento das zonas de poder possibilita um entendimento sobre as incidências contrárias dos agentes sociais. Como iremos seguir um conceito árido, teremos a atenção de não sairmos à procura de aspectos imaginários de um fenômeno desenvolvido principalmente nos países de capitalismo tardio (Jameson, 1997); por isso, o seu aparecimento em cidades menores tem ocasionado diferentes resultados de tais intervenções no espaço urbano. Além disso, em cidades novas, o chamariz para os espaços se tornarem atrativos são o entretenimento (Zukin, 2000), nesse sentido, a Treze de Julho compõe um espaço denominado forçosamente Praia, e no seu lugar existe um Calçadão, que não lembra a Praia, mas está ali como espaço de lazer e ponto de concentração de festas (comemorações natalinas, Pré-Caju, etc.) para os aracajuanos.

Portanto, quando colocamos o Bairro como possível exemplo de *gentrification* em Aracaju, estamos também identificando possíveis diferenças com a definição. Elas são apreendidas principalmente nos usos cotidianos do espaço urbano, que provocam sinuosidades dentro

de um espaço controlado. A reflexão do fenômeno de *gentrification* para o Bairro Treze de Julho poderia incorrer em forçar o conceito se não apresentássemos essas arestas. Vemos uma aproximação quando entendemos que era uma área central de lazer para a cidade de Aracaju, e estava ficando deteriorada para os olhos burgueses com a presença resistente de casas simples, principalmente no interior do Bairro, onde, hoje, se situam as galerias consideradas de luxo. Ainda, enfatizamos que a Praia Formosa era símbolo de um espaço mesclado – diversas categorias de indivíduos a freqüentavam – talvez, o próprio ambiente natural facilitava a democratização dos usos e dos próprios moradores, até o espaço urbano residencial ficar reduzido para os atuais habitantes, os quais, em sua maioria, possuem uma homogeneidade em recursos financeiros.

Não podemos deixar de esclarecer que estamos cientes das peculiaridades do conceito, pois está associado aos mecanismos de pós-industrialização das cidades, contudo, “não é a exclusão que a define, mas a forma de exclusão, suas práticas e discursos.” (Rubino, 2006:95) Nesse sentido, Aracaju, insere-se no jogo das dinâmicas mundiais, uma vez que tenta criar uma imagem de cidade da “qualidade de vida” (Jornal da Cidade, 06 e 07 de abril de 2008), por exemplo. E o Bairro Treze de Julho tem destaque como o Bairro modelo da cidade, pois as reportagens trazem em seus discursos imagens do mesmo, quando a intenção é demonstrar o embelezamento da cidade. Afirmamos, também, a necessidade de estudos nas capitais menores para percebermos como as influências das capitais globais (Sassen, 1998) são inseridas num contexto diferente, a partir da “compressão espaço e tempo” (Harvey, 2007). Talvez, essa seja uma das características principais do trabalho, uma vez que iremos reconhecer a forma como os gestores de cidades menores aderem ao movimento mundial de configuração do espaço urbano. Além disso, o estudo do Bairro nos dá a dimensão de distância ou aproximação do conceito.

2 - Reinvenção do Passado para as Novas Apropriações

É fundamental observar os registros espaciais do passado para conduzirmos uma leitura dos acontecimentos contemporâneos ao estudo. Nesse espaço urbano circunscrito, a elite mantinha casas de veraneio e

os pescadores tinham, desde 1900, suas choupanas na Praia Formosa, quando deixaram a Av. Augusto Maynard. Além disso, o Bairro passa por um processo de remodelação a partir de 1950 até 1970 – período que significou o deslocamento dos pescadores e outros indivíduos pobres para o interior do Bairro e, posteriormente, de 1970 até 1980, a expulsão dos mesmos com o apoio do poder público, o qual transformou a área da favela Japãozinho num espaço para a construção moderna dos prédios da Biblioteca Pública Epifânio Dorea (1974), o Centro Desportivo Lourival Batista (1969) e a Quadra de Esportes Constâncio Vieira (1978). Portanto, a partir da década de 1980, o Bairro adquire características de lugar apropriado para as camadas superiores aracajuanas. É na década de 1990 que a Treze de Julho sedimenta sua paisagem de poder com a predominância de verticalização do Bairro, pois até 1980 a Av. Beira Mar era composta por residências horizontais. Interessante é que o processo de enobrecimento do Bairro de tipo residencial foi novamente alavancado pelos investimentos públicos do Calçadão Viana de Assis, logo, a configuração do Bairro tem uma estreita relação de coordenação entre recursos públicos e privados, conformando um espaço urbano com estruturas físicas intencionadas na dinâmica de sustentar a valorização crescente de seu solo. Notamos, assim, na Treze, os aspectos gerais das políticas de “revitalização”, os quais erguem o discurso de preservação da “Praia”, ícone para legitimar a necessidade de remodelação da área.

Consideramos, também, os edifícios altos como marco de sedimentação do enobrecimento. Com a verticalização, temos uma elevação de *status* do espaço urbano nas imediações circunscritas pela denominação Treze de Julho. Podemos dizer que as operações urbanísticas no Bairro, como o Calçadão e a posterior revitalização, foram mecanismos de revalorização imobiliária do Bairro, os quais impediram uma dita degradação da área, com a preferência de suburbanização de alguns componentes da elite de Aracaju para as imediações da Coroa do Meio (Ribeiro, 1989). Além disso, o surgimento do Bairro Jardins, na década de 1990, podia embaçar os aspectos iniciais de distinção da Treze, do morar com refinamento, porque a NORCON⁵ enfatizava que ali seriam implantadas as novas moradias de luxo dos aracajuanos, as quais ti-

⁵ Construtora Nordeste LTDA.

nham como âncora de sofisticação um *Shopping Center*. Hoje, a Treze de Julho evidencia ser um Bairro entre os dois *Shoppings* (Jardins e Rio Mar). Logo, o Bairro não passou por um processo de empobrecimento; nesse período, temos, sim, uma revalorização mediante a venda cultural de Bairro que agrega os benefícios da vida moderna (Calçadão, supermercado, lojas, festas, etc.) e a troca de moradores que vendem suas residências para as imobiliárias construírem edifícios, os quais deverão ser ocupados por outros indivíduos de maior poder aquisitivo. Contudo, esse processo acumula valores para o Bairro, o qual se distingue como uma área de prédios elegantes. As próprias fachadas são símbolo da ostentação de riqueza; por isso, sua centralidade desde a década de 1990 tem aumentado visivelmente. Sem esquecermos, também, do setor de serviços de luxo no interior do Bairro como, por exemplo, cafés, restaurantes, etc., os quais favorecem uma definição de espaço urbano multifuncional. Existe, ainda, um esvaziamento dos moradores antigos, que pode ser entendido a partir da constatação do alto custo de vida no Bairro, e induzido pelas propostas de alto valor oferecidas pelas construtoras – segundo as entrevistas concedidas pelos próprios moradores.

Podemos afirmar que o Bairro passou por pelo menos um processo de *rent gap*⁶ (Smith, 1996), na década de 1990, quando a especulação imobiliária apostou no refinamento dos prédios para a elite de Aracaju. Enfatizamos que o Bairro não tem uma praia como atrativo, ou seja, a paisagem natural vendida é literalmente um simulacro de praia e, além disso, o mangue possui características de uma vegetação de solo, com amendoeiras e outros tipos de plantas. Os investidores reinventam uma linguagem de panorama natural privilegiado e fazem ressurgir as lembranças da antiga Praia Formosa:

Dessa forma, o interesse é conseguir dominar uma linguagem de enaltecimento da localidade e colocá-la como referência primária do lugar. O processo vincula-se ao passado, corroborando para constituição de significados, às vezes, incoerentes com a realidade atual, mas apreendidos como verdades a partir do intenso jogo publicitário. Assim, a

⁶ Processo de perda de valor imobiliário de um bairro e posterior acréscimo de valor a partir de investimentos em sua estrutura física.

promessa dos espaços urbanos enobrecidos é tornar concreto o fictício e conciliar um tipo de individualidade que se enxerga como múltiplo a partir do compartilhamento com outros do mesmo ambiente residencial, comercial, clube, etc., formando uma ilusão de comunidade. Contudo, temos a particularidade de que, na Treze de Julho, o uso de propagandas das imobiliárias incentiva a um estilo de vida simultaneamente livre e isolado, como pode ser comprovado pelos diversos encartes de venda dos apartamentos. Nos condomínios de luxo da Av. Beira Mar, há as opções de permanência em seus espaços privativos, de saída para compras nas lojas adjacentes e/ou para sentar em um café. Ainda, como Harvey sublinha, “se uma imagem ou mapa vale mil palavras, o poder nos reinos da representação pode terminar tendo tanta relevância quanto o poder sobre a materialidade da própria organização espacial” (2007: 213). Portanto, o Bairro tem uma dimensão consumista visível, que dá contornos concretos de poder aos seus moradores.

Além disso, as galerias de consumo confirmam uma imagem de Bairro global, com prateleiras recheadas para todos os gostos, evidenciando a lógica da moda efêmera. Nesse sentido, concordamos com Featherstone (1995), quando destaca a vertigem das camadas superiores em trocar os bens cada vez mais rapidamente, para a manutenção do distanciamento das classes populares, uma vez que podem ter acesso aos mesmos. Também, como afirma Baudrillard (1972), o consumo por si só não avalia ninguém, mas é o poder de decisão e comando adquirido pelo agente social que o faz diferente dos indivíduos de baixo rendimento. Contudo, a massificação do consumo, não deixa de provocar “o mal-estar que as pessoas da classe alta sentem com a incorporação de trabalhadores à sociedade de consumo, mesmo que modestamente, é evidente.” (Caldeira, 2003: 73)

Se Lipovetski tem razão quando menciona a democratização do mundo dos objetos, “a celebração dos objetos deve pouco às diversas estratégias sociais da distinção” (1989: 170), podemos acrescentar que o arranjo dos espaços residenciais e das galerias convida a um distanciamento, a qual é legitimada pelo abuso de sinais de ostentação. Diferente do uso das galerias, o Calçadão, como símbolo de cuidado com a estética física e da qualidade de vida aracajuana, estabelece o “paradoxo da moda: a demonstração ostensiva dos emblemas da hie-

rarquia participou do movimento de igualação do parecer” (1989: 42). Nesse sentido, estamos colocando a relação estreita entre o espaço de moradia e o seu entorno, com um diversificado setor de serviços entremeado por um lugar de sociabilidades públicas: o Calçadão. Podemos também lembrar Sassen (1998), quando afirma que os espaços residenciais de luxo acompanham a oferta de trabalhos com baixos salários, para a manutenção da estrutura física. Sendo assim, podemos ter como hipótese perceptível a idéia de que dentro das galerias de luxo há uma mão-de-obra com baixos salários, a dos vendedores. Sassen (1998) tem razão ao fazer uma aproximação do terceiro setor com a predominância do subemprego, em relação às condições oferecidas ao trabalhador manual. As diferenças são aparentemente mais alargadas entre o consumidor farto e o prestador de serviços do que entre o operário e o burguês.

No Calçadão, podemos entender o significado da apropriação em massa de bens de consumo, pois temos dificuldade de perceber, nele, quem são os moradores do Bairro e os “estranhos”. Não estamos afirmando a existência de uma homogeneidade de estilos do local, pois, ali, há ruídos que contrastam com o ambiente: meninos de rua, trabalhadores informais, etc. Por isso, diferente dos condomínios de São Paulo que tem suas “ruas mortas” (Caldeira, 2003), a Treze de Julho dispõe de um aparato do setor de serviços e um Calçadão que faz o inverso, convida o morador a sair de casa; contudo, estamos num local sem vizinhança de favelas. Em São Paulo e no Rio de Janeiro, os condomínios fechados ficam, na maioria dos casos, ao lado de zonas de favelização: “Os enclaves fortificados que estão transformando cidades contemporâneas como São Paulo exemplificam a emergência de um novo padrão de organização das diferenças sociais no espaço urbano” (2003: 11). As residências de condomínios verticais fechados, nesses locais, conseguem demonstrar a aplicabilidade do conceito de “enclaves fortificados”. Mesmo nas cidades em que a parte sul fica distante dos quadros de pobreza, existe uma conotação de afastamento das camadas populares. A diferença, na Treze, da ordenação socioespacial acontece mediante a tentativa de construção de uma centralidade, as quais acabam por aumentar, principalmente em determinados eventos, o fluxo de pessoas de bairros periféricos: “Elas circulam, vão e vêm, saem da

linha e derivam num relevo imposto, ondulações espumantes de um mar que se insinua entre os rochedos e os dédalos de uma ordem estabelecida.” (Certeau, 2007: 97).

Aqui está uma das particularidades do Bairro, se não é, ainda, uma zona fechada como os condomínios-shoppings: “Está tudo ali, à distância de um elevador e de uma curta caminhada pelo condomínio composto de shopping Center de luxo [...]”, ela também evidencia seleções de trajetos, pois “de fato, nada é mais intolerável que a aproximação física (vivenciada como promiscuidade) de pessoas socialmente distantes.” (Bourdieu, 1999: 165), composta pelo ato da espacialização do morar. Queremos dizer que o “capital simbólico” das fachadas dos prédios indica que aqueles ambientes inibem aproximação de pessoas simples. Entretanto, existem possibilidades de encontro com os “estranhos” – usamos este nome para designar os indivíduos à margem de qualquer referência simbólica de poder, a não ser a de sua presença ali, incomodando a plástica do embelezamento espacial. Portanto, o ambiente construído não consegue impor regras inflexíveis, pois “(...) não significa que as práticas sejam determinadas pela forma construída (por mais que se esforcem os planejadores); porque elas têm o estranho hábito de escapar de sua circunscrição a todo esquema fixo de representação.” (Harvey, 2007: 190) Dessa forma, o caminho inverso e quase cotidiano de apropriação significativa do Bairro para a população aracajuana fica também exposto nos usos do Calçadão, o qual deixa nichos de “contra-usos” (Leite, 2007). É nesse ponto que delineamos os significados específicos dos agentes sociais, que cruzam fronteiras para serem notados.

Se “Caminhar é ter falta de lugar” (Certeau, 2007: 183), o Calçadão simboliza a vontade de aparecer. É nele que as pessoas vão e vêm num ritmo frenético, mas ao mesmo tempo são trazidas de volta à realidade pelo constante movimento de carros e barulhos. Caminhar naquele espaço híbrido pode ser um aprazível amálgama pós-moderno, a certeza de estar envolto em símbolos de poder e simulacros de conforto. O simulacro do espaço equilibrado torna-se incongruente a partir de

⁷ MOHERDAUI, Bel. Morar no Shopping. Revista Veja. São Paulo: Editora Abril, Edição 2059, ano 41, nº 18, 07 de maio de 2008.

uma combinação entre a natureza poluída, os prédios de luxo e o contraste de alguns humanos que vivenciam, sem consumir, uma cidade mercadológica: “O mercado reorganiza o mundo público como palco do consumo e dramatização dos signos de status.” (Canclini, 2008: 288) Nesse sentido, podemos compreender o sentido de hibridização das cidades menores, principalmente em bairros caracteristicamente ambíguos nos seus significados socioculturais, como a Praia Formosa imaginária, o Bairro que não quer deixar de ser elegante e alguns de seus usuários que rasuram o ideal de perfeição.

As ruas de um bairro catalisam sensações e possibilitam construir barreiras que impedem a eficácia de uma única experiência, como afirma Certeau: “eliminar o imprevisto ou expulsá-lo do cálculo como acidente ilegítimo e perturbador da racionalidade, é interdizer a possibilidade de uma prática viva e “mítica” da cidade.” (2007:311) Por isso, um lugar pode tornar-se âncora de sustentação para interações de amizade, intercâmbio de trabalho, etc. Assim, queremos dizer que, apesar de as galerias do Bairro Treze de Julho possuírem uma relação singular com os moradores das adjacências, para os transeuntes, existe também um tipo de despertar para uma imagem do consumo, o qual é reavaliado com as possibilidades do possuir. Além disso, na parte mais interna do Bairro, atrás do supermercado G Barbosa, temos vitrines com preços razoavelmente baixos em relação aos de consumo de luxo. Essas lojas possuem um *design* aparentemente igual ao das lojas finas, fornecendo um cenário de elegância para indivíduos com menor poder de compra: “Ao invés de determinismos fechados de corpos, de classes, de país, manifestam-se influências múltiplas, transversais, recíprocas.” (Lipovetsky, 2008: 273) Aqui, traçamos também a ostentação de quem deseja “estar na moda” e pode acompanhar o ritmo passageiro dos objetos. As galerias trabalham com a sensibilização do ser humano para a sedimentação da idéia de efemeridade, os quais se sobrepõem aos valores de cidadania.

Podemos ressaltar que tanto o Calçadão como os espaços de consumo projetam um tipo de cultura contemporânea que pode representar um retorno a características não-modernas, em um sentido maffesoliano: “o mercado é sempre o lugar por excelência da efervescência. A troca dos bens caminha lado a lado com os símbolos. (...) É a tudo isso que se

pode chamar, em seu sentido mais forte, a “animação” social. (1997:57). Dessa forma, se os intelectuais preferem repetir as mesmas parábolas do individualismo, Maffesoli irá enxergar as cenas de solidariedade, marcadamente afetivas, relembrando uma vivência comunitária. Segundo o autor, o nomadismo é a marca da nossa época, uma estrutura arquetípica que retorna com vigor, para encararmos que a vida é uma viagem ininterrupta. Com pontos de partidas, o ser consegue vislumbrar ancoradouros aparentes, pois a angústia da incompletude do “eu” permanece como fina agulha a explodir qualquer imobilidade. Isso nos faz pensar no inacabado do ser, ou seja, a finalidade é lembrar que o indivíduo não está enclausurado. Sua abertura para o mistério do mundo é uma camada estrutural da sociedade, impossibilitando um fechamento do ser. O autor brinca com o projeto moderno, e avalia com otimismo as mudanças, uma vez que ganhamos em qualidade quando não sacrificamos nossos desejos, em benefício de uma idéia de estática da realidade. Nesse sentido, a estetização e a cultura de consumo não estão vinculadas apenas a uma idéia de racionalização ou utilidade, e incitam principalmente à ponderação positiva do prazer instantâneo. O valor simbólico de adentrar nos mecanismos de consumo advém de um descrédito dos grandes posicionamentos de referência coletiva, os quais são diluídos dentro de grupos menores e com ícones relacionados às preferências individuais.

Portanto, o Bairro possui visivelmente essas nuances de caráter global, as quais o definem como espaço privilegiado para entendermos a forma de desenvolvimento da apropriação de uma memória (Praia Formosa). Ele estimula os diferentes usuários a andarem por um mesmo lugar. Isso significa um valor de bem-estar e fruição para alguns, pois é no Calçadão que também vemos os diversos estilos do vestir, os quais possibilitam inscrever, num mesmo espaço, as diferenças individuais sustentadas por grupos de mesma preferência. Tais diferenças podem estar em outro lugar, ou seja, pode-se andar sozinho em determinada circunstância, mas em sintonia com algum comportamento de outro país, por exemplo. Contudo, não podemos ficar cegos para a transformação do lugar em ícone de venda dos administradores do espaço urbano a partir de sua ligação com o Calçadão e as constantes promessas de “revitalização” da “praia”: “[...] a praia 13 de Julho passará novamente a

ser “formosa”, inclusive com condições para banho.” (Jornal da Cidade, 20 de março de 1998) A palavra revitalização pode ter, pela primeira vez, algum sentido, porque a poluição realmente destrói a vida marinha da região. Além disso, a intervenção urbanística do Calçadão também eleva a imagem de entretenimento do Bairro, associando o mesmo com o lazer. Nesse sentido, vemos, nos processos de *gentrification* urbano concatenados com o viés consumista do Bairro Treze de Julho, as seguintes características:

- a) território de demarcação socioeconômica mediante a construção da imagem da antiga “Praia Formosa”, pelos agentes que dominam a publicidade imobiliária;
- b) prática de expulsão intensiva dos antigos moradores (pescadores, etc.) combinada a uma menos violenta das camadas com decrescente poder aquisitivo mediante proposta das construtoras;
- c) espaço urbano de enobrecimento residencial que dá sustentação a um consumo de luxo em seu entorno para os compradores potenciais da alta camada aracajuana;
- d) construção do Calçadão Viana de Assis com o objetivo de “revitalizar” o mangue e posterior reforma de embelezamento do mesmo, com o intuito de esconder o esgoto dos olhos burgueses;
- d) setor de serviços em expansão, propiciando comodidades para os moradores, e a conformação de postos de trabalho de baixos salários, os quais acirram as disparidades sociais dos residentes da “periferia⁸” urbana;
- e) veiculação de imagens por gestores urbanos, para convencimento de um novo estilo de vida dos ricos;
- f) consumo cultural patrocinado pelo poder público junto com a iniciativa privada, sedimentando uma centralidade a partir de festas, etc.

Para consolidar essas pressuposições iniciais, mapeamos seus usos e “contra-usos” a partir dos locais de lazer e consumo do Bairro. E, como primeira impressão, podemos dizer que o Calçadão foi

⁸ Termo pejorativo para designar espaços urbanos com estrutura mínima de sobrevivência.

construído com o objetivo de ser mais um espaço de *gentrification* para sedimentar o uso seletivo dos moradores. Contudo, hoje, ele é um espaço aparentemente popular, no qual a elite e as diversas categorias de indivíduos o tomam como espaço de passeio e de cultura do cuidado com o corpo, construindo também um vínculo entre espaço urbano e sociabilidades públicas.

3 - A Construção Especial do Morar

É interessante percebermos como as propagandas dos empreendimentos imobiliários se relacionam com o Calçadão, pois os mesmos enfatizam a possibilidade de o morador não ter a necessidade de sair para o espaço da rua para fazer ginástica, fazer refeições, etc., e também sublinham a estrutura do setor de serviços do Bairro, o Calçadão, entre outros. Para fazer compras, o residente pode sair dos “enclaves fortificados”, mas, nas entrelinhas, seria um risco ir à rua sem propósitos concretos de gasto econômico, pois os mesmos evidenciam o isolamento como segurança; em tal contexto, o Calçadão é vendido como paisagem e como opção para uma possível caminhada rápida. Nesse sentido, a aparente homogeneidade das idéias é apresentada para a compra de habitações, ou seja, uma relação global de estilos de moradia, no sentido de permitir a opulência dos ricos: “Essas imagens de agência constituem distorções cada vez maiores de um universo de propaganda tão sutil que o consumidor é constantemente ajudado a acreditar que é um agente, quando na realidade, na melhor das hipóteses, ele é um mero escolhedor.” (Appadurai, 1994: 324) Por exemplo, em um encarte, encontramos a seguinte linguagem, composta por uma narração individual de uma mulher sobre a realização dos seus sonhos ao escolher a Treze de Julho para residir:

Morar no **Tramandaí**⁹, o bairro mais tranquilo e nobre da região **da 13 de Julho**, um lugar repleto de opções de lazer e serviços. Ela agora está agora na “quadríssima da Beira Mar”, bem em frente ao Pathae,

⁹ Todos os grifos são do encarte Terraços do Tramandaí.

pertinho da academia Paulo Bedeu, Colégio Master, da Casa Alemã, da comodidade do G Barbosa 24 horas e do Shopping Jardins, sem falar que o calçadão da 13 de Julho está bem ali, a menos de um quarteirão. E é para lá que ela vai agora, fazer sua caminhada matinal.

Evidenciamos que a Treze de Julho não é só um Bairro, pois os bairros adjacentes se incluem como parte do seletor espaço da região da Treze de Julho – se oficialmente não estão circunscritos no espaço da Treze, a imagem simbólica de opulência os coloca. Sobre a arquitetura, evidenciamos a seguinte observação: “**tijolinhos rústicos** em contraste com as linhas arrojadas dos **imensos terraços**”. Aqui lembramos de Baudrillard (1972) quando comenta sobre o gosto pelo natural: “A inovação formal em matéria de objetos não tem por finalidade um mundo de objetos ideal, mas um ideal social, o das classes privilegiadas, o de restaurar perpetuamente seu privilégio cultural” (1972: 66); portanto, a marca do rústico se dá como prova de distanciamento das classes populares, pois os objetos adquirem um novo valor quando apropriado por indivíduos da elite. Ainda o mesmo encarte relaciona os serviços e as particularidades proporcionadas pelo prédio: pórtico de acesso, pé direito duplo, *living* ampliado, espaço festas, quadra de *squash*, espaço *fitness*, piscina semi-olímpica, quadra esportiva, prainha, espaço jogos, espaço mulher, espaço *gourmet* e espaço leitura. Com tantos serviços para o cuidado com o corpo, o calçadão aparece meio sem nexos no anúncio, destacando apenas seu uso matinal. Para a segurança dos filhos dos moradores o encarte ressalta sobre o *playground*: “**a área de lazer fica a mais de seis metros do nível da rua.**”

Em outro anúncio promocional sobre o prédio “Passeio Beira Mar”, o encarte coloca a Avenida Beira Mar como símbolo de “beleza, praticidade e status” e o “status quem oferece é a própria localização, por isso a Beira Mar é o endereço mais desejado por aqueles que vivem em Aracaju”. Explicita, ainda, que a paisagem, o Mirante e o Calçadão serão os “eternos vizinhos”. A “perspectiva artística da fachada” tem como singular a harmonia entre a natureza e o prédio. Em relação aos serviços e as comodidades oferecidas pelas “torres” (Bela Vista e Mirante), não iremos mencionar por serem equiparados ao anterior. Podemos colocar como particularidade a praça oceânica e a praça Rio Sergipe. Todos os

serviços são evidenciados pela propaganda com a seguinte definição: “detalhes que fazem a vida ser agradável como um passeio”. Duas “praças” dentro de um espaço privativo, as quais destacam a pertinência de sublinhar o conceito de “enclaves fortificados”:

Nos enclaves, o objetivo é segregar e mudar o caráter da vida pública, transferindo atividades antes realizadas em espaços públicos heterogêneos para espaços privados que foram construídos como ambientes socialmente homogêneos, e destruindo o potencial das ruas de fornecer espaços para interações anônimas e tolerantes (Caldeira, 2003: 313)

Não podemos deixar ainda de mencionar a “Torre O Pará”. Ela é o atual emblema de sofisticação do Bairro com o equilíbrio da natureza, pois o próprio nome, em língua tupi, significa o rio. Segundo as atrações da publicidade, temos uma arquitetura única: “A influência da sinuosidade das águas reflete-se no projeto paisagístico “Feng Shui” que, não por acaso, tem como principal elemento uma imensa piscina adentrando na fachada como se fosse um rio com uma margem ensolarada e outra à sombra do edifício.” Enfatiza ainda a não divisão entre espaço interno e externo mediada pelo “portal de vidro” (terraço *all expand*), com vista para o cenário natural. A singularidade deste edifício está em não sublinhar a sua localização, logo, os empresários imobiliários apostam na idéia de o próprio prédio e a paisagem convencerem os clientes de seu valor. Assim, a Torre O Pará tem a pretensão de ser um dos destaques do Bairro, como indicação de uma soma a mais de diferença dentro da diferença nobre do Bairro Treze de Julho.

Caldeira (2003) enfatiza que a arquitetura, diferentemente dos modernistas que acentuavam a exposição da vida privada, a dos “enclaves” assegura a exposição “de ornamentos, irregularidades e materiais ostentatórios que exibem a individualidade e o status de seus moradores.” (2003: 312) Além disso, a autora afirma que, excluindo o *playground*, que é utilizado por crianças, os outros ambientes de conforto dificilmente são procurados pelos moradores. Essas características são perceptíveis nos edifícios do Bairro, logo, iremos ficar com os três exemplos para ilustrar o significado de enobrecimento da área, a qual podemos preliminarmente definir como um tipo de *gentrification* residencial.

Ainda, segundo Caldeira, os “anúncios apresentam a imagem de ilhas para as quais se pode retornar todos os dias para escapar da cidade e para encontrar um mundo exclusivo de prazer entre iguais.” (2003: 265) Contudo, em Aracaju, apesar das salas de ginástica, etc., os agentes imobiliários também fazem propaganda do Calçadão, como foi evidenciado em duas publicidades. Assim, o Bairro dialoga com o restante da cidade pelo passeio “comum”. Parece que os moradores do Bairro Treze de Julho têm a calçada de uso coletivo como meio de exposição também de seu poder; por isso, não existe incoerência entre o isolamento e esta abertura fronteira para os sem-poder. Ressaltamos que o espaço de sociabilidades públicas é vigiado, a existência de um *box* policial dá a sensação de segurança para seus frequentadores.

Podemos, ainda, afirmar que a maioria dos serviços oferecidos pelos condomínios tem como principal característica o *gadget*: “pura gratuidade sob uma coberta de funcionalidade, pura prodigalidade sob aparência de moral prática” (Baudrillard, 1972: 47). O simulacro da necessidade parece dar sentido aos modismos atuais, mas é o consumo como demarcação de *status* o *leitmotiv* concreto da imagem de construção da diferença hierárquica, e, para somar, temos ainda a apreensão de que:

Os espaços arquitetônicos, cujas injunções mudas dirigem-se diretamente ao corpo, obtendo dele, com a mesma segurança que a etiqueta das sociedades de corte, a reverência, o respeito que nasce do distanciamento ou, melhor, do estar longe, à distância respeitosa são, sem dúvida, os componentes mais importantes, em razão de sua invisibilidade [...], da simbólica do poder e dos efeitos completamente reais do poder simbólico. (Bourdieu, 1999: 163)

Nesse sentido, podemos encontrar no Bairro Treze de Julho um uso de espaço diferenciado, em seu interior temos as galerias que tem uma clientela específica, mas o Calçadão abre-se para a cidade. Se a calçada dos prédios é intocável por uma sensação de estranhamento com a ostentação, o lado paralelo inverte a relação; assim, o Bairro não conseguiu extinguir as sociabilidades públicas diversificadas:

Haveria uma proliferação se manipulações aleatórias e incontroláveis, dentro de uma imensa rede de coerções e seguranças sócio-econômicas: miríades de movimentos quase invisíveis, operando na textura sempre mais fina de um lugar homogêneo, contínuo e próprio a todos. Seria já o presente ou ainda o futuro da grande cidade? (Certeau, 2007: 105)

Como enfatiza Zukin, a tendência é transformar o espaço urbano “em uma visão panorâmica do bazar da vida urbana” (2000: 82), principalmente a partir da fragmentação dos espaços sociais, os quais são vinculados a um sentido de lugar reeditado, tentando impedir a interferência dos usuários no espaço urbano. Por exemplo, na Treze de Julho vemos uma espetacularização para o consumo mediante o valor simbólico de morar nas torres altas paralelo a uma “praia” e uma demarcação de poder para os residentes dos mesmos. Podemos, ainda, dizer que, apesar da sobrecarga dos símbolos do poder, temos também uma paisagem de caráter ambíguo a partir do uso do Calçadão por diversos agentes sociais.

4 - O Bairro como Centralidade

A Treze de Julho conseguiu formatar um espaço de visibilidade mediante os projetos do poder público e privado, os quais reelaboravam a memória da Praia: “um bairro torna-se ícone da cidade na medida em que nele se concentram símbolos reveladores de narrativas. (Barreira, 2007: 178). E, a antiga Praia Formosa seria a marca principal para a sedimentação da idéia de espaço singular.

Por isso, o Bairro ficou muito visado pelas construtoras na década de 1990, que foi alvo de um projeto para aterramento do atual mangue-arvoredo. O Prefeito Wellington Paixão sancionou um projeto de lei para destruir os vestígios da Praia Formosa, com o objetivo de subsidiar a especulação imobiliária, na invasão da parte paralela aos prédios da Av. Beira Mar. A idéia no mínimo esdrúxula nos faz pensar sobre a atuação extremamente conectada entre o poder público e os investidores privados, uma vez que a proposta seria inviável

para os cofres privados. A Câmara Municipal aprovou a lei (Jornal da Cidade, 24 de julho de 1990), confirmando o direcionamento do espaço urbano associado aos projetos lucrativos dos empresários, ou melhor, a conformação de espacialidades para camadas seletivas. Tal projeto confirmou a importância da delimitação espacial do Bairro, pois pensar em avançar enfrentando os obstáculos naturais sinalizou a centralidade desse espaço urbano.

A população não aceitou a proposta e resolveu lutar pela inviabilidade do projeto. Também diversas entidades (sindicatos, associações, partidos, etc.) adentraram numa batalha contrária à determinação municipal. A finalidade de enfatizar esse episódio significa colocar em evidência a demanda e os interesses divergentes quanto à ordenação espacial da Treze – espaço simbólico de lembrança da Praia e o anseio de lucro da especulação. Aqui, diríamos que existia uma visão de valorização dos terrenos mediante a procura intensiva de futuros clientes, pois os investidores do solo urbano perceberam que o Calçadão, em 1988, inicia o processo de *gentrification* da área. Por conta disso, iniciou-se uma organização da sociedade civil com o objetivo de reverter os desmandos oficiais aleatórios:

[...] movimento encabeçado pela Associação Sergipano de proteção Ambiental – ASPAM conta com a participação de entidades como a Associação dos Professores Municipais – APEMA, Associação dos Biólogos, Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura – CREA-SE, Diretório Central dos Estudantes da UFS, Instituto dos Arquitetos do Brasil, Sindicato dos Jornalistas em Aracaju, Movimento S.O.S. São Conrado, União da Juventude Socialista, Partido Verde, Partido dos Trabalhadores, PC do B, Ordem dos Advogados do Brasil, Sindicato dos Jornalistas. (Jornal da Cidade, 22 de Julho de 1990).

O freio definitivo veio de outra esfera do poder político com um projeto de lei da assembléia legislativa elaborada pelo deputado Marcelo Déda (Jornal da Cidade, 24 de julho de 1990). O governador Antônio Carlos Valadares sancionou a lei, a qual definiu o local como “espaço físico de área constitutiva de paisagem natural notável e área de especial proteção ambiental, todo trecho do rio Sergipe, que servia de

divisa entre os municípios de Aracaju e Barra dos Coqueiros” (*idem*). A decisão refletiu os novos tempos de organização política dos espaços urbanos, os quais se tornaram zonas de conflitos.

Podemos deduzir a marca das transformações na Treze de Julho: se, cinqüenta anos antes, tudo foi permitido; talvez, nesse período, a resistência da população fez frear esse empreendimento urbano da cidade. Porém, não podemos deixar de enfatizar que tiveram o apoio de representantes de instituições reconhecidamente influentes nas decisões do Estado. O lucro adquirido nas negociações do espaço urbano pode ser fonte de prejuízo da população. Portanto, o óbvio seria tratar a cidade como lugar de experiência comum e não como uma empresa qualquer.

Depois do conturbado discurso das diferentes posições, temos a configuração de um Bairro com uma trajetória de impasses pela configuração do seu espaço urbano, os quais beneficiaram a especulação imobiliária, com exceção do episódio de aterro da paisagem dos prédios atuais. Assim, colocamos o mesmo como portador de uma carga simbólica de memória para a cidade de Aracaju e exemplo de ambiente destruído, o qual é enfatizado quando comparado com o nível de poluição de outras áreas “a fedentina que atinge a praia 13 de Julho poderá se espalhar em breve por todo litoral de Aracaju se os governos estadual e municipal não resolverem o problema do saneamento básico da cidade” (Jornal da Cidade, 25 de fevereiro de 1997). Dessa forma, a “praia” se insere em variados discursos, desde os de venda da paisagem preservada pelas mensagens publicitárias das revitalizações da área aos de diagnóstico realista de ambiente com níveis de poluição inaceitáveis.

Agora, o Bairro Treze de Julho consolida a emancipação para a vida moderna e é palco de festejos coletivos do Pré-Caju e das comemorações de final de ano. Seus edifícios consagram um modelo de experiência urbana nova, mas também continuam abusando dos restos de natureza viva do local. Os poderes públicos prosseguem configurando o espaço urbano da Treze sem o devido cuidado com a “praia”, por uma irracionalidade que prioriza a prática do lucro imobiliário, sem calcular os possíveis prejuízos futuros:

Na Avenida Beira-Mar, às margens do Canal Tramandaí estão situados dois edifícios (o Candido Portinari, já construído e outro em

construção) que não respeitam nem sequer o limite máximo da cheia do rio, quanto mais os 50 metros de margens. Na parede da garagem do edifício Candido Portinari estão as marcas da água, nos períodos de cheia do riacho. É a convivência da Prefeitura para com o poder econômico. (França, 2004: 204)

Em uma retrospectiva do Bairro, a repórter Conceição Soares dá uma descrição da transformação urbana, evidenciando o aburguesamento do mesmo, como uma necessidade inevitável do progresso. Ela nos dá a informação da existência de um pescador (José Jorge dos Santos) entre os ilustres moradores. É um texto de naturalização da evolução urbana do Bairro, o qual incita a pensar nas qualidades dos primeiros loteadores. As especulações imobiliárias são elogiadas por trazer os “padrões civilizados” ao Bairro de colônia de pescadores, portanto, os edifícios fazem parte da imagem moderna da cidade. A principal característica é evidenciar a troca dos residentes por uma categoria de indivíduos ricos, compondo uma estrutura agradável para os “olhos” do progresso urbano. A indiferença com a expulsão dos pescadores é visível, quando os coloca como uma romântica cena de ambiente rústico. Não questiona sobre a possibilidade de aumentar os bolsões de pobreza de bairros periféricos, assim, a memória dos pescadores é transmitida como emblema de uma fase a ser ultrapassada, por indivíduos capazes de projetar uma falsa harmonia entre a “praia” e a modernização:

De uma colônia de pescadores, o bairro se transformou num dos pontos mais nobres da capital, com suas mansões ostentando elegância e luxo e, dos primeiros habitantes restam alguns remanescentes, filhos de pescadores. Hoje, a população da 13 de Julho é de classe alta média, formada por advogados, médicos, empresários, industriais, grandes comerciantes e pecuaristas. (Jornal da Cidade, 17 de julho de 1994)

Quatro anos após, fizeram uma reportagem que enfatizava a paisagem vernacular como um “panorama que se adapta ao bucólico” (Jornal da Cidade, 12 de maio de 1998), servindo de referência para uma

época de banhos e sem o mau cheiro dos canais advindos da crescente demografia¹⁰ do Bairro. Coincidentemente, a reportagem está inserida em um contexto de discursos para a revitalização do Calçadão em 1998. Assim, memorizar os lazeres proporcionados pelo antigo Bairro dá coerência à necessidade de reestruturar o mesmo e a importância dele para a história da cidade de Aracaju, todavia, sempre esquecendo a busca de solução para o problema de saneamento do Bairro. Por isso, uma das principais características do processo de enobrecimento da Treze é tentar colocar uma barreira que mascare os esgotos do Bairro; dessa forma, o Calçadão tem uma utilidade bastante satisfatória para os gerenciadores do espaço urbano.

Portanto, “a paisagem de poder” consegue impor mais uma vez a sua diferença como espaço integrado com a natureza a partir da reforma do Calçadão Viana de Assis em 1998 – um valor público agregado aos bens privados. E, sendo uma referência o Calçadão irá, no início de 1998, ser alvo de inúmeras especulações de embelezamento nos jornais: “[...] o vernacular, como outras tradições, pode ser inventado com base em um passado imaginário, ou restaurado como base de uma paisagem inteiramente diferente.” (Zukin, 2000: 100) Assim, é a Praia Formosa que só existe como Calçadão adornado por árvores e, constantemente, é lembrada como demarcação de centralidade para Aracaju. Na matéria “13 de Julho terá muro de arrimo¹¹”, é prometida a despoluição do local para a Praia ser novamente Formosa. Nisso, temos um registro de revitalização emblemática:

No passeio do calçadão serão construídas barracas padronizadas em quantidade suficiente para não comprometer o espaço reservado às pessoas. Haverá uma biblioteca pública, passeios para as pessoas praticarem exercícios físicos, boxe policial, vagas para estacionamento, stand para comercialização de plantas ornamentais, quadras

¹⁰ Segundo o IBGE, o Bairro possui 8704 moradores, 1702 apartamentos, 623 casas e uma média de moradores por domicílio de 3,72. E com rendimentos em torno de 22 a 44 salários mínimos e superiores a esse total (FRANÇA, 1998). Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/territorio/unit.asp?codunit=24220&z=t&o=4&i=P>. Acesso em: 20 de outubro de 2008.

¹¹ Jornal da Cidade. 13 de Julho terá muro de arrimo. Ano XXVII, nº 7745. Cidades, Caderno B, pg. 11, de maio de 1998.

esportivas, área para jardinagem e uma praça de alimentação com restaurante fast-food, comida a quilo, quiosque para a venda de alimentos típicos da região. A parte da ciclovía será restaurada e o parque infantil ampliado. (Jornal da Cidade, 08 de maio de 1998).

Nota-se uma incongruência no primeiro projeto, pois colocar *fast-food* em um ambiente de atividades físicas no mínimo é contraditório. O projeto inicial foi reformulado e, ali, temos somente os carros de cachorro quente que vão embora quando reduz o movimento, não contribuindo para a formação de lixo e outros tipos de dejetos. Além disso, a construção de uma biblioteca próxima de outra (Epifânio Dória), em um espaço urbano enobrecido, seria no mínimo incoerente. Mas, as práticas de *gentrification* têm as características de administrar os recursos públicos para áreas que possam dinamizar o consumo. Por isso, Harvey (2007) critica as práticas de enobrecimento urbano por acentuar a exclusão nas cidades. Nesse sentido, a modernidade conjugava uma arquitetura para os menos favorecidos com campanhas de habitação. Contudo, a arquitetura pós-moderna, principalmente nos países que tentaram despolitizar o espaço urbano, injeta uma idéia do “atual fascínio pelo embelezamento, pela ornamentação e pela decoração como códigos e símbolos de distinção social.” (2007: 83). E, para a construção dessa imagem de poder são produzidas propagandas, as quais servem como guias do estilo de luxo. Por exemplo, segundo uma edição especial de jornal sobre a Treze, ela “era como uma jóia incrustada nos lamacentos terrenos à margem do Rio Sergipe. Com grande potencial, logo se consolidou como a zona nobre e viu serem erguidas as portentosas moradas da elite aracajuana. (...) um verdadeiro shopping a céu aberto.”¹²

Além disso, as estratégias de enobrecimento carregam consigo a marca da distribuição desigual dos recursos públicos, os quais são ofertados como prática de uma política urbana para os setores elegantes da cidade. Nesse sentido, os discursos de preservação ambiental no contexto do Bairro Treze de Julho tinham o propósito de serem

¹² Bairro 13 de Julho: uma preciosidade aracajuana. Cinform Especial. 13 de Julho: Um Shopping a Céu Aberto. Edição 1370, jul, 2009.

mais um objeto de desejo para aperfeiçoar a imagem de um lugar sem a transparência das águas sujas da “praia” – paradoxo proposital para compreendermos como as revitalizações, às vezes, assumem um viés nitidamente antiético, colaborando para a indiferença dos problemas coletivos.

Dessa forma, com as constantes remodelações, o Bairro vai elaborando o seu percurso de construção dos ícones de centralidade (Frúgoli, 2000), e, como se modelam as cidades contemporâneas, exibindo uma fragmentação dos seus espaços em regiões que estabelecem concorrência para solidificar um espaço urbano significativo para a cidade. Como olhar um Bairro na imensidão de uma cidade pode levar a observações fragmentárias ou generalistas, tivemos o cuidado de passear por entre suas ruas tomando de empréstimo categorias analíticas pensadas a partir de um referencial local e global. Esse registro significa que iremos fazer uma tarefa de mergulho nas entrelinhas dos espaços sociais mediante a aproximação benjamiana da *flânerie*, a qual pressupõe um esforço de catalogar o perceptível e as nuances de diversidade da vivência dos trajetos urbanos: “Espaço é o efeito produzido pelas operações que o orientam, o circunstanciam, o temporalizam e o levam a funcionar em unidade polivalente de programas conflituais ou de proximidades contratuais.” (Certeau, 2007: 202) Não esquecemos também o lugar num contexto de globalização ou, como diria Certeau (2007), cada indivíduo reproduz a partir de sua interpretação o jogo do outro e, Bakhtin (1986), a “*heteroglossia*”, a qual indica a heterogeneidade de leituras do contexto a partir da existência do agente social. Trataremos também de forma semelhante o residente e o usuário não-residente, os quais decifram a imagem instituída pelos planejadores urbanos e conformam com suas práticas dentro do “espaço vivido”, sentidos, às vezes, oposto ao imaginado no projeto urbano. Os moradores parecem apoiar a idéia elitista e de afastamento do “outro”, o qual não pode se enquadrar nas definições seguras de morador, mas, ao mesmo tempo, sabe que a sua presença o coloca em situação de superioridade não-negociada, pois estão no âmbito da rua, a qual se abre para o imprevisto. Então, quando optamos por considerar o Bairro Treze de Julho uma centralidade estamos apenas indicando que o mesmo fornece redes de relacionamento para a cidade. Por exemplo, o Bairro é cenário do Pré-Caju e das festas

iniciais de fim de Ano com a implantação da árvore de Natal¹³. Entretanto, só isso não o torna uma centralidade; por isso, iremos acentuar os aspectos de lazer do Bairro no entorno do calçadão. Nesse sentido, notamos que o Bairro Treze de Julho tem uma comunicação direta com a cidade. Por exemplo, os usuários do espaço de prática esportiva são, na maioria, moradores de outros bairros da cidade de Aracaju. Especificar um Bairro como centralidade não anula o papel do centro histórico tradicional da cidade, uma vez que o espaço urbano originário de uma cidade tem um papel, na maioria das vezes, de sedimentar as manifestações coletivas, pois ali estão as instituições significativas para os habitantes. Estamos, apenas, tentando mapear os aspectos que fazem do espaço urbano da Treze uma centralidade. É principalmente nesse sentido que consideramos o Calçadão e as galerias como sinais de destaque para uma possível centralidade. Além disso, são usados como uma espécie de panorama do Bairro, e como observou Zukin: “Em áreas urbanas novas, como Los Angeles ou Miami, a própria paisagem – o oceano, as montanhas, a rodovia, o shopping Center – desempenha o papel principal na mediação cultural” (2000: 88).

Podemos a partir de agora tentar fazer um questionamento de como o processo de enobrecimento do Bairro Treze de Julho abre interpretações aproximadas ou não das linhas de pesquisa sobre as intervenções urbanas denominadas de *gentrification*. Interessante notar que esse espaço urbano conformou, com a ênfase nos símbolos culturais de consumo e lazer, uma zona de elite aracajuana. E, a partir dessas considerações, podemos compreender o Bairro como referência para práticas urbanas em outros contextos:

Não obstante a vigência de processos globais, atuando como pano de fundo no âmbito dos registros sociológicos da cidade, torna-se importante retomar o contexto das práticas cotidianas reveladoras de sentidos e processos citadinos. Trata-se de pensar as dinâmicas estruturais mais abrangentes mediante o que poderia ser designado de «sociologia dos bairros», entendendo que, a partir de espaços

¹³ Árvore de natal colocada pela ENERGISA, a qual tem como melhor ponto para a sua visibilidade o Calçadão da Treze.

microssociais, é possível examinar perspectivas globais da cidade. O bairro, como lugar expressivo de práticas sociais, permite ultrapassar a lógica linear de certas generalizações, atentando para situações mais densas e contraditórias vivenciadas no cotidiano da cidade. (Barreira, 2007: 165-166)

Apesar das diferenças extremas e da diversidade de cada espaço urbano, podemos relacionar alguns conceitos aplicados nas realidades condizentes com os componentes de aspecto micro para verificar como se apresenta a pertinência dos mesmos numa esfera macro. Por exemplo, o Bairro Treze de Julho foi definido pela expulsão dos pescadores, pois a aristocracia rural sergipana com o apoio das instituições públicas iniciou um deslocamento para o sul. Contudo, o Bairro só solidificou um “*embourgeoisement*” (Smith, 1996) a partir de 1990, com o surgimento das galerias e cafés para, agora, os descendentes, possivelmente, das camadas altas. Logo, quando uma cidade cresce, é comum iniciar um processo de adensamento em locais portadores de algum atrativo reinventado ou não – para os indivíduos portadores de um *status* social significativo – que concretiza a imagem do poder a partir de residências luxuosas. A idéia de morar com as marcas da distinção social (Baudrillard, 1973) possibilita a soma de qualidades (respeito, etc.). Além disso, na Treze, temos também “[..]el montage escenográfico em sus diferentes facetas permea y penetra la vida cotidiana, indiferenciando esos espacios y tiempos que en la ciudad de la modernidad parecían factibles de distinguirse.” (Lacarrière; Carman & Girola, 2006: 102). Nesse sentido, a Treze de Julho corresponde, à primeira vista, a uma imagem de um bairro enobrecido, pois fornece aos seus moradores a possibilidade de mesclar as escolhas diárias, assim, têm os seus espaços de lazer, compras, divertimento, etc. todos os dias.

Com o objetivo de identificar, num espaço de centralidade, as ações produzidas pelos agentes sociais na construção das estruturas de caráter simbólico de poder, fomos buscar na teoria categorias que contribuíssem para a interpretação das percepções realizadas numa curta observação direta. Partimos do pressuposto de que a cidade tem territórios complexos, na medida em que o “estranho” joga com os processos de configuração socioespacial, indicando, muitas vezes,

sua presença indesejável para os parâmetros enquadrados da dinâmica urbana. A cidade foi projetada a partir de decisões de mão única, ou seja, os interesses de lucro predominam sobre outros benefícios, os quais se relacionam com a vontade de agentes imobiliários, o poder público, etc., a deixar os cidadãos longe de determinadas propostas de conformação urbana. Nesse sentido, poderíamos pensar que a cidade seria um espaço domesticado pelos interesses do mercado de imóveis e, além disso, estaria fadada a uma organização funcional dos serviços, a qual a ordem prevaleceria sobre qualquer oposição de uso dos espaços urbanos. Mas, em algumas delimitações territoriais elitizadas, podemos perceber também uma convivência diversificada por alguma atração referencial, conformando uma confluência de múltiplas apropriações difusas de sentido. A legibilidade desses fenômenos não é simples, eles cortam pelas arestas a ordenação do construído, a provocar uma corrosão lenta nas determinações postuladas do espaço urbano.

Acreditar nos contrastes indica também perceber a diversidade dos jogos nas ruas de um bairro. Portanto, a condução do olhar detalhista foi evidenciando os restos, que por muito tempo foram afastados de qualquer significação social e, como diria Certeau (2007), estamos a aprender com o procedimento ordinário e cotidiano de perceber nas entrelinhas o quase invisível poder dos dominados. Os usuários do espaço urbano inscrevem suas marcas dentro de contextos desfavoráveis e, assim, confirmam outra visão com perspectivas que dilaceram em silêncio a tranqüilidade de uma organização estruturada mediante os cânones previsíveis de uma ação de via única. Por isso, a cidade concretiza no dia-a-dia uma singular renovação dos estilos de vida ligados por uma necessidade de tornar-se visível. Tomar conhecimento da miscelânea que fomenta a estranha – no sentido da dificuldade de apreensão – vivência urbana atual permite contrapor os fragmentos a uma visão de homogeneidade. Para observar com proximidade as andanças pelas ruas dos transeuntes, optamos pela investigação em um bairro onde a “selva de pedra” foi cravada no mangue-arvoredo. Mangue/pedra é incongruência que transmite a complexidade do espaço circunscrito. Nessas viagens solitárias, tomamos de empréstimos vários cruzamentos teóricos, os quais foram ligeiramente condensados, para possibilitar um entendimento da vivência urbana.

Segundo Certeau (2007), “tratar assim as táticas cotidianas seria praticar uma arte ‘ordinária’, achar-se na situação comum e fazer da escritura uma maneira de fazer ‘sucata’.” (2007:90), por isso, os espaços urbanos são objetos privilegiados para percebermos as “táticas” comuns de sobrevivência dos indivíduos afastados da dinâmica oficial. Ali, eles produzem sinais dissonantes com o instituído, logo, o autor expõe a fragilidade interpretativa de uma idéia da massa neutra e propõe que pelas “práticas” os indivíduos estabelecem outro tipo de “uso ou consumo”.

Assim, temos o Calçadão como lugar de destaque para evidenciar as marcas, às vezes, solitárias de apropriação do espaço urbano pelos agentes sociais. Nele, existe uma zona de intermediação para outros usuários não-pertencentes ao Bairro. Vemos a intenção de uma apropriação vernacular do espaço urbano pela elite, mas seus usos de passagem são entrecruzados também pelos sem-poder.

A polifonia do Bairro Treze de Julho está mais visível no Calçadão. Podemos levantar esse questionamento a partir de sua venda, como imagem de bem-estar, na propaganda dos prédios de luxo. Assim, o espaço de lazer é anexado na veiculação das imagens de *glamour* do Bairro, evidenciando a comodidade de morar num local que proporciona muitos dos valores atuais de vida feliz, relacionados principalmente com a estética corporal. Talvez, seja um dos motivos para os indivíduos de outras localidades serem também atraídos pelo mesmo, demonstrando que o Calçadão subverte a antiga divisão de gostos entre as camadas altas e baixas. Nesse espaço, encontram-se de passagem uma diversidade e uma similaridade de alguns objetivos: andar; e, para isso, é preciso ter ao olhar não só os pares, construindo na contemporaneidade os pedaços da experiência urbana.

5 - Quando o Bairro é Alegria das Diferenças

Existem no Bairro duas relevantes comemorações: o Pré-Caju e a abertura das festas natalinas da cidade. Fizemos uma breve observação direta dessas manifestações com o intuito de demonstrar como o Bairro foi configurando suas espacialidades nos dias de concentração de indivíduos.

Começaremos a comentar sobre a prévia de carnaval, a qual possibilita o excesso dos “contra-usos” (Leite, 2007) do espaço do Bairro – catadores de lata, mendigos, etc., os quais conformam um espaço urbano múltiplo, produzindo *lugares* e, “a consistência de um *lugar* depende, portanto, do modo como **espaço e ação**¹⁴ exercem influência recíproca.” (Leite, 2007: 293). A festa engloba uma multidão que paga um valor para dançar ao redor de um trio elétrico e dentro de um espaço circunscrito por cordas, na avenida vizinha ao mangue, e outra multidão, chamada popularmente “pipoca”, não fica separada pelas cordas, mas brinca ao lado dos prédios de luxo. É uma cena que incomoda, pois fica nítida a segregação social e a vontade de demarcar as diferenças – uma distorção das regras principais dos carnavais que é suspender as hierarquias sociais, como analisado por Ortiz (1976), quando refletiu sobre o carnaval em Salvador, onde as cordas seguradas por homens fortes, distanciam qualquer tentativa de invasão pelos foliões da rua. Aqui, portanto, a Av. Beira Mar é “privatizada” por alguns momentos da festa, pois a passagem do bloco indica a interdição de outras pessoas naquele espaço limitado por cordas, quando os integrantes do bloco passam exibindo seus abadás protegidos dos foliões não-pagantes. Talvez, a principal satisfação seja a de estar separado do público geral, sendo observado por uma platéia.

Parece que a festa não podia ter um lugar mais apropriado, pois a Praia Formosa tinha tradição em organização de carnavais: “Em 1929, na Praia Formosa, então Bairro de veraneio, fundou-se o Clube Unidos da praia que promoveu alguns bailes, mas, com efêmera duração.” (Jornal da Cidade, 12 de fevereiro de 2003). Além disso, havia no Bairro os tradicionais bailes de carnavais no Cotinguiba e no Iate. Em 2004 e 2005, as autoridades transferiram o Pré-Caju para o Centro, com a justificativa de acentuar os aspectos democráticos da festa (Jornal da Cidade, 08 e 09 de fevereiro de 2004), mas, na realidade, a mudança foi motivada pela vontade das autoridades em evidenciar o Centro Histórico “revitalizado”. Nos dois anos, os jornais expuseram as contradições da festa com matérias sobre crianças catadoras de latas (Cinform, 17 a 23 de janeiro de 2005), violência (Jornal da Cidade 10

¹⁴ Grifo meu.

de fevereiro de 2004), etc., fornecendo questões problemáticas acerca da festa. Mas, em todos os anos, uma temática reforçou a importância da festa: a oportunidade de inúmeros indivíduos terem um trabalho. O setor informal foi, talvez, o “carro-chefe” para justificar qualquer incoerência da prévia, corroborando com a idéia da necessidade do apoio das instituições públicas.

Podemos dizer que o Bairro tem uma dinâmica aparentemente de entretenimento cultural no sentido de, no período de dezembro a janeiro, ser o lugar preferencial das principais festas de Aracaju. Contudo, a singularidade está no propósito dessas festas, as quais conseguem fazer uma apropriação diversificada do espaço urbano, pois na prévia carnavalesca ou na inauguração da árvore de Natal temos uma afluência de pobres e ricos para um mesmo espaço. Assim, o luxo do Bairro fica ofuscado para alguns e transparente para outros, dependendo da imersão no espetáculo produzido.

Tomar como esfera de análise o consumo cultural induz também a uma análise sobre o significado simbólico dos bens, pois estar com o abadá indica que o participante pagou pela festa, fazendo parte de um grupo. Quem não pagou tem um papel importante, que pode ser definido como o motivo principal dos demais terem pagado; ora, se não fosse isso, os integrantes oficiais estariam dentro de um clube particular. Não estamos dizendo que a segregação torna-se suave, mas tentamos considerar os pontos de complementaridade de uma relação à outra. Assim, entendemos que o consumo contemporâneo tem embutido sentidos distintos, os quais dependem do usuário do bem cultural. É necessário também elencar a popularização do Bairro nessas festas e, principalmente, uma fluidez das fronteiras entre o gosto popular e a elite (Canclini, 2008). O bairro nobre como palco de festas populares torna-se híbrido como significado de apropriação de um espaço vivido momentaneamente por vários cruzamentos de poder: “Sob os discursos que a ideologizam, proliferam as astúcias e as combinações de poderes sem identidade, legível, sem tomadas apreensíveis, sem transparência racional – impossíveis de gerir.” (Certeau, 2007 :174)

O espaço urbano “higienizado” e hierárquico transforma-se em um quadro onde “atores e cenários tendem a ser identificados como culturalmente ambíguos, simbolicamente invisíveis e poluidores” (Arantes,

2000: 105-106). Nesses dias, manter a característica de espaço disciplinado e de luxo é quase impossível. Também não deixa de ser um espaço altamente vigiado por policiais, os quais observam a “pipoca” – palavra com conotação pejorativa para estigmatizar os foliões sem abadás – em suas coreografias. E, como em qualquer festa pública, existem os conflitos e brigas por espaço, roubos, etc., porém, contornáveis pelos guardas da ordem. No entanto, no mesmo espaço, a rigidez da paisagem de poder dá abertura para um entretenimento compartilhado, uma vez que tanto fora dos blocos quanto dentro existe uma indistinção clara das camadas de poder, pois um indivíduo com um rendimento baixo pode comprar um abadá e outro, com poder aquisitivo alto, pode escolher fazer parte da “pipoca”. Além disso, a brincadeira pressupõe os novos processos de identificação efêmera e consumível dos espaços urbanos.

Mesmo resguardando as devidas estratificações, a festa consegue compor uma vinculação dos jovens, com suas preferências de estilo de roupa, por exemplo. Naquele espaço, as diferenças ficam encobertas pelo mesmo objetivo: brincar. Estamos considerando a motivação de uma maioria. A “pipoca” e os “oficiais” são os dois marcos da festa.

A desfiguração da festa que se diz carnavalesca colabora para entendermos como, no Brasil, a não suspensão da segregação dos espaços torna-se uma atração a mais para a festa. Isto porque olhar os blocos passarem motiva muitos à saída de suas residências nos dias de prévia do carnaval. E, acrescentamos, ainda, a “pipoca” tem sua “tática”: “um cálculo que não pode contar com um próprio, nem portanto com uma fronteira que distingue o outro como totalidade visível.” (Certeau, 2007: 46) As “táticas” são as ações com a intenção de demarcar seus trajetos e mesmo de ser alvo dos olhares curiosos a partir de suas fantasias inesperadas, trejeitos, etc. Além disso, os blocos, para fazerem sucesso, dependem da quantidade de “pipoca” que os segue; logo, para os cantores do trio, é fundamental tentar, no mínimo, estimular os acompanhantes à sua margem. Os agentes externos ao círculo encontraram uma forma de aparecimento na festa, pois “nesses estratégias de combatentes existe uma arte de golpes, dos lances, um prazer em alterar as regras do espaço opressor.” (Certeau, 2007: 79) Nesse sentido, o desajustado na estética fundamental de demonstração de consumo (abadá), ganha contornos de definição do sucesso ou fracasso do bloco. E, são inúmeras

ros os trios elétricos que concorrem pela melhor “pipoca”, uma vez que trazem cantores de renome nacional: Ivete Sangalo, Cláudia Leite, Chiclete com Banana, Asa de Águia, etc.

Nada mais específico também para ilustrar a dinâmica de uma política de signos culturais (Featherstone, 1995) do que a ornamentação do Bairro para as festas natalinas. O Bairro foi escolhido para ser o lugar de onde os indivíduos visualizam uma árvore de Natal, colocada, na Coroa do Meio, pela empresa fornecedora de energia elétrica¹⁵, com o objetivo de marcar a abertura dos festejos de final de ano em Aracaju. Com o conceito de “destraditionalização” de Fortuna (2001), podemos entender que o Bairro Treze de Julho mediante as intenções de publicidade da ENERGIPE, possibilita a invenção de uma festa de vivência tradicional, pois a empresa privada e os órgãos públicos constroem uma imagem de celebração familiar para os festejos natalinos nesse espaço, incentivando os vínculos de solidariedade entre os grupos. No contexto, fica enfatizado que a festa tenta ser um símbolo de confraternização da cidade; o espaço do Calçadão fica pequeno para a quantidade de crianças e adultos juntos para assistir, no melhor local possível, o momento especial do brilho das luzes.

A empresa esclarece que o custo da árvore é o presente dela para Aracaju. Todavia, o objetivo principal é fazer uma propaganda da empresa privada com o apoio que o poder público lhe concede para destacar a cidade como atrativo turístico das festas natalinas. É uma situação nítida de consumo cultural do Bairro, apesar de ser uma comemoração, ainda, com reduzida visibilidade nacional. Segundo Fortuna, podemos entender a “destraditionalização” como um paradoxo da sociedade contemporânea, a qual “é uma cultura da instantaneidade e da busca de gratificação imediata, a reinvenção do passado colectivo e individual é um acto de busca de raízes identitárias e de consolidação do lugar dos sujeitos no mundo.” (2001: 250) O Bairro Treze de Julho, ao comemorar o início dos festejos natalinos com uma coletividade, dá significado à idéia de união entre os agentes que se encontram presentes. Assim, temos uma operacionalidade entre mercado e cultura, configurando uma forma de obter ganhos com o esquema publicitário para torná-la uma das referências das comemorações natalinas do Brasil.

¹⁵ ENERGIPE (Empresa de Energia de Sergipe).

A árvore está na 20ª edição, pois antes de vir para o local atual era instalada na rotatória do *Shopping Riomar*, perto do Rio Poxim¹⁶. Cabe ressaltar que, ao passar para a Coroa do Meio, em 1999, ganhou o destaque de ser o maior símbolo de Natal para a cidade, colocando a Treze como o melhor local para apreciar o espetáculo e, a partir de 2000, começa a tentativa de a empresa colocá-la no livro dos recordes como a maior árvore do mundo – conseguiu oficializar, em 2007, a altura de 110,11m. A idéia do *Guinness Book* produz uma imagem da *city marketing* para Aracaju a partir do Bairro: “que o que está em promoção é um produto inédito, a saber, a própria cidade, que não se vende, como disse, se não se fizer acompanhar por uma adequada política de *image-marking*.” (Arantes, 2000: 17). As notícias da maior árvore do mundo se espalharam pelos canais publicitários:

Este ano o recorde de maior árvore de Natal do mundo poderá ser batido pela Árvore da Energipe, que será acessa logo mais às 20h. A estrutura montada na Coroa do Meio às margens do Rio Sergipe terá 110 metros de altura, o equivalente a um prédio de 40 andares, o que a coloca em posição privilegiada na disputa do Guinness Book pelo título¹⁷.

O governador de Sergipe Marcelo Déda deu as boas-vindas do Natal na Treze com a seguinte frase: “Não há Natal na capital sergipana se não houver, ao lado do amor e da fraternidade, o brilho da árvore da Energipe. A empresa brinda os aracajuanos com esse presente, que se transformou em uma referência nacional¹⁸”. Nesse ano, a empresa também estava comemorando os 10 anos de privatização e a árvore teve o significado de provar que a empresa privada gerencia com eficiência um serviço que era público. E a presença do Estado no evento tem a intenção de comprovar a imagem de empresa capacitada para gerir um recurso de distribuição coletiva.

¹⁶ SILVA, Célia. Árvore deixa 13 de Julho mais iluminada. *Jornal da Cidade*. Disponível em: http://www.jornaldacidade.net/2008/noticia_arquivo.php?id=81052. Acesso em: 09 de maio de 2007.

¹⁷ SOUSA, Carla. Árvore da Energipe terá 110 m de altura. Disponível em: <http://www.infonet.com.br/noticias/ler.asp?id=68266&titulo=Noticias>. Acesso em: 06 de junho de 2007.

¹⁸ Marcelo Déda participa de acendimento da árvore da Energipe. 11 de dezembro de 2007. Disponível em: <http://www.agencia.se.gov.br/index.php?act=leitura&codigo=4897>. Acesso em: 09 de maio de 2007.

Ainda para justificar a empreitada a empresa afirma que “é a contribuição da Energipe para os sergipanos e para projetar o Estado no cenário nacional e mundial¹⁹”. Nesse ano, a árvore ficou reluzente até o término do Pré-Caju, somando mais uma atração para os turistas que participam da prévia. A proposta de ampliar os dias de iluminação da árvore colabora no objetivo da empresa em colocá-la no livro dos recordes, pois consegue um número maior de indivíduos que aderem ao estímulo do reconhecimento oficial.

Pudemos, portanto, enumerar algumas singularidades do Bairro-festa, da qualidade de vida aracajuana a partir do bem-estar proporcionado pelo Calçadão, das galerias de luxo, etc. e, o mais importante, pelo fato de cada componente acelerar o desenvolvimento de uma centralidade espacial. Essas particularidades agregam valores ao Bairro, colocando o mesmo como o metro quadrado mais caro da cidade²⁰, conforme os discursos que movimentam o mercado de bens e serviços do Bairro.

Portanto, mesmo a cidade-consumo tem suas deambulações marcadas pela distração, a qual não significa que esteja “morta” de sentido. Cada percurso de um não-morador do Bairro e, portanto, um “estranho” no *locus* de riqueza da Treze de Julho pode ser considerado uma ação que tenta sobressair do contexto hierárquico e tomar como realidade comum uma andança prazerosa no Calçadão, sem o olhar sufocado advindo dos símbolos e das conexões de poder do outro lado da rua. Assim, elaboramos nossas trajetórias, tentando entrar em relação com a cidade, a qual demanda sociabilidades, uma vez que é a âncora dos espaços sociais desde os tempos imemoriais.

6 - Considerações Finais

As políticas de *gentrification* vislumbram um espaço urbano sem interferências de contrastes, mas, alguns lugares resistem a esta perspectiva. São os agentes “ordinários” que cortam o jogo de poder concreto

¹⁹ Segundo o Assessor de Comunicação da Energipe, Augusto Aranha, na reportagem de SILVA, Célia. *Loc cit.*

²⁰ FERNANDES, Laudicéia. Pichações prejudicam mercado imobiliário. *Cinform*. Ano XXII, edição 1110, 19 a 25 de julho de 2004.

e simbólico dos planejadores urbanos. Afirmando ser a cidade um cruzamento de diferentes andanças. Caminhos traçados por narrativas distintas de interpretar o sentido de um lugar. Por isso, ao observamos o Bairro Treze de Julho fomos escavar nuances quase imperceptíveis, porém, construídos por uma vontade de territorializar ações manifestadamente estranha aos cânones do aparato da conformação espacial.

Isso não deixa de evidenciar que a Treze se tornou um Bairro da elite arcajuana alicerçado pelo Calçadão Viana de Assis, contudo, a linguagem proporcionada pelo ícone de embelezamento ultrapassa usos privados. Por isso, sociabilidades públicas diferentes são formatadas e ancoradas num espaço urbano mediado por uma zona de luxo. Os transeuntes subvertem uma organização espacial “limpa”. Determinados espaços adquirem relevância social estimulada pelo mercado de consumo e a reinvenção de tradições. A Praia Formosa, hoje, Calçadão Viana de Assis, despertou pontos de memória, os quais atingem camadas distintas de poder.

Talvez, por isso, podemos considerá-lo como Bairro híbrido, onde a polifonia se destaca ao construir diferentes condutas de estar no mesmo espaço urbano.

Referências Bibliográficas

APPADURAI, Arjun. Disjunção e diferença na economia cultural global. *in*: FEATHERSTONE, Mike (Org). *Cultura Global: Nacionalismo, Globalização e Modernidade*. Rio de Janeiro, Vozes, 1994.

ARANTES, Antônio A. A Guerra dos Lugares: fronteiras simbólicas e liminaridade no espaço urbano de São Paulo. *in*: FORTUNA, Carlos (Org), *Cidade, cultura e globalização: ensaios de sociologia*, Oeiras, Celta Editora, 2001.

ARANTES, Otília B. F. Uma Estratégia Fatal: a cultura nas novas gestões urbanas. *in*: ARANTES, Otília B. F.; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. *A Cidade do Pensamento Único: desmanchando consensos*. Petrópolis, Vozes, 2000.

BAKTHIN, Mikail. *Speech Genres and Other Late Essays*. Austin, Texas: University of Texas Press, 1986.

BARREIRA, Irllys Alencar F. *Usos da cidade: conflitos simbólicos em torno da memória e imagem de um bairro*. *Anál. Social*. [on line]. jan. 2007, nº 182. Disponível em: <http://www.scielo.oces.mctes.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0003-25732007000100008&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 10 de novembro de 2008.

BAUDRILLARD, Jean *et. al. Semiologia dos objetos*. Petrópolis/RJ, Vozes, 1972. (Novas perspectivas em comunicação-4).

BENJAMIN, Walter. Paris Capital do Século XIX. *in*: FORTUNA, Carlos (org.), *Cidade, cultura e globalização: ensaios de sociologia*, Oeiras, Celta Editora, 1999.

BHABHA, Homi K.. *O Local da Cultura*. 3. ed. Belo Horizonte: UFMG, 2007.

BOURDIEU, Pierre. Efeitos de Lugar. *in*: BOURDIEU, Pierre (Org). *A miséria do Mundo*. 3ª ed. Petrópolis/RJ, Vozes, 1999.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. Cidade de Muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo. São Paulo, Ed. 34, EDUSP, 2003.

CANCLINI, Néstor García. *Culturas Híbridas: Estratégias para Entrar e Sair da Modernidade*. 4ª ed., São Paulo, Edusp, 2000.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. Petrópolis, Vozes, 1997.

DEBORD, Guy. *A Sociedade do Espetáculo: comentários sobre a sociedade do espetáculo*. Rio de Janeiro, Contraponto, 2007.

FEATHERSTONE, Mike. *Cultura de consumo e pós-modernismo*. São Paulo, Studio Nobel, 1995.

FORTUNA, Carlos. Destradicionalização e imagem da cidade: o caso de Évora, *in*: Fortuna, Carlos (Org.), *Cidade, cultura e globalização: ensaios de sociologia*, Oeiras, Celta Editora, 2001.

FRANÇA, Vera Lúcia Alves. *Aracaju: estado & metropolização*. Tese de Doutorado UNESP, Rio Claro, 1998.

FRÚGOLI, Heitor Jr. *Centralidade em São Paulo: trajetórias, conflitos e negociações na metrópole*. São Paulo, Cortez, 2000.

FRÚGOLI, Heitor Jr; ANDRADE, Luciana Teixeira de; PEIXOTO, Arêas Fernanda (Orgs) Belo Horizonte, PUC Minas/Eduso, 2006.

HARVEY, David. *A Condição Pós-Moderna*. São Paulo, Loyola, 2007.

JAMESON, Frederic. *Pós-modernismo: A Lógica Cultural do Capitalismo Tardio*. Ática, São Paulo, 1996.

LACARRIEU, Mônica Beatriz; CARMAN, Maria; GIROLA, Maria Florencia. Procesos de transformación urbana en lugares centrales y periféricos del área metropolitana de Buenos Aires: ganó el urbanismo escenográfico? *in: As Cidades e seus Agentes: práticas e representações*. FRÚGOLI, Heitor Jr.; ANDRADE, Luciana Teixeira de; PEIXOTO, Arêas Fernanda (Orgs) Belo Horizonte, PUC Minas/Eduso, 2006.

LEITE, Rogério Proença. *Contra-usos da Cidade: lugares e espaço público na experiência urbana contemporânea*. 2ª ed. Campinas/SP, Editora da UNICAMP; São Cristóvão/SE, Editora UFS, 2007.

LIPOVETSKY, Gilles. *O império do efêmero: a moda e seu destino nas sociedades modernas*. São Paulo, Companhia das Letras, 2008.

_____. *A Era do Vazio: ensaio sobre o individualismo contemporâneo*. Barueri, S.P., Manole, 2005.

MAFFESOLI, Michel. *Sobre o nomadismo: vagabundagens pós-modernas*. Rio de Janeiro, Record, 2001.

ORTIZ, Renato. *Reflexões sobre o Carnaval*. São Paulo, Ciência e Cultura, SBPC nº 28, 1976.

RUBINO, Silvana. Os Dois Lados da Linha do Trem: história urbana e intervenções contemporâneas em Campinas, SP. *in: As Cidades e seus Agentes: práticas e representações*.

SASSEN, Saskia. *As Cidades na Economia Mundial*. São Paulo, Studio Nobel, 1998.

SMITH, Neil; *The New Urban Frontier; Gentrification and the Revanchist City*; Nova Iorque: Routledge, 1996.

ZUKIN, Sharon. Paisagens urbanas pós-modernas: mapeando cultura e poder. *in: ARANTES, Antônio (org.); O Espaço da diferença*; São Paulo: Papirus Editora, 2000.

_____. Paisagens do Século XXI: notas sobre a mudança social e o espaço urbano. *in: ARANTES, Antônio (org.); O Espaço da diferença*; São Paulo: Papirus Editora, 2000.

Jornais

ALMEIDA, Gomes. Adolescente teve acesso a bebida. *Jornal da Cidade*. Ano XXXII, nº 9484, 10 de fevereiro de 2004.

Aracaju é a capital com a melhor qualidade de vida. *Jornal da Cidade*. Caderno B/Cidades. Ano XXXVII, nº 10716, Aracaju, 06 e 07 de abril de 2008.

CÔRTEZ, Joana. Pré-caju atraiu mai de meio milhão de foliões. *Cinform*. Ano XXIII, nº 1136, 17 a 23 de janeiro de 2005.

Governo repassou para prefeitura quase 1 bilhão e meio em quatro meses. *Jornal de Sergipe*. Ano X nº 3095, 25 e 26 de dezembro de 1988.

LINS, Fernando de Carvalho. Dos Cardovínicos ao Pré-caju. *Jornal da Cidade*. Caderno C, Variedades, Ano XXXI, nº 9185, 12 de fevereiro de 2003.

MENDONÇA, Valéria. Antiga Praia Formosa, local já foi um bucólico recanto de pescadores. *Jornal*. Aracaju, Ano XXVII, nº 7748, Caderno B, p. 11, 12 de maio, 1998.

MOURA, Andréa & CORREA, Suyene. Apoteose no último dia do Pré-caju. *Jornal da Cidade*. Ano XXXII, nº 9483, 08 e 09 de fevereiro de 2004.

Jornal da Cidade. *Praias ficarão iguais à de 13 de Julho*. Caderno C, Variedades, ano XXVI, nº 7387, 25 de fevereiro de 1997.

Jornal da Cidade. *13 de Julho reconquistará balneabilidade*. Ano XXVII, nº 7706, 20 de março de 1998.

Jornal da Cidade. *13 de Julho terá muro de arrimo*. Ano XXVII, nº 7745, 08 de maio de 1998.

Jornal de Sergipe. Soares, Conceição. *Praia Formosa, setenta anos de história*. Ano XX, nº 6604, Local, p. 06, 17 de julho de 1994.

Jornal de Sergipe. *Veja algumas das obras que vão mudar a cidade*. Ano X, nº 3081, 08 e 09 de dezembro de 1988.

Jornal de Sergipe. *Viana quer ver Aracaju a cidade mais limpa do NE*. Ano X, nº 3007, 09 de setembro de 1988.

Recebido em 05 de março de 2010.

Aprovado em 01 de junho de 2010.

ESPELHOS PATRIMONIAIS EM OURO PRETO: MUSEUS E PASSADO AFRO-BRASILEIRO

Manuel Ferreira Lima Filho*

RESUMO

Apresento no presente artigo algumas reflexões etnográficas a respeito das redes sociais da cidade de Ouro Preto tendo o patrimônio cultural como véis metodológico. A análise dialoga com dados provenientes de pesquisa de campo por meio de entrevistas, levantamento em arquivos e acervos realizados entre os anos de 2007 a 2009. Neste trabalho fizemos um recorte analítico enquadrando um dos dramas sociais da cidade, a escravidão, que compõe um dos fios das teceduras patrimoniais de Ouro Preto. As categorias conceituais utilizadas na análise são patrimônio, memória, museus, e história. Por meio destas categorias percebe-se a cristalização de outra categoria, a do sofrimento, presente no imaginário sobre a cidade, e reificado pelas práticas museológicas a favor da história síntese do Estado- Nação brasileira, numa perspectiva hierárquica, excludente e redutora. Práticas que inviabilizam a complexidade da cosmovisão afro-ouro-pretano que podem levar a uma ideia ingênua da vitimização social ou obliterar novas possibilidades patrimoniais relacionadas à cidadania.

Palavras-chave: Patrimônio Cultural, Memória, Ouro Preto.

* Faculdade de Ciências Sociais/Museu Antropológico - Universidade Federal de Goiás.
Pesquisador do CNPq. Email: mflimafilho@yahoo.com.br.

MIRRORS OF CULTURAL HERITAGE IN OURO PRETO: MUSEUMS AND AFROBRAZILIAN PAST

ABSTRACT

I present in this article reflections based on my ethnographic study of social networks in the city of Ouro Preto as a methodological approach to the study of cultural heritage. The analysis draws on field research data compiled from interviews, archives and collections between 2007 and 2009. In this work I focus my interpretation on slavery which comprises one of the central threads of the wider texture of the cultural heritage of Ouro Preto. By tracing the relationship between slavery and the conceptual categories of memory, museums, cultural heritage and history, I reveal the crystallization of an overarching category, that of suffering, present in the public social imaginary of the city. Suffering is represented and reified through museum practices that portray a historical narrative of the Brazilian Nation-state that is hierarchical, exclusionary and reductionist. These particular visions of suffering obliterate a wider complexity of Afro-Brazilian experiences and cosmologies related to the culture and history of the city, raising the possibility that the idea of social victimization obscures other possibilities for linking cultural patrimony to citizenship.

Keywords: Cultural Heritage, Memory, Ouro Preto.

OS ENCANTOS DA CIDADE

Ouro Preto se destaca no imaginário nacional como metonímia da nação. Darci Ribeiro, em sua teoria geral sobre os brasileiros, afirma que na cidade nasceu o genuíno projeto de identidade nacional (Ribeiro, 1996: 189). De um modo geral, visita-se Ouro Preto para ver de perto o cenário do drama da Inconfidência Mineira, as inúmeras igrejas barrocas e antigas minas, locais de trabalho de uma população em sua maioria negra e escrava¹.

A cidade está inserida no circuito do ouro de Minas Gerais e no trajeto da antiga estrada real. Soma-se a esses "atrativos" a culinária mineira, os festivais de inverno e os ritos da Semana Santa. Todos de expressão nacional.

Constatou-se certo abandono dos casarios coloniais de Ouro Preto e de seu polígono histórico, devido à perda do título, em 1897, de capital de Minas Gerais e a transferência de boa parte de sua população. Situação que foi revertida pelo movimento modernista de 1922. Mário de Andrade e Lúcio Costa orquestraram ações para valorizar a cidade na perspectiva do patrimônio edificado colonial e da história da arte barroca brasileira, de alcance internacional. Novas narrativas nacionais a partir da antiga Vila Rica.

A nomeação de "monumento nacional" decretado pelo Governo Federal em 1933, assim como o tombamento do polígono histórico de Ouro Preto, praticamente toda a cidade no ano de 1938, a torna palco de lançamento e aplicação das políticas nacionais de patrimônio coordenados pela agência estatal SPHAN desde sua criação em 1937. Agência que ficou sob comando, por mais de 30 anos, do mineiro Rodrigo Melo Franco de Andrade que tinha residência na principal rua de Ouro Preto.

O modelo de preservação patrimonial brasileiro foi herdado da França e da Inglaterra espelhado na organização de uma inspetoria que tinha

¹ A cidade de Ouro Preto situa-se na historiografia como uma dos pólos mineradores de século XVII relacionado ao chamado Ciclo de Ouro das Minas Gerais, que por sua vez está contextualizado no boom aurífero que incrementou o tráfico atlântico de escravos, um dos traços que marcam a colonização das Américas (Fausto, 2002).

um forte poder de intervenção do Estado por meio de ações jurídicas. No caso brasileiro, a lei do tombamento ainda é instrumentalizada pelo atual IPHAN. Por essa perspectiva, Ouro Preto foi beneficiada por um esforço conservacionista das suas expressões culturais. Processo incontestavelmente demarcado pela seleção da preservação de monumentos. Reunidos na categoria monumentos históricos e religiosos valorizou-se àqueles que fossem representativos da Inconfidência Mineira, das igrejas barrocas, de maneira especial àquelas que tinham as marcas do Aleijadinho. O artista, meio branco, meio negro - era mestiço, filho de um arquiteto português com uma escrava de nome Isabel. Um tipo de herói mitológico. Meio homem, meio deus, que "sem mãos" esculpe exuberâncias barrocas eternizadas nos frontispícios das igrejas, nos anjos e santos. Como produto de um rito sacrificial, a eloquência da sua arte é inversamente proporcional ao consumo do seu corpo.

Seja pelo valor de testemunho de uma história costumeiramente emoldurada pela seleção de acontecimentos, seja pelo valor ideológico religioso agregado às igrejas e aos objetos sacros ou, mesmo ainda, pelo senso estético, rebatido das obras de artes e da arquitetura colonial, Ouro Preto é desenhada por um polígono patrimonial que une os vetores da religiosidade católica, da arte barroca, da dramaticidade dos atos a favor da libertação de Portugal e a formação de uma população afro-ouro-pretana marcada pela presença de grupos étnicos africanos.

O Patrimônio e as Trilhas Sociais

A arte, os eventos históricos e religiosos, as repúblicas e o patrimônio em sua concepção monumental têm sido categorias de classificação sobre Ouro Preto e internalizadas, no devir histórico, também como categorias nativas dos ouro-pretanos, embora muitas vezes ressemantizadas.

Dito de outro modo, qualquer interpretação a respeito dos segmentos sociais da cidade, seguro é ter o patrimônio como trilha de análise, pois se trata do arcabouço por sobre o qual se edificam as construções sociais e culturais da antiga Vila Rica, seja para reafirmar ou para desconstruir a noção clássica de patrimônio. Daí se explicam a inspiração e eficácia simbólicas de quem sobre temas patrimoniais

construíram práticas políticas, religiosas e administrativas: o projeto dos modernistas, representado por Mário de Andrade e Lúcio Costa (o projeto do SPHAN); o poder de Rodrigo Melo Franco no SPHAN (30 anos), o indiscutível respeito da população pelo então Vigário da Matriz de Nossa Senhora do Pilar, o ouro-pretano padre José Feliciano da Costa Simões - especialista em história da arte e, por fim, atualmente o prefeito Angelo Oswaldo de Araújo Santos reeleito, reconhecido como expert e indiscutível embaixador do patrimônio de Ouro Preto. Totens patrimoniais emblemando classificações sociais.

Então, tem-se um primeiro domínio sobre Ouro Preto. Um polígono tombado que circunscreve igrejas, museus, lojas, restaurantes, ateliês, teatro, cinema e residências de famílias primeiras. Narrativas monumentais que atravessam histórias de homens e mulheres da cidade. Participamos e observamos que o ritual religioso da Semana Santa tem uma valor especial aos nativos de Ouro Preto.

Como se espelhados no grande acontecimento do Triunfo Eucarístico de 24 de maio de 1733 quando se realizou a transladação do Santíssimo Sacramento da Igreja de Nossa Senhora do Rosário para a nova Matriz de Nossa Senhora do Pilar, na antiga Vila Rica, Ouro Preto ainda respira o barroco, as canções em latim, a musicalidade das inúmeras bandas e corais e o zelo atemporal das irmandades de brancos e de pretos pelas atividades da igreja e das irmandades. Os passos – pequenas capelas espalhadas pela cidade-, que são fechados durante o ano, são abertos na semana santa e aos poucos, a cidade vai mostrando sua outra face para além do turismo padronizado, com roteiros programados e explicações ritmadas dos inúmeros guias na praça Tiradentes, nos museus e nas igrejas barrocas, nas minas e restaurantes.

Alternando o comando da semana santa entre as matrizes de Nossa Senhora da Conceição no Bairro do Antônio Dias e a de Nossa Senhora do Pilar – no Bairro do Pilar – os moradores de Ouro Preto tomam sua cidade para si, não são dos turistas, não são dos estudantes, nem do governo, a cidade é deles. Eles buscam na seiva do passado, da tradição e na veneração de símbolos a evocação de uma identidade ouro-pretana. Exemplo disso é a participação da população na confecção de tapetes coloridos e temáticos na madrugada de sábado para o Domingo da Ressurreição e ainda o grande prestígio de permanecer na

família a preparação para que um dos seus membros ritualize um dos personagens bíblicos cuidadosamente paramentados para sair pelas ruas da cidade durante o ritual da Semana Santa. O ritual vulcaniza um forte sentimento identitário e religioso que marca o ouro-pretano para além de suas divergências ideológicas, partidárias ou segmentos sociais. O ouro-pretano tem forte sentimento de quem é de fato nativo, modulando quem é de fora, mesmo casado com nativos da cidade e com filhos nascidos no local. Percebe-se que as categorias história e tradição enquadram o “ser do local”.

Outro segmento social da cidade são os estudantes das repúblicas. É consenso nas narrativas mapeadas em Ouro Preto que os estudantes² estão colados no imaginário da cidade tanto quanto a sua feição patrimonial, histórica, artística e religiosa. As repúblicas, antes da Escola de Minas e de Farmácia, hoje somam 67 abrigadas pela Universidade Federal de Ouro Preto que, somadas com outras 284 particulares, totalizam 351. Elas delineiam um segmento social específico da cidade, marcado pela ambivalência, transitoriedade, rituais de ingresso, clivagens de gêneros e uma territorialidade própria para além do polígono histórico. Os estudantes constroem outras bases patrimoniais reinventando a noção de tradição, tão cara ao primeiro domínio patrimonial apresentado.

Não é consenso sobre a escala de aceitação das ações das repúblicas com relação a dois temas sensíveis para a população: o confronto com os princípios e ações da igreja católica local com raízes tradicionais, de modo especial representada pela Matriz de Nossa Senhora do Pilar, cercada de repúblicas. O outro tema motivo de descontentamento dos ouro-pretanos é devido ao grande impacto que o carnaval das repúblicas causa no centro histórico. Além dessa cisão cidade x repúblicas, existem as divisões internas na organização das repúblicas como as federais, as particulares, as pensões e os alojamentos. A localidade e o tempo de existência das repúblicas igualmente agregam valor nessa disputa simbólica e social da ação das repúblicas.

² A Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP) tem 5.122 alunos presenciais e foi instituída como Fundação de Direito Público em 21 de agosto de 1969, incorporando duas instituições de ensino superior centenárias: a Escola de Farmácia e a Escola de Minas. A UFOP oferece 28 cursos de graduação, contando com 22 departamentos e sete unidades acadêmicas. Ver o site da UFOP (2010).

Finalmente, se fitamos o horizonte à procura da Pedra do Itacolomi - toponímia tupi que apenas indexa uma referência indígena e nada mais - cobiçada pelos aventureiros coloniais em busca de ouros e de terras, nos deparamos com outra paisagem patrimonial. Díspar para quem quer encontrar um mundo patrimonial idealizado e representado pelos casarios coloniais: os morros de Ouro Preto.

Não há como pensar Ouro Preto sem seus morros. Espantosa invisibilidade social na literatura acadêmica sobre a cidade. Para além de qualquer explicação urbana enviesada pelo tema da desorganização territorial e urbana, os morros sempre estiveram lá, mesmo desmoldurados da paisagem idealizada da natureza. Os morros têm memórias e diferentes perspectivas da noção de patrimonial monumental.

Visto alguns dos principais segmentos sociais da cidade, a presente análise tem como recorte analítico o tema do passado afro-brasileiro, pelo viés das expressões museais e pela perspectiva nativa de uma das irmandades de Ouro Preto: a Irmandade de Pretos de Nossa Senhora do Rosário e de Santa Ifigênia.

Marcas das Lavras: a categoria sofrimento e os museus

No ano de 1776 a população de Negros em Minas Gerais era de 167 mil pessoas, correspondendo a 52,22% do total da população e, se somada com o número de pardos, o número aumenta para 79,22%. Essa população vivia sob condições sociais impostas como a restrição religiosa ao casamento. Os registros históricos apontam que 90% das crianças nascidas em Minas Gerais no período de 1719 a 1723 eram crianças bastardas e no período de 1759 a 1763, o número era de 60% de crianças.

Laura de Mello e Souza chama a atenção de que em Vila Rica, especificadamente, acusa-se um alto número de mulheres como cabeça de família ou seja, como chefes de casas, tendo sido mensurado 45% do total das casas levantadas e que 85% daquele número nunca haviam se casado. Tais mulheres eram na maioria negras, mestiças e pobres sendo que apenas 5,2 % delas eram chamadas de “senhoras” ou “donas”. Elas eram a “franja da sociedade organizada [que] apresentava uma mescla

curiosa de crime e trabalho, liberdade e cativo, norma e infração” (Mello e Souza, 2004: 203-207).

De fato, o registro do escrivão da Câmara de Vila Rica registrou no ano de 1721:

Fazemos saber que a presente nossa carta de uzança de parteyra virem, que a nós nos enviou a dizer por sua petição, Maria da Fraga, preta do gentio de Guiné, com licença de seu senhor Manuel do Rego Tinoco que ella se acha com capacidade, inteligência e experiência para poder parteyrar nessa Villa (...) lho concedemos licença (...) para que possa exercer o officio de parteyrar e lhe arbitramos pelo trabalho de cada parto que exercer quatro oitavas de ouro”(Maia, 1972: 17 e 18).

Assim, na mesma Vila Rica, na lista dos quintos reais cobrados , encontrou-se o registro de 10.881 escravos no ano de 1721 e 11.870 escravos em 1722 pertencentes aos proprietários declarantes do imposto. (Botelho, 2000: 12).

No Arquivo da Casa de Pilar (IPHAN), em Ouro Preto, encontramos num dos jornais mais antigos da cidade e de Minas Gerais referências cotidianas obre a escravidão, como o arremate de um sobrado na Rua Direita juntamente com cinco escravos, assim como a recompensa pela captura de dois escravos “Maçambique” contendo as características físicas de cada um³. Também encontramos referências no Arquivo do Tombo de Lisboa sobre uma negra Mina, vivendo nos arredores de Vila Rica que foi alvo de inquérito do Santo Officio no ano de 1797 acusada de curanderia⁴.

Esses dados indicam o perfil da população de Ouro Preto desde a época de sua formação como arraial, sendo marcadamente negra, parda e de mulheres como base significativa do estrato social⁵. A presença negra e mestiça na cidade mantém-se ao longo do tempo, sendo que no último censo populacional brasileiro (2000) a cidade de Ouro Preto foi

³ O Itamontano, de 24/11/1847 e de 18/10/1851.

⁴ Ver o site do Arquivo Nacional do Tombo (2010).

⁵ Ver por exemplo dos dados de Graça Filho, Pinto e Malaquias (2007) sobre o inventário de famílias escravas nos inventários e registros de casamentos assim como a obra de Bergard (1999) sobre a reprodução da população escrava em Minas Gerais.

à segunda cidade brasileira em que sua população se autodenominou negra e parda, perdendo apenas para Salvador.

A despeito desse perfil histórico social e demográfico da cidade de Ouro Preto, as representações e interpretações sobre a população africanas e afro-brasileira têm se resumido a um processo museal que privilegia o passado escravo de maneira emblemática: a categoria sofrimento⁶. O passado escravo tem sido representando pelo sofrimento, pela exclusão e por um lugar periférico na museografia dos principais museus da cidade, seja por parte do Estado (IPHAN) – Museu da Inconfidência, pelo Ministério da Fazenda (Museu Casa dos Contos), pela Igreja (Museu Sacro da igreja do Pilar e Museu do Aleijadinho) e por fim, por uma entidade privada - a Fundação Gutierrez (Museu do Oratório). Miriam Sepúlveda dos Santos (2004) já adiantou que há uma tendência da museografia brasileira em expor o passado escravo acentuando a dor e o sofrimento, mas de forma generalizada, e que essa museografia não produz uma reflexão sobre a real situação vivida pelos indivíduos vitimados e de que a nossa representação museal do passado é falha no sentido de promover uma justiça social hodierna aos afrodescendentes.

De fato, tais museografias, recorrentes na maioria dos museus brasileiros não espelham o real significado da tragédia da escravidão em nosso país e seus descendentes. Em Ouro Preto essa tendência também se verifica. Mas com contextos etnográficos e museológicos próprios.

O Museu da Inconfidência, por exemplo, foi criado em 1942 no Estado Novo com o intuito de receber os restos mortais dos inconfidentes degredados para a África e oficialmente inaugurado em 1946 na antiga Casa de Câmara e Cadeia de Vila Rica datado de 1780. Seu acervo foi constituído inicialmente por peças recolhidas da diocese de Mariana e arquivos sobre os Autos da Devassa e as travas da forca onde morreu Tiradentes⁷. Apesar de ter sido inaugurado em 2006, com uma “nova museografia”, o Museu invisibiliza a questão de uma herança afro-brasileira/ouro-pretana. Quando o faz é via passado escravo, mesmo assim de forma minimizada e com instrumentos de tortura⁸.

⁶ Nesse sentido, pode se pensar na extensão da análise de Veena Das sobre o sofrimento como uma experiência social. Tema retomado por Carvalho (2008).

⁷ Ver o site do IPHAN (2009).

⁸ Banco Safra (1985).

O Museu Sacro da Igreja do Pilar foi inaugurado no ano de 2000 e funciona no porão da sacristia da Igreja Matriz Nossa Senhora do Pilar. Estão expostas pratarias, mobiliário, paramentos, imagens religiosas do século XVIII e algumas das vestimentas usadas na celebração do Triunfo Eucarístico realizada em 1733. Não faz referência alguma sobre o passado afro-brasileiro/ouro-pretano, nem mesmo escravo.

O Museu Aleijadinho foi criado em 1968 para reunir peças de arte sacra e documentos gráficos com a finalidade de conservar, preservar e difundir o acervo da Paróquia Nossa Senhora da Conceição de Antônio Dias em Ouro Preto e inaugurar o turismo religioso na cidade. A denominação do Museu é uma homenagem ao artista ouro-pretano Antônio Francisco Lisboa, o “Aleijadinho”, filho do mestre-arquiteto português Manuel Francisco Lisboa, natural de Lisboa, e uma escrava desse, de nome Isabel.⁹ Nota-se que o passado afro se refere a uma ascendência materna escrava, quase um detalhe a ser subsumido pela grandiosidade da obra do mestre barroco filho de um “mestre” arquiteto português. Chamo atenção ainda de que nenhuma referência é feita para as irmandades de negros¹⁰ que financiaram e administram algumas das construções dos templos barrocos da cidade. Algumas deles ainda resistem às transformações históricas e mantêm um papel ativo religioso e político como é o caso da Irmandade de Santa Ifigênia que no ano de 1809 emprestava dinheiro e possuía uma casa na Rua São José, uma das principais ruas de Ouro Preto. Nos dias atuais, ela participa das decisões da reforma da igreja, da construção do centro cultural afro-brasileiro ao lado da igreja barroca, da gerência do arquivo, da política

⁹ Ver Bury (2006) e o sitio <http://www.museualeijadinho.com.br/?op=conteudo&id=37&menuId=89>.

¹⁰ De acordo com a pesquisa Silva (2009) a existência das irmandades religiosas na Europa é de longa data, desde a Idade Média com os frades beneditinos atuando através da solidariedade cristã entre as camadas mais pobres da população. Em Portugal elas originaram por volta do final do século XIII, e nesse contexto às irmandades religiosas do reino procuraram integrar toda população, inclusive as etnias consideradas exóticas, como, mouros e pretos a fim de sujeitá-los ao catolicismo e as irmandades foram para tanto, um dos meios mais eficazes, pois segundo (). O objetivo de tais irmandades eram claros e práticos na conversão dos povos que habitavam o continente africano que iriam engrossar as fileiras da mão-de-obra cativa na América portuguesa. Sobre a relação das irmandades de Negros em Ouro Preto, ver (Salles, 2002: 186) e sobre o contexto histórico religioso das Irmandades de Negros no Brasil ver Quintão (2002) e Souza (2006), Scarano, (1975) e Boxer (1961).

da recuperação das peças e da organização das festas religiosas para além da administração dos funerais dos membros da Irmandade que no passado tinha uma conotação muito maior devido à segregação racial com relação aos lugares de enterro.

Os circuitos museais da cidade, mesmo que “atualizadas” algumas de suas museografias, não refletem qualquer mal estar em não redimensionar a presença africana e afro-brasileira como co-participe da historicidade local ao longo dos tempos até os dias atuais e para além da escravidão. É importante lembrar que Ouro Preto é a segunda cidade brasileira cuja população se autodenomina negra e parda. A dificuldade em colocar a questão negra no mesmo nível simbólico e semântico dessas exposições pode ser notada na coleção “Oratórios Afro-brasileiros” do Museu do Oratório inaugurado em 1998 com 162 oratórios e 300 imagens, vinculado ao Instituto Flavio Gutierrez¹¹. Os oratórios afro-brasileiros ficam dispostos no circuito disponibilizado no andar de baixo (porão) do museu, além de ser uma quantidade ínfima de oratórios.

Quando o passado escravo é exposto, as museografias empregadas, de uma maneira em geral, são pensadas em expor peças isoladas a respeito da tortura, que não levam o observador a mergulhar sobre esse tempo de horror da humanidade e do Brasil e não fazem alguma menção ou ponte conceitual com o processo de exclusão da população afro-brasileira nos dias atuais. Ignora-se a constatação de que, desde 1995, 50% dos negros brasileiros estão a baixo da linha de pobreza¹² e 25% dos negros brasileiros estão abaixo da linha de indigência¹³.

A exposição da dor e do sofrimento situa-se no meio do caminho; congelada num tempo colonial como os casarios da cidade, imutáveis de acordo com o rigor da política patrimonial do tombamento brasileiro desde 1937. Expor a escravidão é como expor uma fatalidade histórica, um espelho que reflete não as referências culturais que vieram com as diversas etnias

¹¹ Ver <http://www.museudooratorio.com.br/port/museu.asp>.

¹² De acordo com o Atlas Racial brasileiro 2000, a linha de pobreza no Brasil está situada abaixo daqueles que têm a renda per capita inferior a R\$ 100,52 (PNUD, 2005). Ver ainda Oliveira e Miranda-Ribeiro (2006).

¹³ De acordo com o Atlas Racial brasileiro 2000, a linha de indigência no Brasil está situada abaixo daqueles que têm a renda per capita inferior a R\$ 49,86 (PNUD, 2005).

africanas e a simbiose cultural advinda de processo de construção de uma identidade afro-brasileira¹⁴ e nacional. A memória afro-brasileira é exposta como um relevo negativo. O passado escravo é apresentado geralmente nos andares de baixo dos museus, que por contraste apontam para o relevo positivo dos prédios coloniais, do ouro e da prata das peças sacras, da movelaria aristocrática e dos modos de viver das elites, das moedas, das peças de artes barrocas e túmulos dos inconfidentes.

Quando expostos, os objetos da dor são ainda identificados pelos observadores com um sentimento de repulsa, de evitação como é o caso da exposição da senzala no porão do Museu Casa dos Contos de Ouro Preto: “uma ambiente pesado, carregado, de sofrimento”, num tipo de ressonâncias patrimoniais¹⁵ ao avesso. É como se a população negra e afrodescendente fossem condenadas a serem materializadas pela dor, demonstrando assim uma incapacidade dos gestores dos museus e políticas patrimoniais de romperem com a inércia dessa representação museal e do imaginário sobre a escravidão. O que tenho observado é que Ouro Preto maximiza esse principio musealizador e de pensamento social ou museal sobre a memória afro-brasileira via escravidão.

A dor, ao ser musealizada, parece querer dizer duas coisas. A primeira delas é que não se pode negar a fatalidade histórica e social da escravidão. Um fato que não se pode colocar debaixo do tapete da história da cidade e do país. Ela está presente o tempo todo na fenotipia da população, no pelourinho da cidade (Praça Tiradentes), nas festas das irmandades de Pretos, nos arquivos dos museus e mesmo que indiretamente pelo fato do Aleijadinho ter tido uma mãe escrava. Esse processo de musealizar parece ser a representação museográfica de algumas categorias do inconsciente coletivo dos gestores da cidade que reificam uma aura de sofrimento narrada pelos habitantes como almas penadas, barulhos de correntes durante a noite, fantasmas, cavaleiro sem cabeça, gritos de dor dos escravos nas senzalas, uma nuvem negra a pairar sobre a cidade, entre outras. “É preciso ter estrutura para se viver nessa cidade” ou “Chico Xavier não conseguiu entrar em Ouro Preto” sentenciaram dois nativos”. Trata-se de um imaginário coletivo

¹⁴ Como apontam, por exemplo, os clássicos trabalhos de Freyre (2005) e Bastide (1980).

¹⁵ Ver Gonçalves (2005).

do sofrimento, alimentado pela escravidão exemplificado pelas narrativas a respeito dos castigos infligidos aos escravos fujões. Mesmo para os de fora, como uma jovem de 30 anos que se casou e veio morar na cidade há dez anos, a experiência da dor se faz presente:

É, eu entrei algumas vezes na igreja de São Francisco de Assis, e para mim foi a mais dolorosa porque eu consigo escutar gritos de morte quando eu entro naquela igreja. Então, é um negócio que eu não sei nem descrever. É uma coisa assim que, eu consigo escutar o sofrimento como se eu visse a pessoa pedindo socorro, levantando o braço e... Eu não sei nem explicar o sentimento (...) É muito triste.

Conecta-se a esse imaginário a dor dos inconfidentes que foram traídos, perseguidos, brutalmente assassinados ou degredados.¹⁶ A potencialização máxima desse fato é a figura do Tiradentes que morou na cidade e que recebeu a honraria juntos com os inconfidentes por meio do Museu da Inconfidência e uma estátua no centro da praça principal da cidade, local onde sua cabeça foi exposta e que recebeu seu nome; local também do antigo pelourinho. Nesse caso específico, a dor passa ser consequência sacrificial (Leach, 1976) por um almejo da liberdade pelos brancos, sobrepondo ao ensejo de liberdade dos escravos punidos severamente no pelourinho. Ao equacionar Tiradentes aos escravos, a empresa colonial colocou no mesmo nível simbólico e territorial àqueles que ousaram romper com o *status quo* vigente. Mas curiosamente, os ideólogos do patrimônio e gestores dos museus e da cidade, não fazem a mesma equação, agora em nome da liberdade. É como se a noção de liberdade de Tiradentes e dos Inconfidentes fosse maior ou mais merecida que a outra, ou seja, mais significativa para os brancos do que para os negros.¹⁷

¹⁶ Nota-se que os inconfidentes foram emoldurados como "desleais traiçoeiros" e mesmo assim a terminologia "inconfidentes" permaneceu. Percebe-se então que a categoria "traição" é ambígua, móvel e depende do lugar da fala, do uso social.

¹⁷ É muito interessante observar o mesmo processo museal da Colonial Williamsburg na Virgínia, EUA, que enfatiza os personagens da Revolução norte-americana como Thomas Jefferson e Washington e seus ideais de liberdade e de construção da nação, mas que sustenta na representação museal a condição de escravos dos africanos. Ver Gable and Handler, 1997 e Lima Filho, 2006).

A outra observação inicial desse processo museal é de que a dor ao ser musealizada, observada, provocaria uma negação da dor de si mesmo (observador), de uma alteridade (os negros) que está colada em nós. Assim um paradoxo se instala: quando musealizada, a memória escrava é da dor e quando observada, a dor é repulsada e um tipo de inércia museal se enraíza. Todavia, a repulsa por essa museografia não rompe a inércia, não conduz a um passo adiante em propor uma saída que da dor/sofrimento leve a outros caminhos que a elimine ou a minimize: a cidadania plena via uma cidadania patrimonial. Em outras palavras, é um mal estar em nossa cultura para lembrar-nos de Freud, ou em nossos processos museais, permeados de ambivalência e ambiguidades inerente à ideologia brasileira da democracia racial (Da Matta, 1978; Souza, 2000), materializando-se, nos lembrando dos nossos traumas de pertencimento e de identidade social.

A Cidade Vista do Morro

Um contraponto etnográfico e museal é a ressignificação do patrimônio do ponto de vista de um dos morros representado pela comunidade do Alto da Cruz e da Irmandade de Nossa Senhora dos Pretos e de Santa Ifigênia. No local se encontra a igreja barroca Nossa Senhora do Rosário e de Santa Ifigênia cuja construção recua no mínimo ao ano de 1762, época da compra do relógio do templo (Mourão, 1986: 109).

A Irmandade de Santa Ifigênia, como é mais conhecida, data de 1719 (Salles, 2002: 186). O que distingue essa Irmandade das demais irmandades de pretos de Ouro Preto¹⁸ é a significação que a sua comunidade tem dado aos elementos africanos e afro-brasileiros presentes no imaginário local/regional e assim como na materialidade das expressões artísticas culturais presentes no seu interior. Pensamento e matéria se convergem, patrimônio imaterial e material que dão um sentido museográfico distinto do que se tem visto e vivido em Ouro Preto a despeito de “novas” museografias que têm reificado as hierarquias e a

¹⁸ De acordo com os dados de Salles (2002:186) em Ouro Preto existem três Irmandades de Pretos, uma de Preto-Crioulo, duas de Pardos, uma de Pretos e Brancos e sete de Brancos.

exclusão, assim como uma menor significância às referências culturais afrodescendentes da cidade, da região e da nação como por exemplo o Museu da Inconfidência e o Museu do Oratório.

A irmandade dos Pretos de Santa Ifigênia, como é mais conhecida, a despeito de uma história de população negra, pobre e de maioria de mulheres, traz elementos de resistência e acomodação. Acomodação por se inserir na rígida estrutura católica colonial e aderindo valores éticos e morais da sociedade local. A comunidade negra do Alto da Cruz delimita um território próprio constituindo uma Irmandade apenas de negros. Não podendo romper definitivamente com o poder da Igreja, uma vez que a própria constituição de uma irmandade era controlada por aquela instituição e pela Coroa portuguesa, a Irmandade, entretanto, mistura, contextos simbólicos africanos (resistência) ao contexto de acomodação colonial e religiosa oficial. A sua origem está relacionada com a construção da igreja de Santa Ifigênia e com a presença mitológica de um rei africano libertador: Chico Rei. Este traz consigo, de acordo com as frequentes narrativas encontradas no bairro, na cidade e na literatura regional sua religiosidade nativa e espírito de liderança para mudar o *status quo* de uma população escrava pobre, dizimada e infeliz. Os relatos mitológicos narram que Ifigênia era uma rainha africana, branca, batizada por São Mateus e que ao se recusar casar com um príncipe prometido é presa em seu castelo que é incendiado pelo noivo preterido. Como milagre, Santa Ifigênia sai ilesa do incêndio e depois se torna negra e passa a evangelizar. A santa teria aparecido para um grupo de escravos que se reuniam todas as noites no alto do morro para chorar a saudade da África ou planejar fugas. Um narrador nativo do lugar, e membro da atual mesa diretora da Irmandade explica:

Numa noite de luar os escravos que foram trazidos lá do sul da África, onde se chama Etiópia. Certo? Então, eles se reuniam aqui nesse centro como se fosse central aqui dessa nave da Igreja. E em noite de luar esses escravos vinham aqui no pé da cruz para trocar suas ideias e conseguir a liberdade ou então como fugir. Numa bela noite, a Santa Ifigênia apareceu pra eles aqui. Então ela apareceu para eles aqui e diz:

- Eu sou Ifigênia, santa e venho acompanhando vocês desde, desde lá

da Núbia. Eu sou princesa da Núbia e eu era princesa da Núbia desde que vocês foram capturados no sul da África; eu acompanhei vocês para o Brasil e estou residindo aqui em Vila Rica; se vocês, então se vocês construírem uma Igreja aqui com meu nome e o nome de Nossa Senhora do Rosário eu vou protegê-los da escravidão, então... mais eu preciso que, eu vou catequizar por esses cinco anos que vocês trouxeram várias crenças da África que a Igreja Católica não aprova então, várias seitas, várias crenças. Certo?.

Quando completou cinco anos ela disse:

- Agora vocês vão escolher uma pessoa, pode ser até um escravo entre vocês pra poder liderar essa construção dessa igreja.

E então, eles escolheram Chico Rei. Esse Chico Rei já havia protegido esses escravos porque, Chico Rei aqui em Vila Rica dedicava-se ao cargo de feitor. Era pra ele tomar conta de escravos, pra eles não fugirem, e aqueles que conseguiam fugir, então, os senhores... o patrão de escravos:

- Vai Chico procurar os escravos que fugiu pra mim.

Então o Chico Rei chegava em altas colinas, altas montanhas alcançavam o escravo e ele falava como escravo:

- Foge, vai embora que eu vou falar com o patrão que eu consegui te encontrar.

Ele defendia os escravos, então os escravos já tinham Chico Rei como líder lá na África, e esse Chico Rei é uma pessoa muito culta, religiosa e muito cheia de sabedoria e também muito inteligente. Ele resolveu então arregaçar as mangas e disse para os escravos... Antes porém, eles venderam essa mina, chama-se mina de Chico Rei com o nome dele a mina já tinha explorado muito ouro. Certo? E chegou num ponto que os senhores, porque eram muitos senhores. né? Então, eles achavam que não tinha mais ouro na mina e queriam passar a perna em Chico Rei e ofereceu pra ele a mina, queria que ele comprasse a mina. Aí Chico Rei foi lá ver a mina viu muito ouro lá na... Claro que ele não ia falar com os senhores: - Eu compro. Comprou a mina e disse para os escravos que tinha muito ouro lá... -Então vocês deixam o cabelo crescer e as unhas das mãos crescer desce lado então ele convidou a confraria Nossa Senhora do Rosário e Santa Ifigênia porque pra poder... ele precisava, ele ia patrocinar todas as obras da igreja ele precisava de

dinheiro porque aí, depois da igreja pronta os escravos iam... congado e depois depositava o ouro que tava no cabelo das índias... tinha uma terceira pia aqui na porta a nossa esquerda depois eu posso mostrar... os irmãos naquela época eram sócios esses irmãos pagavam jóias, e um oitavo de ouro, então ele foi juntando esse ouro e ele contratou, daqui ele ficou sabendo que tinha quatro artistas famosos lá no Rio de Janeiro então ele foi e contratou, Francisco Xavier de Brito, Manuel Rabelo de Sousa o terceiro por nome de... tem o nome dele completo aqui no nosso arquivo. E a capela mor foi toda construída pelo Francisco Xavier de Brito. Manuel Rabelo de Sousa ajudou também. A mina termina... a de Chico Rei termina aqui.

Em sua aparição, a santa pede aos escravos que não fizessem mais feitiçarias e que construísem uma igreja em sua homenagem e que ela os protegeria. Um destes negros teria sido o príncipe africano Chico Rei, que teria comprado a sua própria liberdade e teria administrado sua própria mina de ouro. Chico Rei comprava assim a liberdade de outros escravos e lhes davam amparo social. Mandou construir a igreja que a santa pedira e para isso pedia que negras, chamada pelo nativo de índias, que tinham ouro escondidos nos cabelos e unhas deveriam depositar nas pias de pedra que existem na igreja.

Nota-se um tipo de *bricolage* mitológico e histórico presente nas narrativas nativas. O tempo mitológico é fundido com o tempo histórico e ao mesmo tempo explica a fundação da Irmandade pelo aparecimento da santa num tempo inespecífico “Numa noite de luar...” Nota-se que a confraria existia antes da construção da igreja. A estratégia da acomodação ao sistema vigente colonial é representado primeiro pelo posição ambígua do Chico Rei que era feitor, papel de quem perseguia os escravos fujões mas que nos atos finais da perseguição dava cobertura à liberdade dos escravos e assim ia construindo sua liderança então ritualizada pelo Congado; depois pela necessidade de esperar cinco anos para uma possível conversão e conseqüente proteção da santa. Sem casas, sem amparo e sem status social os escravos passam por um tipo de liminaridade para, ao ganhar a proteção da santa, ganhar também um templo, uma casa, representada pela Igreja, um lugar onde pudessem expressar as suas origens africanas. A casa que não é dos brancos

do Padre Faria, mas dos negros de Santa Ifigênia. A dádiva oferecida ritualmente por uma santa negra que aparece aos negros numa noite bela iluminada pela luz da lua cheia, é materializada pela ação de um escravo negro que sai da condição de cativo para forro, depois para feitor, dono de mina e por último ritualizado como o rei do Congado de Santa Ifigênia. Se a santa traz a “liberdade” religiosa travestida de catolicismo, legitimando a construção do templo junto à sociedade da época pela aparição de uma santa católica, o rei traz a liberdade social, pela compra dos escravos possibilitada pela aquisição de uma mina antes rejeitada pelos brancos. A igreja é construída pelo ouro extraído às escondidas da referida mina que chega até ao templo. A construção da igreja une assim pares cosmológicos inversos, mas complementares, a saber: céu/terra; escravidão/liberdade; rei/princesa; feitiçaria/catolicismo; escravidão/liberdade; homem/mulher; alto/baixo; branco/negro; claro/escuro, em cima/embaixo. O Templo é, pois, o lugar social da memória (Nora, 1984).

As narrativas sobre a princesa santa que se tornara negra, numa versão mitológica e protetora dos moradores do bairro Alto da Cruz e os milagres associados a ela, assim como as narrativas mitológicas sobre Chico Rei ganham notoriedade no imaginário social do grupo. Ao se entrar na igreja barroca vê-se na sua abóbada um papa negro reconhecido nas narrativas como o próprio Chico Rei. Abaixo da imagem da Nossa Senhora do Rosário tem-se a imagem de Santa Ifigênia com uma palma/raio na mão e uma casa na outra. Além disso, nota-se nas laterais centrais da igreja dois altares com duas frentes de madeira trabalhadas com elementos representativos de búzios, tidos como simbologias religiosas afro-brasileiras. Para alguns, se trata de uma gramática religiosa afro-brasileira decifradas por aqueles que partilham os códigos da referida religião. Tanto santa Ifigênia, quanto Chico Rei e os demais santos presentes no templo são por alguns interpretados como orixás afro-brasileiros.

Ligado a essa igreja tem-se um ciclo de festas religiosas como a festa de Santa Ifigênia, Santo Reis, Nossa Senhora do Rosário e a Congada que igualmente trazem elementos de uma religiosidade afro-brasileira costurada num contexto católico altamente repressor nos tempos coloniais. Lembremos do ato sumário do Santo Ofício contra uma negra acusada de curanderia nos arredores de Vila Rica no 1797.

Os ritos (re)atualizam socialmente o mito de origem da irmandade e

uma nova condição social que acompanha as transformações históricas. Portanto a evocação do mito, num exercício de enquadramento da memória (Pollack, 1992: 206) espelhados com os fatos, como na perspectiva interpretativa de Sahlins (1981 e 2003) sobre as realidades míticas e as metáforas históricas, explicam os acontecimentos e a representações culturais para os atores sociais da Irmandade.

O templo é administrado pela Igreja católica, Diocese de Mariana, mas mesmo perdendo parte do controle administrativo do templo, a Irmandade se recusa a perder seu poder simbólico fazendo todo o esforço para reconstituir o que sobrou do acervo arquivístico de peças e de documentos. Um trecho de um registro escrito encontrado no Arquivo Diocesano de Mariano mostra bem o poder econômico que a irmandade tinha:

Relação de objetos que ficaram sob guarda do procurador devido ao ato de posse na Irmandade de Santa Efigênia do Alto da Cruz para os anos 1806/1807: uma banquetta de prata com quatro crucifixo grande e quatro castiçais, quatro varas de prata em bom estado, um turíbulo, novêrta e colher grande de prata, uma custódia grande de prata, uma ambula de prata, uma correta de prata, sete coroas de prata em vários tamanhos, quatorze resplendores de prata de vários tamanhos, duas chaves de prata para o sacramento, duas cruzes de prata pequenas, uma pena de prata, uma colherinha pequena de prata, uma diadema de prata com pedra, dois cálices de prata, um rosário grande de prata, dez tochas novas, 200 velas de cera grandes e pequenas, três tapetes novos um grande e dois pequenos, uma casa na rua São José Nº 33 em Vila Rica, livros e atas, cadernos, talões e papéis de arquivos, livro de inventário, quatro apólices da dívida do estado (um conto de réis) 1:000\$000 n^os 1473, 1472, 1483, 16771, apólices federais n^os 165634, 165635 e 35658 com saldo a favor dessa irmandade de 2:376\$000, quantia de 1:000\$000 réis, três ditas federais de 2:960\$000¹⁹.

(...) por esta apólice de crédito deve o irmão-tesoureiro Guarda-Mor Jose Soares Araujo a quantia 42\$000 contos de réis por empréstimo

¹⁹ Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana-MG. Ata da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário do Alto da Cruz - Vila Rica (1806/1807).

nessa Irmand^o do Rosário dos pretos do Alto da Cruz de Villa Rica a serem restituídos após trinta dias dessa data.data do documento: 20 de fevereiro de 1807 assinada pelo juiz²⁰.

Esse poder simbólico da Irmandade não se restringe à administração do cemitério da Irmandade. Narra-se, por exemplo, o afastamento do pároco da igreja que estava colocando empecilho para os toques dos sinos e foguetes durante o ciclo de festividades da Irmandade (Santos, 2001: 13). Ouvimos também na comunidade como eles se organizaram e não deixaram que o Museu da Inconfidência retirasse um busto colonial no alto da ladeira de Santa Ifigênia para ser incorporado ao acervo da nova museografia do Museu, reinaugurado em 2006. A Irmandade acompanha as obras de restauro da Igreja e tem como projeto resgatar as peças sacras que se encontram na Matriz de Nossa Senhora da Conceição, no bairro do Antonio Dias assim como restaurar documentos do que sobrou do seu arquivo.

Soma-se a isso a proposta de um centro cultural afro-brasileiro na contramão da prática museológica da cidade e do país em representar a escravidão relacionada com a dor, com o sofrimento e com a exclusão como já analisamos. Nesse caso, observa-se uma disputa com o Fórum de Igualdade Racial de Ouro Preto (FIROP), que conduz o projeto em parceria com a prefeitura da cidade junto ao Ministério da Cultura e tem uma proposta clara, de acordo alguns de seus dirigentes, de uma nova prática museal, se negando a expor a escravidão, mas de inspirar-se nas festas como as Congadas e as referências culturais positivadas da herança afro-brasileira. O Museu que já tem um módulo construído ao lado da igreja de Santa Ifigênia, apesar da tensão pela disputa de comando entre a Irmandade e o Fórum de Igualdade Racial de Ouro Preto (FIROP), poderá ser um ser uma nova maneira de contar e fazer a história dos africanos e afro-brasileiros. Essa nova demanda e experiência museal certamente abrirá um novo capítulo sobre a museologia e o patrimônio da cidade de Ouro Preto.

Por fim, nesse processo que articula as noções de acomodação e

²⁰ Fonte: Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana, Pasta: 11, Documento: Livro de receita e despesa da Irmandade do Rosário dos Pretos do Alto da Cruz - Villa Rica (1807), pag. 93. Data da pesquisa: 22/09/2008.

resistência, continuidade e mudança, passado e presente, agrega-se a noção de cidadania racial que passo chamar de cidadania patrimonial. A santa, a cidade, a Irmandade e a igreja de Santa Ifigênia de Ouro Preto são boas pistas para se compreender esse complexo processo de refazer e viver a história dessa região tão importante para se pensar o Brasil e, principalmente, a experiência de cidade e patrimônio local.

Referências Bibliográficas

- BANCO SAFRA. **Museu da Inconfidência**. São Paulo: Banco SAFRA, 1995.
- BASTIDE, Roger. **Presença Africana: Encontro de raças e Civilizações** In: IDEM. **Brasil, Terra de Contrastes**. São Paulo: DIFEL, 1980. p. 184-208.
- BERGARD, Laird. **Slavery and the the demographic and economic history of Minas Gerais. Brazil 1720-1888**. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.
- BOTELHO, R. Tarcisio. "População e Escravidão nas Minas Gerais, 1720" In http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/pdf/2000/Todos/hist1_5.pdf. 2000.
- BOXER, Charles R. **O império colonial português**. Lisboa: Edições Saraiva, 1961.
- BOXER, Charles R. **A Idade de Ouro do Brasil. Dores de Crescimento de uma Sociedade Colonial**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. 2000.
- BURY, John. **Arquitetura e Arte no Brasil Colonial**. (Organizado por Myriam Andrade R. de Oliveira). Brasília: IPHA/Monumenta. 2006.
- CARVALHO, João Eduardo Coin de. Violência e sofrimento social: a resistência feminina na obra de Veena Das. **Saúde soc.** [online]. 2008, vol.17, p. 9-18. Disponível em: www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12902008000300003&lng=en&nrm=iso>. ISSN 0104-1290. Consultado em 10.05.2010.
- DaMATTA, Roberto. **Relativizando, uma introdução a Antropologia Social**. São Paulo: Rocco, 1978.
- FAUSTO, Boris. **História Concisa do Brasil**. São Paulo. Edusp. 2002.
- FREYRE, Gilberto. **Casa Grande e Senzala: Formação da família bra-**

sileira sob o regime da economia patriarcal. Apresentação de Darcy Ribeiro. São Paulo: Global, 2005.

GABLE, Eric & HANDLER, Richard. **The New History in the Old Museum- creating the past at colonial Williamsburg.** London: Durk University Press. 1997.

GONÇALVES, José Reginaldo dos Santos. Autenticidade, Memória e Ideologias Nacionais: o problema dos patrimônios culturais. In: ABREU, R. & CHAGAS, M. (org.). **Memória, Patrimônio e ensaios Contemporâneos.** Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2005.

GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro, PINTO, Fábio Carlos V.; MALAQUIAS, Carlos de Oliveira “Famílias Escravas em Minas Gerais nos inventários e registros de casamentos”, **Varia História**, Belo Horizonte, vol. 23, nº 37: p.184-207, Jan/Jun, 2007.

LEACH, Edmund. **Antropologia e Comunicação.** Lisboa: Edições 70, 1976.

LIMA FILHO, Manuel Ferreira. “Cidades Patrimoniais e Identidades Nacionais: questões antropológicas na perspectiva comparativa entre o Brasil e os Estados Unidos”. In: BEZERRA, M & LIMA FILHO, Manuel Ferreira (org.). **Os Caminhos do Patrimônio no Brasil.** Goiânia: Editora Alternativa. 2006.

MAIA, A. E. dos Santos. **Ouro Preto, Homens, Ideias e Fatos.** Belo Horizonte: Minas Gráfica. 1972.

MELLO e SOUZA, Laura. **Desclassificados do Ouro – a pobreza mineira no século XVIII.** Rio de Janeiro: Edições Graal. 2004.

MOURÃO, Paulo K. Corrêa. **As Igrejas Setecentistas de Minas.** Belo Horizonte: Editora Itatiaia. 1986.

NORA, Pierre. Entre mémoire et histoire: la problématique des lieux. In: NORA, P. (org.). **Les lieux de mémoire.** Paris: Gallimard, 1984, Vol, 1 La République.

OLIVEIRA, Ana Maria H.C. E MIRANDA-RIBEIRO, Paula. “Atlas Racial Brasileiro: contexto, uso e limitações”. In GROSSI, Maria Stela & DWYER, Tom (org.). **Sociologia e Realidade. – pesquisa social no século XXI.** Brasília: UnB, 2006.

QUINTÃO, Antonia Aparecida. **Irmandades Negras: outro espaço de lutas e resistência** (São Paulo: 187- -1890). São Paulo: ANABLUME/FAPESP. 2002. Revista da História da Biblioteca Nacional.

POLLACK, Michael. Memória e Identidade Social. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol5, n. 10. 1992.

RIBEIRO, Darci. Sobre a mestiçagem no Brasil In: SCHWARCZ, Lilia Moritz & QUEIROZ, Renato da Silva (org.). **Raça e Diversidade**. São Paulo: Edusp. 1996.

SAHLINS, Marshall. **Cultura e Razão Prática**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 2003.

SAHLINS, Marshall. **Historical metaphors and mythical realities: structure in the early history of the Sandwich island kingdom**. Ann Arbor: University of Michigan Press, 1981.

SALLES, Fritz Teixeira de. **Associações religiosas no ciclo do ouro**. 2.ed. – São Paulo: Ed. Perspectiva, 2002.

SANTOS, Angelo Oswaldo de Araújo. “A Desmaterialização do Patrimônio”. **Patrimônio Imaterial** 147. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2001

SANTOS, Míriam Sepúlveda dos. “The repressed memory of Brazilian slavery”. **International Journal of Cultural Studies**, 2008; 11: 157-175.

SCARANO, Julita. **Devoção e escravidão: a irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos no Distrito Diamantino no século XVIII**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1975.

SILVA, Laurimar Gomes da. **Irmandade do Rosário dos Pretos de Santa Ifigênia do Alto da Cruz: proposta de gestão de um arquivo em Ouro Preto (MG)**. Dissertação de Mestrado. Universidade Católica de Goiás. 2009.

SOUZA, Marina de Mello. **Reis Negros no Brasil Escravista**. Belo Horizonte: Editora da UMG. 2006.

Site consultados:

PNUD. 2005. http://www.pnud.org.br/publicacoes/atlas_racial/index.php (consulta em 03/05.2010).

<http://portal.iphan.gov.br/portal/montarDetalheConteudo.do?id=12815&sigla=Institucional&retorno=detalheInstitucional> (consulta no dia 03/05/2010).

<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1> (consulta em 18/04/2009).

<http://www.museualeijadinho.com.br/?op=conteudo&id=37&menuId=89>. (consulta em dia 15/04/2010).

<http://www.museualeijadinho.com.br/?op=conteudo&id=64> (consulta no dia 15/04/2010).

<http://www.museudooratorio.com.br/port/museu.asp> (consultado em 15/04/2010).

http://www.ufop.br/index.php?option=com_content&task=view&id=52&Itemid=175

(consulta em 03/05/2010).

Arquivos Consultados:

Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana-MG. Ata da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário do Alto da Cruz - Vila Rica (1806/1807). Data da pesquisa: 22/09/2008.

Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Tribunal do Santo Ofício, Inquisição de Lisboa, proc. 11853. Sumário contra a preta chamada Rita de nação de Minas moradora no lugar de Roberto, comarca de Vila Rica. PT/TT/TSO-IL/028/11853. <http://digitarq.dgarq.gov.pt?ID=2312052> . 1797. (consulta em 03/05/2010).

Arquivo Casa do Pilar. IPHAN . Ouro Preto. O ITAMONTANO. 18 de Outubro de 1851.

Arquivo Casa do Pilar. IPHAN. O ITAMONTANO. Ano 1. Nº 04. 24 de Novembro de 1847.

Recebido em 05 de março de 2010.

Aprovado em 01 de junho de 2010.

RESUMO

Na obra “As esferas” (Volume I, II e III) para uma antologia dos espaços humanos, Sloterdijk em quase 1.350 páginas recria a “novela” da produção de múltiplos espaços: como bolhas, globos e espumas, e se inscreve no projeto de uma ontologia relacional que se pergunta onde é o homem quando está no mundo: para o pensamento antigo, estar-no-mundo equivale a um estar-ampliado-na-mãe, pois esta é sua original incubadora de proteção contra os males externos; no mundo metafísico medieval é um estar-em-Deus; no mundo moderno é um estar-em-uma-subjetividade-pensante; e no mundo contemporâneo e pós-metafísico, o homem estar-lançado-no-mundo, sem sua incubadora imunizante materna ou divina ou pensante. A intenção desse artigo é a investigação de sua concepção de espaço, principalmente, de sua idéia de espaços espumosos.

Palavras-chave: esferas, novela, Nietzsche

* Doutoranda em Sociologia no Núcleo de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais da Universidade Federal de Sergipe, membro do grupo de pesquisa Sociedade, Ciência e Técnica (SOCITEC) e do Laboratório de Estudos Urbanos (LABEURC). Email: edileneleal@gmail.com.

PETER SLOTERDIJK: THE SPACES' NOVEL

ABSTRACT

In the book “The Spheres” (Vol. I, II and III) for an anthology of human spaces”, Sloterdijk recreates on about 1.350 pages the “novel” of the production of multiple spaces: how bubbles, balloons and foam shape the design of a relational ontology that wonders where is the man when being in the world: for the ancient thought, being-in-the-world equivalent to a stand-in-mother-extended, as this is his original incubator for protection from external evils ; in the metaphysical world is a medieval be-in-God in the modern world is a being-in-one-and-thinking subjectivity in the contemporary world and post-metaphysical man be-released-in-world without your mother incubator immunizing or divine or thinking. The intention of this paper is the investigation of his conception of space, especially his idea of foamy spaces.

Keywords: spheres, novel, Nietzsche

I – INÍCIO

Muitos dos espaços habitáveis pelos seres humanos contemporâneos caracterizam-se, fortemente, pela construção de fachadas que bloqueiam a entrada de externos e por um interior confortável, tranqüilo, aberto, onde as tensões constitutivas das relações sociais foram superadas. Essa cena do cotidiano, como diria Michel de Certeau, encontra-se na arquitetura de condomínios luxuosos de casas ou de apartamentos visível em quaisquer grandes cidades atuais quase como franquias reveladoras de desejo e de consumo do espaço globalizado. Nos templos de consumo, como os shoppings centers, hermeticamente cerrados e seguros contra toda exterioridade, construídos para atender às demandas de grupos sociais economicamente dominantes e socialmente engajados nos discursos de negação de sua própria riqueza. Mas também nos espaços lúdicos, com sua atmosfera artificialmente fabricada e suas relações supostamente não-tencionais.

Esses espaços podem ser considerados versões recortadas e reconstituíveis do famoso “Palácio de Cristal” dos ingleses do século XIX do qual nos fala Sloterdijk (2004b), antes Dostoiévski (1824-2000), como metáfora e arquitetura construída pelos modernos para representar seu ideal de espaço que comporta todo seu entorno e que garanta segurança contra as intempéries, os riscos e as tensões externas.

No seu estudo sobre “Esferas” (2009), Sloterdijk revela que o motivo da construção moderna de seus espaços surreais, os palácios de cristal, é a erradicação da penúria e da realidade. Isso significa, em primeiro lugar, que o que caracteriza a história dos seres humanos desde seu vir-a-mundo é o impulso ao elevado ou ao anti-gravitacional; os homens teriam se aprimorado cada vez mais tecnicamente para a conquista de seus espaços e de seus respectivos sistemas de proteção (ou de imunidade) contra as interferências de seu ambiente externo. A gravidade relacionada à pobreza, à dor e às perdas materiais e não materiais, evolutivamente, cedeu à pressão ontológica pelo mimo e pelo luxo.

Em segundo lugar, a vitória do impulso anti-gravitacional significou também a vitória de um sentido de realidade simbolicamente constru-

ída. Isto é, os contemporâneos desprezam o real efetivo através de sua inversão: a conquista de um mundo de luxo e conforto convive com o discurso de recusa dessa mesma realidade segundo o qual caminhamos para a degradação e a miséria. Talvez por isso mesmo esse discurso venha acompanhado da defesa dos ideais mais fundamentais das redes sócio-técnicas da modernidade (Estado racional e economia de mercado): liberdade e igualdade para todos indistintamente (Sloterdijk, 2004a-2009: 606).

Na denúncia desse discurso vitimizante, Sloterdijk (2004a-2009: 597) analisa aspectos importantes das “sociedades de paredes finas”. De um lado, a própria história da ontologia humana é caracterizada, sobretudo, pela tendência ao mimo o que explica o fato de que todos anseiam ser Fausto e conquistar riqueza e bem estar sem a luta sofrida pela sobrevivência: realizar desejos com um passe de mágica do além. A sustentação das sociedades atuais depende dessa farsa de que todos podem ter tudo, ou seja, de que todos podem consumir o que quiserem. Por outro lado, e aí está a ironia desse discurso e seu estandarte, “a muito suportável leveza do ser”¹ somente se atualiza enquanto outros trabalham. Atualmente: “a exploração acostuada do povo por grandes senhores segue a exploração inovadora dos senhores e dos artesãos por seres humanos excepcionais, quer se trate de um sábio, de um artista ou de um conselheiro de empresa” (Sloterdijk, 2004a-2009:596). A condição para que alguns poucos desfrutem do conforto produzido pelas práticas técnicas dos homens ao longo de sua história depende de que uma grande parte fique de fora dela. “Por que quem quer seriamente ajudar aos demais a se converterem em competidores do gozo de bens escassos?” (Sloterdijk, idem: 607).

É nessa medida que os palácios de cristal como grandes viveiros de segurança e mimo estão no mundo para serem desejados por todos, mas não para comportarem essa suposta totalidade. A pergunta é se esses que estão do lado de fora estão de fato passivamente esperando sua vez de entrar.

É respondendo negativamente a essa questão que Sloterdijk elabora

1 Sloterdijk refere-se ironicamente ao livro de Milan Kundera (1984), “A insuportável leveza do ser”.

um diagnóstico do mundo atual segundo o qual a história das lutas dos grupos sociais pelo estado de bem estar chega à contemporaneidade animada pela existência de espaços frágeis, conflituosos e inseguros, ou seja, espumas porosas. A tensão patente entre os privilegiados dos viveiros de cristal e os “perdedores da história” é fortemente motivada pela falsa esperança universalmente divulgada desde os albores da sociedade moderna de que todos podem ter tudo. Isso desencadeou o impulso desinibitório que se encontrava latente entre os perdedores para a conquista do espaço de mimo valendo-se de meios que põem por terra todo o processo civilizatório encaminhado pelos seres humanos desde o começo do seu vir-ao-mundo e estar-no-mundo.

A reconstrução de aspectos importantes dessa tese de Sloterdijk configura o objetivo desse artigo. Para tanto, abordaremos rapidamente o processo de criação das esferas (I, II e III), mas com atenção especial sobre a “Esfera III – Espumas”, volume no qual o autor elabora seu diagnóstico da atualidade. Deve-se destacar as discussões críticas que o autor mantém com Nietzsche e Heidegger para compor o texto sobre as esferas; são críticas exatamente porque não se trata meramente de apropriação de idéias, mas do ato de questionar a validade explicativa de alguns dos conceitos fundamentais dos filósofos alemães e do ato de refazer outros porque assumem sentidos e acentos diversos quando inseridos no movimento de seu próprio pensar.

II – A NOVELA DOS ESPAÇOS

Na obra “As Esferas” (Vol. I, II e III), para uma ontologia dos espaços humanos, Sloterdijk recria, em quase 1.350 páginas, a “novela” da produção de múltiplos espaços: como bolhas, globos e espumas, se inscreve no projeto de uma ontologia relacional que se pergunta onde é o homem quando estar no mundo: para o pensamento antigo estar-no mundo equivale a um estar-ampliado-na-mãe, pois está é sua original incubadora de proteção contra ao perigos exteriores; no mundo metafísico medieval é um estar-em-Deus; no mundo moderno é um estar-em-uma-subjetividade-pensante e no mundo contemporâneo e pós-metafísico o homem estar-lançado-no-mundo, sem sua incubado-

ra imunizante materna ou divina ou pensante (Sloterdijk, 2003: 166). Apenas esse homem conhece o exterior ou o real. Por isso:

Afirmo, pois, que a primeira atividade comum entre os seres humanos não é a casa nem a sexualidade, não é o cuidado das crianças e nem se quer a agricultura, a criação de animais ou a indústria, mas a criação de um espaço de ressonância entre os que têm vida em comum (Idem: 242).

A idéia, por excelência, desse espaço de ressonância que caracteriza toda a história da cultura humana, desde a bolha passando pelo globo até a espuma, é, tanto o fato ontológico fundamental de que os homens criam seus espaços e os criam aperfeiçoando-se técnico-praticamente, quanto o motivo que os anima à aventura da antropotécnica: o impulso até o elevado, o transcendente, o mimo. Dado esse elemento relacional, afirma já de início que seu propósito é a inversão de “Ser e Tempo” de Heidegger com o estudo das esferas já que coloca o acento entre o ser e o mundo e não entre o ser e tempo. Mas mais que isso: recusa a compreensão de Heidegger de que o estar-no-mundo pressupõe uma totalidade, pois é sempre um estar contido em um exterior de algo: “Estamos em uma casa, esta casa está em uma cidade, a cidade está em um país, o país está na Terra, a Terra está em um espaço universal...” (Sloterdijk, 2003: 175). Por isso, esse mundo como totalidade, mas também como individuação (um mundo para cada indivíduo), Sloterdijk (2004a: 2009: 299) substitui por esfera e a expressão ser-no-mundo por vir-ao-mundo, a fim de dotar o ponto de partida fundamental do *Dasein* de um certo dinamismo ou de um certo movimento. Mesmo porque o ser humano é primeiro um estar-fora de sua incubadora originária com o ato do nascimento, para depois ser-em-um-mundo. Essa relação com o mundo não é dado, não é um dado ontologicamente fundante, mas fruto de um constante fazer e refazer sempre com-os-outros, de um devir que não encontra termo em uma aconchegante existência autêntica como queria Heidegger (1927: 1995).

Esse dinamismo do espaço aproxima-se da concepção de Michel de Certeau que, na tentativa de diferenciar espaço de lugar, afirma que este último é estático já que pressupõe posições próprias e bem definidas;

espaço, ao contrário, é o lugar que é praticado pelo convívio humano, por seus signos e sentidos variados, por conseguinte, está em movimento irrefreável. Assim escreve: “(...) ‘o espaço é existencial’ e a existência é espacial” (1990-1994: 202), sua configuração é transformada e reinventada pela experiência com o “fora” ou com o mundo circundante. Nesse sentido, os espaços são produtos da invenção e da criatividade das práticas humanas.

PRIMEIRA ESFERA: BOLHA

Essa novela da produção antropotécnica permite ao leitor acompanhar, mediante sobressaltos, relações, sopros, devires, a criação das esferas e seus sistemas de imunização. Sloterdijk define claramente o que chama de sistema de imunidade: “De tais observações se obtém um conceito de imunidade de rasgos ofensivos, que, partindo do nível bioquímico de sentido, se eleva até uma interpretação antropológica do *modus vivendi* humano como auto-defesa mediante criatividade” (2004a-2009: 192).

Na primeira esfera trata da imersão dos seres humanos no mundo da coexistência, em que a configuração de sua intimidade existe enquanto um nós e não enquanto um “eu” individual; o sentir-se protegido deve-se, em grande parte, a essa proximidade ontológica com o outro. O mundo dos humanos, Sloterdijk aprende com Heidegger, diferentemente do mundo das pedras é um mundo extático, ou seja, mantém-se aberto a co-existência com outros seres humanos.

A micro-esferologia traduz a era da pré-história até a idade média em que a criação de bolhas (grupos sociais como hordas), revela o acento na coletividade como nexos primordial de segurança e proteção. A bolha é uma pequena esfera psico-acústica ou espaço de ressonância capaz de aprender e de se reproduzir pela aprendizagem cujo individual comparece como pólo de ressonância das relações coletivas.

A existência individual e o cosmos estavam tão ontologicamente vinculados que não havia motivo para insegurança: um espaço redondo e uma existência igualmente redonda cujas “alianças por semelhança, participação simbiótica ou de ressonância íntima” davam o tom na com-

preensão do mundo como “asilo” (Sloterdijk & Heinrichs, 2001:2003: 178-9). Esse asilo é fortemente ampliado com a metafísica cristã que introduz a idéia de que todos são privilegiados porque estão incluídos no globo celeste, mundo terreno e mundo celeste são equivalentes, daí o “otimismo” do homem da metafísica clássica com relação ao seu espaço de habitação: está no melhor dos mundos possíveis apenas porque este participa do mundo de Deus, o globo celeste.

SEGUNDA ESFERA: GLOBO

A segunda esfera caracteriza-se pela era da expansão do mundo a partir do século XVI. O espaço das bolhas no qual os seres humanos se sentiam em casa como se estivessem existindo em espaços interiores e em suas ampliações redondas, é superado pelo acontecimento ainda em curso da globalização da terra, iniciado desde as conquistas marítimas de Cristovão Colombo e os questionamentos filosóficos de Copérnico.

Desde que Copérnico revelou o grande segredo por trás da confortável crença dos ocidentais de que tudo, inclusive o Sol, girava em torno do seu mundo com sua teoria do heliocentrismo; seu narcisismo despedaçado teve que buscar motivações para a recuperação de seu lugar privilegiado. Por isso, lançam-se à conquista soberana do mundo até então desconhecido e inexplorado por meio de uma ação desinibida, isto é, os agentes produzem justificativas para sua ação na compreensão de uma subjetividade autônoma e transcendente. Nesse contexto, Sloterdijk parece buscar em Foucault a idéia de que a subjetividade moderna caracteriza-se em suas ambições infinitistas e sua humilhante finitude (2001-2003: 189). Kant é, nesse sentido, um dos mais fecundos motivadores da ação desinibida porque é dele a idéia de que a subjetividade é, simultaneamente, limitada a sua finitude, mas tem autonomia para transcender seus limites empíricos e alcançar a infinitude. A idéia de que as subjetividades autonomamente escolhem a orientação para agir é o que está na base da ação desinibida dos expansionistas europeus que, de maneira geral, acreditou conter único e exclusivamente em si mesmos o direito de ser grande e dominar unilateralmente todo o espaço globalizado.

O principal resultado dessa ofensiva europeia foi a interconexão entre dois grandes acontecimentos: a implementação do sistema mundial (capitalismo e Estado Nação) e a mudança nas estruturas imunitárias. A globalização terrestre significou, em larga medida, a emergência do fenômeno novo e homogêneo da globalização econômica e tecnológica. A ação desinibida da expansão europeia levou aos quatro cantos do mundo o aperfeiçoamento técnico como meio de produzir cada vez mais lucro e consumo capitalista. Para tanto, estava respaldada, politicamente, na constituição de um outro fenômeno igualmente importante, os Estados Nacionais, como redes de defesa dos ideais de liberdade e igualdade para todos.

Do século XVI ao início do século XX, o homem dedica-se ao aprimoramento de suas capacidades técnicas e à domesticação de seus corpos por meio da construção dessas instituições técnico-sociais, a fim de constituir viveiros de proteção contra os perigos externos. A unificação dos espaços em torno da macro-esfera, um só espaço compartilhado por seres humanos dóceis e civilizados, responde à demanda de infinitude do homem moderno (Sloterdijk, 2001-2003:217).

TERCEIRA ESFERA: ESPUMA

Sloterdijk acredita que o século XX inicia o processo de derrocada da modernidade, do globo e do humano construído como um corpo dócil e uma entidade uniforme. A motivação principal para a antropotécnica também não é mais dada por um horizonte espaço-temporal estabilizado, unificado, funcional. Em seu lugar, o humano se auto-constrói como *cyborg* e constrói seu espaço motivado unicamente pelo conforto e pelo luxo. Esse humano se fragmenta, se individualiza, se auto-constitui e se re-constitui em partes diversas e desiguais; o humano-*cyborg* do espaço atual é quase o humano-esquizóide de Deleuze e Guatarri, ambos constroem zonas habitáveis plurais, irregulares, frágeis, móveis, ilhas constituídas auto-referencialmente como espumas, em Sloterdijk, ou como espaços estriados e rizomáticos, em Deleuze e Guatarri (Sloterdijk, 2009: 33). As espumas representam a poliesferologia que marca os tempos atuais.

“São unidades simbióticas conformadoras de mundo”, por isso parecem comunicar-se entre si, mas têm em comum apenas o aprendizado, regras de convivência social, o *habitus*, a cultura. Sloterdijk compara as espumas com os “ocupantes de veículos, que viajam em filas uns atrás de outros: cada grupo de viajantes conforma dentro uma célula ressonante, entre os veículos, sem dúvida, reina o isolamento, e assim é melhor, posto que a comunicação significaria colisão” (Idem: 52).

É compreensível que Sloterdijk retome aqui a teoria dos sistemas de Luhmann. Pois este parte da tese da ontologia pluralista ou da existência de entornos múltiplos dos seres humanos para defender que o que caracteriza a sociedade atual é a auto-constituição de subsistemas sociais mediante operações técnicas de diferenciação com seu mundo ambiente. Cada subsistema é fechado estruturalmente em suas especificidades técnicas e aberto cognitivamente à entrada de informações provenientes do mundo e de outros subsistemas. São ações que acoplam informações (sentidos, regras, códigos, etc) à funcionalidade estrutural dos sistemas, selecionando o que se adequa e excluindo o que não se adequa. Segundo Sloterdijk (2009:198-9), da possibilidade de desacoplamento dos sistemas de seu entorno, geram espaços de liberdade internos que permitem a produção de indeterminação e de desordem no interior do sistema. Nessa situação, surgem as espumas como espaços sobre os quais as normas externas não exercem controle. É nesse sentido que afirma que apenas o ser humano das espumas conhece seu entorno (seu mundo exterior) bem como conhece concretamente a liberdade, entendida como a liberação do funcionar conjuntamente e do discurso da verdade.

Para o autor de “Esferas”, se não se parte dessa compreensão: “O ar da ilha liberta”, se perderá as possibilidades de retomada, sob outros ângulos mais afinados com os novos tempos, do processo de levitação.

Uma vez que compreendemos melhor o caráter construído e insular das zonas habitáveis pelo homem, entendemos de forma mais inteligente os recursos escassos como a simpatia, a iniciativa e a atmosfera. No mundo moderno os homens podem degenerar de uma maneira monstruosa, podem contrair um catarro ontológico incurável ou experimentar a solidão e o desamparo, a depressão e o retiro do sentido, situações para as quais não existem remédios disponíveis.

Sendo conscientes dessa situação, podemos interpretar esta capa de oxigênio que chamamos cultura e onde nós existimos, por um lado, de um modo mais cuidadoso e, por outro, mais técnico do que fazemos em geral. (...) Quem não quer pensar a margem da ilusão do mundo da vida, quem não deseja colocar perguntar técnicas, quem não tem interesse em participar da análise do tipo ‘como é possível um espaço que responda às motivações’, este é, em meu entender, um mero passageiro, um simples consumidor das produções culturais, não um teórico da cultura. Lamentavelmente, a maioria dos professores de filosofia responde ao perfil de passageiro (Sloterdijk, 2001-2003: 214-215).

Para Sloterdijk, portanto, a cultura produzida tecnicamente é a “capa de oxigênio” da qual dispõem os seres humanos para se protegerem das possíveis e insondáveis catástrofes que os ameaçam. O humanismo moderno que orienta a recusa filosófica e científica da compreensão das práticas antropotécnicas dos espaços como processo civilizador e, por isso, necessárias para a sobrevivência desses espaços e de seus moradores, sempre serviu para legitimar as práticas centralistas ou totalizantes dos Estados modernos.

Pois, o que significou o disciplinamento dos corpos e a instalação de panópticos de vigilância dos espaços mono-esféricos da modernidade, referendados pelo humanismo? Senão o aniquilamento da diferença, da liberdade e da pluralidade esferológica? Segundo Sloterdijk:

(...) a idéia segundo a qual o campo social conforma uma totalidade orgânica e está integrado em uma hiperesfera oni-mancunada e oni-inclusiva; não significa outra coisa do que a propaganda autoplástica dos impérios e das ficções-reino-de-Deus desde tempos imemoriais. (...) ‘sociedade’ não designa nem (como no nacionalismo violento) um receptáculo mono-esférico que inclui uma população inumerável de indivíduos e famílias sob o nome político essencial ou um fantasma constitutivo (2009: 49).

De forma chocante, como lhe é própria, chama Hitler de filósofo clássico porque ambos anseiam pela totalidade, pela identidade imutável e pela unidade.

Filósofos clássicos e humanistas se aliam às práticas liberais dos Estados modernos que faz muito deixaram de basear-se na função de constituir consensos para requererem para si a função de redistribuição das riquezas e de acesso ao conforto. O Estado de Bem-Estar Social providencia, prioritariamente, a “democratização do luxo” (Sloterdijk, 2009: 600; 2004: 22), isto é, acentua o desejo do homem pelo luxo que o caracteriza desde sua chegada a terra. O que é inaudito nesse momento moderno é tão somente a tentativa paradoxal de horizontalizar esse processo, de pressupor que todos podem tornar-se mimados, confortáveis e luxuosamente refinados.

Compreende-se por que Fausto e Mefistófeles, personagens de Goethe, tornaram-se as figuras fundamentais da modernidade: o primeiro é aquele que alcança o *topos* de luxo sem a caminhada tortuosa do trabalho, o segundo oferece os meios técnicos mesmo que “técnico-diabólicos” necessários para o “novo homem” como Fausto realizar seu desejo. Com isso, Sloterdijk deixa entrever como a corrida moderna para a realização supostamente horizontal do desejo de luxo implicou em uma reflexão metamoral sobre os fatos morais; o que para a moralidade anterior ao século XX era considerado pecado mortal neutraliza-se em fator de produção e consumo: desejar o supérfluo, o inessencial, os bens mundanos.

A modernidade, em todas suas esferas de atuação, promoveu uma reviravolta, e segundo Sloterdijk negativa, do processo civilizatório, aqui entendido em termos de levitação ou cultivo da diferença: elevar-se para longe da maioria. Sua força encontra-se na pedagogia inibitória dos desejos que educava as pessoas a negarem a possibilidade de realização de seus desejos. A possibilidade de configurar *Kultur* é condicionada pelo controle das paixões mundanas em favor do cultivo em alto grau das artes e das ciências. A cultura se mistura à prática moral porque é esta que justifica a recusa à satisfação plena das vontades individuais pela prática de valores sublimes como honra social e cultivo de si mesmo. A marca caracterizadora desse processo cultural é o cultivo da diferença e da distinção. Norbert Elias já havia constatado que a inibição dos afetos produzira, historicamente, um *habitus* social no qual se reconhecia a tensão entre o superior e o inferior, o elevado e o vulgar.

O processo civilizatório operado pela modernidade através da con-

quista de meios técnicos, de políticas de bem-estar-social e de princípios de igualitarismos e de liberdades individuais, pressupõe exatamente que o vertical se curve diante do horizontal, que o elevado esteja ao alcance de todos. O céu dos modernos desce até a crosta terrestre e constrói espaços intra-mundanos como espaços de transcendência. Esse caminhar do processo de levitação que se horizontaliza faz emergir discursos vitimizantes segundo os quais caminhamos para a pobreza e a decadência generalizada. Inclusive entre os conservadores que se supunha uma compreensão mais adequada desse processo, lamenta Sloterdijk, assistimos às defesas comoventes dos discursos da gravidade. Para ele, ser conservador significa:

(...) contar seguramente de que nunca pode tornar-se opinião dominante. (...) É conservador quem se nega a acreditar que o bom e o nobre estejam ligados ao lugar e a repetibilidade; para o vulgar bastam, pelo contrário, o princípio da maioria e a repetição mecânica. (...) Se o *main-stream* otimista fala da melhoria constante das condições de vida, o conservador revela o contrário (2009: 513-514).

Diante do mundo moderno simétrico, Gehlen, dentre outros heróis do conservadorismo moderno (Schmitt e Heidegger²), comportaram-se como pensadores sérios e aborrecidos com um tempo e um espaço que perderam o tom e o compasso da era pré-guerras mundiais. Se não é mais como antes, tudo perde sentido e valor elevados. Sloterdijk elabora uma cuidadosa análise dos aspectos do pensamento desses importantes teóricos do século XX nos quais o homem aparece ontologicamente caracterizado entre a carga e a descarga, entre a carência e a plenitude. No caso de Gehlen, o ser humano é primordialmente uma criatura de carências: organicamente pobre de recursos, dependente de proteção, predisposto a autodestruição e ao desmedido; apenas imerso na cultura pôde escapar desses limites, constituindo-se de capacidades criativas de autodeterminação. Partindo dessa tematização, Gehlen constrói uma das mais fecundas análises do processo histórico de refinamento e de

² Deve-se considerar que Heidegger é hoje mais uma referência para os pós-modernos do que para qualquer outra corrente de pensamento.

descarga do ser humano. Descarga é um mecanismo de proteção contra a disposição ontológica do homem para o excesso e o gasto desmesurado de energia. Pode-se dizer que leis, proibições, controles simbólicos foram criados para conter esse animal desmedido que sempre deseja alcançar o mais elevado. Nesse processo de disciplina civilizatória, o “conservador de vanguarda”, segundo Sloterdijk, destaca que uns têm maior predisposição para a prática ascética da elevação, por isso sabem lidar melhor com a energia criativa da descarga sem serem sugados pelo excesso. Enquanto que outros tantos menos afeitos a ascese devem dedicar-se a realização das atividades objetivas e técnicas da cultura. Todavia, as condições sócio-culturais da modernidade imprimiram desejos de realizações igualitárias, ilusões de que todos podem perseguir a descarga de energia desmedida. Com isso, nega a prática civilizatória de administração das energias humanas de carência e de excesso, para sugerir a implantação de um sistema de imunidade contra qualquer sorte de “infecções da psique”: com a prática psicológica da rotina e antropológico-cultural das instituições controladoras.

Segundo Sloterdijk, Gehlen escolheu a via da carência e da seriedade: diante da descoberta de que o ser humano é capaz de ações superiores e simbolicamente ambiciosas, inverte os termos da sua própria antropologia quando começa ver com negatividade a predisposição humana ao mais elevado. Como um “adulto” sério não conseguiu compreender que a dispersão, a ligeireza, a fluidez, a singularidade que caracterizam o ser humano atual podem ser ricos que seus ideais de rotina, disciplina e compleição.

Por analogia com isso, deveriam ter tido mais clareza que a ligeireza é toda uma dimensão mais rica que a seriedade, a indecisão que a decisão, e, finalmente, por tocar o núcleo mais quente da atualidade: que a falta de compromisso abarca um campo mais complexo de situações, tomadas de posições e oportunidades existenciais que o compromisso (Sloterdijk, 2009: 548).

Pode-se dizer que Sloterdijk é um pensador que acredita na possibilidade de retomada do processo civilizatório vertical como cultivo das capacidades essenciais humanas. Mas sem a carga, as preocupações,

o tédio e o masoquismo que caracterizam esses pensadores. Sloterdijk retoma, dando acentos próprios, o humor e a leveza de Nietzsche. Sem culpa, afirma com Nietzsche que a elevação é para poucos, que apenas os que vencem a luta incessante pelo controle do mimo e da riqueza podem ter acesso pleno aos seus bens superiores. O fato de que a modernidade se caracterizou pela expansão do mimo, mais exatamente pelos discursos de democratização do mimo, não significa dizer que os seres humanos estão livres dessa tensão constitutiva: vencidos e vencedores são os oponentes da guerra pelo controle dos espaços e dos produtos. Todos são muitos, e os bens são escassos; os produtos não comportam o volume da demanda.

Esse Sloterdijk é o mesmo que empreende a crítica da razão cínica dos modernos segundo a qual estes justificam o uso de qualquer meio e de qualquer fim como bom a priori apenas porque mantém afinidade com a verdade. A vontade de verdade e a vontade de poder se aliam na maneira como os poderes esclarecidos pensam o Estado, a sexualidade, a religião, as armas, a técnica e a ciência. Como alternativa ao cinismo esclarecido, Sloterdijk reconfigura a relação entre saber e poder a partir do movimento de “impulso quínico” que se apresenta sob a forma de um humor insolente e corrosivo da verdade. O quínico imita a atitude do “homem gato” Diógenes de Laércio que andava com uma lamparina em plena luz do dia buscando a verdade, sempre instintivo, anti-reflexivo, anti-idealista, anti-teórico; investido de uma *Aufklärung* jovial e desembaraçada de qualquer teleologia e fundamentos últimos.

Também nas “Esferas” pretende desvendar o que estar por trás do mais importante paradoxo moderno: o engajamento na luta pelo reconhecimento do outro implica em ter esse outro como “companheiro e rival”, já que se trata de abrir-lhe o campo de acesso ao mimo que já lhe foi liberado. Isso acontece porque a conquista moderna do luxo vem acompanhada pelo forte embasamento de uma moral de cunho liberal-cristão que dita o texto dos discursos dos atores do sistema de bem estar: valores como justiça, generosidade e liberdade somente têm sentido como, respectivamente, acesso de todos ao sistema de conforto, ressentimento com as desigualdades na repartição das vantagens do mimo e assentimento ao egoísmo do outro. Essa suposta “justiça infinita” demanda uma situação impossível de luxo interminável. Com

isso, apenas se tenta encobrir, primeiro, o conflito entre os já agraciados com o mimo e os pretendentes a este; segundo, a confirmação e aumento da posse dos que já alcançaram o topo do sistema de bem estar. Sloterdijk escreve:

Enquanto os atores do sistema se identificam com seus papéis e criam em seus textos, não têm perspectiva global alguma sobre o viveiro de bem estar e as bases de seu funcionamento. De suas autodescrições, há que destacar, naturalmente, expressões como mimo, aligeiramento, luxo e descarga: a semântica dominante as ofusca mediante fórmulas como liberdade, segurança e reconhecimento. De fato, o que é importante para os indivíduos que estão no umbral acima do sistema de bem estar é seu próprio *empowerment*; o segundo passo da emancipação reafirma reivindicações a participar no fluxo do conforto. Porém, quando os habitantes do viveiro da sobreabundância convertem em uma segunda natureza a docilidade às fantasias da carência, não se percebe facilmente de que modo haveriam de levar a cabo, por sua própria vontade, a mudança de perspectiva. Se a teoria [convertida] em meio da vida é sempre o improvável, a teoria do mimo nos mimados é o mais improvável (2009: 609).

Para dar conta desse paradoxo e da situação de improbabilidade dele decorrente, os indivíduos criam uma forma de ver e de experimentar a realidade a partir da “extrapolação e do estranhamento estético”. Isto é, a sociedade atual é constituída pela criação de amplos, climatizados e luxuosos espaços-espumosos envolventes que o visitante, a princípio, sabe que é diferente do “normal-real”. Mas depois são rapidamente atraídos pela visibilidade do conforto de suas instalações. Entram como visitantes, mas se tornam habitantes que compartilham desejos em comum, assimiláveis assim que se encantam por eles, os consomem e os realizam estético-artificialmente. Para Sloterdijk, todos são ou artistas ou consumidores de arte nas espumas subculturais. “O que é ‘o capitalismo’, ‘o Ocidente’ ou ‘o mundo de bem estar’ se experimenta visitando, por exemplo, a *Clínica dos Sonhos* de Ilya Kabakow; uma estadia em Eurodisney (...) (Idem: 616).

Tal como os modernos visitaram e experimentaram o “Palácio de

Cristal”. Para Sloterdijk, os sistemas de imunização de fins da modernidade e da sociedade atual mantêm uma relação indissociável entre o universalismo global e os espaços de paredes transparentes. Isto é, a colonização do mundo mediada pela expansão do conhecimento aos mais variados e longínquos lugares do mundo e pela pressuposição de que o progresso técnico-econômico é universal e igual para todos, corresponde à imagem da construção de “palácios de cristal” como viveiros de proteção que não se furta ao desejo e a ilusão de que todos podem neles ser incluídos.

Essa metáfora “palácio de cristal”, emprestada de “Memórias do Subsolo (1864-2000)” de Dostoiévski, referindo-se ao suntuoso espaço de “Exposição Universal de Londres”, construído em 1851, guarda exatamente o mesmo sentido original. Isto é, um imenso espaço com interior climatizado ou seu ar ambiente artificialmente produzido, conforto e segurança igualmente repartidos e a “eterna primavera do consenso” (Palácio de Cristal) regendo a vida comunitária de vidro.

Segundo Sloterdijk, Walter Benjamim perdeu momentaneamente “sua admirável capacidade fisionômica” quando viu o palácio de cristal londrino como apenas a versão ampliada de uma paisagem representativa do capitalismo moderno. Não percebeu, com Dostoiévski, que sua estrutura arquitetônica permitia (pois ele já foi implodido em 1991) uma visão integral do capitalismo como nenhum outro emblema de suas ambições visuais. Nenhuma paisagem de Paris ou descrição da conduta de seus passantes ou suas figuras típicas comporta tanta riqueza metafórica e visual para entender os viveiros de proteção das sociedades atuais quanto o palácio de cristal.

Isso explica o aparecimento de outras construções suntuosas, construídas nos mais diversos lugares do mundo (China, Japão, Itália, Espanha, EUA) com cristal ou materiais substitutos do cristal como “polietileno, plástico e PVC” para garantir a permeabilidade da luz e dotar o espaço da transparência necessária para ser visto, visitado e desejado. É um espaço fechado, mas aparentemente ao alcance de todos. Também são assim os modelos arquitetônicos do século XXI, que Sloterdijk chama de ilhas absolutas, espumas, estações orbitais, verdadeiros viveiros de proteção cuja fusão do exterior no interior, caracteriza os tipos de zonas habitáveis atuais. Essas espumas: “centros comerciais,

recintos de festas, estádios, espaços lúdicos cobertos, estações orbitais e gated communities” (2004b: 13). Também são assim os mais modernos condomínios fechados de casas e apartamentos nos quais o conforto e luxo são tão visíveis que parecem sob a luz do tangível, qualquer um se desejar poderia a princípio habitar seu espaço, pelo menos assim propagandeia o capitalismo globalizado de hoje.

A transparência dos espaços revela muito do tipo de ser humano e ser-no-mundo que habita essas ilhas espumosas. Por um lado, uma atitude voyeurista; por outro, um “tédio normativo generalizado”. Heidegger já havia dito, e Sloterdijk sabe-o bem, que o mundo moderno é o mundo das imagens, o ser-no-mundo absorve a realidade desde suas condições artificialmente estudadas. E essa absorção é feita a partir de uma atitude entediada com o mundo em que diante da vitória ou da realização sobrevém necessariamente o tédio com o realizado. Schopenhauer advertira para o sofrimento ontológico decorrente da realização da vontade segundo um ciclo sem fim: a ansiedade de uma vontade por realizar, a realização consumada e o tédio aterrador que se demora até que sobrevenha uma nova vontade.

O que torna possível o entediar-se atual é a conquista do mimo. Apenas porque a modernidade cumpriu sua promessa de uma maior democratização do luxo é que é possível um maior número experimentar o tédio da existência antigraavitacional: poder experimentar o estado de vigília enquanto estado ausente de tensões é privilégio recente. Do ser-no-mundo como aquele que tem tempo livre porque goza do privilégio da conquista do luxo e porque goza da “tranquilidade, vazio, simplificação e sentimentos autênticos” num continuum de paz, resulta na imersão do ser humano na morbidez e na epidemia do negativismo. Segundo Sloterdijk:

As culturas do ressentimento são possíveis, e prosperam como nunca, porque pelo encontro da frustração e tempo livre existe muita atenção concentrada em guardar rancor pelas humilhações; os cuidados sempre em vigília dos intelectuais produzem inquisições incessantes mudam contra as ofensas do êxito. Resta a dúvida de que essas formas de luxo redundam em proveito da cultura total, seja lá isso o que for. Desde o ponto de vista otimista, pode observar-se como o ressen-

mento estimula o metabolismo da agressão mediante fantasias de humilhação ricas em material maduro (2009: 636).

Sloterdijk revela-se um otimista confesso, pois não somente no grande ensaio sobre “As Esferas”, mas também em ensaios menores como “O Desprezo das Massas”, “Regras para o Parque Humano” e outros, mostra-se decidido a desvendar o que está por trás dos discursos vitimistas de conservadores e revolucionários bem como de humanistas propagadores da domesticação do ser (inibição dos desejos). Talvez antes de ser um otimista ele seja, como ele próprio se autodenominava, um “toxicômano voluntário” da realidade. O proceder metodológico da imersão toxicológica na realidade permite-o “experimentar o excesso e o terror de seu próprio tempo” a fim de melhor diagnosticá-lo.

Finalmente, diante da pergunta: “Onde estamos quando somos no mundo atual”? Sloterdijk responde que estamos em “espaços encantados, que gozam de uma imunidade imaginária e de uma comunidade de essência e de eleição, magicamente generalizada” (Sloterdijk, 2009:49); nos quais se anunciam:

A práxis do terrorismo, a concepção de design do produto e as idéias do meio ambiente. Com o primeiro, se estabeleceram as interações entre inimigos sobre fundamentos pós-militares; com o segundo, o funcionalismo conseguiu reincorporar-se ao mundo da percepção; com o terceiro, os fenômenos da vida e do conhecimento se vincularam entre si a uma profundidade desconhecida até então (2009: 75).

Esses acontecimentos demonstram o quão frágeis, fugidias, fluídas são os espaços humanos e seus sistemas de proteção atuais, pois a evolução técnico-científica do conhecimento humano dotou a guerra do terror de armas que atentam não sobre o corpo das pessoas, mas sobre o clima e atmosfera da existência humana. A guerra desde o século passado transmutou-se em guerra de gás cuja produção de viveiros tecnicamente aprimorados de luxo e conforto como as ilhas absolutas escondem apenas a tensão gestada e ampliada na atual situação de desinibição e violência descontrolada. Os perdedores da história da luta entre grupos sociais pelo controle do bem estar, habitam o outro lado

do Ocidente, avisa o autor, e se encontram nas melhores circunstâncias para se tornarem vencedores:

Os invasores podem ocupar, sem esforço algum, o sistema nervoso dos moradores do palácio de cristal porque estes, condicionados pelo tédio que reina no palácio, aguardam notícias do exterior; os programas gerados pela paranóia, desprovido de trabalho, se afanam por causar êxtase por qualquer indício de aparição do inimigo (2004:18).

Diante disso, Sloterdijk não é tomado pelo niilismo pessimista que ronda o pensamento atual. Acredita que “se a Europa despertar” do seu sonho de paz e mimo para todos e se seus intelectuais e cientistas encararem a antropotécnica como a principal característica da história do ser humano na terra, podem retomar o controle do processo civilizatório. Mesmo que para isso retome a longa e violenta era em que protagonizou a guerra desinibida pela conquista do mundo de bem-estar.

Referências bibliográficas:

- BENJAMIN, W. Charles Baudelaire: um lírico no auge do capitalismo. In: *Obras Escolhidas III*. Brasília: Brasiliense, 1989.
- CERTEAU, M. *A Invenção do Cotidiano*. Rio de Janeiro: Vozes, 1994.
- DOSTOIÉVSKI, F. *Memórias do subsolo*. São Paulo: Editora 34, 2000.
- DELEUZE, G. & GUATARRI, F. *Mil Platôs*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1995, vol. 2.
- ELIAS, N. *O processo civilizador*. Rio de Janeiro: Zahar, 1994, (2 vol.).
- ELIAS, N. *Os Alemães*. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.
- FOUCAULT, M. *Les mots e les choses*. Paris: Gallimard, 1966.
- HEIDEGGER, M. *Ser e Tempo*. Rio de Janeiro: Vozes, 1989 (2 vol.).
- LUHMANN, N. *Sistemas Sociais: lineamentos para uma teoria general*. Barcelona: Anthropos, 1998.
- NIETZSCHE, F. *Assim Falava Zaratustra*. Lisboa: Editorial Presença, 1972.

NIETZSCHE, F. *Além do bem e do mal: prelúdio a uma filosofia do futuro*. São Paulo: Companhia das letras, 1992.

SCHOPENHAUER, A. *O Mundo como Vontade e Representação*. Porto: Editora Rés, 1989.

SLOTERDIJK, P. *Esferas II*. Madrid: Siruela, 2003.

SLOTERDIJK, P. *Esferas III*. Madrid: Siruela, 2009.

SLOTERDIJK, P. *Crítica de la Razón Cínica*. Madrid: Taurus, 1989.

SLOTERDIJK, P. *Palácio de Cristal: Conferência*. Madrid: Siruela, 2004b.

SLOTERDIJK, P. *Regras para o Parque Humano*. São Paulo: Estação Liberdade, 2000.

SLOTERDIJK, P. *O desprezo das massas: ensaio sobre lutas culturais na sociedade moderna*. São Paulo: Estação Liberdade, 2002.

SLOTERDIJK, P. *Se a Europa despertar*. São Paulo: Estação Liberdade, 2002.

SLOTERDIJK, P. & HEINRICHS, Hans-Jürgen. (2001) *El Sol y la Muerte*. Madrid: Siruela, 2004.

Recebido em 05 de março de 2010.

Aprovado em 01 de junho de 2010.

ANTINOMIAS DE UMA
COMPARAÇÃO:
NOTAS SOBRE UMA
VIDA URBANA E CENA
TEATRAL*

Rogério Proença Leite**

RESUMO

Este artigo aborda dois aspectos da relação entre a sociologia da cidade e a arte cênica: em que medida podemos de fato falar de uma “teatralização” da vida cotidiana no contexto atual da cultura urbana contemporânea; em que medida as cidades contemporâneas podem ser consideradas cenários da vida pública, no sentido de espaços cenográficos construídos para a estetização das sociabilidades.

Palavras-Chaves: Cidade, Teatro, Vida Cotidiana.

* Uma primeira versão desse artigo foi apresentada no Seminário Internacional “As Representações da Cidade entre o Espetáculo e a Cena teatral Contemporânea Luso-Brasileira”, em Julho de 2009, na Universidade de Coimbra.

** Doutor em Ciências Sociais (Unicamp), Professor e Pesquisador da Universidade Federal de Sergipe, Pesquisador do CNPq/Brasil. Email: rproleite@gmail.com.

ANTINOMIES OF A COMPARISON: NOTES ON URBAN LIFE AND THEATER SCENE

ABSTRACT

This article discusses two aspects of the relationship between the urban sociology and scenic art: to what extent can we really speak of a “dramatization” of everyday life in the present context of contemporary urban culture, the extent to which contemporary cities can be considered scenarios public life, to scenic spaces built for the aesthetics of sociability.

Keywords: City, Theater, Everyday Life.

A teoria social, sobretudo as teorias sociológicas e antropológicas, está repleta de referências à vida social como encenação ou atuação cênica. O uso do termo “ator social” é recorrente: exprime uma perspectiva analítica que entende ser a sociedade e a vida cotidiana uma espécie de grande teatro ritualístico, no sentido específico de reter características próprias das artes cênicas, tais como papel social, cenário e roteiro. Em linhas gerais, essas abordagens utilizam a analogia para associar 1) a ação social como assimilação de condutas esperadas, na forma da interiorização de normas e valores típicos de certos papéis sociais; 2) o espaço social no qual se desenvolvem as condutas como pano de fundo ou cenário da vida cotidiana; 3) a ênfase na existências de certas estruturas externas aos atores que determinam suas condutas, mediante constrangimentos diversos, que limitam, circunscrevem e orientam condutas específicas e adequadas, como um roteiro pré-escrito.

Nessa direção, gostaria de abordar aqui dois aspectos básicos dessa discussão, situada na interface entre a sociologia da cidade e a arte cênica: 1) em que medida podemos de fato falar de uma “teatralização” da vida cotidiana no contexto atual da cultura urbana contemporânea; 2) em que medida as cidades contemporâneas podem ser consideradas cenários da vida pública, no sentido de espaços cenográficos construídos para a estetização das sociabilidades.

A teatralização da vida cotidiana

Para além da óbvia analogia feita pela Teoria dos Sistemas que estabelece um paralelo entre ação social e representação de papéis sociais estruturalmente dados, gostaria de adentra um pouco mais no delineamento dessa analogia, considerando muito brevemente algumas perspectivas sociológicas que tratam de um aspecto central dessa similaridade. Grosso modo, a analogia tem como suporte a idéia de uma atuação na vida cotidiana marcada por certas expectativas regulares de conduta. Em outras palavras, sempre que a sociologia se refere à teatralização do viver em sociedade, ela se refere, mediante diferentes pontos de vista, a condutas que são recursivas exatamente por serem *rotinizadas* por certos condicionantes da ação, sejam eles de caráter objetivista (estruturalmente externa ao ator) ou subjetivista (inerente às decisões relativamente autônomas do ator social). Em ambas as perspectivas estão presentes a idéia de *atuação*, seja pelos constrangimentos estruturais que informam modos de agir, seja pelas subjetividades que norteiam e motivam as escolhas de como atuar em contextos específicos.

Nestas abordagens, a noção de atuação ou de representação do ator social se assemelha à concepção de Stanislavski (1986) sobre a construção da personagem como uma interiorização plena de realismo, de modo que personagem e ator tornam-se uma só pessoa. Essa mesma concepção paira em muitas abordagens da sociologia que entende dever as normas e valores ser interiorizados pelos indivíduos em seus processos de socialização, a ponto do peso da obrigatoriedade da atuação não se faz sentir. Obviamente, nem toda abordagem sociológica endossa tal idéia, extravagante sobretudo para a sociologia contemporânea, tão avessa às identidades centradas em sujeitos bem definidos.

Contudo, a idéia de teatralidade da vida remete o debate à necessidade de serem detectadas formas de regularidades sociais que assegurem aquilo que Anthony Giddens (1989) chamou de senso de confiança ou segurança ontológica na vida em sociedade. A idéia é simples: no curso da vida cotidiana, há de existir aspectos recursivos que garantam o mínimo de previsibilidade das ações, para que os atores possam interagir com estabilidade. Na hipótese da não existência dessas regularidades,

a vida em sociedade seria equivalente a uma cena sem roteiro e atores sem personagens ou desconhecendo os demais personagens com os quais necessita interagir. Parece claro que se essa perspectiva retém um certo grau de conservadorismo analítico, por entender que as ações devam ser sempre previsíveis, também parece correto que o teatro que ela toma como analogia é um teatro igualmente tradicional, típico da estética realista e naturalista, com o palco à italiana e a quarta parede a delimitar firmemente o espaço da atuação, com todo o ilusionismo que faz a atuação pretender um realismo mais real do que a realidade.

A teatralização da vida em sociedade atinge em cheio a vida cotidiana justamente porque é nessa dimensão mais imediata das sociabilidades lúdicas, às quais se refere Simmel (2006), ou das interações sociais conflitivas onde se manifestam as diversas formas de atuação social. Não sem exagero afirma Michel Maffesoli que “[...] todos os aspectos da existência social estão marcados pelo selo teatral” (2001:1770). Mesmo considerando que essa teatralidade comporta elementos dissonantes da vida urbana, Maffesoli reafirma a função que a ação do teatro social, simbólica e ritualmente elaborada, tem para a recursividade e estabilidade da vida em sociedade. A idéia de ritual para a sociologia ou para a antropologia reforça a analogia entre teatro e vida social, na medida em que os processos rituais são, em geral, formas esteticamente elaboradas de representação, celebração, comemoração ou lamentação que se manifestam mediante uma espécie litúrgica social, com forte carga simbólica e significativo aparato cênico, incluindo figurinos específicos (indumentárias sociais), cenários elaborados especialmente para esses fins, dentre outros aspectos que permitiriam alargar a analogia entre ritual e teatralidade. Mesmo na vida cotidiana e rotineira, como assinala José Machado Pais, ocorre certa perenidade ritual: “É certo que, considerado do ponto de vista da sua regularidade, normatividade e repetitividade, o quotidiano manifesta-se como um campo de ritualidades” (2007: 30).

Nesse ponto, não há como não nos referimos ao antropólogo Clifford Geertz, que em seu estudo sobre o *Negara*, o Estado-Teatro balinês, explica como um ritual público, repleto de aspectos teatrais e esplendor litúrgico, tinha forte função simbólica para reafirmar o poder político, as hierarquias e a estrutura social do Estado balinês como um todo,

configurando a ação política como ação simbólica: “Os rituais reais [...] levavam à cena, e sob a forma de cortejo, os principais temas do pensamento político balinês: o centro é exemplar, o status é o terreno do poder, a arte de governar é uma arte teatral” (Geertz, 1991: 152).

Outra referência clássica e central na teoria antropológica que associa ritos e vida social encontra-se na análise e etnografias sobre a sociedade *Ndembu* de Victor Turner. Ao se referir à função politicamente integrativa do ritual, Turner pretende destacar a sua eficácia simbólica, em contextos específicos nos quais surgem “*dramas sociais*” decorrentes de situações e conflito na sociedade *Ndembu*. Os ritos, como sistema de valores (Turner, 1968), operam como uma dramatização pública dos direitos, obrigações e do contexto social de um *status*, reforçando sentimentos tribais (Turner, 1957). Turner ressalta que tenta localizar a realidade como texto em um “*contexto de performance*”. Cada *drama* retém uma significação própria que somente pode ser compreendida em seu contexto específico: o que os *dramas* têm em comum é a sua própria *processualidade* que evidencia conflitos e permite que, *performativamente*, tenham alguma forma de solução, mediada por uma interação simbólica.

O efeito catártico da representação teatral, sobre o qual Aristóteles se referia ao analisar as funções dramáticas das tragédias gregas, parece permanecer em muitas dessas analogias entre teatro e sociedade, feitas pela teoria social. Essas ritualidades muitas vezes cumprem essa função catártica, seja para reafirmar normas sociais, seja para permitir a sua subversão. Georg Simmel, ao conceituar *sociabilidade* como uma forma de interação lúdica que colocaria em suspensão as rígidas demarcações dos diferentes *status* sociais, reforça esse segundo caráter da analogia: numa espécie de jogo de faz-de-conta, a sociabilidade significaria uma suspensão temporária e deliberada das tensões e diferenças sociais, em favor de um tipo de interação marcada por uma suposta igualdade:

É certamente o homem mais sério que colhe da sociabilidade um sentimento de libertação e alívio. Porque ele desfruta, como numa representação teatral, de uma concentração e de uma troca de efeitos que representam, sublimadas, todas as tarefas e toda a seriedade da vida (Simmel, 2006: 82).

Embora Simmel utilize o termo teatral, vale destacar que sua pers-

pectiva não reduz as condutas que constituem as sociabilidades em algo pré-determinado por papéis sociais. Neste caso, predomina tão somente a idéia de que o agir é um jogo de cena, mas com personagens flexíveis e *scripts* delineados.

O sociólogo americano Talcott Parsons (1967) foi talvez o mais influente teórico moderno das regularidades sociais e de uma teoria dos papéis sociais. Sua teoria dos subsistemas sociais da ação é conhecida pela ênfase que deu à necessidade explicativa da integração social. Mas era no nível do subsistema cultural – ponto mais alto no seu esquema analítico, que residia a função mais importante: a de manter os padrões (*patter maintenance*) socialmente compartilhados que dariam sustentação aos sistemas de integração social. Dessa feita, era no compartilhamento dos valores culturais cotidianos que as regularidades sociais seriam justificadas para o subsistema responsável pela integração social. A teoria de Parsons é, sobretudo, uma teoria da ação social e, nesse sentido, guarda analogias com a idéia de uma teatralização da vida social, na medida em que os papéis correspondem a formas pré-determinadas de atuação, cujas expectativas de que as pessoas ajam de formas esperadas engendram as regularidades da vida em sociedade.

Anthony Giddens é outro representante das chamadas teorias totalizantes, que igualmente aborda a noção de regularidades como base na vida cotidiana e que alude a formas de atuação regulares. Em sua Teoria da Estruturação, Giddens atribui à *rotinização* papel central na idéia de recursividade e monitoramento reflexivo da ação:

O termo “cotidiano” condensa exatamente o caráter rotinizado que a vida social adquire à medida que se estende no tempo e espaço. [...] A rotinização é vital para os mecanismos psicológicos por meio dos quais um senso de confiança ou de segurança ontológica é sustentado nas atividades cotidianas da vida social (1989:xix).

Embora o esquema de Giddens reafirme uma normatividade, ele destaca a importância do que chama de “consciência prática” (em termos simples: o agir que surge da interação, no processo relacional de atores) como fundamental para sua teoria. Essa consciência se refere às experiências subjetivas dos atores de modo que, de uma certa

maneira, Giddens entende que as regularidades não resultam somente do caráter normativo (imposto por papéis, por exemplo), mas também de uma certa expectativa que os próprios agentes mantêm em relação a como os outros devem agir. Embora não elabore sua teoria com base na noção de papéis sociais, Giddens termina por reafirmar que as regularidades existem em decorrência dessa consciência prática que, nos termos da discussão que nos interessa, poderia ser entendido como atuações cotidianas. A ausência de uma teoria dos papéis não isenta Giddens de uma perspectiva teatralizante da vida em sociedade, na medida em que o ator (termo que ele utiliza) age em conformidade com as expectativas dos outros atores envolvidos. Como numa composição cênica, ocorre o que chama de “monitoramento reflexivo da ação”, que reflete essa perspectiva de ver as relações sociais como condutas cotidianas que envolvem não apenas um indivíduo mas o conjunto de atores envolvidos.

Outra abordagem que utiliza abertamente a analogia teatral vem do Interacionismo Simbólico, cuja análise se caracteriza por uma relativização da influência das estruturas sociais na determinação do agir. Um de seus mais expressivos representantes, Erving Goffman (1985), entende que a intersubjetividade é fundamental para definir os contextos de ação, embora não opere a chamada “redução fenomenológica” de Alfred Schutz, que foca a explicação das condutas mediante uma primazia dos sujeitos cognoscentes. Para Goffman, as estruturas sociais exteriores aos atores atuam na formação dos contextos de ação, mas essa participação é passiva: as estruturas são somente os cenários dos processos interativos. A analogia dramatúrgica é utilizada por Goffman não apenas como retórica: os conceitos básicos do Interacionismo são de caráter cênico, de modo que se entende que o ator social desempenha um dado papel, mediante uma representação influenciada pelo mundo social e externo, mas preponderantemente pela capacidade do ator em definir a situação social na qual esse papel está situado e como deve ele atuar, de modo intersubjetivo.

A radicalização dessa premissa Interacionista ocorre com a chamada etnometodologia, cujo principal nome é Harold Garfinkel (2001). Em sua obra *Studies in Ethnomethodology*, a noção de etnométodo aprofunda a idéia de autonomia do ator social na definição não apenas dos contextos

interativos, mas também das estruturas que lhe dão formatação. Desse modo, essa abordagem toma a realidade cênica cotidiana como o único parâmetro válido para interpretar a vida social, a partir do ponto de vista exclusivo dos atores sociais.

Por fim, para o que nos interessa especificamente aqui, gostaria ainda apenas de reter da Hermenêutica de Hans-Georg Gadamer o centro da sua reflexão sobre a inserção do sujeito nos contextos cotidianos de interação. Gadamer faz isso utilizando a idéia de jogo como a auto-experiência hermenêutica. Gadamer tem a intenção de superar o debate “ser” e “essência”, que distingue as abordagens objetivistas das subjetivistas, aludindo à inserção nos processos interativos como um “ser-absorvido-no-jogo” (Gadamer, 2004). A idéia básica é que o próprio sujeito se forma no ato de jogar. Ele nem antecede as regras do lúdico teatro social, nem adentra nele mediante estruturas pré-determinadas. O sujeito hermenêutico é constituído no ato do jogo cênico e é por ele determinado. Dessa forma, o verdadeiro sujeito do jogo é, na verdade, o próprio jogo. Nos termos que nos interessa: é o cotidiano lúdico que origina a ação, que nem é estruturalmente determinada e nem tão volúvel às significações do “eu” individualizado ou do “eu interativo (que embora interativo, ainda é o tão somente o “eu-que-interage). Na perspectiva de Gadamer, há uma sutil variante em relação às abordagens fenomenológicas e interacionistas: não existe um sujeito que antecede a interação ou que se forma na interação: o sujeito é próprio jogo cênico cotidiano que forma sujeitos.

Paro por aqui essa sumária exposição de algumas das principais abordagens que se utilizam da analogia teatral para explicar a vida em sociedade. Não cabe aqui discutir nem a pertinência lógica dessas abordagens, nem sua A despeito da coerência das formulações acima apresentadas, gostaria de indagar em que medida poderíamos manter hoje essa analogia entre vida social e representação cênica, em um contexto marcado pela fragmentação das identidades urbanas. Explico melhor o problema. A maioria das abordagens que associam o agir em sociedade com a representação teatral incorrem, a meu ver, em um duplo erro metodológico. Aquelas abordagens que central a sua explicação na teoria dos papéis pressupõem um agir regular, face à interiorização das normas e valores sociais. Para isso, é necessário ter como pressuposto

lógico um agir passivo em relação às estruturas (ou *scripts* sociais) que pré-determinam a atuação. No outro extremo, as abordagens subjetivistas terminam por incorrer no erro inverso: descartam as disposições exteriores aos indivíduos e atribuem a ele a função preponderante de definir o curso da sua ação, no contexto dos jogos cênicos das interações sociais. Nos termos da analogia, a primeira equivaleria a pensarmos num teatro social de base naturalista, no qual caberia ao ator tão somente a representação de uma personagem que o antecede como ator e, por isso, não lhe seria permitido nenhuma ingerência mais significativa na reelaboração do agir. A segunda perspectiva equivaleria a pensarmos num teatro social, cujos roteiros seriam escritos pelos próprios atores, a partir das suas próprias representações sociais da realidade e dos seus atos interativos no jogo cênico. O que a primeira tem de aniquilação do *ator*, a segunda tem de desprezo pelo *autor*.

Creio que, nesses parâmetros, a analogia vida social e representação teatral perde muita da sua capacidade explicativa. Pode até servir de alegoria sobre o agir em sociedade, na medida em que retém os elementos básicos dos rituais sociais que marcam o viver em sociedade. Contudo, estou propenso a pensar que as configurações da cultura urbana contemporânea, marcada por uma sobrecarga de apelos visuais e estéticos dissonantes, por uma excessiva fragmentação dos espaços interativos, pela existência de identidades múltiplas e pelo que Jacques Derrida (2006) chamou de “descentramento do Sujeito”, a analogia com a cena teatral só se sustentaria se pensássemos em certas formas muito radicais do teatro experimental, com a total ruptura do ilusionismo, do palco à italiana, do texto linear, dos personagens definidos, da platéia passiva e de atores a incorporar personagens como se estivessem quase em transe mediúnicos. Nesse sentido, seriam insuficientes para manter a analogia tendências como a cena elizabetana, as tendências realistas, o foco exagerado no ator do Teatro Pobre de Grotowski, o recurso do efeito V do Teatro Dialético de Bertold Brecht. Talvez uma junção meio impensável entre o Teatro da Crueldade de Antonin Artaud e as técnicas de improvisação do Teatro do Oprimido de Augusto Boal dessem conta da atualização dessa analogia, considerando o altíssimo grau de complexidade que marca hoje o agir social nas sociedades contemporâneas: fragmentado, conflituoso, violento, caótico. Refiro-me aqui

ao que se tem chamado de contexto pós-moderno, cuja formação de lugares (Leite, 2007) e não-lugares (Augé, 1994) se manifesta mediante a retribalização do mundo (Maffesoli, 2005).

A emergência da Sociedade em Rede (Castells, 2000), com a criação dos espaços virtuais de comunicabilidade em rede; dos processos contemporâneos de *disneyficação* estética dos espaços urbanos históricos e a proliferação de espaços fechados de moradia, consumo e lazer configuram um contexto fugidios a analogias bem definidas. Findo essa parte da minha reflexão, lembrando o que disse Félix Guattari a propósito dos estilos de vida nas megacidades contemporâneas: “o ser humano contemporâneo é fundamentalmente desterritorializado” (1992:169). Guattari deseja sublinhar a existência de um nomadismo que permeia a formação das subjetividades cotidianas, alheias a pontos fixos de referência e a papéis sociais muito demarcados, seja pelo objetivismo estrutural, seja pelo subjetivismo dos jogos de cena interativa.

O espaço urbano como cenário

Reporto-me agora, finalmente, ao segundo aspecto do problema aqui levantado, a saber: em que medida as cidades contemporâneas podem ser consideradas cenários da vida pública, no sentido de espaços cenográficos construídos pela e para a estetização das sociabilidades e processos interativos da vida cotidiana.

Não gostaria simplesmente de reafirmar o que já foi constatado sobre essa temática e que me parece ponto pacífico no debate: as cidades contemporâneas e, sobretudo, as cidades históricas, estão cada vez mais a se transformar em verdadeiros cenários espetaculares de uma tradição reinventada, com vistas ao que Carlos Fortuna (1997) apontou como a conservação inovadora do elemento tradicional para a inserção dos sítios históricos nos processos de concorrência intercidades. Isso implica, como já foi aqui discutido, intervenções urbanas que reforçam o caráter monumental dos espaços e das edificações históricas; do uso abundante de iluminação direcionada; da criação de “áreas”, sítios ou parques temáticos históricos dos mais variados tipos.

Como já pude abordar em trabalho anterior (Leite, 2008), esses

processos fazem as cidades adentrar no que Mike Featherstone (1995) e Appadurai (1996) denominaram de “cultura de consumo”, alargando suas possibilidades de uso, mediante a formação de paisagens urbanas espetacularizadas. Com forte apelo visual, essas intervenções criam o que Sharon Zukin (1995) designou de formação de “paisagens de poder”, na qual se associam duas características fundamentais: a espetacularização da cultura e a monumentalização arquitetônica.

De modo sumário, podemos dizer que esses dois aspectos conjugados respondem por boa parte dos processos de estetização da vida cotidiana. Os casos brasileiros e portugueses em que esses processos se fazem presentes são emblemáticos. Destacam, nesse sentido, a intervenção urbana no núcleo histórico de Évora, estudada por Carlos Fortuna (1997) e Paulo Peixoto (1997); a área da Expo’98 em Lisboa, estudada por Claudino Ferreira (2005); a cidade do Porto, pesquisada por João Teixeira Lopes (2000) e Paulo Peixoto (2006). No Brasil, os exemplos são inúmeros. Lembraria aqui apenas os casos mais emblemáticos: a “revitalização” do Pelourinho, em Salvador (Pinho 1997), do centro histórico de João Pessoa (Scocuglia, 2004), da cidade de São Luis, no Maranhão (Botelho, 2005), da Praia de Iracema em Fortaleza (Bezerra, 2008), do núcleo histórico da Goiás Velha (Tamaso, 2007) e do bairro do Recife Antigo (Leite, 2007).

Não pretendo aqui discutir aspectos particulares de cada um desses processos, mas tão somente assinalar que, a despeito das diferenças de cada caso, é recorrente a conjunção dos processos de revalorização da cultura local (em estado alterado pela adequação dos padrões globais de consumo) e da monumentalização urbanística e arquitetônica, mediante intervenções físicas no espaço urbano e nas edificações históricas, que resultam na criação de uma espécie de “centro exemplar” da tradição renovada, da cultura como espetáculo, do patrimônio como mercadoria. Desses processos resultam também espaços urbanos higienizados e esteticamente ordenados, numa lógica que lembra as “ilhas segregadoras”, às quais se refere Michel de Certeau (1996).

A questão que gostaria de por em discussão é que medida esses espaços de fato engendram um cenário propício às sociabilidades lúdicas, às quais se refere Simmel (2006). Penso que, ao contrário, esses espaços instigam a proliferação de usos díspares que incorrem

em processos interativos tensos e conflitantes, na medida em que não suportam os diferentes usos e contra-usos (Leite, 2007) levados a cabo pelos diferentes atores, que neles interagem. Penso, portanto, que a idéia comparativa entre espaço urbano cenográfico e vida cotidiana é discutível em pelo menos um aspecto em particular: a criação desses espaços espetaculares é eficaz em sua conformação estética e visual, mas não em sua configuração social. Nessa hipótese, esses espaços passam a ser altamente dissonantes em relação aos atos interativos contrastivos que marcam a cultura urbana contemporânea. Nesse ponto, não como adiar uma conclusão sugestiva: a analogia cena teatral e espaço urbano enobrecido só vale para a formação das paisagens de poder. Em outras palavras, a paisagem urbana, *stricto sensu*, é que foi cenografada, mas não as ações sociais que, a meu ver, continuam escorregadias de qualquer enquadramento rígido em papéis sociais determinados, sejam esses papéis ou referenciais de conduta formatadas por estruturas objetivas, seja pela definição subjetiva do ator no jogo da cena cotidiana.

Entendo, assim, que a analogia entre teatro e vida social tem fortes restrições, se pensarmos em um tipo de encenação que predispõe condutas fixas em roteiros pré-escritos. Como já pude assinalar em outra ocasião (Leite, 2008; 2009), os estilos de vida na chamada sociedade pós-moderna estão marcados pela proliferação da visibilidade da diferença (Jameson, 1997). Entendo aqui por *diferença* aquela propriedade a que se referem os estudos pós-estruturalistas, sintetizada na expressão *différance* de Jacques Derrida. Essa noção consolida a crítica radical à ontologia do sujeito na medida em que rejeita concepções preexistentes de identidades: os sujeitos e suas identidades são construídos na jogu dissonante das interações, e não seguem uma lógica linear meramente subjetivista, como pensavam as concepções fenomenológicas e interacionistas. Por fim, a idéia de um “sujeito descentrado” (Hall, 1995) precisa ser compreendida pela inteligibilidade dos espaços intersticiais e dos *entre-lugares* (Bhabha, 1998) que fissuram o caráter cenográfico desses espaços espetaculares, subvertendo a ordem e cindindo roteiros pré-escritos da vida pública. Como já se sabe, o contexto da pós-modernidade tem a marca do simbolismo e das hibridações da cultura (Baudrillard, 1984; Canclini, 1997). Não estou

com isso negando o caráter essencialmente cênico da vida cotidiana, com suas ritualidades, códigos de condutas, indumentárias e marcas corporais identitárias. Apenas desejo sublinhar que o espetáculo da cultura urbana contemporânea mais se assemelha ou ao burburinho do teatro elizabetano, onde público xingava atores, atores respondia à platéia e roteiros eram alterados no curso da cena; ou do próprio teatro experimental, caracterizado pela ausência de uma narrativa linear, de personagens coerentemente estruturados e não contraditórios. Nesse sentido, repensar a linguagem teatral na contemporaneidade equivale a refletir sobre a babel que parece se erguer hoje na vida urbana contemporânea. Nisso a analogia entre teatro e cidade se mantém válida e consegue escapar de suas próprias antinomias.

Referências bibliográficas

APPADURAI, Arjun. **The social life of things: commodities in cultural perspective**. Cambridge: University Press, 1986.

AUGÉ, Marc. **Não-lugares: introdução a uma antropologia da super-modernidade**. Campinas: Papirus, 1994.

BAUDRILLARD, Jean. **Para uma crítica da economia política do signo**. Lisboa: Edições 70, 1984.

BEZERRA, Roselane Gomes. **O bairro Praia de Iracema entre o “adeus” e a “boemia: usos, apropriações e representações de um espaço urbano**. Tese de doutoramento, Universidade Federal do Ceará, 2008.

BHABHA, Homi K. **O Local da Cultura**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998.

BOTELHO, Tarcisio. Revitalização de Centros Urbanos no Brasil: uma análise comparativa das experiências de Vitória, Fortaleza e São Luís. **Eure**, Agosto, ano/vol.XXI, nº. 093, PUC-Chile, 2005.

CANCLINI, Néstor García. **Culturas Híbridas**. São Paulo: Edusp, 1997.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

CERTEAU, Michel. **A invenção do Cotidiano: artes de fazer**. Petrópolis: Vozes, 1996.

- DERRIDA, Jacques. **Gramatologia**. São Paulo: Perspectiva, 2006.
- FEATHERSTONE, Mike. **Cultura de Consumo e Pós-modernismo**. São Paulo: Studio Nobel, 1995.
- FERREIRA, Claudino. **A Expo' 98 e os imaginários do Portugal contemporâneo: cultura, celebração e políticas de representação**. Tese de Doutorado. Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, 2005.
- FORTUNA, Carlos. Destradicionalização e Imagem da Cidade: o caso de Évora. In: FORTUNA, C. (org). **Cidade, Cultura e Globalização: ensaios de sociologia**. Oeiras: Celta Editora, 1997.
- GADAMERr, Hans-Georg et al. **Truth and Method**. NY: Continuum International Publishing Group, 2004.
- GARFINKEL, Harold. **Studies in Ethnomethodology**. University Chicago Press, 2001.
- GEERTZz, Clifford. **Negara: o estado teatro no século XX**. Lisboa: Difel, 1991.
- GIDDENS, Anthony. **A constituição da sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 1989.
- GOFFMAN, Erving. **A representação do eu na vida cotidiana**. 8ª ed. São Paulo: Vozes, 1985.
- GUATTARI, Félix. Espaço e Poder: a criação de territórios na cidade. **Espaço e Debates**, 16, 1985.
- HALL, Stuart. **A Questão da Identidade Cultural**. Campinas: IFCH-UNICAMP, 1995.
- JAMESON, Fredric. **Pós-modernismo: a lógica cultural do capitalismo tardio**. São Paulo: Ática, 1997.
- LEITE, Rogério Proença S. (Des)ordem encantada: nação e rituais públicos. **Temáticas**, Campinas, 15/16: 103-126, 2000.
- _____. **Contra-usos da Cidade**. 2ª Ed, Campinas, Ed. Unicamp/São Cristóvão, EDUFS, 2007.
- _____. Gentrification e cultura urbana. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, 83, pp. 35-54, 2008.
- _____. Espaços públicos na pós-modernidade, in: FORTUNA, Carlos

& LEITE, Rogerio Proença. **Plural de cidade: novos léxicos urbanos**. Coimbra: Almedin, 2009.

LOPES, João Teixeira Lopes. **A cidade e a cultura**. Porto: Edições Afrontamento, 2000.

MAFFESOLI, Michel. **A conquista do presente**. Natal: Argos, 2001.

_____. **A transfiguração do político: a tribalização do mundo**. Porto Alegre: Sulina, 2005.

PAIS, José Machado. **Sociologia da vida quotidiana: teoria, métodos e estudos de caso**. 3ª Ed., Lisboa, ICS: Imprensa de Ciências Sociais, 2007.

PARSONS, Talcott. **The Structure of Social Action**. New York: The Free Press, 1967.

PEIXOTO, Paulo J. M. **Imagens e usos do património urbano no contexto da globalização**. Coimbra. Dissertação de Mestrado em Sociologia. Faculdade de Economia, Universidade de Coimbra, 1997.

_____. **O passado ainda não começou: funções e estatuto dos centros históricos co contexto urbano português**. Tese de doutoramento em Sociologia. Universidade de Coimbra, 2006.

PINHO, Osmundo S. de Araujo. **Descentrando o Pelô: narrativas, territórios e desigualdades raciais no centro histórico de Salvador**. Campinas. Dissertação de Mestrado em Antropologia – UNICAMP, 1997.

SCOCUGLIA, Jovanka B. C. **Revitalização urbana e (re) invenção do Centro Histórico na Cidade de João Pessoa**. João Pessoa: Ed. UFPB, 2004.

SIMMEL, Georg. **Questões fundamentais da Sociologia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2006.

STANILASVSKI, Constantin. **A construção da personagem**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1986.

TAMASO, Izabela. **Em nome do patrimônio: representações e apropriações da cultura na cidade de Goiás**. Tese de Doutorado. Universidade de Brasília, 2007.

TURNER, Victor. Acting in Everyfay Life and Everyday Life in Acting, In: _____. **From Ritual to Theater**. New York: Performing Arts Journal Publications, 1982.

_____. **Schism and Continuity in an African Society: A Study of Ndembu Village Life.** Manchester University Press: 1957.

_____. **The Forest of Symbols: Aspects of Ndembu Ritual.** Ithaca & Londres: Cornell University Press, 1968.

ZUKIN, Sharon. **The Cultures of Cities.** Cambridge: Massachussets, Blackweell, 1995.

Recebido em 05 de março de 2010.

Aprovado em 01 de junho de 2010.